

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

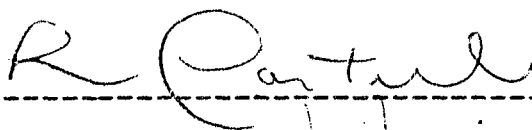
PLANEJAMENTO TURÍSTICO E SEUS REFLEXOS
NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NAS PRAIAS DE
CANASVIEIRAS E JURERÊ INTERNACIONAL

POR

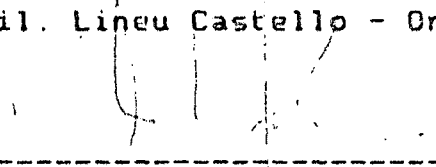
CRISTINA SILVEIRA ULYSSÉA SANTOS

Dissertação submetida ao curso de Mestrado em Geografia, área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

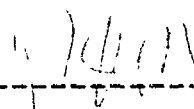
Aprovado pela Comissão Examinadora em 10/5/93.



Prof. M.Phil. Lineu Castello - Orientador



Prof. MSc. Ivo Sostisso



Prof. Dr. Paulo de Araújo Lago



0.211.032-6

UFSC-BU

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA
CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

**PLANEJAMENTO TURÍSTICO E SEUS REFLEXOS
NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NAS PRAIAS DE
CANASVIEIRAS E JURERÊ INTERNACIONAL**

CRISTINA SILVEIRA ULYSSÉA SANTOS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ORIENTADOR: PROF. LINEU CASTELLO

FLORIANÓPOLIS - SC

MAIO DE 1993

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA
CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

**PLANEJAMENTO TURÍSTICO E SEUS REFLEXOS
NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NAS PRAIAS DE
CANASVIEIRAS E JURERÊ INTERNACIONAL**

POR

CRISTINA SILVEIRA ULYSSÉA SANTOS

Dissertação submetida ao curso de Mestrado em Geografia, área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado pela Comissão Examinadora em ___/___/_____.

Prof. M.Phil. Lineu Castello - Orientador

Prof. MSc. Ivo Sostisso

Prof. Dr. Paulo de Araújo Lago

Aos meus pais,
Wilma (in Memoriam) e Ayres,
que me ensinaram a perseverar
e a buscar sempre.

Ao Marco,
eterno companheiro e
incentivador.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta dissertação se realizou através do auxílio e incentivo de diversas pessoas com quem convivi nestes últimos anos e com quem compartilhei dúvidas e angústias do trabalho acadêmico.

Ao Orientador Lineu Castello, pela paciência e eficiência com que acolheu minhas inquietudes e incertezas e pelos questionamentos e observações sempre oportunas levantadas durante este estudo.

Ao professor Ivo Sostisso que soube compreender minhas dificuldades e limitações, por seu interesse e colaboração.

Ao professor Roberto Lobato, por ter sido o primeiro a discutir e orientar a estrutura básica do tema. A ele agradeço ainda a indicação bibliográfica enviada e, especialmente, a acertada sugestão do nome do professor orientador, num momento tão oportuno a este trabalho.

Aos professores Paulo Lago e Augusto Zeferino, por estarem sempre dispostos a contribuir na elaboração deste estudo.

Ao professor Luiz Fernando Scheibe, pelo seu dinamismo e interesse em todos os momentos demonstrados.

Ao professor Odair Gersino por confiar em mim ajudando-me na elaboração do ante-projeto de pesquisa.

À Graciana, ao Harryson, ao Ewerton, à Cláudia e a tantos outros colegas, pelo exemplo

A todos aqueles que de uma forma ou de outra colaboraram na execução desta pesquisa, dando subsídios e prestando solidarie-

dade nos momentos difíceis.

Ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, que mudou completamente a minha visão do espaço, propiciando a oportunidade de me tornar mais consciente de minhas responsabilidades como cidadã.

RESUMO

O presente estudo relaciona planejamento e urbanização turística de modo a avaliar seus reflexos sobre o processo de urbanização que vem ocorrendo, em período recente, nas praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional, situadas no norte da Ilha de Santa Catarina.

Para se atingir o propósito do trabalho procurou-se o entendimento de conceitos e da estrutura formal relativa ao planejamento turístico e a compreensão da dinâmica, do conteúdo, das estratégias e contradições inerentes ao processo de urbanização capitalista. Nesta abordagem, identifica-se as falhas endógenas e exógenas ao planejamento e suas relações com as leis gerais da produção urbana tradicional, que são as bases para o entendimento do papel do planejamento específico, voltado a uma urbanização que surge em função do turismo de veraneio.

A partir de Canasvieiras e Jurerê Internacional pode-se observar com clareza que, dependendo dos agentes que participam da produção do espaço turístico, o papel do Estado e do planejamento turístico por ele estabelecido torna-se mais ou menos relevante, no que se refere ao resultado dos espaços por eles produzidos.

Deste modo, verificou-se que além do planejamento turístico refletir as contradições do Estado e do sistema, servindo aos interesses do capital, chega tardiamente a ambos resultados do processo de urbanização turística estudados.

ABSTRACT

The present research relates urban planning and touristic urbanization in order to evaluate these variables on the beaches of Canasvieiras and Jurere Internacional, on the north of the Island of Santa Catarina, which have been suffering a process of urbanization lately.

To achieve the purpose of this study, I made use of the concepts and the formal structure related to touristic planning. I also resorted to the understanding of the dynamics, the content, the strategies, and the contradictions underlying the process of capitalist urbanization. In this approach, the intrinsic and extrinsic flaws of urban planning were identified. It was also identified the connection of these flaws with the general laws of traditional urban planning. Such laws are seen as the basis for a full understanding of the role of a specific planning that is oriented towards a kind of urbanization which arises due to second residence tourism.

In relation to Canasvieiras and Jurere Internacional, it was clearly observed that, depending on the agents which are involved in the production of touristic space, the role of the State and the role of the touristic -planning established by the State are very important as far as the results of spaces produced by such planning are concerned.

In this way, it was verified that touristic planning not only reflects the contradictions of the State and of the system, but also reaches too late both processes of touristic urbanization considered in this study.

SUMÁRIO

RESUMO -----	vi
ABSTRACT -----	vii
LISTA DOS ANEXOS -----	xii
LISTA DOS MAPAS -----	xv
LISTA DAS FOTOS -----	xvi
 I - INTRODUÇÃO -----	 1
1 - A Temática Abordada -----	1
2 - O Método utilizado -----	6
 II - ASPECTOS RELATIVOS À ATIVIDADE E AO PLANEJAMENTO TURÍS- TICOS -----	 11
2.1 - A Atividade Turística -----	12
2.1.1 - Definições Preliminares -----	12
2.1.2 - O Turismo Através dos Tempos -----	13
2.1.3 - Características Produtivas da Atividade Turística -----	16
2.1.4 - Vantagens e Desvantagens -----	18
2.1.5 - O Turismo como Fator de Desenvolvimento de um País -----	21
2.1.6 - A Necessidade do Planejamento Turístico -----	24
2.1.7 - O Papel do Poder Público -----	26
2.2 - O Planejamento Turístico -----	28
2.2.1 - Considerações Gerais sobre o Planejam- to -----	28

2.2.2 - Conceito e Histórico do Planejamento Turístico -----	31
2.2.3 - O Planejamento Turístico Nacional -----	32
2.2.4 - A Política Nacional de Turismo -----	34
2.2.5 - Os órgãos Nacionais de Turismo -----	37
2.2.6 - O Planejamento Turístico Estadual -----	39
2.2.7 - O órgão Estadual de Turismo -----	41
2.2.8 - O Planejamento Turístico Municipal -----	42
2.2.9 - O órgão Municipal de Turismo -----	43
2.2.10 - O Planejamento Turístico Frente ao Estado -----	44
 III - ASPECTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO -----	48
3.1 - A Dinâmica do Processo de Urbanização Capitalista -----	49
3.2 - A Terra como Mercadoria -----	52
3.3 - Os Agentes que Participam do Processo de Urbanização -----	54
3.4 - A Urbanização Brasileira -----	60
3.5 - O Surgimento da Especulação Imobiliária no Brasil -----	70
3.6 - A Produção Capitalista Imobiliária e a Especulação Imobiliária -----	72
3.7 - As Contradições do Estado na Urbanização Capitalista -----	76
 IV - A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO EM FUNÇÃO DO TURISMO DE VERANEIO -----	83
4.1 - Fatores que Definem o Espaço Turístico -----	84

4.2 - O Turismo de Veraneio e a Produção de um Espaço Especializado -----	88
4.3 - O Planejamento e a Urbanização Turística -----	92
 V - O PLANEJAMENTO TURÍSTICO E A URBANIZAÇÃO DE CANASVIEIRAS E JURERÊ INTERNACIONAL: ESTUDO DE CASO -----	100
5.1 - Descrição do Objeto -----	100
5.1.1 - O Turismo de Veraneio e a Produção do Espaço no Litoral do Norte da Ilha de Santa Catarina -----	102
5.1.2 - Canasvieiras e Jurerê Internacional no Passado -----	109
5.1.3 - O Caso de Canasvieiras -----	115
5.1.4 - O Caso de Jurerê Internacional -----	123
5.1.5 - Os Agentes que Participam do Processo de Urbanização nas Praias de Canasvieiras e de Jurerê Internacional -----	134
5.2 - Análise do Objeto de Estudo: Relações entre o Planejamento Turístico e o Processo de Urbanização no Litoral Norte da Ilha de Santa Catarina	144
5.2.1 - O Papel dos Agentes Hegemônicos Frente ao Processo de Planejamento -----	144
5.2.2 - O Planejamento Frente as Políticas de Gestão -----	149
5.2.3 - O Planejamento Quanto as Técnicas utilizadas -----	159
5.2.4 - A Urbanização Turística Resultante e sua Relação com a Urbanização Tradicional --	176

5.2.5 - Especificidades da urbanização Turística de Veraneio -----	180
5.2.6 - Diferenças entre Canasvieiras e Jurerê Internacional -----	183
5.2.7 - Os Resultados do Processo em Termos Am- bientais e Sociais -----	187
5.3 - Fatores Exógenos ao Planejamento Turístico que Influenciaram o Processo de Urbanização -----	188
VI - CONCLUSÃO -----	191
ANEXOS -----	203
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS -----	239

LISTA DE ANEXOS

1 - Participação do turismo nas exportações da América em 1980 (Fonte: OMT, Monografia sobre o Turismo nas Américas, 1982) -----	203
2 - Turismo vai liderar exportação (Fonte: Jornal O Estado - 30/11/87) -----	204
3 - Participação do turismo nas importações da América em 1980 (Fonte: OMT, Monografia sobre o turismo nas Américas, 1982; e DIB, Congresso Econômico e Social na América Latina - Informe 1980-81). Contribuição do turismo no pagamento da dívida externa: índice de participação por regiões, 1980 (Fonte: OMT, Estudos Econômicos do Turismo Mundial) -----	205
4 - Gastos, serviços de atuação e benefícios do turismo (Fonte: Machado, 1985) -----	206
5 - A indústria do turismo no Brasil (Fonte: Jornal Folha de São Paulo - 07/01/84) -----	207
6 - Receita gerada em função do turismo em Santa Catarina de 1988 a 1992 (Fonte: Santur - Estudo da Demanda Turística Santa Catarina - 1992) -----	208
7 - Em defesa do litoral (Fonte: Jornal Folha de São Paulo - 28/12/86) -----	209
8 - Protur: uma fundação privada ajudando o turismo de Florianópolis (Fonte: Revista Protur - 1989/1990) -----	210
9 - Conscientização turística (Fonte: Jornal Diário Catarinenses - 16/09/89) -----	211
10 - Movimentos de turistas X Receita gerada (Fonte: Santur	

Estudo da demanda turística - Santa Catarina - 1992) ---	212
11 - Turismo permanente (Fonte: Jornal Diário Catarinense - 04/03/91) -----	213
12 - Principais pólos emissores estrangeiros e nacionais (Fonte: Santur - Estudo da demanda turística) -----	214
13 - Verão atrai turistas e deixa lucros para Santa Catarina (Fonte: Jornal O Estado - 06/11/88) -----	215
14 - Loteamento Praia de Jurerê I - Histórico dos títulos de propriedade do imóvel (Fonte: Habitasul Empreendimentos Imobiliários - 1989) -----	216
15 - Jurerê Internacional: valorização do equipamento urbano e de lazer (Fonte: Habitasul Empreendimentos Imobiliá- rios, Folheto de Propaganda - 1983) -----	219
16 - Características do loteamento (Fonte: Habitasul Empreen- dimentos Imobiliários, Folheto de Propaganda - 1983) ---	220
17 - Processo de aprovação de projetos para construção e re- formas no loteamento Jurerê Internacional; Normas técni- cas para construção na 1ª, 2ª e 3ª etapas do loteamento Jurerê Internacional (Fonte: Habitasul Empreendimentos Imobiliários - 1989) -----	221
18 - Associação dos Proprietários do "Jurerê Internacional;" Estudos Sociais (Fonte: Habitasul Empreendimentos Imobi- liários - 1989) -----	225
19 - Folheto Propaganda Jurerê Praia Hotel (Fonte: Revista Protur - 1989/1990) -----	230
20 - Folheto Propaganda do Loteamento (Fonte: Habitasul Em- preendimentos Imobiliários - 19) -----	231
21 - Associação quer instalar logo esgoto em Canasvieiras (Fonte: Jornal O Estado - 28/02/89) -----	232

- 22 - Parecer do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) sobre o loteamento Jurerê Internacional (Fonte: IPUF - 16/12/82) ----- 233
- 23 - Parecer do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) para a Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP) sobre a construção de Atracadouro na praia de Jurerê Internacional (Fonte: SUSP - 12/04/83)-- 237
- 24 - Parecer do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) para a Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP) sobre o projeto de interseção do acesso a Jurerê Internacional e SC 402 (Fonte: IPUF - 09/02/83) 238

LISTA DOS MAPAS

01 - Situação -----	101
02 - Malha viária principal -----	103
03 - Caracterização das principais zonas turísticas -----	104
04 - Evolução histórica -----	111
05 - Número de referência e rota dos loteamentos existentes em Canasvieiras até 1977 -----	116
06 - Formação urbana - Praia de Canasvieiras (1981) -----	119
07 - Análise da oferta turística: deficiências -----	121
08 - Praia de Jurerê e Jurerê Internacional -----	122
09 - Programa de intervenções na oferta turística -----	126
10 - Loteamento Imobiliária Jurerê-----	127
11 - Primeira etapa de Jurerê Internacional -----	128
12 - Planta-baixa Loteamento Jurerê Internacional -----	130

LISTA DE FOTOS

1	- Típica residência da década de 1960 -----	105
2	- Hotel Canasvieiras: primeiro hotel construído nesta praia -----	107
3	- Vista da primeira etapa do loteamento Jurerê Interna- cional -----	108
4	- Igreja Paroquial de Canasvieiras -----	112
5	- Agência telefônica e de correios em Canasvieiras -----	117
6	- Ônibus de excursão argentino em Canasvieiras -----	118
7	- Exemplo de poluição resultante do lançamento de resíduos sólidos em córregos e rios da praia de Canasvieiras ----	120
8	- Residência unifamiliar em Jurerê Internacional -----	129
9	- Eixo comercial do loteamento de Jurerê Internacional ---	131
10	- Super-estrutura turística implantada pelo grupo Habitasul no entorno imediato ao loteamento -----	132
11	- Calçamento e tipologia habitacional adotada em Jurerê Internacional -----	134
12	- População rural-pesqueira e comércio típicos da rua Velha em Canasvieiras -----	142
13	- Situação da população rural-pesqueira residente na rua Velha em Canasvieiras -----	143
14	- Obra para instalação de esgoto sanitário na praia de Ca- nasvieiras -----	155
15	- Estação de tratamento de água em Jurerê Internacional --	156
16	- Parte do sistema de tratamento de esgoto instalado em Jurerê Internacional -----	158

17 - Exemplo de construção realizada em cima de dunas e área de vegetação permanente -----	163
18 - Apartamentos para alugar em Canasvieiras -----	166
19 - Residências unifamiliares em Canasvieiras -----	167
20 - Tipologia habitacional predominante em Jurerê Internacional -----	168
21 - Rua Madre Maria Vilac atualmente transformada no eixo comercial de Canasvieiras -----	169
22 - Instalação de serviços característicos de centros urbanos tradicionais -----	170
23 - Áreas de estacionamento em Jurerê Internacional -----	172
24 - Implantação de sistema de esgoto em Canasvieiras -----	173
25 - Rancho de pescadores remanescente em Canasvieiras -----	175
26 - Construção de hotel residência, empreendimento comum na praia de Canasvieiras -----	177
27 - Transformação de uso de residência unifamiliar para multifamiliar em Canasvieiras -----	179
28 - Residência secundária em Canasvieiras -----	179
29 - Residências unifamiliares na orla marítima de Jurerê Internacional -----	181

I - INTRODUÇÃO

1 - A Temática Abordada

Esta pesquisa tem por finalidade analisar e verificar como o planejamento turístico elaborado pelo Estado influencia o processo de urbanização nas praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional, situadas ao norte da Ilha de Santa Catarina (Mapa 01)

Entre os motivos que vieram a incentivar a temática abordada destaca-se o fato das próprias autoridades locais, em parte responsáveis pelo incentivo do turismo, reconhecerem que desde 1984 este, apesar de ser uma das potencialidades da Ilha de Santa Catarina, frequentemente assume características predatórias, desequilibrando o sistema natural e artificial, desestruturando as comunidades tradicionais e representando apenas um rápido rompimento com o relativo isolamento e equilíbrio do Interior da Ilha, que tem velozmente suas praias transformadas em balneários (IPUF, 1984).

Ainda em 1984 o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), através do Plano Diretor dos Balneários (PDT) também reconheceu que "o processo de urbanização na Ilha está mar-

cado por um deficiente controle do uso e ocupação do solo, sem uma legislação mais específica e uma fiscalização mais atuante" (IPUF, 1984, p.6)

Lourdes Sartor (1983, p.25) afirma que "a atividade turística tem que obedecer uma política consentânea com os interesses da comunidade e de acordo com a realidade local. A ausência de programação e coordenação do desenvolvimento turístico são os responsáveis pela degradação das atividades turísticas em relação ao ambiente" (natural, urbano e sócio-cultural).

Apesar da finalidade de orientar e incentivar a atividade turística na Ilha de Santa Catarina tem-se a impressão de que o planejamento turístico abrangente às praias estudadas, encontra dificuldades para operacionalizar suas propostas na prática, tornando-se assim pouco atuante e ineficiente no sentido de nortear o processo de urbanização que se desenvolve na área. Em consequência, a ocupação urbana em função do turismo de veraneio tende a ocorrer de forma desequilibrada, descaracterizando e comprometendo o meio natural, urbano e social que representam a força atrativa do consumo turístico.

Diante deste quadro, mais do que oferecer ou buscar soluções, evidencia-se a necessidade de se verificar até que ponto o planejamento turístico influencia e é influenciado pelo processo, analisando assim seu verdadeiro papel dentro da realidade estudada e do sistema político-econômico em que se insere.

A Ilha de Santa Catarina, por sua vez, desde os anos 60 vem sofrendo um processo de urbanização turística em suas praias, que se iniciou em função da construção de residências secundárias, destinadas aos veranistas da cidade de Florianópolis. A aceleração do processo ocorre principalmente, a partir da construção e do as-

faltamento da BR 101 e dos principais acessos aos balneários da costa norte (anos 70), quando um novo agente social - o turista - passa a participar deste fenômeno, ocupando e construindo rapidamente novas residências e até mesmo fixando-se nestas áreas.

A partir desta época, o turismo passa a ser visto por grupos empresariais locais, do interior e de fora do Estado, como um manancial inexplorado, representando uma nova alternativa para o desenvolvimento econômico de Florianópolis e região. Também o processo normal de expansão territorial urbana de Florianópolis contribui para que o panorama geral da Ilha seja fundamentalmente alterado. Santos (1985, p.46) salienta:

"na medida em que a economia se altera profundamente, assim como a sociedade correspondente, e na medida também em que os tipos de relações econômicas de toda ordem mudam substancialmente, as cidades se tornam rapidamente outra coisa em relação ao que era até então. Deste modo é o seu espaço correspondente que vai de repente conhecer novas formas de articulação, da mesma maneira que as relações interurbanas passam a ter uma natureza completamente diversa da que antes se conhecia".

A Ilha não estava preparada para receber um fluxo de turistas veranistas tão grande em relação a infra-estrutura implantada e os problemas relacionados ao seu desenvolvimento, sem um planejamento específico, passam a concretizar-se espacialmente. Um processo de urbanização acelerado com fins lucrativos surge de maneira livre e anárquica, ocorrendo ao longo das principais vias existentes, tendendo a formar verdadeiros cordões contínuos ao longo das praias, desestruturando as vilas tradicionais e comprometendo os extraordinários elementos naturais e paisagísticos.

Este processo de transformação atinge, em diferentes graus, a Ilha toda mas inicia-se e torna-se mais notável na Costa Norte, onde em função da melhor acessibilidade e de condições naturais favoráveis concentraram-se os maiores e mais adequados balneários para o desenvolvimento do turismo familiar de veraneio.

O Plano Diretor dos Balneários (PDT) classifica esta área como o "sub-espço do interior da Ilha prioritário para a intervenção do Planejamento Urbano" (IPUF, 1984) e também outros órgãos municipais tentam introduzir critérios ordenados para conduzir o processo de urbanização.

As praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional surgem por representarem etapas diferentes do processo de desenvolvimento turístico do norte da Ilha de Santa Catarina, com gênese, dinâmica e forma espacial distintas entre si.

A primeira destaca-se por ser, no norte da Ilha, a que antecede o processo de urbanização turística de veraneio apresentando um crescimento espontâneo, principalmente através de mini-loteamentos surgidos ao longo do tempo e pertencentes a pequenos investidores e usuários de moradia. A segunda destaca-se por surgir de um grande loteamento pré-concebido com o intuito comercial, dentro de padrões urbanísticos ideais, representando a primeira manifestação da vinda de grandes grupos empresariais para a Ilha de Santa Catarina.

Para que se possa atingir o objetivo proposto torna-se necessário empreender a tarefa de resgatar aspectos teóricos que insiram o objeto estudado num contexto maior. Assim, não só as relações relativas ao processo de planejamento e urbanização vêm à tona, como também podem ser relacionadas entre si e entre os elementos diretamente relacionados ao estudo de caso, tais como agen-

tes, práticas, condicionantes e resultados obtidos.

A busca de subsídios teóricos visa ainda responder a alguns questionamentos indispensáveis para o entendimento do tema central da pesquisa. São eles:

- a) Qual a necessidade e como se estrutura o processo de planejamento turístico na área?
- b) Quem são os agentes e quais são as estratégias que norteiam as urbanizações turísticas a serem estudadas e como estas se relacionam frente a dinâmica da urbanização capitalista tradicional?
- c) Sob que condições surgem e quais são as características específicas das urbanizações turísticas estudadas e quais os resultados em termos de organização urbana e ambiental existentes.

Mediante estas dúvidas estruturou-se o trabalho, além da introdução, em quatro capítulos distintos mais a conclusão. O primeiro capítulo desenvolve considerações gerais a respeito da atividade turística de modo que o planejamento turístico surge como uma consequência necessária e natural ao seu desenvolvimento. Ao estudar-se este assunto faz-se oportuno abordar aspectos relativos a sua conceituação, estruturação e condução nos níveis federal, estadual e municipal.

O capítulo seguinte discorre sobre o processo de urbanização capitalista, demonstrando sua lógica, seus agentes e suas contradições. Procurou-se também tecer alguns comentários sobre a urbanização e a especulação imobiliária no Brasil, enfatizando as condições gerais que propiciaram a aceleração do processo de urbanização ocorridos ao nível local.

Com o objetivo de ressaltar as especificidades da urbanização turística de veraneio e do planejamento voltado a esta questão, o terceiro capítulo discute o espaço turístico e a metodologia adequada para a elaboração de planos e projetos diretamente ligados a ele.

A trajetória de Canasvieiras e Jurerê Internacional e a construção de seus espaços são tratados no quarto capítulo, que pretende também analisar o papel dos agentes e do planejamento turístico frente às especificidades dos processos de urbanizações estudados.

A conclusão do trabalho baseia-se nos termos discutidos anteriormente, sintetizando a discussão em torno da influência do planejamento turístico nos processos de urbanização ocorridos nas praias de Canasvieiras e de Jurerê Internacional.

2 - O Método Utilizado

Para se entender uma realidade complexa e mutável através do estudo de dois processos de urbanização turística, com gêneses e dinâmicas espaciais diferentes, é necessário percorrer um longo caminho entre a problematização do tema, a leitura do referencial teórico-metodológico e a análise final do objeto selecionado.

Entre as diversas possibilidades que se tem de estudar a realidade destaca-se o materialismo histórico, que estabelece que o conhecimento começa precisamente com a prática e se realiza com a prática, representando um processo histórico, no decorrer do qual o homem penetra cada vez mais no mundo dos fenômenos (Cheptulin, 1982)

Este método preocupa-se mais em dirigir a pesquisa para a descoberta de regras de transformação pelas quais a sociedade está constantemente sendo reestruturada do que em encontrar "causas, leis descritivas ou estágios" que governam a evolução da totalidade, independentemente de suas partes (Harvey, 1980)

Para Marx, a realidade é considerada como uma totalidade com partes internamente relacionadas que interagem entre si. Neste caso, a totalidade está em curso de ser estruturada pela elaboração das relações em seu interior onde não são os elementos nem o todo que se explicitam mas, são as relações entre os elementos que contam.

Em outras palavras, conclui-se que existem estruturas separadas dentro da totalidade e que estas estruturas podem ser diferenciadas umas das outras. As estruturas, em contínuo processo de transformação são elas próprias estruturadas dentro da totalidade, correlacionadas entre si e também ligadas a uma outra coisa qualquer. Para Kosik (1926, p.48):

"o homem não pode conhecer o contexto do real a não ser arrancando os fatos do contexto, isolando-os e tornando-os relativamente independentes".

Deste modo, uma estrutura deve ser definida como um sistema de relações internas, que está em processo de ser estruturado através da operação de suas próprias regras de transformação.

Toda a realidade objetiva é matéria. A matéria existe eternamente, passando continuamente de um estado ou aspecto qualitativo a outro. O mesmo acontece com o movimento pois, estando ele organicamente ligado a matéria, não pode desaparecer ou se transformar em nenhuma outra coisa que não seja movimento. Cheptulin

(1982, p.181) completa que:

"A extensão das formações materiais particulares e a relação entre cada uma delas com as outras formações materiais que a rodeiam é o ESPAÇO.

A duração da existência das formações materiais e a relação de cada uma delas com as relações anteriores e posteriores é o TEMPO".

A noção do espaço é inseparável da idéia do sistema de tempo pois o comportamento de um novo sistema será condicionado pelo anterior.

O espaço e o tempo "são propriedades fundamentais da matéria", são formas de sua existência, logo é totalmente normal e necessário que eles estejam em ligação orgânica com a matéria (Cheptulin, 1982, p.183)

Após introduzir alguns conceitos básicos sobre o método de análise da realidade cabe agora acrescentar as idéias do professor Milton Santos (1985), contidas no livro **Espaço & Método** e que nos dá uma idéia precisa de como devemos estudar o espaço.

O espaço será considerado como uma instância da sociedade, da economia e da cultura-ideológica. Neste caso, o espaço não pode apenas ser formado pelas coisas, os objetos geográficos naturais e artificiais. O espaço é tudo isto mais a sociedade, sendo que a sua forma representa todos os processos sociais característicos de uma sociedade em um dado momento.

O espaço deve ser considerado como uma totalidade e somente pode ser apreendido se separarmos analiticamente o que aparece como característica formal do seu conteúdo social. Sua divisão em partes deve ser operada segundo os "elementos do espaço", que representam apenas uma possibilidade entre as diversas possíveis. A

análise nada mais será do que uma forma de fragmentação do todo que permite ao seu término a reconstituição deste todo.

Os elementos seriam a base de toda a dedução e constituir-se-iam dos homens, das firmas, das instituições, do meio ecológico e das infra-estruturas. Cada elemento equivale a uma categoria.

O estudo das interações entre os diversos elementos do espaço é um dado fundamental de análise. Através dele, recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e igualmente a sociedade como um todo.

Os elementos do espaço devem ser considerados como variáveis. Eles variam e mudam de valor segundo o movimento da História, sendo que o lugar em que se encontram têm um significado perecível.

Cada elemento pode ser encarado de um ponto de vista sistêmico que é em geral comandado pelo modo de produção vigente e em particular pelas condições próprias à atividade correspondente ao lugar. Todas estas condições são definidas para cada formação econômico-social segundo os seus lugares geográficos e seus momentos históricos.

O espaço é um sistema complexo, um sistema de estruturas, em evolução permanente. Tal evolução resulta da ação de fatores externos e internos que causam o chamado movimento, dependente de leis mais gerais. Cada variável não está em função dela própria, mas do seu papel no interior do conjunto. A questão não é levar em conta causalidades mas contextos.

Para análise das mudanças das condições da organização urbana serão adotadas, segundo Milton Santos (1985), as categorias de FORMA, ESTRUTURA, PROCESSO e FUNÇÃO. São elas:

- A) FORMA: é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se ao arranjo ordenado de objetos a um padrão. É o objeto responsável pela execução de determinada função ou várias funções. É governada pelo presente.
- B) ESTRUTURA: implica a inter-relação de todas as partes de um todo. É o modo de organização ou construção definido pelo conjunto de normas que regem a interligação das partes entre si (Santos, 1985, p.13).
- C) PROCESSO: pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer. Implica conceitos de tempo e mudança. Indica o movimento do passado ao presente.
- D) FUNÇÃO: sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma firma, uma pessoa, uma instituição ou coisa. Está diretamente relacionada à forma sendo assim a atividade elementar de que a forma se reveste.

As categorias acima podem ser individualmente enunciadas como foco da organização espacial, porém, se tomadas individualmente, representam apenas realidades parciais. Consideradas em conjunto, entretanto, e relacionadas entre si, elas constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual se pode discutir os fenômenos sociais em sua totalidade.

Destarte, é sobre o prisma destas categorias, muito bem definidas pelo professor Milton Santos, que se pretende analisar o planejamento turístico desenvolvido pelo Estado e sua influência no processo de urbanização nas praias de Canasvieiras e de Jurerê Internacional.

II - ASPECTOS RELATIVOS À ATIVIDADE E AO PLANEJAMENTO TURÍSTICOS

Este capítulo, juntamente com outros que se seguirão, busca tecer considerações pertinentes à temática principal abordada, de modo a resgatar fatos, conceitos e características que, embora estudados de forma fragmentada, possibilitem juntos o entendimento da essência do trabalho como um todo.

Esta etapa do estudo, subdividida em duas partes básicas, pretende ainda relacionar aspectos teóricos relativos à atividade e ao planejamento turísticos. Assim, ao fornecer as primeiras considerações teóricas poder-se-á obter os subsídios necessários para justificar as falhas, os encaminhamentos e os parâmetros utilizados que servirão de base para a análise empírica a ser realizada futuramente.

2.1 - A Atividade Turística

A fim de se atingir o objetivo principal do trabalho convém definir, numa primeira instância, conceitos gerais ligados à atividade turística que permitam o entendimento de suas características básicas, de sua evolução bem como avaliar o interesse do Estado em subsidiar e nortear o desenvolvimento desta atividade em determinado local.

2.1.1 - Definições Preliminares

A Associação Internacional dos Estudos Científicos em Turismo (AIEST), a partir de 1942, estabelece que o turismo¹, decorre de relações e fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora de seu lugar normal de domicílio, motivadas fundamentalmente por uma atividade não lucrativa.

Na prática pode-se dizer que o turismo é uma atividade mundial que serve de ligação entre os povos, tanto dentro como fora dos limites geográficos de um país. Do ponto de vista social é, por conseguinte, uma forma particular do uso do tempo livre e uma forma especial de recreação, relacionada com o prazer, o descanso e o desenvolvimento cultural, embora também possa estar relacionado com algum outro tipo de atividade (Acerenza, 1988).

A partir de 1968 a Comissão Estatística das Nações Unidas e a União Internacional dos órgãos Oficiais de Turismo (UIOOT) pas-

¹Ver, sobre estas definições Acerenza, Miguel A. (1988, p.34-47), que trata detalhadamente sobre cada uma das definições citadas assim como outros conceitos relacionados ao turismo e suas classificações básicas

sam a adotar uma nova definição, não do turismo propriamente dito, mas da pessoa que realiza esta atividade. Isto ocorreu pela necessidade de estabelecer-se uma unidade de medida que permita comparar as cifras turísticas internacionais entre si.

Por TURISTA classifica-se o visitante temporário que permanece ao menos 24 horas no país visitado com o objetivo de lazer e de negócios.

Por EXCURSIONISTA classifica-se o visitante temporário que permanece menos de 24 horas no país visitado.

O termo VISITANTE, que abrange turistas e excursionistas, relaciona-se a qualquer pessoa que visite um país distinto de sua residência habitual por razões que excluam exercer uma ocupação remunerada no país visitado (Castello, 1974).

Cabe lembrar que o fato do estudo do turismo pertencer às ciências sociais faz com que, em determinados casos, possa ser classificado e interpretado de diversas formas, de acordo com a necessidade específica de cada disciplina. Assim, por exemplo existem definições para fins estatísticos, comerciais, econômicos e jurídicos bem como classificações que incluam mais de uma característica da atividade turística.

2.1.2 - O Turismo Através dos Tempos

Embora o turismo seja um modo de deslocamento humano que se delineou a partir de intensas viagens realizadas pela sociedade moderna, proporcionadas por avanços tecnológicos, não se deve esquecer que em épocas anteriores também realizavam-se viagens por motivos diversos. Estas viagens eram porém, limitadas pelos meios

materiais disponíveis, pelos conhecimentos adquiridos e pelas convicções em vigor (Machado, 1985).

Na antiguidade, principalmente as sociedades Greco-Romanas realizavam incursões não só visando o lazer como também para realizar empreendimentos políticos, econômicos, esportivos e sócio-religiosos.

Durante a Idade Média, as peregrinações religiosas converteram-se num acontecimento de época onde as pessoas, por razões de segurança, começaram a viajar em grupos acompanhados de guias de viagem, que especificavam as rotas com detalhes precisos sobre elas.

Do século XVI até meados do século XIX, jovens ingleses, pertencentes às camadas mais abastadas, começam a viajar a fim de completar seus conhecimentos e ganhar experiência pessoal. O potencial comercial, gerado em consequência dessas viagens, proporciona as bases para o posterior desenvolvimento dos centros de lazer (Acerenza, 1988).

Em fins do século XVI desperta-se, por razões medicinais, o interesse pelos banhos termais, cujas propriedades curativas já eram conhecidas na antiga Grécia e no Império Romano. Mais tarde, descobre-se que o mar fornecia as mesmas vantagens minerais das águas termais o que levou, por razões econômicas, ao esvaziamento das termas. Consequentemente, pequenas comunidades rurais - pesqueiras situadas na orla marítima foram transformadas em centros de lazer e de banhos medicinais (Robinson, 1976).

As transformações econômicas e sociais ocorridas em função da Revolução Industrial introduziram as características do turismo atual. Começa a popularização do turismo em consequência da alteração da natureza do trabalho e dos avanços tecnológicos que

ocorreram nesta época.

Ao deslocar o homem do campo para a cidade em função das fábricas, a busca pela natureza e o lazer surgem como soluções para aliviar as tensões do dia-a-dia. Ao mesmo tempo, a gradual introdução de férias regulares e remuneradas aliadas ao desenvolvimento dos meios de transporte também proporcionaram os meios materiais necessários para o crescimento da atividade turística.

É somente no século atual que acontece a efetiva estruturação do turismo. Seu desenvolvimento só é interrompido em decorrência das crises que aconteceram na primeira metade desse século, causadas pela I Guerra Mundial (1914-1918), pela Depressão Econômica, com a crise de 1929 (1929-1933) e pela eclosão da II Guerra Mundial (1939-1945) (Machado, 1985).

Para Young (1973) as guerras, por outro lado, estimularam o desenvolvimento da aviação comercial, através do conhecimento militar, forçaram pessoas a ter interesses em outros países e finalmente fizeram com que o turismo representasse para economistas, governos e acadêmicos uma alternativa de desenvolvimento econômico, principalmente em relação aos países atingidos por elas.

Passados 45 anos desde que o mundo se assentou pós-1945, ocorreu um rápido crescimento do turismo mundial que se deu em virtude da evolução e popularização dos transportes aéreos e terrestres e do surgimento do turismo destinado a grandes massas. As desvalorizações cambiais, as flutuações econômicas e a elevação do nível de renda da população mundial contribuíram para a sua popularização.

Machado (1985) observa que na década de 70, mesmo com as recessões econômicas iniciadas com a crise do petróleo, o turismo continuou manifestando-se como importante instrumento entre os uti-

lizados na pauta de programas para o desenvolvimento social de muitas nações.

A atividade turística passa, assim, a representar uma das soluções para o desenvolvimento sócio-econômico de vários países, principalmente os menos desenvolvidos, constituindo-se num dos fenômenos sociais mais importantes das últimas décadas (Acerenza, 1988) (Anexos 1 e 2).

2.1.3 - Características Produtivas da Atividade Turística

Para melhor se entender as características produtivas da atividade turística² convém introduzir alguns conceitos relativos às motivações de consumo, ao mercado e ao produto turístico, uma vez que segundo Lourdes Sartor (1980, p.13):

"o turismo da forma como se desenvolve em nossos dias é um fenômeno que emerge nos moldes da sociedade de consumo e obedece aos mesmos critérios de produção das demais atividades".

A sociedade atual e principalmente o homem urbano incorporaram o ato de viajar como um novo valor sócio-cultural, que representa o equilíbrio da saúde física e mental. Longas distâncias são percorridas e toda a sorte de dificuldades são enfrentadas para desfrutar-se da natureza, do convívio e do conhecimento de outras culturas ou mesmo para admirar alguma obra de arte ou arquitetura do passado.

²Entende-se por atividade turística o conjunto dos elementos que compõem o mercado turístico correspondente. Esta atividade é formada pelos produtos turísticos (naturais e artificiais) e pelo consumidor, aliados ainda aos setores responsáveis pela sua organização (empresa privada, micro-empresário e governo).

Estas motivações, que não possuem preços nem são compatibilizadas nos custos gerais de uma viagem, representam também as razões que levam ao consumo. O produto efetivamente vendido constitui-se dos bens e serviços que possibilitam o conforto necessário para a realização do lazer e das atrações a ele relacionadas tais como, atividades histórico-culturais e esportivas, comércio, contato com a natureza, etc. Considera-se, assim, o turismo como uma atividade econômica que ao satisfazer as necessidades do turista tem amplos reflexos sociais (Fellini, 1983).

O mercado turístico correspondente, composto de atividades e serviços relativos ao alojamento, a alimentação, aos transportes, ao lazer etc., apesar de visar o lucro e a rentabilidade de seus produtos, distingue-se de outros por ser um tipo de produção que obriga o consumidor a deslocar-se para consumir. Na atividade turística não se remetem mercadorias³, os bens e serviços são consumidos no local de produção. A interdependência estrutural que ocorre entre o setor turístico e os demais setores sócio-econômicos decorre da necessidade de interação global entre os mesmos.

Ressalta-se que, além dos valores naturais e culturais participarem como mercadorias, constituem a base sobre a qual torna-se possível a produção de outros bens e serviços. Toda e qualquer unidade de prestação de serviço será criada em função das matérias primas ambiental e cultural existentes. São estas que caracterizam também o tipo de modalidade turística a ser desenvolvida num determinado local (Sartor, 1980).

³Mercadoria neste contexto, é tudo aquilo que é objeto de comércio, que está à venda. Possuem duplo caráter de valor: Valor de Uso e Valor de Troca. Sobre este assunto ver Marx, Karl. *O Capital*, vol. I, 1968

Segundo Castello (1974), a procura e o conseqüente crescimento turístico podem ser influenciados principalmente por fatores como o aperfeiçoamento dos meios de transporte, a disponibilidade de tempo livre e de melhores salários. A ação desses fatores não pode ser vista separadamente e a estes somam-se ainda características secundárias, que também devem ser destacadas, tais como a concentração da população em meios urbanos, o grau de urbanização, o nível educacional, o gosto, a moda e as condições político-sociais.

Conclui-se que a atividade turística resulta de uma complexa variedade de fatores interdependentes agindo entre si em vários níveis de intensidade. Contudo, para obter-se bons resultados esta atividade deve ser orientada para a completa utilização de seus recursos e produtos de modo a não comprometê-los ou descaracterizá-los.

2.1.4 - Vantagens e Desvantagens

Ao avaliar-se as vantagens e desvantagens pertinentes ao turismo, deve-se considerar que apesar deste ser uma atividade eminentemente espacial e consumidora de espaço, sua influência ultrapassa a questão ambiental e urbana, atingindo também aspectos sociais, culturais, econômicos e administrativos.

Existem vários argumentos que justificam porquê um país deveria promover a sua atividade turística. Entre eles que o turismo é fonte de divisas estrangeiras, gera renda interna e empregos, desenvolve e revitaliza uma região, traz benefícios sociais, permite o equilíbrio entre as áreas mais industrializadas e as menos de-

envolvidas do país, estimula as atividades locais, etc. (Castello, 1974) (Anexos 3 e 4)

Contrapondo-se aos efeitos positivos, a atividade turística apresenta riscos e desvantagens que, pelo desenvolvimento inadequado, podem ultrapassar as vantagens, causando danos principalmente em relação aos aspectos sócio-culturais e ecológicos.

As desvantagens sociais que sempre acompanham o desenvolvimento do turismo estão relacionadas à presença do turista nos locais de produção, que direta ou indiretamente atuam sobre a população local, provocando confronto, entre duas culturas, por menores que possam ser as diferenças entre elas.

O efeito das densidades habitacionais nas cidades turísticas pode provocar um ressentimento nos residentes por terem que dividir seus serviços com os visitantes. Além disso, os empregos gerados pela atividade turística nem sempre oferecem bons salários e boas condições de trabalho e, normalmente, devido a sazonalidade do fenômeno, apresentam pouca estabilidade.

Entre os problemas econômicos que podem surgir da atividade turística em expansão destacam-se a excessiva dependência econômica sobre esta atividade; a perda do controle das taxas econômicas pela ausência de fiscalização e o impacto desfavorável que pode causar à balança de pagamentos, apesar da pretensão em contrário.

Assim, pelo fato da maioria dos países possuir sua atividade turística subsidiada pelo Estado, principalmente nos setores de transporte e de infra-estruturas urbanas, larga soma dos recursos por ele destinada provém dos contribuintes residentes no local. A redistribuição destes recursos cabe lembrar, acaba por beneficiar mais o turista do que a população que contribui diretamente para a sua arrecadação (Young, 1973, p. 136-48).

Finalmente cita-se ainda, os efeitos inflacionários sobre o mercado imobiliário no que se refere ao valor de terrenos e propriedades que, juntamente com outras estratégias do setor imobiliário, tratar-se-á oportunamente no capítulo que aborda aspectos gerais relativos ao processo de urbanização.

Quanto às desvantagens ambientais pode-se dizer que estas refletem o mau uso do espaço turístico, constituindo-se na maior e mais clara consequência do turismo desordenado. Sartor (1980, p.24) cita que a atividade turística se não for bem planejada:

"tende a destruir o conjunto da beleza natural; romper a harmonia das construções tradicionais; poluir praias e locais turísticos; provocar a aparição de equipamentos de estilo vulgar; gerar desproporção entre a produção e o consumo, destruindo a calma e os requisitos para o repouso e a evasão."

A necessidade do homem - turista ou investidor - estar constantemente em busca de novos espaços, onde a paisagem ainda não se integrou ao sistema produtivo de forma efetiva, sem contudo dispensar o conforto causado pela urbanização, contribui ainda mais para causar os prejuízos ambientais e paisagísticos. O turismo, pelo mau uso, tende sempre a atingir mais áreas inexploradas, abandonando as anteriores já deterioradas pelo processo (Sartor, 1980, p.26).

As desvantagens administrativas aparecem, com relação ao domínio da terra e da própria atividade turística, nas mãos dos não residentes e das companhias sediadas em outros locais. Deste modo, os benefícios econômicos não são aplicados no local da produção turística (Young, 1973, p.158).

Acerenza (1988, p.120) afirma que, na prática, o desenvolvimento turístico traz mais vantagens do que desvantagens pois, "ao analisar-se a verdadeira causa dos efeitos negativos que eventualmente ocorrem, é possível observar, na maioria dos casos, que estes obedecem a uma condução errônea resultante de um planejamento inadequado em alguma etapa do seu desenvolvimento".

2.1.5 - O Turismo como Fator de Desenvolvimento de um País

Apesar do aparecimento de possíveis conflitos causados pela promoção da atividade turística sem planejamento⁴ adequado, Acerenza (1988) evidencia que o turismo, através de seus atributos pode contribuir significativamente para o alcance de benefícios nos campos econômico, social, cultural e político de uma nação.

Entre estas contribuições, o desenvolvimento econômico é destacado como um dos mais relevantes, principalmente pelo fato do turismo contribuir para o melhoramento do saldo da balança comercial de um país. O ingresso de seus valores pode ocorrer tanto pela captação de divisas oriundas do turismo internacional, quanto pela diminuição de saída de divisas, oriundas do turismo nacional. Igualmente, a ação da atividade turística reflete-se sobre o incremento do produto interno, através dos gastos efetuados pelos turistas (Anexos 5 e 6).

A tendência do turismo ser útil na correção de desequilíbrios regionais, através do conhecido efeito de compensação eco-

⁴A definição do termo Planejamento encontra-se na página 28 do presente trabalho e refere-se ao conceito utilizado por Horácio M.C. Carvalho, *Introdução à teoria do planejamento*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1978, p.36-7.

nômica, é outro argumento muito utilizado para o desenvolvimento turístico de um país ou região.

A instalação de pólos turísticos em regiões menos desenvolvidas e detentoras de atrativos naturais possibilita a formação de uma balança equilibrada entre estas regiões e as mais industrializadas e desenvolvidas do país. Desta forma, o fluxo monetário resultante do turismo permite inserir estas zonas "externas" no processo de expansão do resto do país, assegurando uma distribuição de renda mais igualitária.

A provisão de serviços turísticos, por outro lado, desenvolve os mercados regionais e locais os quais, através da existência do efeito multiplicador da economia, estimulam e ativam a economia da região. Este efeito permite que os recursos deixados pelo turista percorram os vários setores da economia de um país, ativando e incrementando a renda nacional⁵.

O ingresso de valores oriundos da chegada dos visitantes representa para um município ou região uma exportação invisível, que se transfere para os vários segmentos da sociedade local (Felline, 1983). Esta transferência pode ocorrer de forma direta, pelo pagamento de bens e serviços turísticos, e de forma indireta, através da geração de rendas fiscais pelo poder público municipal, arrecadados em suas diferentes formas (Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, Imposto Sobre Qualquer Natureza - ISQN, Imposto Circulação Mercadorias - ICMs, etc.).

Naturalmente, todas estas contribuições dependerão, em

⁵Sobre este assunto cabe lembrar que a atividade turística, pela necessidade de infra-estruturas e de recursos humanos e naturais, provoca o surgimento de um ciclo no qual as divisas oriundas desta atividade podem ou não transformar-se em investimentos turísticos. Cf. Alberto Sessa, *Turismo e política de desenvolvimento*. Trad. Lourdes Felline Sartor. Porto Alegre: UNIOTUR, 1983, p.55-6.

termos econômicos, da participação dos setores que tratam diretamente da atividade turística, da existência de um tratamento específico para o turismo como atividade exportadora e do nível de evasão fiscal imperante.

Entre os benefícios que podem ser alcançados no campo social destacam-se a geração de empregos⁶, através do fortalecimento das unidades produtivas do setor (transportes, serviços complementares, alojamentos, alimentação, etc.) (Anexo 4), o descanso e o entretenimento da população. A contribuição do turismo, em termos de lazer populacional, pode ocorrer principalmente através do desenvolvimento de um turismo interno, destinado a atingir todos os estratos sociais.

No campo cultural destaca-se que a contribuição do turismo pode ser determinada pela proteção do patrimônio histórico-cultural; pela revitalização das tradições culturais e pelo incremento do nível educacional das populações, que passam a ter um maior conhecimento de seu país e de suas tradições (Acerenza, 1988).

Finalmente, no que concerne ao campo político, o turismo pode contribuir proporcionando maior integração nacional e internacional, geradas pelo intercâmbio entre residentes do próprio território e fora dele; pela projeção de uma imagem positiva do país no exterior e pela reafirmação da soberania e segurança nacional, especialmente em zonas fronteiriças e regiões pouco povoadas.

Logicamente, as possibilidades que existem no emprego do turismo irão depender das características próprias de cada país e da existência de um plano turístico que trate integralmente de to-

⁶Segundo Miguel A. Acerenza, este efeito pode ser considerado tanto como contribuição do turismo no alcance de metas no campo social ou econômico. Ver autor, *Administración del Turismo: conceptualización y organización*. 3. ed. México: Trillas, 1988, v.1, p.130-1.

dos os aspectos relacionados à atividade turística. Fora deste contexto, corre-se o risco de agravar-se ainda mais os problemas regionais e locais, especialmente os que dizem respeito aos campos social e ambiental.

2.1.6 - A Necessidade do Planejamento Turístico

A prática mostra que as localidades que desenvolvem suas potencialidades turísticas de forma espontânea, com ausência de diretrizes e critérios racionais de ocupação, ingressam num irreversível processo de deterioração e desarticulação em relação ao ambiente (Anexo 7). Este fato decorre das atividades econômicas que surgem em função do turismo por si só tenderem a destruir os recursos naturais, urbanos e sócio-culturais, que se constituem nas matérias-primas indispensáveis para a produção turística (Sartor, 1980).

O turismo porém, pode ser agente de minimização destes desgastes se sua produção estiver compatibilizada com o meio, pela adoção de diretrizes que se fundamentem em critérios que salvaguardem seus recursos.

O planejamento conjuntamente com sua execução e controle, constitui-se num meio necessário para que os governos e firmas apliquem adequadamente seus recursos, de modo a alcançar seus objetivos. No caso do turismo, por tratar-se de um fenômeno complexo de caráter multidisciplinar, exige-se um tratamento interdisciplinar e integrado a fim de que as medidas de proteção adotadas justifiquem e contribuam para transformá-lo num empreendimento econômico produtivo (Sartor, 1980).

O planejamento consiste em determinar os objetivos do trabalho, ordenar os recursos materiais e humanos disponíveis, determinar os métodos e técnicas a serem empregados, precisar a forma de organização e as especificações necessárias para se atingir as metas desejadas. Enfim, é a seleção consciente de determinada linha de ação que se diferencia das ações adotadas por costumes, impulsos irracionais ou desconhecimento (Acerenza, 1985).

Seu desiderato final visa o desenvolvimento do bem-estar social a ser colocado em prática através do mecanismo **Econômico**, que acumula recursos para a sua promoção; **Administrativo**, que organiza o sistema para a realização do seu desenvolvimento e **Físico**, que organiza o espaço promovendo a interação entre o homem e o meio.

A identificação dos problemas consiste no degrau fundamental para o planejamento turístico pois cada país ou região, de acordo com seus antecedentes, terá seus problemas variando em grau e intensidade. O que é bom para um país pode não ser para outro (Castello, 1974).

Assim, como ver-se-á oportunamente, o planejamento turístico deve obedecer a uma seqüência lógica, que culmine na formulação de um plano, por meio do qual toda e qualquer ação futura será orientada. O plano deverá conter um pormenorizado esquema de ação no qual figurem as atividades por desempenhar, a ordem de efetua-las assim como a distribuição dos recursos, os prazos de realização e a responsabilidade quanto a sua execução (Acerenza, 1985).

Cabe lembrar que a adoção destes critérios, na prática, apenas minimizam os impactos negativos causados pelo desenvolvimento da atividade turística. Como afirma Sessa (1983, p.33):

"Da contradição entre teoria e a prática surge a necessidade de proceder-se a um maior aperfeiçoamento da investigação teórica, que avançará através da determinação mais exata do fenômeno real objeto da observação".

2.1.7 - O Papel do Poder Público

Felline (1983, p.25) ressalta que o poder público "tem a responsabilidade de eleger ou não o turismo como atividade econômica e social" de um país. Entretanto, feita a opção, caberá a ele definir as linhas específicas de procedimento para o setor turístico. Estas linhas devem ter por objetivo não só solucionar os problemas intrínsecos da atividade turística como também relacioná-las com os outros interesses nacionais.

Caberá ao Estado definir estas diretrizes de procedimento por ser ele "uma corporação ordenada e organizada política, jurídica e administrativamente" que por ter uma visão de conjunto, tem capacidade para decidir uma unidade sem perder a inter-relação desta com as outras que lhes são interdependentes (Acerenza, 1988, p.226).

Conseqüentemente, à administração pública⁷ caberá as funções básicas de formular, executar e supervisionar as atividades desenvolvidas nos planos e programas correspondentes. As funções de coordenar e de arbitrar a atividade turística também competem ao poder público. "No ato de coordenar, encerram-se ações de estimula-

⁷O conceito de Administração Pública pode ser entendido como "a atividade que realiza o Estado para satisfazer seus fins, através do conjunto de organismos que compõem o ramo executivo do governo" (incluem-se os procedimentos e as funções administrativas). Cf. W. Jiménez Castro, *Administración Publica para o Desarrollo Integral*, Fondo de Cultura Económica, México, 1975, p.162 (citado por Miguel A. Acerenza, op.cit., 1988, p.231).

dor e de fiscalizador do conjunto produtivo" (Felline, 1983, p.34).

Como agente estimulador, o poder público pode, entre outras funções, incentivar a iniciativa privada, visando um desenvolvimento mais intenso e harmônico; orientar e financiar projetos que tragam benefícios sociais e econômicos; criar e atualizar normas para regular e garantir a correta utilização dos valores e atrativos existentes; corrigir desajustes mediante ações diretas e indiretas; realizar atividades de promoção e finalmente criar políticas creditícias e fiscais.

Como agente fiscalizador, pode atuar defendendo os recursos turísticos, o consumidor e a população que recebe o turista; controlando o equilíbrio entre a oferta e a demanda; e estabelecendo o cumprimento das normas e das políticas de apoio ao turismo social⁸.

Assim, torna-se evidente o papel do poder público como gerente do processo. Em consequência, deve definir com clareza os critérios de investimentos; as necessidades de infra-estrutura de base e a classificação; a fiscalização da infra-estrutura hoteleira e de serviços turísticos.

Por último, tem o dever de formar e treinar a mão-de-obra profissional, conscientizar a comunidade como um todo e identificar o potencial turístico do país, através da administração de todos os aspectos relativos à oferta e à demanda turística.

A combinação destas possibilidades servirá de base para a realização de uma estratégia geral de turismo. Esta estratégia se

⁸Por turismo social entende-se as atividades de turismo que visam atender a todos os segmentos da sociedade. Entre seus principais programas destacam-se o turismo de terceira idade, estudantil e operário bem como, os albergues da juventude. Fonte: Jornal de Santa Catarina, de 18/02/88.

realiza através do planejamento turístico, que tem no poder público o organismo intelectual e na comunidade e iniciativa privada o organismo executor. Ambos devem estar perfeitamente integrados entre si.

Cabe lembrar porém que existe uma diferença entre o papel ideal a ser desenvolvido pelo Estado e a prática observada. No decorrer do trabalho surgirão subsídios para que se entenda e alcance algumas das respostas concernentes a esta contradição.

2.2 - O Planejamento Turístico

Nesta segunda instância, pretende-se definir aspectos conceituais e formais ligados ao processo de planejamento turístico desenvolvido nas três escalas governamentais, a fim de que se possa entender o mecanismo deste processo e, mais tarde, compará-lo com o que efetivamente vem ocorrendo na realidade.

2.2.1 - Considerações Gerais sobre o Planejamento

Apesar de existirem inúmeras definições para o planejamento, as proposições abaixo relacionadas envolvem conceituações que independem do campo de ação onde serão aplicadas.

Carvalho (1978, p.35-6) define o planejamento⁹ como sendo

⁹Para uma consulta detalhada sobre o conceito de Planejamento é conveniente a leitura das páginas 30 a 38 da obra de Betty M. Lafer, Planejamento no Brasil, 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1975, p.30.

"um processo sistematizado através do qual poderemos dar maior eficiência a uma atividade para, num prazo maior ou menor, alcançar o conjunto de metas estabelecidas".

Este processo é formado por diversas fases interligadas, de maneira a formar um todo coerente e harmonioso. A decisão de planejar, a elaboração do plano em si e a sua implementação constituem-se nas etapas principais que fazem parte do processo de planejamento.

A decisão de planejar é essencialmente política, baseada no conhecimento da realidade. Está "intimamente relacionada com o objetivo final que se propõe alcançar" e tem por objetivo alocar recursos para por em prática a estratégia política estabelecida (Carvalho, 1978, p.36).

A implementação do plano também é um fenômeno político que relaciona a política com a administração. Através desta fase, pode-se não só comparar o quanto dos valores alocados se efetivou como também acompanhar, controlar e avaliar o desempenho das operações realizadas para sua implementação.

O plano, os programas e os projetos¹⁰ em contrapartida, são documentos de caráter técnico que retratam as decisões tomadas num determinado momento, para serem executadas num período futuro. Estes itens porém, sem serem executados perdem o sentido de realização, pois tratam-se de atividades meio, instrumento para se alcançar o objetivo final. Devem conter "atividades, dispositivos institucionais, medidas administrativas ou normas legais que facilitem a compreensão dos objetivos, das formas de execução e das

¹⁰Consultar Horácio M. Carvalho, op.cit., p.31. Para melhores esclarecimentos a respeito de Planos, Programas e Projetos ver as Páginas 38 a 42.

responsabilidades" que deverão ser assumidas por cada um dos agentes interessados no eficiente desenvolvimento dos mesmos (Carvalho, 1978, p.31).

Acerenza complementa que o processo de planejamento pode ser classificado tanto pelo "âmbito da realidade econômica que abarque, quanto pela área geográfica ou espaço territorial o qual esteja referido" (Acerenza, 1988, p.128-9).

A classificação econômica pode ser dividida em global ou setorial. No planejamento global todos os setores da economia são tratados em conjunto. No planejamento setorial, ao contrário, só um setor particular da economia é referido. Neste tipo de planejamento são estabelecidas ações específicas para cada um dos setores, para que estes, juntos, colaborem para o alcance de metas estabelecidas no plano global de desenvolvimento.

A classificação geográfica, por outro lado, divide o planejamento a nível nacional, estadual ou municipal. O planejamento nacional tem suas ações abrangendo todo o território de um país. A ele cabe eliminar as possíveis diferenças de objetivos entre os governos estaduais e municipais. Sua atitude difere destes por estar mais preocupado com os aspectos sociais e econômicos gerais do que com o desenvolvimento de uma atividade específica, restrita a uma área do país.

O planejamento estadual tem suas ações abrangendo só um estado ou zona específica. A ele cabe minimizar as diferenças regionais, a partir de um enfoque integral, que contribua para um maior desenvolvimento nacional. É nele que o planejamento nacional se expressa mais detalhadamente para o alcance de seus objetivos.

O planejamento municipal, também chamado de local ou urbano, tem suas ações referidas a um centro urbano específico. A ele

cabe a função de identificar a oferta, a demanda e os aspectos que irão auxiliar no dimensionamento da estrutura orgânica e das infra-estruturas proporcionais ao setor produtivo desejado.

2.2.2 - Conceito e Histórico do Planejamento Turístico

Castello (1974, p.107) define o planejamento turístico em seu escopo econômico como sendo "a ação planejada do governo em torno de uma ótima utilização da capacidade do turismo em propiciar o crescimento econômico de uma nação".

Em termos de evolução histórica¹¹, o país que primeiro iniciou o planejamento turístico por parte do Estado foi a França, em fins da década de 1940. Entretanto, é somente a partir de 1960 que esta atividade começa a se generalizar na Europa e na América.

Os primeiros planos nacionais de desenvolvimento turístico preocupavam-se em hierarquizar uma série de pólos turísticos em torno de uma infra-estrutura comum. Desta forma, visavam dinamizar o turismo regional e conseqüentemente, trazer benefícios em termos sociais e econômicos para toda a região afetada.

Este processo de planejamento, que prevaleceu durante toda a década de 1960, privilegiava o enfoque urbanístico sem considerar com isto, a problemática do turismo de forma integral. Seus planos fundamentavam-se em detalhadas análises e avaliações dos recursos turísticos (naturais e urbanos) existentes no país, tendo como função maior servir de guia para o setor privado realizar seus

¹¹Os antecedentes sobre o planejamento formal do turismo por parte do Estado foram estudados por Miguel A. Acerenza, *Administración del Turismo; planificación y dirección*, México: Trillas, 1985, p.39-58

investimentos.

A partir de 1968, um novo enfoque para o planejamento turístico começou a ser desenvolvido na Europa. Tentou-se nesta fase, adaptar ao desenvolvimento turístico metodologias e técnicas já experimentadas em outros campos da atividade econômica. Privilegiava-se assim, o enfoque econômico e novamente o planejamento turístico não era considerado em sua totalidade.

Durante os anos 70, surge porém um tipo de planejamento que objetiva enfocar integralmente o desenvolvimento turístico, do ponto de vista do papel do Estado. Destaca-se nesta fase, o aspecto administrativo, que se preocupa não só com a formulação de um plano como também com a sua operacionalização. Desta forma, aspectos como determinação de prazos, meios e responsabilidades de execução passam a ser considerados. A especificação de programas de ação incluindo a organização institucional, o fomento, o marketing, a fiscalização, a análise de impactos e a formação de recursos humanos também passam a fazer parte do planejamento turístico (Acerenza, 1985, p.54).

2.2.3 - O Planejamento Turístico Nacional

As primeiras tentativas de planejamento no Brasil referiam-se a aspectos econômicos e datam da década de 1940. Entretanto, até 1956, a preocupação básica consistia em estabelecer propostas, diagnósticos e medidas setoriais.

A partir desta data, com o governo Kubitscheck, surge o Plano de Metas, que "pela complexidade de suas formulações e pela profundidade de seu impacto, pode ser considerado como a primeira

experiência efetivamente posta em prática de planejamento governamental no Brasil" (Lafer, 1975, p.30).

O planejamento turístico, por outro lado, começa a ser estruturado no Brasil a partir de 1966, com a criação do Sistema Nacional de Turismo¹². Sua finalidade máxima consistia em elaborar e implantar a Política Nacional de Turismo¹³, que visava criar condições e estimular o desenvolvimento do turismo nacional e internacional.

Em consequência, surgem no início da década de 1970 os primeiros estudos, que pretendiam desenvolver o turismo no litoral compreendido entre a cidade do Rio de Janeiro e o porto de Santos. Denominado de Projeto Turis¹⁴, envolvia especialistas nacionais e internacionais, tendo por objetivo fazer um diagnóstico e avaliar as possibilidades turísticas da região.

É somente a partir de 1971, com o surgimento dos Planos Nacionais de Desenvolvimento¹⁵ (P.N.D.s) que o turismo passou a se constituir oficialmente em um dos vários setores que compõem a economia do país. Estes planos, criados através da Lei nº 5.727 de 04 de novembro de 1971, tinham por objetivo definir as estratégias nacionais de desenvolvimento.

O I P.N.D., válido para o período de 1972 a 1974, deter-

¹²Convém acrescentar que o Sistema Nacional de Turismo será tratado oportunamente no tópico referente ao órgão Nacional de Turismo nas páginas 37, 38 e 39 do presente trabalho.

¹³A conceituação da Política Nacional de Turismo encontra-se nas páginas 34 a 37 do presente trabalho.

¹⁴Ver Miguel A. Acerenza, op.cit., 1985, p.44-5.

¹⁵Cf. Ewerton V. Machado, "Aspectos do Planejamento no Brasil", In Turismo uma avaliação da realidade sergipana. Florianópolis: UFSC, Monografia de Especialização em Geografia, 1985, p.23-6. Ver também MINTER:

I P.N.D., Diário Oficial, 12 de dezembro de 1971.

II P.N.D., Versão Preliminar, 1975.

III P.N.D., Projeto, 1979.

I P.N.D. da Nova República, 1985.

mina através da Ressalva nº 03, que o turismo deve ser desenvolvido em regiões propícias e com condições favoráveis para tal expansão.

O II P.N.D., válido para o período de 1975 a 1979, esboça e define as primeiras intervenções em termos turísticos. A região Sul, pelas grandes potencialidades apresentadas, foi considerada prioritária e estudos classificando suas "zonas turísticas" foram estabelecidos. Em cada um dos três Estados do Sul, estes estudos visavam selecionar as áreas que apresentassem melhores condições para o desenvolvimento turístico.

O III P.N.D., válido para o período de 1980 a 1985, teve como preocupação essencial em termos turísticos, compatibilizar a sua expansão com a situação da balança de pagamentos e da crise energética nacional. Pretendia-se com isto gerar maiores divisas, mais empregos e minimizar as disparidades regionais.

Para este intento, deveriam ser desenvolvidos programas objetivando o aperfeiçoamento do sistema institucional turístico; o aprimoramento da infra-estrutura básica e a dinamização dos fluxos turísticos, principalmente no Nordeste e na Amazônia.

O I P.N.D. da Nova República, válido para o período de 1986 a 1989, tinha por fim incentivar a atividade turística nacional, promovendo-a no exterior pela conjugação de esforços entre as entidades nacionais, estaduais e municipais.

2.2.4 - A Política Nacional de Turismo

A Política Nacional de Turismo, estabelecida pelo Decreto-Lei nº 05 de 18/11/66, e regularizada pelo Decreto-Lei nº 60.224 de 16/02/87, é de competência do Governo Federal, que através do

Sistema Nacional de Turismo formula e executa seus objetivos.

Segundo a Legislação Brasileira de Turismo¹⁶, compreende-se por Política Nacional de Turismo "o conjunto de diretrizes e normas integradas em um planejamento de todos os aspectos ligados ao desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional"¹⁷. Entre seus objetivos destacam-se o desenvolvimento e estímulo do turismo nacional e internacional e a preservação do patrimônio cultural e natural do país. Entre suas preocupações destacam-se o condicionamento e a determinação da ação executiva.

O alcance destes objetivos será feito através do desenvolvimento de Políticas Básicas¹⁸ que tem como preocupação a socialização do turismo, a difusão dos valores permanentes da cultura do país, a formação e o aperfeiçoamento dos recursos humanos do setor e finalmente, o fortalecimento e o amparo do capital nacional empregado no setor.

Do ponto de vista organizacional, as Políticas Básicas serão as diretrizes práticas da Política Nacional de Turismo. Cada uma delas será desdobrada em programas, projetos e atividades de âmbito internacional, nacional e regional, que acompanhadas dos instrumentos necessários a sua implementação constituirão o Plano Nacional de Turismo.

¹⁶A Legislação Brasileira de Turismo encontra-se no chamado TUR-LEX, constituído por dois volumes. Entre seus principais Decretos, no volume I, destacam-se os que dispõem e criam o Conselho Nacional de Turismo, a Política Nacional de Turismo, a EMBRATUR, etc. No volume II, destacam-se os que dispõem sobre os incentivos fiscais, as áreas prioritárias, o FUNGETUR e o antigo Fiset, extinto em 1989.

¹⁷Ver EMBRATUR, Legislação Brasileira de Turismo, Decreto nº 60.224 de 16 de fevereiro de 1967, v. I, cap. I, p. 21.

¹⁸Cf. EMBRATUR, Política Nacional de Turismo, Documento Preliminar, 1977, p. 7-19

O Plano Nacional de Turismo, de duração plurianual, através de seus programas e projetos, orienta a alocação de recursos, quantifica as metas a alcançar e os cronogramas de trabalho a serem executados.

A Política Nacional de Turismo, segundo a EMBRATUR, será implantada através de instrumentos legislativos adequados, que juntos possibilitam ao Sistema Nacional de Turismo as condições indispensáveis para a concretização das Políticas Básicas adotadas. Estes instrumentos legislativos, pelos quais os órgãos do sistema implantam as Políticas Básicas, abrangem a área institucional, de estímulos fiscais, de fomento ao fluxo do turismo e de preservação do patrimônio natural e cultural.

Entre estes pode-se destacar os seguintes Decretos¹⁹:

- a) Decreto-Lei nº 1.191, de 27/10/71 - Dispõe sobre a criação do Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), que se destina a fomentar e a prover recursos para o financiamento de obras, serviços e atividades turísticas consideradas de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional.
- b) Decreto-Lei nº 1.376, de 12/12/74 (regularizado pelo Decreto-Lei nº 1.514, de 30/12/76) - Cria o Fundo de Investimento Setorial (FISSET-TURISMO), que visa beneficiar obras e empresas de empreendimentos turísticos através de um montante arrecadado pelo Imposto de Renda.
- c) Lei nº 6.513, de 20/12/77 - Contempla os aspectos fundamentais sobre a questão da utilização do espaço com a finalidade turística, estabelecendo normas relativas a sua utilização. Determina

¹⁹Ver EMBRATUR, op.cit., 1977, p.20-3.

a criação de áreas especiais de interesse turístico, dando-lhes funções definidas.

- d) Decreto-Lei nº 86.176, de 06/07/81 - Define, no âmbito federal, as áreas especiais de interesse turístico, bem como a proteção dos bens de valor cultural e natural.

Existem ainda dentro da Legislação turística outros Decretos que tratam especificamente dos meios de hospedagem e de transportes, das agências de viagens, dos acampamentos, dos restaurantes e da organização de congressos e outros eventos.

2.2.5 - Os órgãos Nacionais de Turismo

Como se viu, ao Estado cabe as funções de formular, executar e supervisionar o planejamento turístico. Logicamente, para desenvolver estas funções requer toda uma série de órgãos e instituições os quais, em relação aos planos e projetos a serem executados e supervisionados, têm responsabilidades específicas. São eles os Ministérios, as Secretarias de Estado e as entidades autônomas ou descentralizadas.

Estes organismos e instituições, dependendo da orientação que o governo dê à atividade turística, ocuparão diferentes posições hierárquicas dentro da sua estrutura administrativa. Na prática observa-se que não existe uma estrutura institucional considerada como modelo e que portanto possa ser aplicada em todos os países.

Isto ocorre principalmente pelo fato do turismo ser considerado ora um fenômeno social, que gera efeito de ordem econômica, cultural e ecológica, e ora ser considerado um fenômeno econô-

mico. Cabe lembrar que, independentemente de ser um fenômeno social ou econômico, o turismo pode contribuir para se atingir os objetivos nos mais distintos campos da atividade nacional (Acerenza, 1988).

Castelli (1986) afirma que a despeito da compartimentação empregada, deve haver um espírito de cooperação entre os órgãos turísticos de modo que as diferentes ações executadas por eles estejam integradas entre si.

Estas ações serão, de um modo geral, coordenadas e estimuladas pelo órgão nacional de turismo. Este órgão é "a instituição motora suprema em matéria de turismo tendo como missão formular, orientar e executar a política turística geral do país" (Castelli, 1986).

No caso brasileiro trata-se de uma organização estatal, criada pelo Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966²⁰, chamado de Sistema Nacional de Turismo. Este é constituído pelo Conselho Nacional de Turismo (CNTur), pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e pelo Ministério das Relações Exteriores.

Além destes, integram o Sistema Nacional de Turismo os órgãos regionais e locais de turismo e outros órgãos e entidades públicas e privadas credenciadas através de contratos, convênios, ajustes e acordos.

Ressalta-se que até 1966, o turismo nacional não estava definitivamente estruturado existindo apenas a Divisão de Turismo e Certames, vinculada ao Departamento Nacional do Comércio. Após anos de estudos desenvolveram-se os trabalhos para a criação do Sistema

²⁰ Este documento, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 60.224 de 16 de fevereiro de 1967, trata dos aspectos relativos à Política e o Sistema Nacional de Turismo. Ver EMBRATUR, op.cit., 1982, p.2.1-2.7

Nacional de Turismo.

Ao Conselho Nacional de Turismo compete, entre suas principais atividades, formular, coordenar e dirigir a Política Nacional de Turismo; expedir normas de disciplinas e fiscalização das operações da EMBRATUR; participar de entidades internacionais de turismo, conceder autorização para exploração dos serviços turísticos em todo o território nacional e aprovar o plano geral de aplicação dos recursos da EMBRATUR. O CNTur é presidido pelo Ministro da Indústria e Comércio e constituído de representantes em órgãos federais e da iniciativa privada.

À EMBRATUR, por outro lado, cabe executar as normas adotadas e incrementar as atividades turísticas nacionais. Entre outras atividades, financia, coordena e executa os planos, programas, projetos e iniciativas; propõe ao CNTur os atos normativos necessários à promoção da Política Nacional de Turismo; celebra contratos e convênios a fim de movimentar recursos; registra e fiscaliza as empresas turísticas. Finalmente promove e incentiva a criação e o desenvolvimento do ensino técnico das atividades vinculadas ao turismo.

Ao Ministério das Relações Exteriores, segundo a Legislação Turística Brasileira, cabe a função de divulgar a atividade turística nacional.

2.2.6 - O Planejamento Turístico Estadual

O I Plano de Desenvolvimento Turístico para a Região Sul foi um dos precedentes para o início efetivo do planejamento turístico no Estado de Santa Catarina. Elaborado em 1969, através do Mi-

nistério do Interior e da SUDESUL, visava criar um esquema geral de estudos necessários para a promoção do desenvolvimento turístico nos três Estados do Sul. Pretendia estabelecer prioridades, selecionando as zonas de interesse turístico, e realizar um levantamento total dos dados básicos existentes (MINTER/SUDESUL, 1970).

Ainda nesta época, sob a coordenação do Departamento Autônomo de Turismo (DEATUR) - primeiro órgão estadual a tratar especificamente da questão turística - promoveu-se o I Encontro Catarinense de Turismo e criou-se, em convênio com a EMBRATUR e o BNH, o BESC-Turismo, que visava viabilizar projetos turísticos e hoteleiros.

Após a elaboração deste plano não ocorreu nenhuma outra tentativa de elaborar-se um Plano de Desenvolvimento Turístico exclusivo para o Estado de Santa Catarina. Os governos precedentes²¹ preocuparam-se em estabelecer planos gerais de Governo que tinham como políticas explorar ao máximo o potencial turístico do Estado, estimular o turismo mediante programas de colaboração financeira e de ordem fiscal e promover a integração entre governo e empresários.

²¹As informações sobre a evolução histórica do planejamento turístico estadual basearam-se nos seguintes Planos e Programas Estaduais de governo:

Plano de Metas do Governo Celso Ramos (1961-1965), SC, 1962.

Programa de Governo do Estado de SC, Governo Ivo Silveira (1966-1970), SC, 1969.

Ação Catarinense de Desenvolvimento, Governo Colombo Machado Salles (1971-1974), SC, 1973.

Plano de Governo do Governador Antônio Carlos Konder Reis (1975-1979), SC, 1975.

Plano de Ação do Governo Jorge Konder Bornhausen (1979-1983), SC, 1979.

Plano de Ação do Governo Esperidião Amin (1984-1987), SC, 1984.

Plano de Governo do Governo Pedro Ivo Campos (1987-1991), SC, 1986.

É somente a partir de 1980²² que houve maior preocupação em estruturar-se as informações a respeito do turismo no Estado de modo a promover sua integração turística. A divulgação turística, os investimentos em termos de infra-estrutura e o incremento da receita turística também figuram entre os objetivos a serem alcançados pelo Governo Estadual.

2.2.7 - O órgão Estadual de Turismo

Segundo Castelli (1986, p.76), nestes últimos 20 anos "houve um grande despertar dos estados brasileiros para a importância do turismo". Consequentemente, em todo o Brasil criaram-se inúmeros organismos com o objetivo específico de se ocuparem do setor em termos estaduais.

A estrutura organizacional que foram assumindo não seguiu uma padronização e dependendo do Estado vincularam-se à Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo; à Cultura, Desportos e Turismo; à Indústria e Comércio e até mesmo às companhias mistas, como foi o caso da HIDROMINAS em Minas Gerais.

Em Santa Catarina o turismo estadual está vinculado a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo através da SANTUR²³, órgão oficial de turismo, que tem por objetivos gerais interiorizar a atividade turística e investir no seu desenvolvimento através da

²² Criaram-se respectivamente, o Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis (1981) e o Plano Diretor dos Balneários (1984). Ambos serão tratados no capítulo referente ao Estudo de Caso.

²³ Anteriormente chamada de CITUR, teve seu nome alterado em 1987, no Governo Pedro Ivo Campos, com o objetivo de promover maior relação com o produto turístico de Santa Catarina.

iniciativa privada. A preparação de recursos humanos para o setor, a proteção do meio ambiente e promover a integração do Estado também fazem parte de seus objetivos.

2.2.8 - O Planejamento Turístico Municipal

Até a década de 1970 não houveram maiores intervenções por parte do poder público municipal no que tange aos aspectos relativos ao desenvolvimento turístico. É somente após a construção da BR 101 e das rodovias estaduais, ligando a cidade de Florianópolis a outros Estados e as praias do interior da Ilha de Santa Catarina, que ocorre maior preocupação com relação ao planejamento turístico regional e municipal (Sostisso, 1990).

Esta preocupação porém, só foi concretizada com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis (IPUF, 1981) e do Plano Diretor dos Balneários da Ilha de Santa Catarina (IPUF, 1984).

O primeiro tem como objetivo programar as ações do poder público e oferecer orientação a iniciativa que atua no setor. Abrange oito municípios do Aglomerado Urbano de Florianópolis e define, de acordo com a oferta e a demanda da região, o tipo de intervenção compatível com o turismo a ser realizado na área.

O Plano Diretor dos Balneários, em contrapartida, limita-se a Ilha de Santa Catarina e preocupa-se mais com o uso e a ocupação do solo de seus balneários. Tem como objetivos sintetizar "as novas relações sociais resultantes da sucessão, invasão, ocupação de agentes investidores" no interior da Ilha de Santa Catarina, propor a preservação de áreas de interesse econômico e paisagístico

e reservar, a cada uma das principais praias ocupadas pelos turistas, uma urbanização específica que dê prioridade aos investimentos de caráter turístico (Sostisso, 1990, s.p.).

A nível da iniciativa privada surge o Plano Quinquenal de Turismo também encaminhado à Câmara Municipal para aprovação, do qual falar-se-á no item que se segue.

2.2.9 - O órgão Municipal do Turismo

Castelli (1986, p.78) afirma que os órgãos municipais de turismo "constituem-se numa das bases indispensáveis do processo de desenvolvimento turístico" e a eles cabem as funções de conscientizar e dinamizar a comunidade local dando toda a assistência no processo de encontro entre visitantes e visitados.

Observa-se em consequência que, de um modo ou de outro, os diferentes municípios brasileiros têm se preocupado com a questão do turismo e igualmente ao que ocorre em termos estaduais, cada um cria e estrutura seu órgão de turismo de acordo com sua própria realidade. Verifica-se assim, uma grande variedade de denominações e subordinações das quais se destacam as secretarias, os departamentos, as autarquias, os setores, as empresas e outros.

No caso do Município de Florianópolis, compete à Secretaria de Turismo (SETUR) a responsabilidade pelo turismo municipal. O Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis propôs a criação do Conselho de Desenvolvimento Turístico a nível do aglomerado urbano e o Conselho Municipal de Turismo. No que se refere a estrutura organizacional da SETUR, "deverá ter uma unidade especificamente estruturada para dar iniciativa as tarefas

do marketing" através da ampliação do Departamento de Turismo (IPUF, 1981, p.272).

Cabe lembrar que, a partir de julho de 1990, surge a Fundação Pró-Turismo de Florianópolis (PROTUR), sociedade civil mantida por empresários e associações sem fins lucrativos. Entre seus objetivos destacam-se a divulgação do turismo e a captação e a promoção de eventos na Ilha de Santa Catarina. Pretende alcançá-los através do Plano Quinquenal de Turismo e de folhetos e revistas especializadas. O Plano contou com a participação do "trade" turístico da cidade, tendo sido encaminhado ao Prefeito e dispõe de propostas de execução²⁴ (Anexo 8).

2.2.10 - O Planejamento Turístico Frente ao Estado

Naturalmente, diante de tudo que foi exposto, observa-se que existe uma "intenção"²⁵ por parte do Estado para que o planejamento turístico desenvolva a atividade turística do ponto de vista ideal, isto é, trazendo o máximo de benefícios não só para a comunidade afetada como também para todo o país.

Porém, Castelli destaca o posicionamento do próprio Estado entre as principais causas que contribuem para o deficiente desenvolvimento da atividade turística.

Primeiramente "um país ao desejar o seu desenvolvimento através do turismo deve ser devidamente preparado para receber todo

²⁴Os dados referentes a estas afirmações foram colhidas mediante entrevista realizada com Amilton Pelluzo em 10 de agosto de 1990.

²⁵Ao menos teoricamente, cabe ao Estado defender os interesses da população. Oportunamente o papel do Estado como um dos agentes do processo de urbanização será tratado. Ver Roberto L. Corrêa, op. cit., p.23.

o impacto por ele proporcionado". Pode acontecer que uma nação preencha todos os requisitos em termos de condicionantes naturais porém, o poder público, por considerar outras atividades mais importantes, não se prepara no tocante aos aspectos de infra-estrutura ou de conscientização cultural. Em contrapartida o mesmo pode ocorrer, se houver um excessivo incentivo por parte do poder público na ânsia de conquistar mercados turísticos (Castelli, 1986, p.56) (Anexo 9).

Felline acrescenta que é "importante dimensionar-se a oferta turística proporcionalmente à demanda". Isto significa ter-se o conhecimento da oferta tanto sob o ângulo dos recursos naturais e humanos, quanto da infra-estrutura complementar receptiva da localidade. É somente a partir da consciência do déficit infra-estrutural que se pode propor um planejamento turístico compatível com o mercado da região (Felline, 1983, p.21-2).

Um outro problema a ser ressaltado é que grande parte dos mecanismos estabelecidos em prol da efetivação e dinamização dos planos e projetos turísticos nacionais apresentam fragilidades quanto ao caráter operacional.

Para Galvan (1990) isto ocorre, entre outros fatores, devido ao conflito existente dentro da própria estrutura organizacional do Estado. Este conflito reflete-se no tempo e no espaço. No tempo, devido à falta de continuidade política dos planos e projetos, que ao invés de constituírem-se num suporte teórico para a elaboração do próximo, são desconsiderados a cada nova administração. No espaço, pela falta de integração entre os três níveis governamentais.

Cabe lembrar que apesar da necessidade de existir um espírito de cooperação que resulte em ações integradas entre os di-

versos órgãos turísticos de um país na prática esta cooperação não se viabiliza facilmente.

No que concerne às autoridades governamentais estas nem sempre possuem adequados conhecimentos para tratar do processo de desenvolvimento turístico sobretudo na área de marketing que envolve ações desde a concepção do produto até a satisfação proporcionada ao cliente. Por outro lado, a possibilidade das mesmas pertencerem a partidos políticos divergentes, nos diferentes níveis governamentais, dificulta ainda mais a integração intergovernamental.

No que concerne ao turismo, existe o agravante de ser um setor atrelado aos outros e, por este motivo, nem sempre recebe dentro da estrutura administrativa a devida atenção. Por outro lado, a condução da política administrativa na América Latina sofre crise em vista da "centralização teórica" do poder em um organismo que, por ter seu poder compartilhado com outros organismos mais influentes, não exerce suas atividades plenamente. "A ineficiente descentralização do poder em delegacias regionais encarregadas de aplicar políticas e ações sem respaldo legal, sem recursos financeiros e humanos e com escasso apoio dos comitês interdepartamentais" também contribuem para a pouca operacionalidade do setor (Castelli, 1986, p.61).

Com relação ao papel específico da EMBRATUR, Machado (1985, p.183-4) afirma que suas ações estão limitadas a "participações pontuais" em alguns empreendimentos estaduais. Em contrapartida, as atividades produzidas a nível local nem sempre encontram créditos e incentivos para se desenvolver.

A atuação da SANTUR, por outro lado, tende a voltar-se mais para a propaganda turística do Estado do que para o gerenciamento do processo. A responsabilidade do setor tende a ser transfe-

rida aos municípios, que recebem poucos subsídios para executar seus projetos. Para completar o quadro, nem sempre a demanda turística está proporcionalmente ligada a receita por ela gerada. No ano de 1991, por exemplo, apesar do fluxo turístico no Estado ter aumentado, as receitas arrecadadas diminuíram (Anexo 10). Os empresários em oposição, reclamam da falta de incentivos fiscais por parte do Estado e desconsideram os planos de turismo existentes a nível municipal.

Em relação ao Município de Florianópolis, pode-se afirmar que além dos problemas anteriormente citados refletirem-se mais acentuadamente sobre este nível governamental, a sazonalidade turística, aliada à escassez de recursos econômicos, contribuem ainda mais para que os problemas relativos principalmente às infra-estruturas turísticas sofram agravamento (Anexo 11).

Para finalizar, a falta de continuidade política e as sucessivas alterações legislativas que sofrem o Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis e o Plano Diretor dos Balneários da Ilha de Santa Catarina fazem com que ambos, cada vez mais, percam sua força política e passem a ser documentos desconhecidos para a sociedade como um todo.

III - ASPECTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Antes de se tecer algumas considerações teóricas sobre este capítulo convém lembrar que o mesmo, apesar de tratar de aspectos relativos ao processo de urbanização no Modo de Produção Capitalista¹, tem como principal objetivo "pinçar" características que ajudem a compreender o processo de urbanização em função do turismo de lazer na modalidade do veraneio².

Desta forma, todos os aspectos abordados, inclusive o tópico referente à urbanização brasileira, visam encontrar as bases teóricas que ajudem a esclarecer o processo de urbanização em andamento nas praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional.

¹Sistema social baseado na livre troca de mercadoria com o objetivo primordial de obter lucro. Sua essência consiste na concentração do capital, isto é, dos meios de produção, sob o comando de um ou vários proprietários. Sua contradição fundamental baseia-se no fato de que enquanto a produção em si é cada vez mais socializada, o resultado do trabalho coletivo é cada vez mais apropriado pelo proprietário dos meios de produção (Huberman, 1986, p.153 e 226).

²A classificação do turismo de lazer encontra-se na página 76. O conceito que abrange a modalidade de veraneio ou de segunda residência, modalidade que envolve o turismo de lazer ou recreacional, encontra-se na página 69 do presente trabalho.

3.1 - A Dinâmica do Processo de Urbanização Capitalista

Embora a essência do espaço seja social, o espaço é formado por outras instâncias (econômica e cultural-ideológica) que ao mesmo tempo em que são contidas, também o contém de modo que uma não pode existir sem a outra.

Cabe lembrar porém que o espaço físico reflete "todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Estes processos resolvidos em funções, se realizam através da forma. Na verdade, sem as formas, a sociedade através das funções e processos não se realizaria"³ (Santos, 1985, p.2).

A existência de uma interdependência entre a forma e a função deve ser destacada na medida em que a função básica assumida pelo espaço acaba por influenciar a forma, assim como a forma é determinada pela função assumida.

Independentemente da função entretanto, o processo de urbanização está ligado a processos e estruturas gerais que também acabam por influenciar e são influenciados pela forma espacial assumida.

Dentro deste raciocínio, o processo de urbanização capitalista reflete o interesse do capital, permitindo o desenvolvimento de suas funções e recriando constantemente as condições gerais⁴ a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital, como ver-se-á oportunamente no decorrer do capítulo.

³Sobre estas categorias de análise ver as páginas 9 e 10 do presente trabalho.

⁴O conceito estabelecido por Marx, K. sobre as condições gerais de produção e reprodução do capital refere-se ao processo global de produção e circulação do capital. Quanto as condições gerais do processo de produção social o conceito refere-se aos meios de consumo coletivos que vem se juntar aos meios de circulação material (meios de comunicação e de transporte). Ver Lojkine, 1982, p.123.

A produção do valor de troca⁵ é a base fundamental do sistema capitalista, onde a mercadoria⁶ é a medida de valor de todas as coisas. Moraes (1987, p.147) acrescenta que "o motor da expansão capitalista é a ampliação crescente da mais-valia⁷, (...) com a adição do excedente apropriado (transformado em lucro) ao novo circuito da produção num movimento incessante". O crescimento do capital portanto constitui-se no objetivo da produção capitalista.

Para Folin (1977, p.32) "não é o mero produzir mercadorias que distingue o Modo de Produção Capitalista de outros modos de produção mais sim o fato do caráter fundamental de seu produto seja o de ser mercadoria". O conceito de mercadoria pode ser definido como:

"Uma relação social que se reveste o produto do Modo de Produção Capitalista para poder ser transmitido a outro a quem serve como valor de uso⁸. A forma de mercadoria é definitiva-

⁵O valor de troca está ligado à esfera de circulação da mercadoria. Em outras palavras, pode-se dizer que o valor de troca é o centro de permuta, é a relação quantitativa que indica a proporção pela qual valores de uso são trocados por outros. Marx conclui que "a criação do valor de troca reside no processo social de aplicação de trabalho socialmente necessário aos objetos da natureza para criar objetos materiais (mercadorias) apropriadas para o consumo (uso) pelo homem" (Harvey, 1980, p.133).

⁶Conforme Huberman (1986, p.215), "um bem se transforma em mercadoria ao ser produzido não para o consumo direto mas para a troca".

⁷Também chamado de mais-valor ou excedente. Singer (1987, p.50) completa que do ponto de vista marxista é "tudo aquilo que sobra além do necessário para que os gastos de reprodução sejam satisfeitos". É portanto um excedente que de alguma forma será posteriormente utilizado pela sociedade de modo produtivo ou não. As duas formas de aumentar a mais-valia constituem-se na produção da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa. A mais-valia absoluta "decorre do fato de se aumentar o período de tempo de trabalho humano, gasto durante um período de tempo sem se aumentar a remuneração da força de trabalho". A mais-valia relativa decorre do fato de se produzir os mesmos bens de uso em menos horas de trabalho pelo aumento de produtividade.

⁸Aliado ao valor de troca são conceitos clássicos da economia política que foram retrabalhados por Marx. O valor de uso está relacionado a esfera do consumo, expressando a utilidade de algum objeto particular. Está dialeticamente relacionado ao valor de troca

mente a condição que permite ao capital cumprir, através da circulação e renovação o processo da própria valorização" (Folin, 1977, p.33).

Uma vez que toda a atividade produtiva tem necessidade de uma base espacial, a produção do espaço urbano⁹ "surge da exigência das condições gerais para produção e consumo das mercadorias em geral, tanto a nível da rede de cidades como a nível intra-urbano" (Malta, 1989, p.18).

O espaço portanto é condição geral de existência e produção da sociedade. Sendo assim, sob a hegemonia das relações capitalistas Moraes (1987, p.159) destaca:

"O espaço (e tudo que ele contém) aparece para a produção como parte do valor expresso sob a forma de capital constante¹⁰. O espaço portanto, sob o capitalismo, é capital como condição e como meio de produção".

Sua produção só ocorrerá se permitir a valorização do capital.

pois "é somente através da troca no mercado que uma mercadoria realiza plenamente seu valor de uso" (Correa, 1987, p.83). Sobre este assunto ver David Harvey (1987, p.131 e 167).

⁹Refere-se a organização espacial da cidade sendo formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto é formado pela natureza mais a sociedade (Santos, 1985, p.1). Correa (1985, p.1) acrescenta que o espaço urbano "é, simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que a intensidade delas seja muito variável".

¹⁰Para Singer (1987, p.48-9) é constituído por todos os elementos produtivos necessários para obter-se um produto social. O capital constante compõe-se do capital circulante e do capital fixo. O primeiro é formado pelos elementos que entram totalmente no produto tais como matérias-primas e o segundo por elementos que "entram gradativamente no valor do produto, na medida em que eles vão se desgastando, tais como os equipamentos, as construções, etc."

Entre os princípios econômicos que fundamentam a forma capitalista de produção do espaço, Javier (1979, p.126-30) ressalta:

"1) O predomínio progressivo do valor de troca sobre o valor de uso. Tudo é construído para ser usado após ser vendido.

2) o solo pode converter-se em mercadoria a partir do momento em que lhe seja aplicado trabalho e capital e que passe a satisfazer as necessidades de uma terceira pessoa que não seja o seu proprietário.

3) a existência de um mercado para que se possa efetuar a produção capitalista do espaço e que seja regulador de seu valor (basicamente formado pelos proprietários do solo, promotores e usuários).

4) a apropriação dos valores criados pela coletividade ocorre de um lado, pela privatização de um valor criado pela sociedade que irá ser apropriado pelo proprietário do solo. De outro lado, ocorre a apropriação privada do mais-valor que aparece quando se urbaniza o terreno ou se constroem elementos urbanos".

3.2 - A Terra como Mercadoria

Pelo fato do espaço no Modo de Produção Capitalista ser veículo, produto, condição e meio de produção de capital, o processo de valorização do espaço não é outro que a própria valorização do capital.

A terra urbana, desta forma, tanto no Brasil como nos demais países capitalistas, incorpora-se ao processo de produção tanto direta quanto indiretamente, seja enquanto meio de produção¹¹, reserva de valor ou mesmo mercadoria dividida. A produção não só ocorre no espaço como este começa a ser produto da produção (Ja-

¹¹Além da terra urbana formam os meios de produção os edifícios, as máquinas, as matérias-primas e todos os elementos que aliados a força de trabalho participam do processo de produção capitalista (Huberman, 1986, p.157).

vier, 1979, p.133). Low-Beer (1983, p.34) completa:

"A propriedade privada do solo significa principalmente, o domínio de uma condição específica para a realização do processo de produção e circulação de mercadorias cujo cerne é o lucro".

Assim, a propriedade privada de parcelas do espaço aparece como título jurídico que sacramenta o processo de apropriação que está na base do sistema capitalista de produção. O modo pelo qual o indivíduo terá acesso à terra vai depender do modo pelo qual a sociedade estiver hierarquizada em camadas sociais e do conflito entre parcelas da população.

A terra é uma mercadoria incomum pois não se consome, não se deteriora, que tende a ter seu preço constantemente elevado, proporcionando a oportunidade de acumular riquezas. É um bem da natureza transformado em mercadoria.

Para Rodrigues (1988, p.16) "a terra é um bem natural, não pode ser reproduzida, não pode ser criada pelo trabalho". É uma espécie de capital, sendo que a origem de sua valorização não é a atividade produtiva. Porém, é um equivalente de capital porque sua valorização pauta-se nas regras do mercado capitalista, fundamentando-se na propriedade privada. Enfim, é um valor que se valoriza pela monopolização do acesso a um bem necessário à sobrevivência e tornado escasso e raro pela propriedade.

O direito de propriedade sobre determinadas parcelas do planeta confere a seu proprietário o direito delas dispor, apropriando-se de uma parte da mais-valia, sob a forma de renda¹². O

¹²-----
Classicamente as formas de renda constituem-se do salário, do lucro, do juro e da renda da terra. Singer (1987, p.26) completa que o salário corresponde a forma de rendimento em função do fator trabalho; o lucro corresponde ao fator empresa; o juro corresponde ao fator capital monetário e a renda da terra ao fator recursos naturais.

que significa que ao adquirir um imóvel (terra/casa) sempre se terá garantido, no mínimo, o retorno do capital dinheiro empregado na aquisição. São bens que sempre aumentam de preço, que seguem a dinâmica da acumulação do capital em geral. Moraes (1987, p.160) completa que:

"a história do capitalismo nada mais é que um processo histórico de privatização crescente de porções da superfície terrestre e de tudo que ela contém, onde os imperativos da produção comandam todo o ordenamento espacial tanto no uso das velhas formas como na construção das novas".

3.3 - Os Agentes que Participam do Processo de Urbanização

Conforme salientado anteriormente, o espaço urbano capitalista reflete todos os processos representativos da sociedade, constituindo-se "no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si (áreas residenciais, de lazer, etc.)" (Correa, 1987a, p.3).

Cabe agora, para aprofundar a questão da urbanização capitalista, esclarecer quais e como os agentes sociais intervêm no processo da produção capitalista imobiliária. Correa (1987, p.7) completa que:

"Estes agentes são agentes sociais concretos cuja ação serve e deriva dos propósitos dominantes da sociedade capitalista, que consistem na reprodução das relações de produção na continuidade do processo de acumulação e na tentativa de minimizar os conflitos de classe".

A organização espacial resultante da ação destes agentes, que incluem o processo de urbanização em função do turismo de lazer, conduzem a uma constante reorganização espacial que abrange "incorporação de novas áreas do espaço urbano, densificação do uso do solo, renovação urbana diferenciada, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudanças, coercitivas ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade" (Correa, 1987, p.7).

Entre os agentes que fazem e refazem o espaço urbano Harvey (1980, p.139-40) classifica os seguintes grupos:

A) USUÁRIOS E/OU CLIENTES DE MORADIA: consomem os vários aspectos da habitação de acordo com seus desejos, suas necessidades e suas possibilidades financeiras. Gaviria (1979, p.17) completa que "o cliente é normalmente uma pessoa que não possui dinheiro suficiente para pagar uma residência e passa grande parte de sua vida pagando prestações por ter um lugar onde residir".

Incluem-se neste grupo, naturalmente, "os proprietários usuários que estão relacionados com os valores de uso e agem de acordo com isto" (Harvey, 1980, p.140). Ainda segundo este autor, "os usuários proprietários tornam-se interessados no valor de troca em dois pontos - no momento da compra e quando reformas maiores os forçam a olhar para suas restrições orçamentárias" (1980, p.140).

De um modo geral, pode-se dizer que todos os usuários de moradia têm um objetivo similar que é o de "obter valores de uso através do arranjo do valor de troca" que, no caso, vai para o proprietário de moradia (Harvey, 1980, p.139).

B) PROPRIETÁRIOS DE MORADIAS: são classificados neste item aqueles proprietários que visam a moradia como meio de troca e não como valor de uso para si mesmos. Possuem duas estratégias distintas conforme Harvey (1980, p.140). A primeira consiste em com-

prar uma propriedade rapidamente e então alugá-la para obter renda do capital investido nela. A segunda estratégia envolve a compra de uma propriedade através do financiamento hipotecário onde a renda de aluguel é utilizada para amortizar a hipoteca, os impostos e a própria depreciação do imóvel. Harvey (1980, p.140) completa:

"A escolha da estratégia tem um impacto importante sobre a manipulação do estoque de moradias: a primeira tende a levar a rápida obsolescência; a segunda leva à maior manutenção e ao aumento de riqueza pelo proprietário".

C) PROPRIETÁRIOS FUNDIÁRIOS: segundo Correa (1987, p.12) "estão mais interessados no valor de troca da terra do que no seu valor de uso" buscando sempre a maior renda fundiária possível. A expansão do espaço de cidade lhes favorece na medida que a terra urbana é mais valorizada que a rural¹³, principalmente a destinada ao uso comercial ou a construção de residências visando às camadas mais abastadas da população.

Existem dois caminhos distintos que o proprietário fundiário pode seguir, de acordo com a localização e as qualidades naturais dos terrenos.

O primeiro refere-se aos "proprietários de terrenos mal localizados, em periferias sem amenidades", onde o loteamento de terras, destinadas a população carente, aparece como única saída para se extrair renda da terra (Correa, 1987, p.15).

¹³A diferenciação entre terra urbana e rural envolve o estabelecimento de pontos arbitrários de divergências que, de um modo geral, variam de país para país e normalmente estão relacionadas a considerações administrativas, políticas, históricas ou culturais. Entre estas pode-se citar a ausência de governo local, a existência de grande parte da população dedicada a agricultura e a inexistência de concentração de serviços.

O segundo refere-se aos "proprietários de terras bem localizadas, valorizadas por amenidades físicas como o mar, a lagoa, o verde, etc.", sendo destinados à população de maior status social (Correa, 1987, p.14).

Oportunamente ver-se-á como os proprietários de terras providas por amenidades agem, pressionando o Estado visando a instalação de infra-estrutura urbana ou a obtenção de créditos bancários para que eles próprios instalem a infra-estrutura.

Em ambos os casos, através da transformação do espaço rural em urbano, ocorre o processo de valorização fundiária.

D) PROMOTORES IMOBILIÁRIOS: são todos os agentes que servem como "intermediário profissional, prestando serviço a outros capitalistas que decidiram investir seu dinheiro no setor imobiliário" (Gaviria, 1979, p.17). Incluem-se entre eles os incorporadores, as instituições financeiras, as construtoras e as empresas de comercialização.

O incorporador é o agente que "realiza a gestão do capital-dinheiro em mercadoria, em imóvel" (Correa, 1987, p.16). É o agente que determina a localização, o tamanho e a qualidade da edificação bem como a construtora que vai construir, a empresa que vai tratar da propaganda e da venda das unidades.

As instituições financeiras compostas por bancos, companhias de seguro, sociedades de construção e outras entidades financeiras, desempenham um papel importante no mercado de moradia, financiando-as tanto a nível do incorporador quanto no da pessoa física, que visa a construção unicamente pelo valor de uso.

Ao financiarem a compra do terreno e a construção do imóvel, fundamentalmente estas instituições estão interessadas em obter valores de troca por meio de financiamento de oportunidades pa-

ra a aquisição de valores de uso. Porém cabe lembrar que suas decisões estão orientadas para a lucratividade sem risco (Harvey, 1980, p.140).

Para finalizar, as empresas de comercialização (imobiliárias) são as responsáveis pela "transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucros", obtidos através da intermediação (Correa, 1987, p.17). Conseguem obter o valor de troca através do volume de transações que executam, com os que visam a moradia como valor de uso. Podem agir como coordenadores passivos ou como encorajadores da atividade do mercado, forçando-o através da pressão corporativa.

E) ESTADO: sua vocação básica consiste em compatibilizar as ações entre os agentes modeladores do espaço, pretendendo assegurar maior justiça social entre os agentes que participam do processo de urbanização capitalista.

Deste modo, atua de diversas formas na organização do espaço urbano, seja como grande industrial proprietário fundiário e promotor imobiliário, seja como um agente de regulação do uso do solo (Correa, 1987).

Como promotor imobiliário pode-se dizer que sua atuação direta se faz através da alocação de valores de uso, de vias de acesso e pela alocação de serviços e facilidades urbanas.

Segundo Harvey (1980, p.141) "apoiado na carência dos valores de uso disponíveis para os consumidores da moradia, frequentemente interfere no mercado" de forma indireta, ora através de auxílio a instituições financeiras, aos incorporadores e a indústria da construção, ora prevendo isenção de impostos, garantindo lucros e eliminando riscos.

Pelo fato do sistema de uso do solo urbano raramente alcançar o equilíbrio em consequência das imperfeições e da rigidez do mercado, o Estado também impõe e gere uma variedade de restrições administrativas na operação do mercado de moradia. Entre estas destacam-se o código de obras e o zoneamento do uso do solo urbano.

Os mecanismos jurídicos utilizados pelo Estado para gestionar o espaço conforme Correa (1987, p.23) são os seguintes:

"direito de apropriação e precedência na compra de terras; regulamentação do uso do solo; controle e limitação dos preços de terra; limitação da superfície de terra que um pode se apropriar; impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização; taxaço de terrenos livres; mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e a ocupação do espaço; investimento público na produção do espaço; organização de mecanismos de crédito à habitação; pesquisas sobre materiais e procedimentos de construções, bem como o controle de produção e do mercado deste material".

Para Correa (1987, p.8) a ação destes agentes se faz dentro de parâmetros jurídicos que regulam a atuação deles. Estes parâmetros não são neutros:

"refletindo o interesse dominante de um dos agentes e constituindo-se, em muitos casos, em uma retórica ambígua que permite que haja transgressões de acordo com os interesses dominantes".

Este assunto será oportunamente ampliado no item "Condições do Estado na Urbanização Capitalista".

F) GRUPOS SOCIAIS EXCLUÍDOS: fazem parte deste conjunto a parcela da população que não tem acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. A habitação e o acesso a terra são exemplos de

bens cujo ingresso é seletivo e que vêm demonstrar, juntamente com a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego, sinais significativos de exclusão (Correa, 1987, p.28).

Os grupos sociais excluídos "têm maior demanda latente por moradia e os menores recursos para obtê-la". No caso das cidades têm possibilidades de moradias nos cortiços, nas velhas residências que no passado foram habitadas pela elite e que se acham degradadas e subdivididas, na casa produzida pelo sistema de auto-construção em loteamentos periféricos, nos conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado também distantes do centro e nas favelas (Harvey, 1980, p.147).

Este grupo normalmente é segregado pelos outros agentes que participam da formação do espaço, que não desejam morar em sua proximidade geográfica. Exercem uma pressão social, pela mera presença, sentida através de forte exibição de todas aquelas patologias associadas à pobreza.

Freqüentemente observa-se que as áreas ocupadas por este grupo ao sofrer progressivas urbanizações, com a implantação de infra-estruturas urbanas, tendem a valorizarem-se, o que acaba por expulsar alguns de seus moradores e atrair outros, mais bem situados economicamente (Correa, 1987).

3.4 - A Urbanização Brasileira

Enquanto nos itens anteriores pretendeu-se destacar as características gerais da urbanização capitalista, neste tópico, ao tratar-se da urbanização brasileira, objetiva-se a maior aproxima-

ção com a realidade que cerca o objeto de estudo.

Em outras palavras, tem-se a intenção de analisar de forma mais concreta os fatores que propiciaram e favoreceram, a nível nacional, o início e o desencadeamento do processo de urbanização nas praias de Canasvieiras e de Jurerê Internacional.

Entre estes fatores pode-se de antemão destacar o papel do Estado no processo de urbanização nacional. Sua participação se faz principalmente como mentor da industrialização brasileira, como financiador de infra-estruturas, como órgão difusor de uma ideologia de consumo e da casa própria e finalmente, como protetor de determinados setores da sociedade e indutor do processo de especulação imobiliária¹⁴.

Sabe-se que a urbanização brasileira não é um fenômeno que se deflagra apenas a partir da industrialização que se instala no país (substituição de importações¹⁵), porém torna-se evidente que a industrialização vai redefinir o que é esse urbano. O urbano, agora, "passa a ser a sede não só dos aparelhos burocráticos do Estado e do capital comercial como também do novo aparelho produtivo, que é a indústria" (Oliveira, 1982, p.38).

Cabe lembrar que, anteriormente, pelo fato da economia estar fundamentada no trabalho escravo e voltada ao atendimento da

¹⁴O conceito de especulação imobiliária encontra-se na página 71 do presente trabalho porém pode-se adiantar que quanto menos o proprietário investir em capital e trabalho mais especulativa será a produção de uma mercadoria. Esta produção inclui a urbanização de uma área, de um lote urbanizado ou de qualquer tipo de edificação, especialmente a habitacional (Malta, 1989, p.67).

¹⁵A economia brasileira, nesta fase, volta-se para o estímulo da produção interna substitutiva a partir de um processo de industrialização do país. Nesta etapa porém, apesar do governo adotar uma atitude anti-imperialista e uma série de medidas tendentes a defender o mercado interno da crise do mercado internacional, inclusive promovendo a integração nacional, cabe lembrar que o setor externo continuou a desempenhar um papel significativo para a economia do país (Brum, 1985, p.42-4)

demanda externa (fase Primário-Exportadora)¹⁶ não havia ocupação suficiente nas cidades para a formação de um mercado de trabalho eminentemente urbano. Consequentemente a urbanização se dava, de maneira incipiente.

Segundo Singer (1987, p.66), foi a crise nas relações de dependência provocada pelas Guerras Mundiais e pela Depressão dos anos 30, que resultou numa etapa de industrialização mais autônoma ou racional da história da América Latina.

Estas crises, por transformarem a importação anti-econômica e dificultarem o comércio internacional, obrigam vigorosamente o sistema produtivo nacional a voltar-se para o mercado interno que fora desses períodos se fazia de forma lenta (Malta, 1989, p.31).

Para Brum (1985, p.44) a industrialização do país visando a substituição de importações através da liderança da empresa nacional, "é considerada fator essencial para a construção da nossa independência econômica". Tal processo, em consequência, reforça consideravelmente as aglomerações existentes, acelerando a necessidade de se promover a integração nacional.

A nível nacional, a derrubada da oligarquia cafeeira do poder contribui ainda mais para que "as forças que assumem o poder em 1930 e nos sucessivos governos brasileiros tentem apoiar e implementar um projeto de industrialização do país, com o objetivo de retirá-lo do atraso histórico e impulsioná-lo rumo ao progresso através de um parque industrial próprio" (Brum, 1985, p.52).

Na evolução deste processo pode-se distinguir cinco fases

¹⁶Brum (1985, p.21) acrescenta que o Brasil nesta fase da economia é considerado uma grande empresa extrativa, integrada na engrenagem do sistema mercantilista. Desta forma, destina-se a fornecer produtos primários visando o abastecimento dos centros econômicos da Europa.

distintas: a) primeira etapa do processo de substituição de importações, produção de bens de consumo imediato (não-duráveis), (I Guerra e Crise de 1929 até a década de 1950); b) segunda etapa do processo de substituição de importações, produção de bens de consumo duráveis (década de 1950); c) o esgotamento do modelo econômico de substituição de importações (início da década de 1960); d) a continuidade da estagnação econômica (1964-1967); e) a fase do pseudo "milagre" brasileiro¹⁷ (1968-1973); e a crise pós-milagre¹⁸ (1973 em diante) (Brum, 1985, p.193-194).

Inicialmente a industrialização brasileira foi realizada sem a participação direta do Estado porém, devido à necessidade crescente de capitais serem investidos na industrialização emergente, o poder público passa, pouco a pouco, a assumir parcelas crescentes nos investimentos urbanos. Entre estes incluem-se a infraestrutura produtiva e de serviços tais como urbanização, infraestrutura viária, edificações para trabalhadores, etc. (Malta, 1989, p.32).

Por outro lado, Malta (1989, p.33) pondera que "o crescente interesse do capital em aumentar seus lucros investindo em setores mais rentáveis, procurou manter os salários dos trabalhadores achatados". Em consequência, acrescenta ainda que "o baixo po-

¹⁷Fase da expansão capitalista que vai de 1968 a 1973 atingindo seu auge entre 1970 a 1971. Nesta época, houve uma redistribuição de renda em favor das camadas mais abastadas da sociedade brasileira. A entrada maciça de capital estrangeiro no país, e incentivo as exportações e a fase positiva da economia mundial também contribuíram para justificar as altas taxas de crescimento ocorridas no país (Tavares, 1983, p.201-2).

¹⁸Nesta fase o modelo econômico baseado na expansão da indústria de bens de consumo duráveis é rearticulado a partir de 1964 começa a revelar sinais de esgotamento. Desequilibra-se a balança de pagamentos, a inflação volta a crescer, o ritmo de crescimento da economia declina, agrava-se o desemprego e acentua-se o êxodo rural (Brum, 1985, p.194).

der aquisitivo da classe trabalhadora exigiu como exige ainda, um serviço estatal subsidiado principalmente nos meios coletivos de produção e consumo" (1989, p.33).

Brum (1985, p.52) completa que "a implantação da indústria automobilística, na segunda metade da década de 1950, representa o passo mais importante desta fase, seguida pela indústria de eletrodomésticos e eletrônica".

A busca de uma rápida industrialização leva, de um lado, o governo de Juscelino Kubitscheck a abrir áreas inteiras da economia nacional para grupos estrangeiros. Estes por absorverem pouca mão-de-obra, acabam reduzindo os salários reais das camadas trabalhadoras. Por outro lado, a indústria baseada em bens duráveis e altamente sofisticados exige tecnologia avançada, mão-de-obra especializada e produção em alta escala.

Em consequência, a ampliação e o aperfeiçoamento da infra-estrutura, principalmente em energia, transportes e no sistema viário, pela necessidade de se colocar os produtos nos centros de consumo, ganham importância primordial nas preocupações públicas que de 1956 a 1961 intervêm cada vez mais nos setores produtivos (Malta, 1989, p.39-47).

A nível de cidades, observa-se "uma tendência a concentração espacial e pessoal da propriedade, da riqueza, do capital e da renda" em vista das unidades produtivas localizarem-se no espaço urbano (Brum, 1985, p.52).

Desta forma, o crescimento acelerado das cidades, devido ao aumento das migrações campo-cidade, acentuou e tornou mais perceptível uma série de desequilíbrios em relação à problemática urbana. Segundo Singer (1987, p.177), as tensões sociais ampliaram-se perigosamente, "principalmente entre a procura e a oferta de habi-

tação e serviços urbanos".

Schmidt (1986, p.21) afirma que "durante as décadas de 1950 e 1960, as grandes cidades para onde dirigiam-se os migrantes, caracterizavam-se pela falta de infra-estrutura e inexistência de lotes bem localizados em relação aos empregos e equipamentos".

O governo é levado a reconhecer, principalmente a partir da segunda metade dos anos 50, a questão urbana como relevante no desenvolvimento nacional. Marca sua presença na organização urbana das cidades, uma vez que pretendia incentivar o desenvolvimento das unidades produtivas (indústrias, serviços de apoio, administrativos, financeiros, comércio, etc.) localizados no espaço urbano. Visava com isto, dar capacidade suficiente às cidades para dar continuidade ao crescimento econômico, "dando abrigo aos fluxos crescentes de mercadorias e pessoas, especialmente os trabalhadores" (Malta, 1989, p.35).

Amplia-se a agenda do sistema político brasileiro de modo a incluir no desenvolvimento regional políticas ligadas às questões urbanas, tais como de planejamento urbano, habitação popular, transporte, etc.

A nível de mercado consumidor, pode-se afirmar que a substituição de importações nesta fase destinava-se a parcela da população com o poder aquisitivo relativamente alto.

A propaganda surge através dos meios de comunicação cada vez mais eficientes e eficazes, divulgando produtos, criando necessidades e ampliando a faixa de consumidores. Hewlett (1981, p.141) cita que, principalmente nos grandes centros urbanos, "a elite brasileira foi induzida a adotar um estilo de vida americano e a classe trabalhadora a comprar itens de luxo e supérfluos em vez do arroz e feijão"

A sociedade brasileira, no entanto, encontra-se em um estágio muito mais atrasado. Assim, o esforço econômico do país é orientado para atender aos gostos e caprichos de uma minoria bem limitada, que se mantém na moda ditada pela propaganda.

Para Tavares (1983, p.200) "a partir de 1961, a aceleração inflacionária passou a minar os salários reais urbanos da classe média e baixa". Uma vez que não se ampliou substancialmente, o mercado de diversificação do consumo, devido à baixa participação de grupos médios, a base de consumo começou a ser restringida. As camadas altas tornam-se o elemento propulsor do consumo.

No período de 1961 a 1964 a nação se vê cada vez mais envolvida numa crise global. Esgotam-se as possibilidades de crescimento da economia brasileira baseada na expansão da indústria de bens duráveis, que na década anterior fora o principal responsável pelo crescimento econômico. A economia brasileira perde seu dinamismo, a inflação foge ao controle e a balança de pagamentos mostra déficits (Brum, 1985, p.74).

O conjunto de políticas empreendidas pelo novo regime em resposta a esta crise incluía diversos programas que tinham um visível impacto sobre as massas e as economias urbanas como um todo. Schmidt (1986, p.30) completa que:

"numa tentativa de por em dia a inflação passada, modernizaram-se os mercados financeiros, a fim de captar poupanças para financiar a aquisição de bens de capital para pequenas e médias empresas. Títulos reajustáveis foram introduzidos pelo governo central para financiar seus déficits".

As novas decisões, elementos fundamentais do processo de concentração de renda, incluíam a criação do BNH - Banco Nacional

de Habitação, do SFH - Sistema Financeiro de Habitação e do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Machado (1989, p.22) completa:

"A partir destas políticas os recursos oriundos das mais variadas fontes (impostos, taxas, descontos em salários e/ou via empréstimos financeiros externos) são investidos em projetos e/ou locais que possibilitem um fluxo de retorno seguro".

Apesar de serem destinadas a resolver o problema da habitação, estas políticas privilegiam, notadamente, aquelas atividades ligadas diretamente ao setor urbano industrial.

As principais razões para deslanchar uma política habitacional através da criação do BNH eram principalmente, a pesada migração rural-urbana, a contínua pressão inflacionária e a necessidade de legitimar a "nova ordem" implantada pós-1964.

Segundo Schmidt (1986, p.35), "desde o início o SFH tinha no BNH seu principal agente". A política seguida por este banco, fonte fundamental da política urbana nacional a ser logo depois iniciada, compreendia a habitação e o desenvolvimento urbano, visando mais especificamente o desenvolvimento das indústrias. Acrescenta ainda (1986, p.30):

"O SFH e o BNH tinham como missão assistir à recuperação da economia pela indução de investimentos maciços no setor de construções, que constitui num dos mais importantes assimiladores da força de trabalho disponível e, ao mesmo tempo, oferecer alguns benefícios as massas urbanas anônimas, a fim de gerar compromisso com um governo de legitimidade duvidosa".

Machado (1989, p.23) menciona que a forma utilizada pelo BNH para captar recursos baseava-se "tanto na poupança voluntária

como em recursos compulsórios arrecadados nas folhas salariais dos trabalhadores regidos pela CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, através do FGTS".

Desta forma, de 1964 a 1967 o modelo de produção de bens de consumo duráveis é rearticulado principalmente através da ideologia da "aquisição da casa própria, difundida pelo BNH. Apesar de se propor como saída para a crise uma alternativa nacionalista de ampliação do mercado, visando a participação de todos, ocorre a continuidade da estagnação econômica.

De 1968 a 1973 entra-se no período do "pseudo milagre brasileiro" onde a casa própria foi usada para acumulação de renda, "auferido principalmente por setores da construção civil e especulativos de produção imobiliária" (Machado, 1989, p.23). Brum (1985, p.193) afirma que entra-se nesta fase,

"graças ao violento processo de concentração de renda em benefícios dos segmentos das camadas superiores da sociedade e a prosperidade da economia mundial".

Estas altas taxas de crescimento econômico são oriundas da demanda de bens sofisticados pela elite nacional favorecida.

Conforme Hewlett (1981, p.20), "apesar do fator restritivo frente a equidade social, o SFH representa um esforço significativo nas esferas de construção e emprego". Embora, o setor da construção civil tenha sido ajudado por toda esta atividade, pouco se fez para aumentar a oferta de habitação para famílias de baixa renda.

Depois de 1968, o BNH começa a operar programas de desenvolvimento urbano na forma de saneamento básico, a serem implantados por autoridades locais e estaduais em todo o país. Schmidt

(1986, p.40) observa que somente "a partir de 1971, o BNH começa a envolver-se mais profundamente em programas de desenvolvimento urbano" até que em 1986 é extinto.

Para finalizar, considerando todo o processo, pode-se afirmar que a gradativa transformação do BNH, de órgão financiador da habitação para financiador de desenvolvimento urbano, resulta de seu papel frente à acumulação de capital, mais do que da tentativa de previsão de bens e serviços de natureza coletiva. O BNH em si mesmo não está diretamente envolvido em fornecer habitação¹⁹ mas em prover recursos financeiros e supervisão dos programas implantados por corporações privadas (Schmidt, 1986, p.39).

A nível de governo, pode-se dizer que o processo de substituição de importações, assumido principalmente nos últimos quarenta anos, exigiu uma crescente estatização dos meios coletivos de produção e consumo²⁰, provocada para assegurar a reprodução ampliada do capital.

Como consequência sobre o processo de urbanização brasi-

¹⁹Segundo Machado (1989, p.41) a presença do BNH se concretizou no setor da construção civil e também "na implantação de infra-estruturas tais como, terminais portuários e aeroportuários, hidroelétricas, obras de saneamento, metrô, rodovias e ferrovias espalhadas pelo país".

²⁰Os meios coletivos de consumo incluem as atividades de ensino, de saúde, de pesquisa científica que "permanecem improdutivas (de mais-valia) do ponto de vista capitalista mesma se elas são cada vez mais necessárias à própria produção material como meios de formação ampliada das forças produtivas humanas". Entram na esfera de consumo final na medida em que não são consumidos diretamente pela força de trabalho individual. "Não acrescentam nenhum valor àquele que é criado no próprio processo de produção". "Só intervém a nível de reprodução da força de trabalho" (Lojkine, 1982, p.129, 135 e 161). Os meios coletivos de produção surgem a partir da concentração dos meios de produção, com a aglomeração da população, dos instrumentos de produção, do capital, do lazer e das necessidades, formando a cidade. Vinculam-se "a tendência do capital a aumentar a produtividade do trabalho na medida em que socializam as condições gerais da produção - onde a urbanização figura como componente essencial". Pertencem à divisão de trabalho na sociedade (Forti, 1979, p.34).

leira observa-se que "o modelo sustentado pelo Estado constitui-se num grande instrumento a favor da urbanização", ao qual determinados segmentos sociais foram favorecidos através de políticas públicas (Machado, 1989, 13). Paralelamente, a concentração demográfica nos centros urbanos logo resultou em sérios problemas nas cidades, especialmente os referentes as infra-estruturas urbanas.

3.5 - O Surgimento da Especulação Imobiliária no Brasil

Segundo Malta (1989, p.37) a partir de meados da década de 1950, com Juscelino Kubitschek "as decisões políticas passaram a ser tomadas de forma crescentemente concentrada beneficiando determinados setores da economia e empresariais" via subsídio estatal

A não explicitação, a nível setorial, dos rumos adotados pelo governo, a falta de preocupação com o planejamento²¹ a longo prazo e a dependência econômica do mercado internacional levam os setores excluídos do clube fechado decisor a tornarem-se inseguros em investirem no setor produtivo industrial ou agrícola exportador. A necessidade de conhecimento específico e a possibilidade de manipulação por grupos econômicos bem situados também contribuíram para que esta insegurança se agravasse (Malta, 1989, p.37-40).

A urbanização superacelerada e o conseqüente déficit habitacional contribui ainda mais para que os pequenos e médios poupadores apliquem seus recursos no setor imobiliário. Incluem-se neste setor imóveis urbanos, rurais, construídos ou vazios.

²¹Ver página 28 do presente trabalho e/ou Horácio M. Carvalho (1978, p.36-7)

O investimento em terra urbana porém, mais do que os outros investimentos imobiliários apresentava-se como o mais rentável deste ramo. Cabe lembrar que nesta época os terrenos urbanos desocupados existiam em abundância e não havia controle governamental sobre o montante dos ganhos dos investidores" (a não ser controles indiretos muito pouco efetivos ao nível do imposto de renda)" (Malta, 1989, p.40).

Surge a especulação imobiliária, processo pelo qual Malta (1989, p.48) discorre afirmando que:

"os proprietários de terra recebem uma renda transferida de outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infra-estrutura e serviços urbanos, que são os meios de consumo coletivo ao nível do espaço urbano".

O clientelismo de Estado manifesta-se uma vez mais, na medida em que há escassez de dinheiro e os setores que conseguem os investimentos em infra-estrutura básica são aqueles que tem acesso aos clubes fechados decisores. Estes setores constituem-se basicamente por aqueles que tem o nível de renda mais alto (Malta, 1989, p.41).

Progressivamente, o "processo de crescimento urbano das cidades propicia a elevação dos terrenos" que, principalmente a partir de 1966, tornaram-se investimentos seguros contra a inflação para a classe alta e média com disponibilidade de poupança (Malta, 1989, p.50).

A partir desta época, como ver-se-á oportunamente, terrenos localizados nas periferias urbanas ou rurais dotados de amenidade também passam a ser comprados para a venda futura. Muitos loteamentos são realizados e colocados a venda com pouca ou nenhuma

infra-estrutura objetivando com isto, a máxima redução do capital investido tanto pelo proprietário quanto pelo promotor imobiliário. Transfere-se, desta forma, esta responsabilidade ao Estado.

Malta (1989, p.46) complementa que "a distribuição da população e das atividades econômicas no solo urbano segue a regra básica pela qual quem tem mais em termos de poder aquisitivo, melhor se localiza na estrutura das cidades".

3.6 - A Produção Capitalista Imobiliária e a Especulação Imobiliária

Conforme tratou-se anteriormente, "a urbanização capitalista é, antes de tudo, uma multiplicidade de processos privados de apropriação do espaço" (Topalov, 1979, p.20).

No caso da habitação, que também ocupa um lugar importante no ciclo de rotação do capital, a forma de apropriação e produção capitalista do espaço pode se dar com vistas unicamente à produção como valor de uso e/ou, ao contrário, pode visar somente o valor de troca.

Sabe-se que de uma forma ou de outra, as operações de produção da habitação inserem-se no contexto de uma economia de mercado, seja através da compra e venda do lote, a contratação de uma empresa construtora ou pela possível utilização de créditos de financiamento.

Dentro deste processo, Topalov (1979, p.119) complementa que a oferta do espaço urbano é basicamente conduzida pelo setor imobiliário" cujos agentes produzem e fazem circular a mercadoria imobiliária. Estes agentes, que se constituem nos promotores imobili-

liários, tomam a iniciativa de agregar novas glebas à trama urbana, dividi-las e dotá-las de algum meio de acesso, bem como empreender a construção e a venda de todo tipo de edificação e instalações.

Este procedimento se orienta pelo fato de que o valor do imóvel aumenta pela incorporação de benefícios resultantes da infra-estrutura e de outras instalações dependentes dos demais agentes da urbanização. De preferência, para obterem maiores lucros procuram transferir os custos da infra-estrutura para o usuário e, principalmente, para o setor público.

Topalov (1979, p.110-137) acrescenta que a promoção imobiliária pode de um lado, tratar da produção não mercantilizada da habitação e do outro tratar da valorização da propriedade do solo.

No primeiro caso, apesar da habitação ser produzida com vistas ao mercado consumidor, destina-se diretamente a um proprietário que a utilizará como valor de uso. Neste caso a habitação não funciona como mercadoria (Coelho, 1986, p.17).

O papel do promotor imobiliário, desta forma, limita-se à compra de um terreno, à construção e à venda da habitação para que esta tenha um valor de uso. "O motor desta operação constitui-se na valorização do capital de promoção" (topalov, 1979, p.110). Esta valorização (lucro) realiza-se através da venda, que recupera o capital comprometido na operação acrescido do tempo que este se encontra imobilizado durante o processo.

Neste tipo de operação caberá à empresa construtora, através do fornecimento de mão-de-obra, assegurar a união da valorização do capital ao processo de trabalho, que é a base de toda produção capitalista (Gaviria, 1979, p.60).

Cabe lembrar que o fato do solo constituir-se a matéria prima da construção faz com que parte do dinheiro investido desti-

ne-se a um não produtor, que é o proprietário do solo. A renda da terra²², neste caso, assume uma natureza anti-capitalista na medida em que o proprietário bloqueia a promoção imobiliária, controlando quem e quando pode-se utilizá-la.

A renda da terra constitui-se na remuneração que o proprietário da terra cobra do promotor imobiliário para utilizá-la. A forma de organização do mercado e também as características próprias e locacionais da gleba ou lote urbano em relação ao espaço intra-urbano é que definem o valor que assumem os imóveis no mercado imobiliário capitalista (Malta, 1989, p.19).

Para Malta (1989, p.67), o "empresário imobiliário é em geral confundido com o especulador". Apesar de muitos empresários imobiliários especularem é conveniente que se faça uma diferença entre eles.

A atividade empresarial imobiliária será tanto mais produtiva quanto mais houver produção de valor. Isto ocorre quando se investe capital e se utiliza o trabalho produtivo do trabalhador. Ao contrário, será tanto mais improdutiva quanto menos agregar capital e trabalho e mais auferir ganhos resultantes do esforço da comunidade. A implantação de infra-estruturas pagas pela comunidade nas proximidades do lote pode ser citado como exemplo.

Desta forma, deixar de vender uma área para a valorização futura torna-se interessante para os proprietários de terra e imóveis em geral. O comportamento especulativo será caracterizado pelo

²²Constitui-se na renda que se obtém em função do monopólio de propriedade fundiária. Subdivide-se em renda absoluta e renda diferencial I e II. A primeira ocorre em consequência do monopólio de terra e a segunda encontra as condições necessárias e suficientes para ocorrer em função da qualidade do solo (I) e da localização do lote (II). Sobre este assunto ver Correa (1987, p.83); Galvan (1980); J. Low-Beer (1983, p.31-41) e Lojkin (1980, p.163).

fato do empresário possuir um estoque de terras para uso futuro. Seu investimento será assegurado na medida que a habitação e a terra constituem-se nos componentes essenciais da reprodução dos homens dos capitais e de qualquer atividade que se realize sobre ela (Malta, 1989, p.68).

A promoção imobiliária tem necessidade de integrar constantemente novos setores, além dos existentes dentro do espaço tradicional, à sua extensão. Entre estes setores destaca-se a atividade turística que, como ver-se-á no próximo capítulo, necessita de equipamentos adequados para se desenvolver, gerando e/ou adaptando espaços a sua função. Estes espaços, que surgem em função da atividade turística, propiciam a atuação e o surgimento dos especuladores imobiliários na medida em que, quanto mais se especializam mais valorizam as terras e as construções existentes, desde que os atrativos naturais e artificiais não sejam prejudicados.

Coelho (1986, p.23) observa que a construção em função do turismo de lazer²³ tem por finalidade prolongar o conforto das áreas urbanizadas a regiões litorâneas e montanhosas. Em consequência, os investimentos neste setor são regidos pelas mesmas regras que atuam na promoção imobiliária da habitação em geral. Entre eles destacam-se ainda, segundo este autor (1986, p.24):

"A) a terra e os imóveis representam formas de preservar o capital acumulado da desvalorização.

B) o capital comercial e o capital financeiro adquirem posição hegemônica na estrutura do mercado imobiliário.

C) o setor público cria condições na economia que tendem a facilitar as realizações imobiliárias e os investimentos privados (políticas habitacionais, de investimento em infra-estruturas e de uso do solo)".

²³A definição de turismo de lazer encontra-se na página 88 deste trabalho.

3.7 - As Contradições do Estado na Urbanização Capitalista

Viu-se anteriormente que a função básica do Estado consiste em regular as ações dos diversos agentes modeladores do espaço, garantindo a ordem urbana. Cabe acrescentar porém, que sua ação transcende a isto na medida em que torna-se o suposto "guardião dos interesses gerais, corrigindo os aspectos negativos da urbanização capitalista" (Topalov, 1979, p.18).

Como se vê, "a organização espacial no capitalismo se realiza sob o comando do capital, quer dizer, dos diferentes proprietários e dos diferentes tipos de capital", onde os interesses privados, representados pelos grupos hegemônicos, tendem a prevalecer e dominar aos gerais, que são os de menor força política (Correa, 1987a, p.61).

Neste contexto observa-se que a atuação do Estado se faz cada vez mais necessária, principalmente pelo fato do grande capital financeiro, industrial e imobiliário participar ativamente deste processo, integrando-se direta e indiretamente em grandes corporações que, além de outras atividades, compram, especulam, financiam, administram e produzem o espaço de acordo com os seus interesses particulares.

O Estado a partir daí entretanto, também se subjugava ao comando do capital passando a agir de duas formas distintas. De um lado aparece como agente indispensável para tratar os efeitos da crise urbana, que surge a partir da lógica anteriormente descrita e de outro, socializa os custos necessários à acumulação do grande capital (Correa, 1987a, p.61). No primeiro caso o Estado, segundo Castells (1981, p.307),

"avalia os desequilíbrios territoriais, assegura um nível mínimo à reprodução da força de trabalho, compatibiliza as diferentes funções urbanas e responde, em alguma medida, às crescentes reivindicações sociais de meios de consumo coletivo".

Cumpra portanto, a função de "intervir na produção do ambiente construído e arbitrar as demandas da classe trabalhadora por infra-estrutura, transporte, habitação e serviços sociais das mais variadas naturezas" (Piquet, 1986, p.45). Topalov (1979, p.40) acrescenta que atualmente,

"é totalmente natural que o Estado intervenha para proporcionar à população escolas, casas populares, etc., pelo menos nos casos que a iniciativa privada não logra fazer ela mesma. O Estado é para esta ideologia, o representante do interesse geral e deve portanto, corrigir os efeitos negativos do livre jogo dos interesses particulares".

Ao constatar as carências do livre jogo do mercado, mede as necessidades que se desprendem dele, estabelece normas e equipamentos e, progressivamente, as realiza através da redistribuição de uma parte do produto social, que são os impostos e as rendas de transferência.

Piquet (1986, p.44) coloca que a maior ou menor participação do Estado "na provisão do ambiente construído vai depender das condições sociais de cada nação e da conjuntura histórica que o país esteja atravessando".

No segundo caso, contribui não só a favor do grande capital como do pequeno capital que conforme Correa (1987a, p.62), "está presente em todos os setores e, muitas vezes, vive na dependência do mesmo".

Ao investir em setores pouco rentáveis, financiando equipamentos urbanos desvalorizados (energia, habitação popular, etc.) o Estado não só barateia os custos dos investimentos lucrativos que o capital pretende efetuar, como também permite resolver a curto prazo, "problemas insolúveis para os agentes capitalistas individuais tais como a contradição entre o valor de uso coletivo do solo e a fragmentação em função da renda da terra" (Lojkine, 1981, p.169).

Em resumo, pode-se dizer que o campo de ação da política urbana dos Estados capitalistas periféricos abrange, primeiramente a função de promover, por meio de instrumentos de intervenção, "a dotação de bens de consumo coletivos indispensáveis para a reprodução ampliada da força de trabalho necessária ao capital". Em segundo lugar, sua função consiste em "reduzir os custos de produção mediante a criação das condições gerais de produção de forma a permitir ao capital beneficiar-se da aglomeração" (Piquet, 1986, p.47).

No que se refere ao setor imobiliário, Scroffernecker (1983, p.76) completa que a interferência do Estado em relação a aplicação de benfeitorias,

"além de fazer com que o promotor imobiliário diminua seus gastos em relação aos investimentos de infra-estrutura, colabora para que haja a elevação do custo da terra, proporcionalmente a quantidade de recursos que este aplica no setor".

Compete agora, para aprofundar as contradições do papel do Estado junto a urbanização capitalista, estudar a forma utilizada por ele para gestionar o espaço.

O planejamento territorial surge como uma estratégia, um conjunto de ações racionais ajustadas a esta meta onde os mecanis-

mos²⁴ utilizados pelo Estado são organizados e colocados em prática.

A operacionalização dos mesmos ocorre através do plano de urbanismo de um lado, e de serviços públicos de outro que juntos constituem-se nos instrumentos de intervenção racional do Estado. As diretrizes por eles assumidas são realizadas tanto pela ação normativa, exercida pela prefeitura sobre particulares (notadamente, quanto ao uso do solo) quanto, pela ação executiva das obras e programas (Topalov, 1979, p.19).

Porém, Correa (1987a, p.61) lembra que o Estado desvirtua seu papel na medida em que "não é uma instituição neutra, a-histórica, acima das classes sociais e dos interesses dominantes".

O Estado não é um sujeito dotado de vontade, é um conjunto de aparatos que realizam, por um processo sem sujeito, o interesse geral da classe dominante. É uma organização que pode, em determinadas condições, prejudicar certos interesses capitalistas particulares se isto for necessário para garantir os privilégios hegemônicos da sociedade (Topalov, 1979, p.90). Dentro deste raciocínio Castells (1981, p.308) complementa que,

"a ação do Estado sobre a crise urbana, por meio da administração local não é pura intervenção reguladora dos desajustes estruturais. É a expressão dos interesses em jogo e das forças políticas que os representam".

Em consequência, suas políticas sociais bem como, todo o planejamento territorial são funcionais ao sistema e reforçam a dominação da camada dominante. Estes simplesmente, põem em prática

²⁴Ver as páginas 58 e 59 do presente trabalho.

tais interesses embora sua função básica, conforme o próprio discurso do Estado²⁵, seja a de resolver as contradições inerentes ao sistema. Para Lojkin (1981, p.171) o Estado e todo o planejamento territorial,

"reflete ativamente as contradições e as lutas de classe geradas pela segregação social dos valores de uso urbanos. Longe de unificar, o aparelho de Estado e a subordinação de sua política, a fração monopolista do capital vai, pelo contrário, agravar as fissuras, as contradições entre segmentos estatais, suportes de funções sociais contraditórias".

A nível de planejamento Malta (1989, p.75-85) destaca várias práticas que contribuem para que o mesmo sirva aos interesses do capital. Entre elas destacam-se:

1) Os padrões urbanísticos²⁶ existentes são elitizados e não só elevam os custos dos serviços urbanos, principalmente no que se refere aos loteamentos, como também propiciam a criação clandestina dos mesmos.

2) Os investimentos públicos são elementos valorizadores de bens imóveis e, apesar de serem um instrumento teoricamente correto, propiciam a especulação. Esta valorização, na prática, beneficia o setor imobiliário na medida em que embora seja o dinheiro da comunidade que a esteja produzindo este não retorna para o bolso da comunidade.

Primeiramente, as alterações de zoneamento ou nos gabaritos das edificações, permitindo-lhes maior verticalização, exigem que a infra-estrutura urbana se adapte as novas condições existentes.

²⁵ Consultar Correa (1987, p.21-7) e Harvey (1980, p.141).

²⁶ Entre estes padrões incluem-se o plano diretor de uso e ocupação do solo, o código de obras e as leis municipais.

Malta (1989, p.76) pondera que,

"esta infra-estrutura é, na quase totalidade produzida pela comunidade como um todo, através do governo. Portanto, a valorização decorrente deveria ser dela, da comunidade, e não do proprietário do terreno, que nada investiu para isto".

Em segundo lugar, a inexistência de mecanismos que desestimulem a retenção de imóveis vazios, especialmente terrenos, favorece a especulação. Neste caso, a atitude dos proprietários consiste em aguardar a incorporação de benefícios oriundos da instalação de infra-estrutura e de outras instalações geradas pelo processo natural de urbanização.

3) Uma outra forma de especulação surge da não-obediência à legislação urbanística, que propicia a atividade imobiliária clandestina. A falta de maior fiscalização e da aplicação de leis mais severas por parte do poder público, dão vantagens indevidas ao loteador imobiliário ilegal sobre aquele que obedece as leis.

Finalmente tem-se a especulação derivada das leis fiscais imobiliárias, que no Brasil constituem-se do imposto predial e territorial urbano. A ausência de lançamentos, a desatualização dos valores venais aliada as avaliações do valor venal intencionalmente ou não reduzidos beneficiam algumas áreas da cidade em detrimento de outras. Deste modo, pela inexistência de uma legislação socialmente mais justa, o imposto cobrado sobre periferias urbanas pobres é relativamente mais alto do que a das áreas ocupadas pelas camadas mais abastadas da população.

4) A estrutura político-administrativa vigente no país faz com que haja a centralização dos recursos públicos destinados ao urbano. Esta centralização afasta o "locus" decisório de sua

destinação, o povo, impossibilitando-lhes o controle.

5) As prioridades do modelo econômico nacional de desenvolvimento urbano não estão voltadas para a produção do espaço urbano. Problemas como habitação e infra-estrutura de base, transporte, saneamento básico e os equipamentos sociais, especialmente os ligados à educação e à saúde, não são considerados setores essenciais para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

6) As rotineiras anistias às irregularidades urbanas, sob a justificativa de regularizar as edificações e os loteamentos populares levam as camadas alta e média a obterem o mesmo benefício o que é especulativo e, portanto, anti-social.

Estes itens serão esmiuçados no capítulo V, quando se tratar de como os agentes sociais hegemônicos se servem do Estado para alcançar seus benefícios e servirão de base para as considerações relativas ao Estudo de Caso.

IV - A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO EM FUNÇÃO DO TURISMO DE VERANEIO

Este capítulo pretende, de um modo geral, estabelecer uma correspondência entre a atividade e o espaço turístico, o processo de urbanização específico, que surge em decorrência de seu desenvolvimento, e o planejamento turístico ideal.

Desta forma, num primeiro momento, pretende definir o espaço turístico para depois evidenciar como as categorias turísticas influenciam a especialização de um espaço.

Finalmente, ao estabelecer uma relação entre planejamento e urbanização turística, tenciona fornecer as bases técnicas adequadas para um planejamento turístico ideal. Assim, mais tarde, quando se abordar o Estudo de Caso, ter-se-á parâmetros suficientes para se apontar acertos, falhas e contradições no que tange ao planejamento turístico estabelecido na prática.

4.1 - Fatores que Definem o Espaço Turístico

O espaço turístico é formado basicamente¹ pelo conjunto dos elementos constituídos pela oferta turística que "deverá fornecer um complexo de bens e serviços representando a substância do produto turístico requisitado pela demanda"² (Sessa, 1983, p.47).

Em outras palavras, a oferta turística é representada por todos aqueles elementos³ que permitem a chegada e a estada dos visitantes, satisfazendo suas necessidades de consumo. Silva (1983, p.35) a define como a unidade objetiva do mercado turístico, ou seja, "o equipamento turístico composto de bens e serviços"⁴ que podem ser vendidos no mercado a um dado preço".

Cabe lembrar porém que, embora a oferta turística seja um condicionante indispensável para atrair um turista a determinado local; o elemento básico, gerador, que atrai o turista em primeiro lugar, consiste na imagem subjetiva que o mesmo tenha do espaço turístico a ser visitado. O aspecto subjetivo (moda, forma de perceber o espaço, impressões e recordações pessoais) portanto, representa um papel fundamental quanto aos motivos que levam o turista a determinado local.

¹Basicamente porque além da oferta turística também a demanda faz parte do espaço turístico. No caso, optou-se por enfatizar os aspectos relativos a oferta, por serem os seus elementos os que mais objetivamente refletem as necessidades da procura e mais influenciam o processo de urbanização turística de uma área ou região.

²A demanda representa a procura turística. Torna-se conhecida pelo conjunto de indicadores representados pela renda, gastos médios, tempo de permanência, origem dos turistas, etc., que acabam por definir o perfil destes turistas (usuários) numa determinada área.

³Fazem parte destes elementos todas as formas possíveis de alojamento, os meios de transporte, a água, a energia elétrica, os serviços, os elementos naturais, etc.

⁴Estes bens e serviços característicos da oferta turística podem confundir-se com aqueles de outras atividades produtivas. Ver Sessa (1983, p.47).

Dado a existência de intensa variedade de elementos que interessam e conservam o movimento turístico, torna-se necessário separá-los e classificá-los por categorias. Três são os "semi-agregados⁵ da atividade turística" (Sessa, 1983, p.47).

A) OS RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS DE ORIGEM HISTÓRICA: os primeiros referem-se ao clima, a paisagem, a flora e fauna, a topografia e a situação geográfica⁶. Os segundos relacionam-se às atividades humanas tais como usos e costumes, história, gastronomia, tecnologia, museus e monumentos, hospitalidade e também artesanato. Ambos, conjuntamente, formam "os pressupostos indispensáveis para proceder à construção da oferta turística" (Sessa, 1983, p.47).

B) AS INFRA-ESTRUTURAS DE BASE: também chamadas de infra-estruturas gerais, são representadas pelos elementos que permitem o acesso (meios de transporte, rodovias, estradas, aeroportos, etc.) e fornecem as pré-condições para a instalação de alojamentos e equipamentos turísticos (eletricidade, rede de água e saneamento básico, telecomunicações, etc.). Incluem-se também neste item algumas das infra-estruturas específicas para o desenvolvimento turístico como um porto de caráter turístico, por exemplo.

As infra-estruturas técnicas "constituintes das estruturas indispensáveis e preliminares às instalações das superestruturas turísticas" são infra-estruturas que, por exigirem grandes investimentos de capital, normalmente são realizadas pelo setor público. Corre a seu encargo também o correspondente financiamento

⁵Os semi-agregados nada mais são do que a separação da oferta turística em três categorias de análise. Sobre este assunto consultar Silva (1983, p.34-7); Machado (1980).

⁶Oportunamente no capítulo V, item 5.2.7, que analisa Os Resultados do Processo em termos Ambientais e Sociais, tratar-se-á dos recursos naturais que não entram no circuito do mercado.

destas ofertas (Sessa, 1983, p.47).

C) AS SUPERESTRUTURAS TURÍSTICAS: são compreendidas basicamente pelos equipamentos do tipo clássico (hotéis, restaurantes, bares e meios de alojamento complementares tais como campings, pousadas, vilas turísticas, etc.), pelos equipamentos destinados às diversões e aos esportes, pelos serviços de recepção turísticas (informações, agências de viagem, comércio, artesanato, etc.) pelos setores que preparam profissionais para atuarem no ramo de terrenos e hotelaria e ainda pelos alojamentos mais informais do tipo residências secundárias e casas e apartamentos para alugar.

Em outros termos, são configurados por todos os tipos de equipamentos que de maneira direta e exclusiva satisfazem as necessidades turísticas (Sessa, 1983, p.48).

As ações em matéria de superestrutura turística, por serem mais clara e diretamente vinculadas aos consumos turísticos finais, são normalmente realizadas pelo setor privado, através de negócios que visam obter algum lucro ou benefício (Liberal, 1974, p.15).

O necessário deslocamento do consumidor ao local de produção faz com que os hotéis destaquem-se por representarem o pilar fundamental do turismo, a estadia. Podem ser definidos como o estabelecimento comercial destinado a fornecer aos viajantes não só alojamento como também alimentação e serviços acessórios. São vendidos "com lucro para remunerar a gestão e o capital utilizados" (Silva, 1983, p.35).

A prestação de serviços, por outro lado, constitui-se numa necessidade que exige qualificação profissional completa. Esta deve abranger não só o ramo da hotelaria, da gastronomia, dos postos de turismo como também o conhecimento dos costumes e usos tanto

dos turistas quanto da comunidade receptora.

Embora os elementos anteriormente descritos ajudem a definir o espaço turístico, especialmente do ponto de vista formal, falta ainda acrescentar o aspecto social, relacionado à procura e ao tipo de clientela que frequenta este espaço. É somente a partir dos aspectos formais e sociais que se pode definir e apreender o espaço turístico em sua totalidade.

Os aspectos formais representados pela oferta, estão intimamente ligados à necessidade intrínseca da atividade turística envolver o deslocamento e a permanência de pessoas em lugares diferentes de sua origem ou residência habitual. Os aspectos sociais, representados pela procura, relacionam-se às preferências objetivas e subjetivas dos usuários tais como motivos de viagem, tempo e recursos disponíveis.

É a dualidade necessidades/preferências que faz com que o espaço turístico seja ao mesmo tempo utilizado e produzido em função da clientela⁷ que predominantemente frequenta determinado local. Hoje esta dualidade ganha espaço no contexto porque o fenômeno da oferta e da demanda se acentua na massificação do acesso aos meios de transporte, que possibilitam o deslocamento da clientela aos locais de sua preferência, no câmbio favorável de um país em relação ao outro, na qualidade e no tipo dos serviços oferecidos, etc.

⁷O tipo de clientela influi na produção do espaço turístico na medida em que o investidor visa voltar seus investimentos de forma a atender o maior número possível de consumidores.

4.2 - O Turismo de Veraneio e a Produção de um Espaço Especializado

O fato da oferta e procura estarem diretamente relacionadas à categoria turística⁸ a ser desenvolvida na região, faz com que cada espaço turístico organize-se de modo a gerar diferentes formas arquitetônicas de um lado e adequados tipos de alojamentos e serviços de outro.

Assim, as categorias turísticas, surgidas em função dos recursos e da procura, influenciam na especialização do espaço turístico por serem também diferenciadas entre si, principalmente no que se refere aos motivos de viagem e ao tempo de permanência no local de destino. Esta influência além de assumir diferentes graus, de acordo com a categoria exercida, atinge também os aspectos relativos à gênese e à dinâmica espacial.

Quanto aos motivos de viagem, o turismo de lazer ou recreacional⁹ destaca-se como "aquele que realmente produz espaço turístico" devido à grande variedade de formas de alojamento que abrange. Esta categoria, além de propiciar a formação de um espaço diversificado em termos de superestrutura turística torna a paisagem urbana mais especializada (Scroffernecker, 1983).

⁸ Acrescenta-se que "na prática e para determinados propósitos o turismo pode ser classificado de diversas formas, cada uma delas orientada para uma necessidade específica" (Acerenza, 1988, p.47). Vários autores apresentam categorias considerando ora os locais escolhidos pelo indivíduo para fazer turismo, ora os motivos de viagem, ora o tempo utilizado para a sua prática e ora o tipo de alojamento a ser utilizado. Alguns destes autores, inclusive, identificam o turismo em função de mais de uma característica. Neste trabalho, a exemplo de Scroffernecker (1983, p.45), classificou-se o turismo segundo os motivos de viagem e o tempo de permanência no local de destino.

⁹ Considera-se turismo de lazer ou recreacional "aqueles deslocamentos de turistas que buscam exclusivamente a recreação, o divertimento - selecionando aquelas áreas que ofereçam recursos turísticos que atendam a estes objetivos" (Scroffernecker, 1983, p.46).

Nas outras modalidades turísticas¹⁰, entretanto, pelo fato dos hotéis destacarem-se como o tipo de alojamento mais utilizado, nem sempre ocorre a necessidade de se criar um espaço turístico específico. O turismo cultural, de saúde, de congressos etc.

"utilizam-se, na maioria das vezes, do próprio espaço da localidade onde ocorrem os recursos turísticos (culturais e/ou produzidos). As modalidades turísticas valem-se assim de toda uma infra-estrutura existente, isto é, de um espaço previamente organizado, que passará a receber investimentos de acordo com a clientela a que se destina" (Scroffernecker, 1983, p.52).

Quanto ao tempo de permanência no local de destino¹¹ existem duas modalidades que envolvem o turismo recreacional. Scroffernecker (1983, p.48-9) destaca:

A) TURISMO DE VERANEIO OU DE SEGUNDA RESIDÊNCIA: são "aqueles deslocamentos que ocorrem especialmente nos meses de janeiro e fevereiro, de caráter eminentemente sazonal, e que apresentam uma relação direta com as férias escolares, sendo o litoral geralmente escolhido como área de destino. Nesta modalidade há a transferência temporária de moradia para aquele local".

B) TURISMO DE VIAGEM OU ITINERANTE: são "aqueles deslocamentos que predominam igualmente nos meses de janeiro, fevereiro e junho mas que podem ocorrer ao longo de todo o ano".

Cada uma destas modalidades representa um papel específico não só frente à especialização do espaço turístico como também frente ao tipo de urbanização que pode surgir em função do turismo

¹⁰Ver Scroffernecker (1983, p.45-7) que não só subdivide a categoria do turismo de lazer ou recreacional em modalidades, como define cada uma delas.

¹¹Cf. com a classificação de Langenbuch citado por Scroffernecker (1983, p.45-7).

de lazer.

O turismo de veraneio influencia mais profundamente o processo de urbanização, dentro da categoria lazer, "devido ao fato de estar associado com alojamentos extra-hoteleiros tais como, residências unifamiliares, apartamentos ou condomínios". É a modalidade de turismo que estabelece maiores vínculos com o local de destino por estar associada à aquisição de bens que asseguram ao local de destino certa estabilidade, quanto a afluência permanente de visitantes (Acerenza, 1988, p.45).

O turismo de viagem não estabelece grandes vínculos com o local de lazer por ser formado por turistas mais itinerantes, que mudam constantemente de destino de acordo com seus próprios gostos e preferências e por não necessitar de grandes extensões territoriais para se desenvolver.

Cabe agora ressaltar as especificidades que dizem respeito à dinâmica e a gênese do processo de urbanização turística¹² de lazer, na modalidade de veraneio ou de segunda residência.

Inicialmente, a urbanização turística de lazer, na modalidade acima descrita, pode ocorrer de forma gradativa, tal qual um processo de urbanização tradicional¹³. Neste caso, a evolução urbana ocorre de maneira permanente, sem a existência de um produto acabado pronto para ser comercializado. A utilização da residência secundária ocorre exclusivamente como valor de uso.

O segundo tipo de urbanização turística, ao contrário, ocorre de modo rápido, através da utilização de projetos específicos, característicos da urbanização planejada. Neste caso, o valor

¹²A dinâmica do processo de urbanização turística refere-se as duas formas possíveis de urbanização: a tradicional e a planejada.

¹³O termo urbanização tradicional refere-se ao crescimento natural, espontâneo das cidades.

de troca se sobrepõe ao valor de uso e todo o objeto construído é colocado a venda com fins lucrativos.

Como produto espacial do primeiro caso encontram-se os chamados "balneários", do segundo caso encontram-se os chamados "complexos turísticos".

Entre as características encontradas em ambos os processos de urbanização destacam-se:

- a necessidade de se criar um ambiente de repouso e tranquilidade;
- o elevado grau de utilização do veículo como elemento de ligação fora do espaço turístico;
- a intensa ocupação sazonal da superfície edificada e seu eventual abandono fora de temporada" (Lacasa, 1974, p.215).

O ponto de partida para a produção do espaço turístico de lazer, especialmente no litoral, são os loteamentos que "oferecem a possibilidade para a aquisição de terrenos para construção de residência secundária em um espaço previamente organizado"¹⁴ (Scroffernecker, 1983, p.57).

A qualificação do espaço turístico, por outro lado, é influenciada pelo tipo de clientela que o usufrui e pelo próprio poder público, que realiza benfeitorias, "fornecendo à iniciativa privada as pré-condições para torná-lo diferenciado", quer através de leis urbanísticas, quer através das infra-estruturas de base por ele oferecidas, quer através de suas aptidões naturais e artificiais (Scroffernecker, 1983, p.57).

¹⁴Este espaço previamente organizado pode fazer parte dos dois tipos de urbanização turística: a tradicional e a planejada.

4.3 - O Planejamento e a Urbanização Turística

A importância do planejamento no processo de urbanização, seja ele turístico ou não, revela-se ainda mais ao analisar-se a diversidade de categorias turísticas e as inúmeras formas que podem assumir os espaços resultantes.

Independentemente porém de sua modalidade, gênese ou dinâmica as formas turísticas devem respeitar um princípio fundamental: o de não nascer e se desenvolver de forma anárquica. Para isto, "devem merecer conceitos estabelecidos e planejados com todo o cuidado por todas as partes envolvidas" (Krippendorf, 1989, p.204).

O planejamento turístico surge como instrumento de regulação do espaço que pode propiciar vantagens importantes e inegáveis referentes ao desenvolvimento turístico, principalmente com relação ao turismo de lazer, na modalidade de veraneio ou de segunda residência, que é a categoria que mais produz e especializa o espaço turístico.

Na verdade, o planejamento não chega a se realizar plenamente, acabando apenas por minimizar os impactos causados pelo processo de urbanização. Isto é, devido a existência de problemas estreitamente relacionados a ele. De um lado, problemas que surgem em função de previsões inadequadas e do tratamento equivocado dado aos componentes turísticos. Do outro, os que surgem em função do papel contraditório do Estado¹⁵ que, ao mesmo tempo em que pretende tratar dos efeitos da crise urbana, intervindo na produção do ambiente construído, não consegue atingir estes objetivos satisfatoriamente por subjugar-se ao capital, expressando os interesses em

¹⁵Consultar o presente trabalho páginas 76 a 82; Correa (1987a, p.61); Lojkin (1981, p.171) e Malta (1989, p.75-85).

jogo e das forças políticas que os representam (aspecto tratado no capítulo III, no item referente à dinâmica da urbanização capitalista).

Estes interesses refletem-se sobre o planejamento através da exigência de certos padrões urbanísticos que levam a:

- A) alterações no zoneamento.
- B) não fiscalização da legislação
- C) centralização dos recursos públicos
- D) concessão de anistias
- E) fornecimento de infra-estrutura¹⁶.

Problemas desta natureza, por serem inerentes ao sistema, tornam-se difíceis de serem solucionados. Já o primeiro tipo de problema, obviamente pode ser minimizado através de um correto enfoque técnico dentro da realidade concreta do município.

Para que o planejamento turístico se desenvolva adequadamente, em primeiro lugar, deve-se entender que a produção turística depende de programação integrada, interligada e interdisciplinar. Neste sentido os planos turísticos devem incorporar-se a outros planos nacionais e a inclusão da função econômica do turismo de forma macro, abrangendo todos os seus aspectos pertinentes, também deve ser considerada.

Em segundo lugar, o planejamento deve conter uma política local adequada e um plano de estratégias incisivo que trate e relacione as necessidades dos residentes e dos turistas com o respectivo planejamento do município.

Em terceiro lugar, o planejamento deve levar em consideração a concorrência existente entre o setor público e privado,

¹⁶Ver Malta (1989, p.75-85).

"estabelecendo adequadamente a distribuição de ações a realizar, por um e outro, cifrando os respectivos montantes de investimentos necessários" (Liberal, 1974, p.16).

Estas ações devem ser de cunho executivo para o setor público, que através de planos, projetos e programas estabelece e organiza a forma de operacionalizar suas prioridades, e de cunho indicativo para o setor privado. As primeiras, devem ser elaboradas de modo que os promotores privados as considerem suficientemente atrativas e eficazes para serem respeitadas por eles.

A preocupação com o equilíbrio entre a oferta e a demanda também possibilita o correto enfoque técnico do planejamento, onde a investigação da oferta constitui seu ponto de apoio e a investigação da demanda¹⁷ seu núcleo.

O superdimensionamento da oferta conduz a prejuízos por subutilização e seu subdimensionamento implica no subaproveitamento do potencial da área, acarretando rendimentos improdutivos. O equilíbrio depende portanto, da identificação dos conteúdos naturais e culturais que geram a força atrativa e as possibilidades de consumo.

O planejamento deve também preocupar-se em estabelecer critérios de uso dos recursos naturais, sem acarretar no prejuízo de sua força atrativa e o impedimento de práticas que inviabilizem economicamente a produção de turismo (Felline, 1983, p.27).

¹⁷A investigação da oferta e da demanda através do levantamento de dados permite que se conheça e avalie, em primeiro lugar, as verdadeiras condições da área, em termos de condicionantes, deficiências e potencialidades, e em segundo lugar, o perfil do turista que frequenta a área abordada. O conhecimento da realidade possibilita que se estabeleça a forma de atuação adequada, de modo a suprir as necessidades existentes.

O uso do espaço em função do lazer "não é intrinsecamente um problema: pode ou não tornar-se um problema", dependendo se o uso e a ocupação do solo permanecerem em razoáveis níveis de intensidade e se crescerem de acordo com um planejamento adequado (Castello, 1974, p.131).

Naturalmente, as premissas anteriormente descritas devem ser abordadas através de uma metodologia que, através das diferentes etapas do processo de planejamento turístico, envolva técnicas que analisem a realidade local e os fatores que podem fazer com que a urbanização turística seja mais ou menos bem sucedida.

Quanto as etapas do planejamento, é comum que atravessem as seguintes fases (Acerenza, 1985, p.31-7):

- A) identificação do problema e definição dos objetivos imediatos pretendidos.
- B) análise e avaliação da situação, que permite determinar o procedimento frente aos recursos naturais e humanos existentes, as infra-estruturas e superestruturas turísticas.
- C) formulação do plano.
- D) programação das ações.
- E) execução do plano.
- F) controle e avaliação dos resultados.

As duas primeiras fases servem principalmente, para situar o problema dentro da situação geral a que pertence, identificar a natureza e o efeito final das ações exigidas, revisar os objetivos inicialmente delineados e esclarecer os aspectos ligados ao problema que se pretende solucionar.

A formulação do plano de desenvolvimento turístico, no que tange aos aspectos urbanísticos, deve englobar sucessivos estudos que contenham, do geral ao particular, planos de zoneamento,

projetos de infra-estrutura básica, projetos de urbanização e projetos arquitetônicos (Lacasa, 1974, p.214).

Os elementos integrantes do plano de zoneamento turístico podem ser classificados em três modalidades:

- a residencial (unifamiliar, coletiva ou de hotelaria)
- a de equipamentos complementares (comércio, serviços administrativos, centros de saúde, de cultura, recreativo, desportivo, etc.)
- a de espaços livres (privados, públicos, vias e estacionamento).

O zoneamento pode conduzir ao aumento do solo edificável, se aliado à estruturação viária adequada, e permitir a redução das superfícies viárias e de estacionamento, se agrupar os serviços comerciais, administrativos em "centros".

Em termos mais abrangentes, quanto às técnicas utilizadas para a formulação de um plano de desenvolvimento turístico, destaca-se aquela que considera a política e os planos turísticos existentes, a concepção urbana e arquitetônica, a paisagem da região e finalmente as possibilidades financeiras existentes. Neste sentido os itens a serem analisados em cada tópico seriam, por exemplo, os seguintes (Bürky, 1972, p.82-6):

1º) Em função da política turística existente:

- turismo passado e atual
- tendências turísticas (agências de viagem, demanda)
- características da paisagem (recursos naturais e humanos de origem histórica).

29) Em função das características urbanas:

- paisagem urbana e meio ambiente
- plano de urbanização oficial ou a criar.

39) Em função das características arquitetônicas:

- características urbanas
- tendências turísticas (influenciam no partido arquitetônico)
- programas turísticos existentes e as bases de seu funcionamento quanto à circulação de veículos, alojamentos, abastecimento, usos e costumes da região, etc.

49) Em função dos programas turísticos relacionados com a paisagem da região:

- potencialidades turísticas (curiosidades, paisagem natural, cultura, lazer e esportes)
- potencialidades urbanísticas da paisagem
- infra-estruturas e superestruturas existentes, a desenvolver ou a criar.

59) Em função da administração financeira:

- possibilidades financeiras dos promotores
- possibilidade de ajuda financeira, fiscal do Estado (legislação, código de investimentos, práticas bancárias, etc.)
- critérios de rentabilidade sob o ponto de vista do Estado, dos investidores e dos promotores.

Em suma tudo indica que a técnica de organização turística, seguindo os passos como os listados acima, preocupa-se em respeitar a paisagem natural e artificial, salvaguardar os interesses da população local, dos promotores e dos turistas. Estas premissas, obtidas a partir de um planejamento adequado, podem induzir a uma urbanização compatível com o meio¹⁸, onde o desenvolvimento da atividade turística torne-se viável, trazendo benefícios tanto para a população visitante quanto para a visitada.

No que tange a situação do planejamento em Santa Catarina, observa-se que por parte do órgão oficial de turismo - SANTUR - existe preocupação em se obter dados estatísticos sobre o perfil e o fluxo de turistas no Estado. Estes dados, que serviram principalmente para verificar o equilíbrio entre a oferta e a demanda, são levantados porém sem serem analisados dentro de uma estratégia global de desenvolvimento turístico para a região.

O desenvolvimento turístico planejado, tanto a nível nacional quanto no estadual, de um modo geral, dá apenas seus primeiros passos, longe de buscar alcançar uma programação integrada, interligada e interdisciplinar.

O planejamento existente não chegou nem mesmo a completar a etapa de formulação de um plano. Também as leis existentes, que regulam a forma do uso e a ocupação do solo bem como outras questões diretamente ligadas ao desenvolvimento turístico, sofrem pressões inerentes à urbanização capitalista, que somadas à inexistência de planos turísticos globais e setoriais, tornam-se constantemente ineficientes, deixando de atingir os propósitos a que se destinam.

¹⁸-----
Inclui os aspectos referentes a natureza, a população local e a visitante

— A existência de uma situação que rege apenas parcialmente as recomendações acima agravam ainda mais os problemas surgidos em função da urbanização capitalista tradicional, trazendo consequências predatórias principalmente aos recursos naturais e culturais, integrantes ou não ao circuito produtivo, bem como à própria gênese, concepção e evolução dos espaços turísticos que se desenvolvem em Santa Catarina.

V - O PLANEJAMENTO TURÍSTICO E A URBANIZAÇÃO DE CANASVIEIRAS E JURERÊ INTERNACIONAL: ESTUDO DE CASO

5.1 - Descrição do Objeto

Conforme salientado na introdução deste trabalho, para o estudo de caso foram escolhidos duas praias situadas no norte da Ilha de Santa Catarina: Canasvieiras e Jurerê Internacional (Mapa 1).

Distantes cerca de 20 Km do centro de Florianópolis estas praias têm como acesso principal a rodovia SC-401 que bifurca-se para Jurerê¹, Daniela e Jurerê Internacional, passando a denominar-se SC-402, e para Canasvieiras tornando-se a SC-403. Estes acessos constituem-se de rodovias estaduais totalmente asfaltadas já de-

¹A praia de Jurerê e de Jurerê Internacional, apesar de fisicamente constituírem-se de uma única praia, para efeito deste trabalho, são consideradas praias que se subdividiram em função de desenvolvimentos espaciais distintos, como ver-se-á oportunamente no decorrer do trabalho.

monstrando, atualmente, sinais de congestionamento durante o verão (Mapa 2).

Ambas mostram-se ideais para o turismo familiar de veraneio. Segundo o Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis (1981), pertencem a zona turística do Norte da Ilha (ZONA 2) que, juntamente com as praias de Jurerê, Daniela, Cachoeira, Ponta das Canas, Ingleses e Santinho, apresentam um quadro uniforme no que se refere as suas condições naturais (Mapa 3).

5.1.1 - O Turismo de Veraneio e a Produção do Espaço no Litoral Norte da Ilha de Santa Catarina

O fenômeno do veraneio e a produção do espaço no litoral norte da Ilha pode ser dividido em quatro grandes períodos:

Inicialmente, o uso e a ocupação das praias foi feito pelos florianopolitanos, que construíam residências com o intuito de veraneiar ou, para aqueles que não tinham condições de construir, apenas fazer piqueniques nos fins-de-semana (Foto 1).

Mais recentemente, houve a ocupação por turistas vindos do interior e do exterior do Estado assim como por estrangeiros vindos principalmente da Argentina e do Uruguai (Anexo 12).

Paralelamente ao uso do lazer² começa a se esboçar, principalmente a partir da década de 1970, uma mudança de comportamento que vai alterar a forma de produção de espaço até agora desenvolvido. Aqueles que iam às praias para veraneiar passam a não mais usu-

²Entende-se por lazer a ocupação do tempo livre. é um tipo de entretenimento que pressupõe atividade, não incluindo necessariamente o deslocamento.

MAPA 02

MALHA VIÁRIA PRINCIPAL

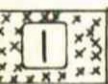
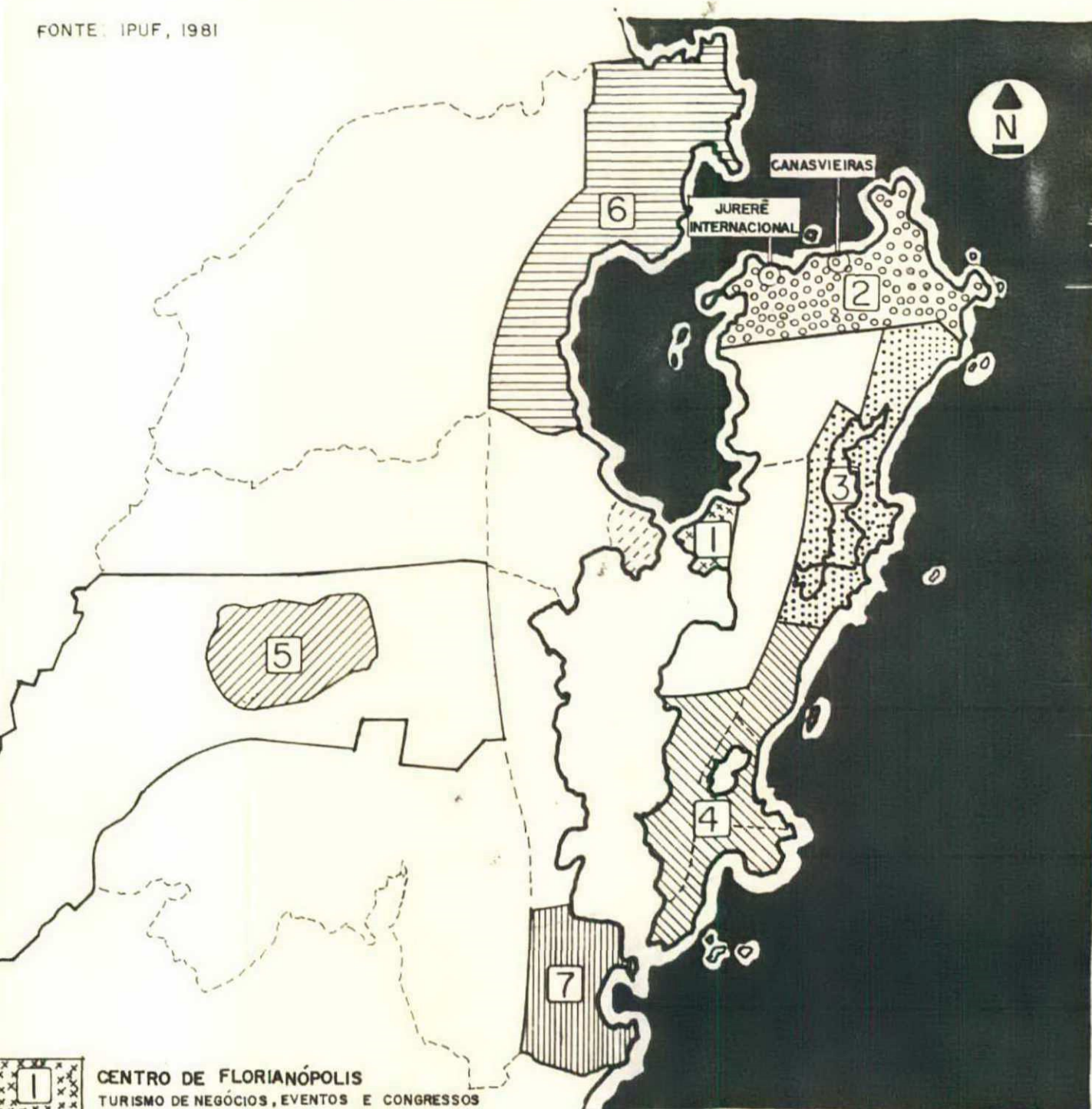
FONTE: IPUF, 1981



MAPA 03

CARACTERIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS ZONAS TURÍSTICAS

FONTE: IPUF, 1981



1 CENTRO DE FLORIANÓPOLIS
TURISMO DE NEGÓCIOS, EVENTOS E CONGRESSOS



2 NORTE DA ILHA
TURISMO FAMILIAR E VERANEIO



3 LAGOA COSTA NORTE
TURISMO MULTIFUNCIONAL



4 SUL DA ILHA
PASSEIOS E VERANEIO



5 SANTO AMARO - ÁGUAS MORNAS
ÁGUAS TERMAIS E PASSEIOS



6 LITORAL CONTINENTAL NORTE
TURISMO DE PASSAGEM E VERANEIO



7 PRAIAS PINHEIRA E SONHO
TURISMO FAMILIAR, POTENCIAL E VERANEIO

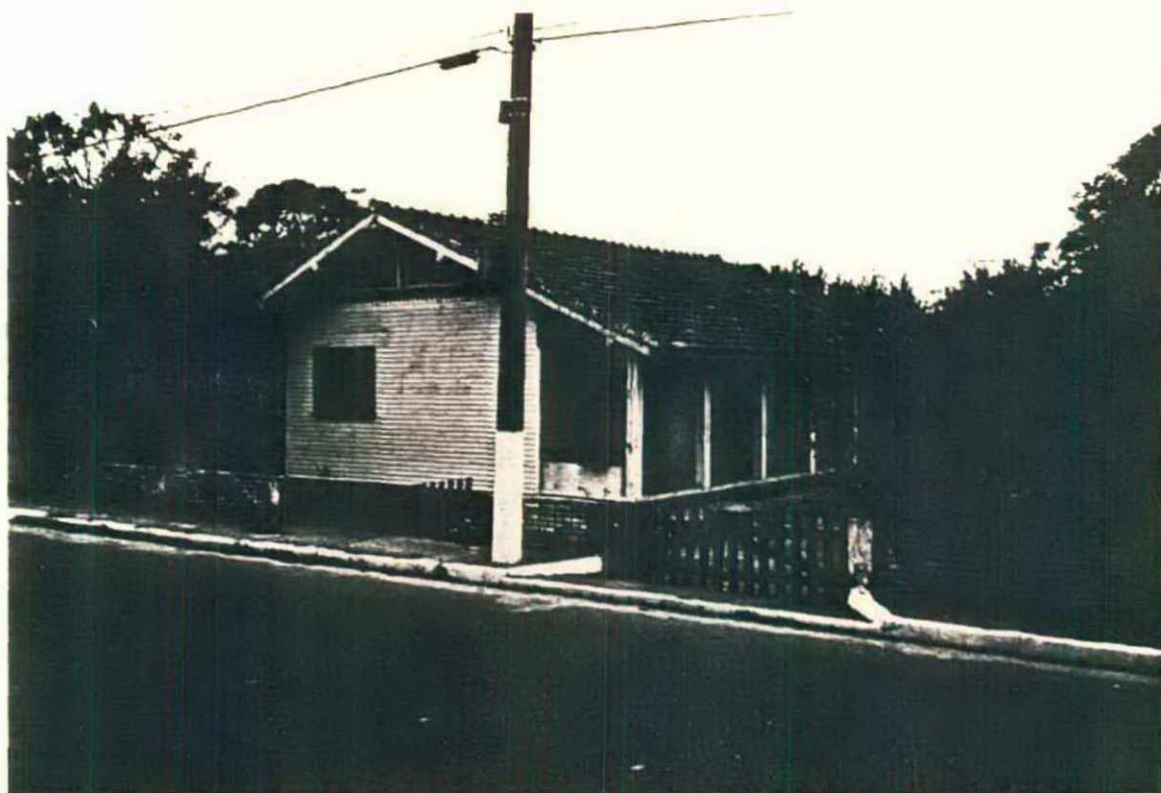


FOTO 1 - Típica residência da década de 1960

fruí-las e suas segundas residências são alugadas para turistas, com o intuito de melhorar seus rendimentos. O valor de uso torna-se secundário frente à nova perspectiva econômica que surge com os recentes hábitos de seus proprietários.

Incentivado por políticas de turismo³, que estimularam o desenvolvimento desta atividade, o processo amplia-se efetivamente. As construções que antes se restringiam aos veranistas e alguns comerciantes que visavam dar infra-estrutura a um local totalmente desprovido da mesma, passam a ser o objetivo principal dos proprietários dos terrenos e das residências, que também passam a ser negociadas com os turistas.

³Destacam-se entre estas a criação do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR (1971) e do Fundo de Investimento Setorial - Fiset-TURISMO (1974)

Num primeiro momento, são os próprios florianopolitanos e veranistas que começam a construir nos terrenos que até então esperavam ver valorizados. Para aqueles que já tinham as residências construídas o fenômeno se concretiza com o aluguel das mesmas para outros turistas, impedidos de construir suas próprias casas pela ausência de terrenos ou pela falta de condições para adquiri-los, devido à alta valorização por eles alcançada em função da procura pelos turistas.

O processo de urbanização neste período já se encontra em estágio avançado, havendo grande valorização dos terrenos existentes. Conseqüentemente, as novas construções visam o maior aproveitamento possível dos mesmos, de modo que um maior número possível de pessoas possam ocupá-las. Nesta época também surge a construção de vários chalés e apartamentos para alugar.

Os hotéis, que até a década de 1970 se restringiam a dois, passam a ser objetos de construção para atender ao turista mais abastado (Foto 2).

Finalmente, a vinda de grandes grupos empresariais turísticos⁴ caracteriza a última etapa do processo na área estudada.

Nesta etapa, ao contrário do que vinha ocorrendo até agora, as construções não se limitam mais aos proprietários de residências ou de lotes isolados. Agora, extensas áreas, até então desertas, passam a ser negociadas por uma grande empresa que promove o loteamento, servindo-as de infra-estruturas adequadas de modo a alcançar um alto preço no mercado. Toda uma grande área que antes pertencia a dois ou três proprietários passa a ser valorizada em função do turismo de lazer. Dependendo do caso, cria-se um novo

⁴No caso representado pelo Grupo Imobiliário Habitasul, empresa gaúcha associada a bancos de crédito imobiliário

balneário, representando um novo "produto turístico" que altera completamente o padrão dos usuários através da seleção do mercado (Foto 3)



FOTO 2 - Hotel Canasvieiras: primeiro hotel a ser construído nesta praia.



FOTO 3 - Vista da primeira etapa do loteamento Jurerê Internacional.

Cabe lembrar que a compra destas terras se deu antes da existência do Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis, bem como do Plano Diretor dos Balneários e do Interior da Ilha. Ambos visam estabelecer as normas e leis de ocupação do solo dos Balneários, definindo uma estrutura espacial descentralizada que propicie um desenvolvimento urbano equilibrado com projetos e propostas específicas para cada área, contando com a colaboração de investimentos privados.

Apesar do Imposto Predial e Territorial urbano (IPTU) já ser cobrado desde a formação dos primeiros loteamentos, pode-se dizer que somente a partir de 1985, com a aprovação de ambos os planos, é que os Balneários passam a assumir características de solo URBANO. Até então, o interior da Ilha de Santa Catarina era consi-

derado um subespaço do Aglomerado Urbano de Florianópolis, onde tradicionalmente se executava atividades rurais-pesqueiras sem uma legislação mais específica que norteasse o uso e a ocupação do solo nesta área.

Ainda nesta etapa observa-se, além das construções em função do turismo de veraneio, a construção de residências permanentes, principalmente pela população não nativa de Florianópolis. Isto ocorre basicamente com a consolidação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a vinda da ELETROSUL para a cidade.

A falta de moradias e de preconceitos com relação a distância e a perda do "status" de se trocar o centro por locais mais afastados contribuem para que os novos habitantes imigrantes procurem as regiões mais interioranas da Ilha para estabelecerem suas residências permanentes.

De todos estes condicionantes porém, o fator econômico gerado em função do turismo de veraneio destaca-se em todas as etapas anteriormente abordadas, sendo a principal causa do desencadeamento do processo.

5.1.2 - Canasvieiras e Jurerê Internacional no Passado

Historicamente configurada como núcleo central do processo de ocupação do litoral catarinense, a Ilha de Santa Catarina teve seu desenvolvimento assentado sobre sua posição estratégica, situando-se a meio caminho da capital da colônia e da bacia platina. Servia assim, como base militar, entreposto comercial e de abastecimento bem como, aos interesses econômicos de Portugal que necessitava de matérias primas para abastecer a Coroa.

Para garantir a posse da região Portugal decidiu estabelecer bases militares e promover a colonização da Ilha de Santa Catarina e seus arredores.

Houve conseqüentemente, a construção de sofisticados aparatos de arquitetura de defesa, que foram as fortificações militares.

Portugal reviu também os assentamentos relativos à Ilha e em todo o litoral catarinense, através da concessão de sesmarias e a fixação de sesmeiros com seus estabelecimentos agrícolas e pastoris.

Das Ilhas dos Açores e da Madeira veio o colonizador necessário para estabilizar o povoamento e implantar uma economia capaz de abastecer as tropas, de modo a garantir a expansão portuguesa no sul.

Não bastava fortificar a Ilha e a região se não houvesse gente que a guarnecesse, povoasse e cultivasse suas terras.

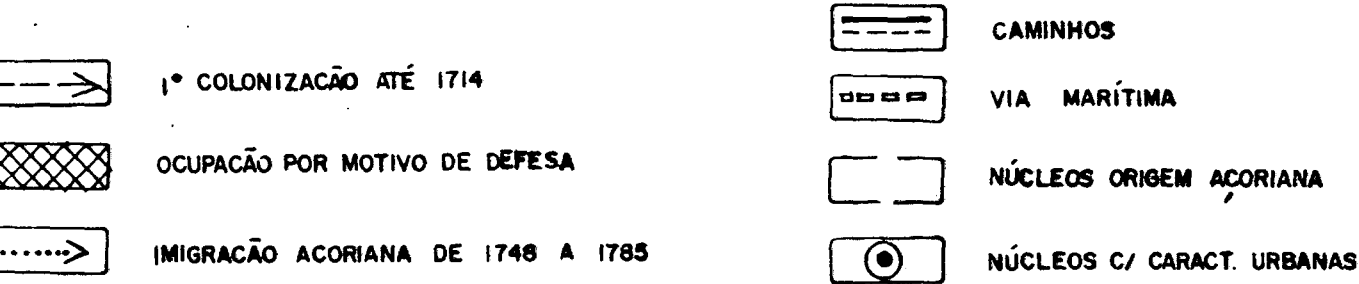
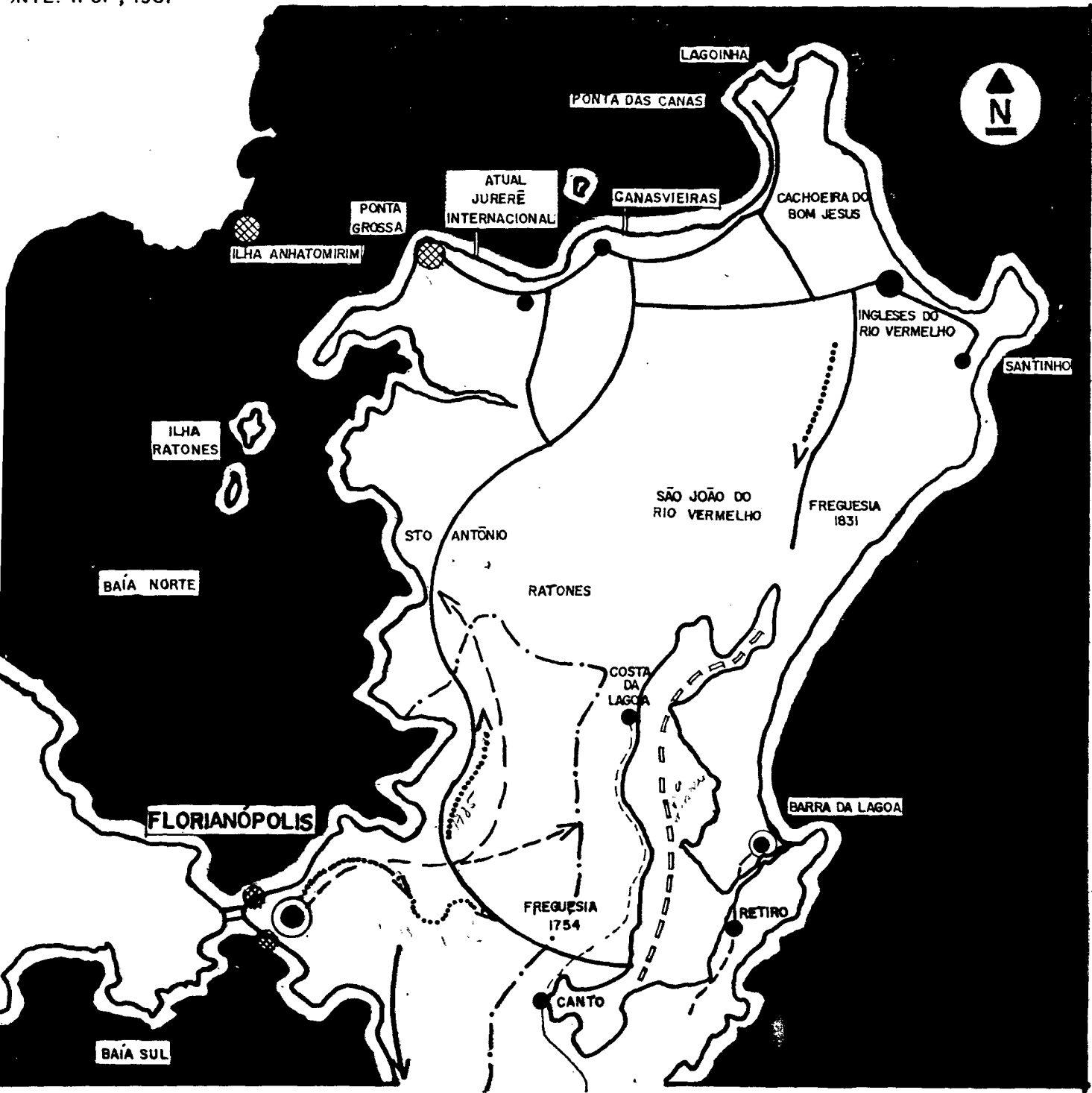
Em 1748 começaram a chegar os primeiros casais açorianos. A estes foram prometidas terras, a fim de que pudessem exercer a agricultura (Mapa 4).

As demarcações das terras foram feitas em torno de núcleos chamados freguesias, situados na Ilha ou no Continente, seja nas proximidades do mar, seja nas áreas mais interiores. A distribuição na Ilha foi feita em torno da vila (Desterro) e posteriormente, em direção as suas extremidades norte e sul.

No decorrer do século XIX ocorrera a fundação de São Francisco de Paula de Canasvieiras entre outras, mais precisamente em 1833, pela Lei Provincial nº 08. Estendia-se da Ponta Grossa até a Ponta das Canas sendo formada por duas imensas praias, com uma pequena de permeio entre a ponta do Vianna e a de São Francisco

OLUÇÃO HISTÓRICA

ALA: 1 : 150 000
NTE: IPUF, 1981



(mais conhecida como ponta das Pedras, onde se ergue a igreja paroquial).

A praia de Canasvieiras inicialmente era conhecida pelo nome de praia de São Francisco. Mais tarde esta praia foi subdividida recebendo as seguintes denominações, seguindo a Ponta Grossa em direção a Ponta das Canas, de praia do Forte, de Jurerê, de Canasvieiras, da Cachoeira e Ponta das Canas. Há ainda subdivisões menos importantes para estas praias principalmente, no trecho entre Jurerê e Canasvieiras.

Na sede da freguesia, onde se eleva a igreja, construída em 1830, a cem metros do nível do mar, partem duas estradas principais percorrendo-a de extremo a extremo. Ao longo destas estradas, principalmente em direção ao norte, acha-se a maior parte das habitações do sítio (Foto 4).



FOTO 4 - Igreja Paroquial de Canasvieiras.

A configuração do modelo de pequena propriedade, voltado para a produção privada familiar veio a ser confirmada com a concessão de pequenas glebas, de modo que a família produzia quase tudo o que necessitava para consumo através das atividades agrícolas, da pesca e do artesanato.

As casas de moradia eram, em geral, de estuque. Havia nítida diferenciação entre os camponeses⁵, os de menos posses construía suas casas nos terrenos de marinha, à beira-mar e aqueles que podiam adquirir terras, ou que possuíam herança, construía as casas, caiadas e cobertas com telha cerâmica, nas encostas onde também plantavam.

O transporte para a cidade era muito difícil, pela inexistência de estradas e condução. Usava-se em geral, o cavalo, a carroça e as baleeiras. Muitos costumavam fazer o trajeto a pé levando horas na caminhada até a cidade.

Desde o início, observa-se uma evidente dicotomia entre os núcleos de colonização rural da Ilha, formado pelos açorianos e o centro urbano de Desterro⁶.

A pequena agricultura de subsistência, a pesca e o artesanato constituía-se na base econômica das freguesias, que enviavam os excedentes de sua produção à Desterro, através de pequenas embarcações.

Durante muito tempo estas comunidades permaneceram isoladas devido a falta de estradas que as ligassem ao centro urbano e, por esta razão, suas condições não mudaram muito no decorrer do século XIX até meados do século XX. Somente na década de 1920 é que

⁵Camponês é aquele que vive do trabalho agrícola, dependendo da terra para sobreviver.

⁶Antigo nome de Florianópolis.

se implantou um serviço de ônibus, com uma viagem diária à cidade, facilitando a integração entre a comunidade de Canasvieiras e a cidade de Florianópolis.

Para Cabral (1956) os núcleos açorianos não se desenvolveram pelo fato de ter-se acreditado poder reproduzir o ruralismo ocorrido no nordeste, sem ter-se criado as mesmas condições e o ambiente que permitiram a sua realização. Faltou o grande domínio e o negro.

Faltou o primeiro porque o regime instituído foi o de pequena propriedade e faltaram ambos porque tendo vindo pobre das ilhas do arquipélago, o açoriano não possuía condições de adquirir escravos, os braços necessários para a manutenção e o desenvolvimento dos grandes latifúndios.

Por outro lado, o açoriano não era agricultor por natureza e o instituído regime de pequena propriedade não permitia nem mesmo o estabelecimento da pecuária, para a qual o mesmo tinha uma natural vocação.

Desta forma, por falta de capitais de maior vulto, pelas barreiras impostas pela própria Coroa e pelos limites impostos pela própria agricultura não se instalou uma economia voltada para o mercado europeu, restringindo-se esta a suprir o mercado interno da colônia.

A maioria dos autores que tratam do assunto concorda que as terras da Ilha de Santa Catarina eram férteis, outros em oposição, atribuem à pobreza do solo um dos fatores que levaram ao fracasso da colonização açoriana na Ilha.

5.1.3 - O Caso de Canasvieiras

Até a década de 1950, a falta de acessos e transportes adequados fazem com que as camadas mais abastadas de Florianópolis se mantenham atadas às pequenas praias mais próximas que hoje foram incorporadas no sítio urbano da cidade, tais como Coqueiros, Bom Abrigo, etc.

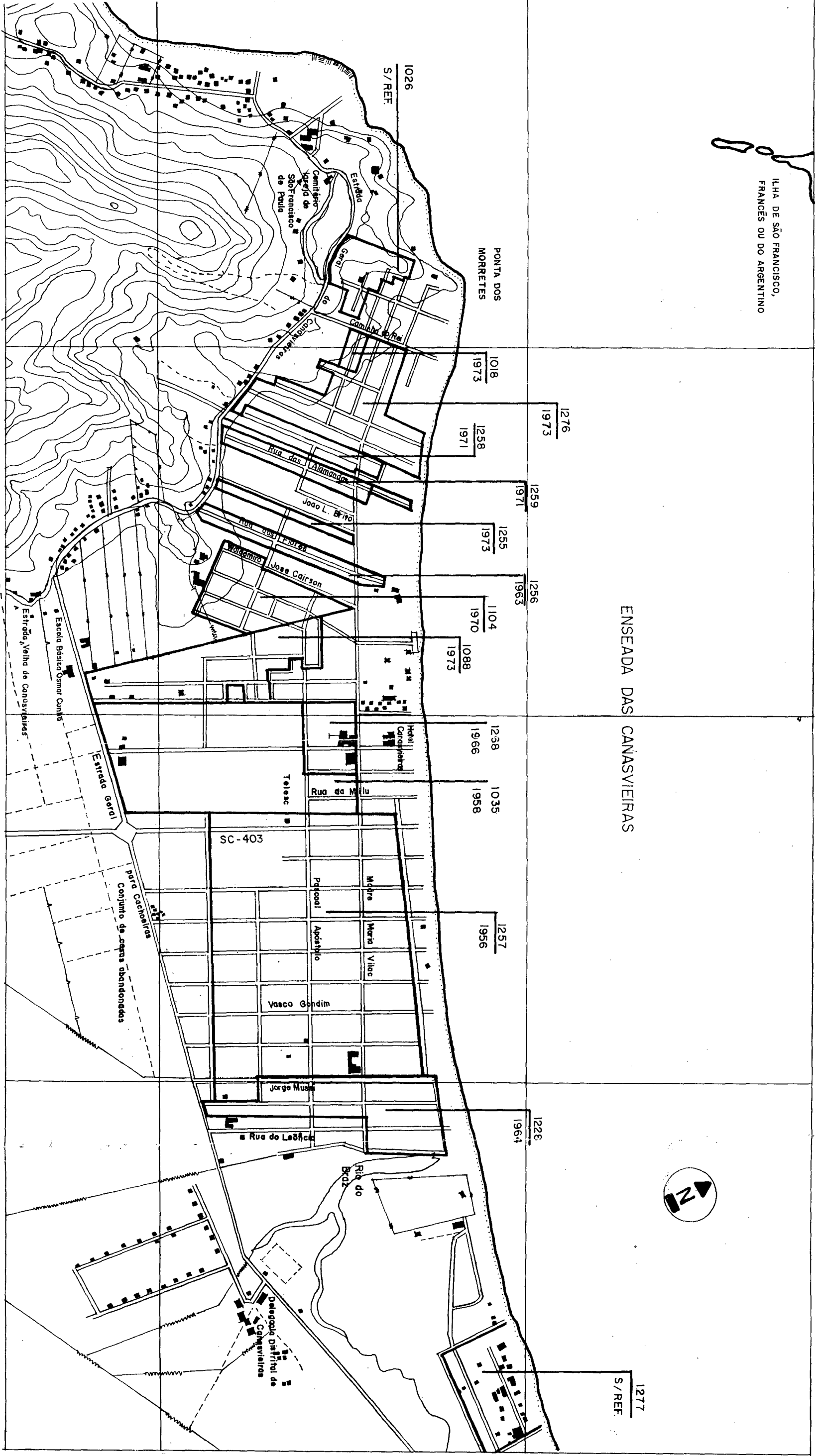
O uso das praias do interior da Ilha como a de Canasvieiras, de Jurerê, dos Ingleses, da Lagoa da Conceição, bem como outras mais distantes, restringiam-se às comunidades rurais-pesqueiras de origem açoriana. Apenas esporadicamente é que se verificava o uso dos atributos paisagísticos destas praias por parte da população não residente, vinda principalmente de Florianópolis.

Em meados da década de 1950 começa a haver maiores transformações na estrutura urbana de Canasvieiras, quando a própria Prefeitura Municipal de Florianópolis aprova por Decreto-Lei o primeiro loteamento de Canasvieiras (Lei nº 260/56 aprovada em 08/05/56). A partir daí se inicia a implantação de casa de veraneio ao longo dos antigos caminhos de pescadores, de forma linear e paralela à faixa da praia. Também nesta época começa a se esboçar a compra de terrenos por pequenos proprietários para futuros empreendimentos imobiliários (Lago, 1988).

Na década de 1970, a construção da SC-403 (rodovia estadual ligando Canasvieiras à Florianópolis via SC-401), a melhoria de alguns serviços de infra-estrutura e um fluxo crescente de turistas provenientes de outras áreas do país, contribuíram ainda mais para a urbanização desta área (Mapa 5 e Foto 5).

A constituição de loteamentos e de edificações particulares foi intensificada e transforma rapidamente a vila dos pescado-

ESCALA: 1 / 10 000
FONTE: IPUF (LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO), 1982



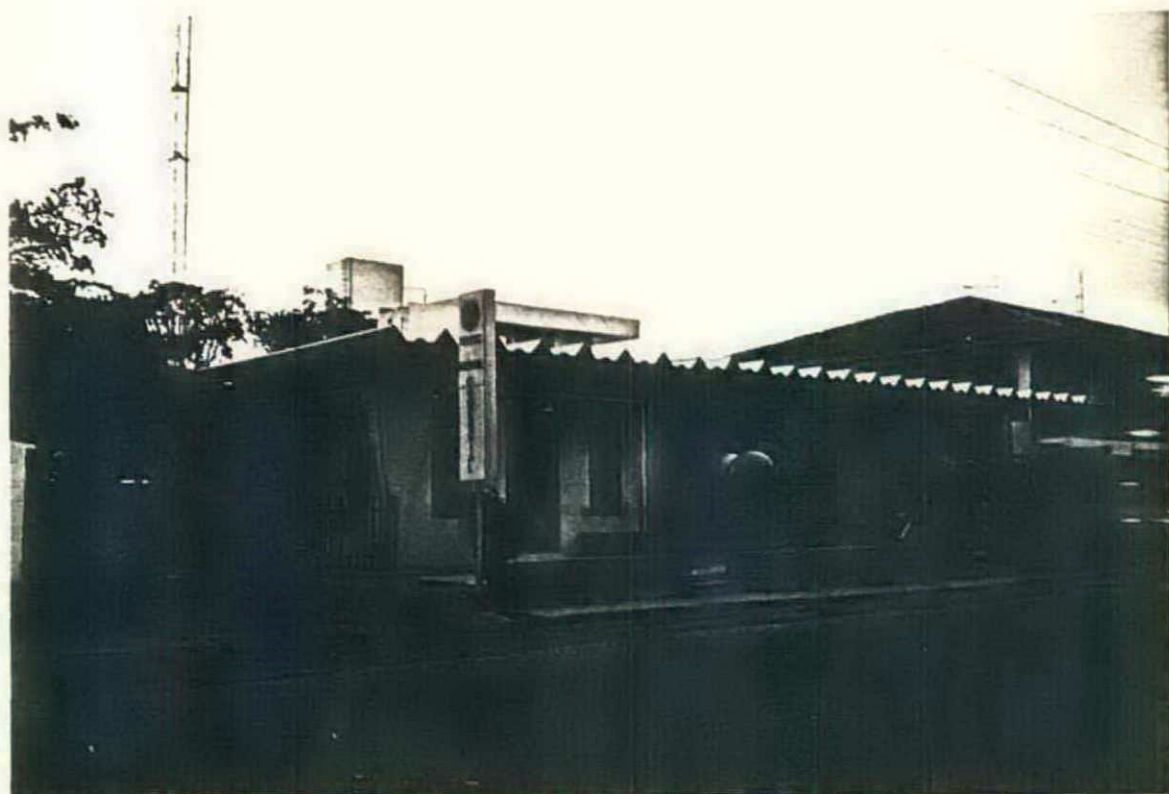


FOTO 5 - Agência telefônica e de correios em Canasvieiras

res em centro de turismo de veraneio.

A constituição de loteamentos e de edificações particulares foi intensificada e transforma rapidamente a vila dos pescadores em centro de turismo de veraneio.

Na década de 1980, por circunstâncias de ordem econômica, observou-se uma verdadeira invasão platina no litoral catarinense. Os encantos dos balneários os atraíam facilmente e logo grupos se organizavam para investir em aquisição de imóveis (Lago, 1988) (Anexo 13) (Foto 6).

A BR-282, ainda em conclusão, atingindo São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira, na fronteira, ampliou ainda mais a demanda turística. Novos fluxos crescem provindos de regiões mais distantes do interior do próprio estado de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, via BR-101.



FOTO 6 - Ônibus de excursão argentino em Canasvieiras

Desenfreadamente, os turistas e as grandes empresas imobiliárias compram o interior da Ilha

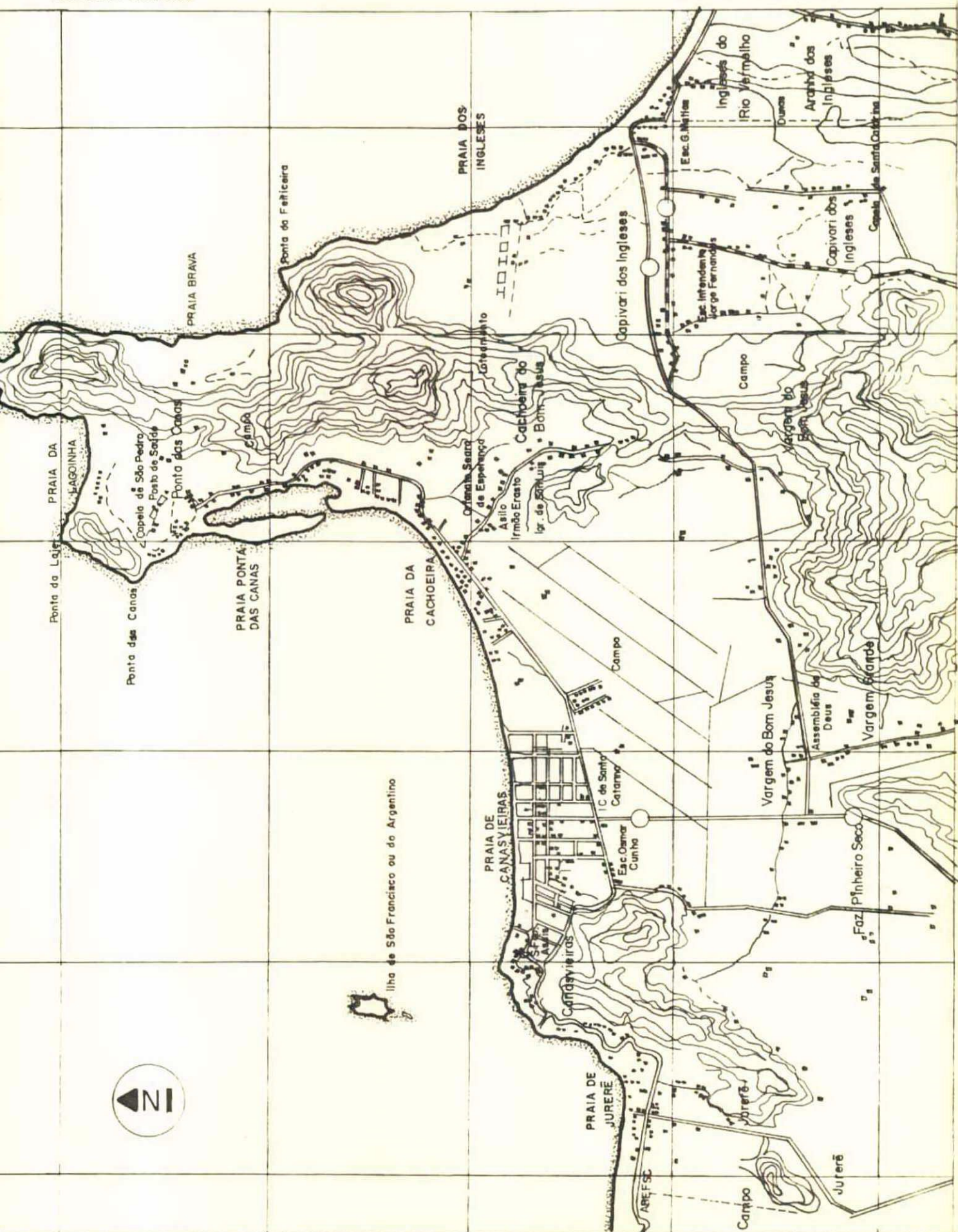
O parcelamento dos minifúndios, que antes pertenciam aos pescadores, se manifesta com a comercialização de áreas através do sistema de malha viária reticular, com vias estreitas e quadras divididas em lotes de área média de 360 m^2 com características idênticas a ocupação urbana (Lago, 1988) (Mapa 6).

Mara Lago (1983, p.95) observa que, os terrenos mais procurados e os primeiros a serem vendidos foram naturalmente os próximos à praia. "Os compradores se apressavam em solicitar também a posse da faixa correspondente às terras de marinha, para garantir acesso direto ao mar"

A inexistência de infra-estrutura adequada para o abastecimento de água, esgoto e drenagem pluvial, aliada a um deficiente

ESCALA : 1 : 50 000

FONTE: IPUF (1981)



controle do uso e da ocupação do solo, sem uma legislação mais específica, bem como uma fiscalização mais atuante, desenvolve uma urbanização precária que tende a comprometer o seu principal atrativo: a beleza natural. A balneabilidade da praia, pelo lançamento de resíduos sólidos domésticos diretamente ao mar já está sendo comprometida (Mapa 7 e Foto 7).

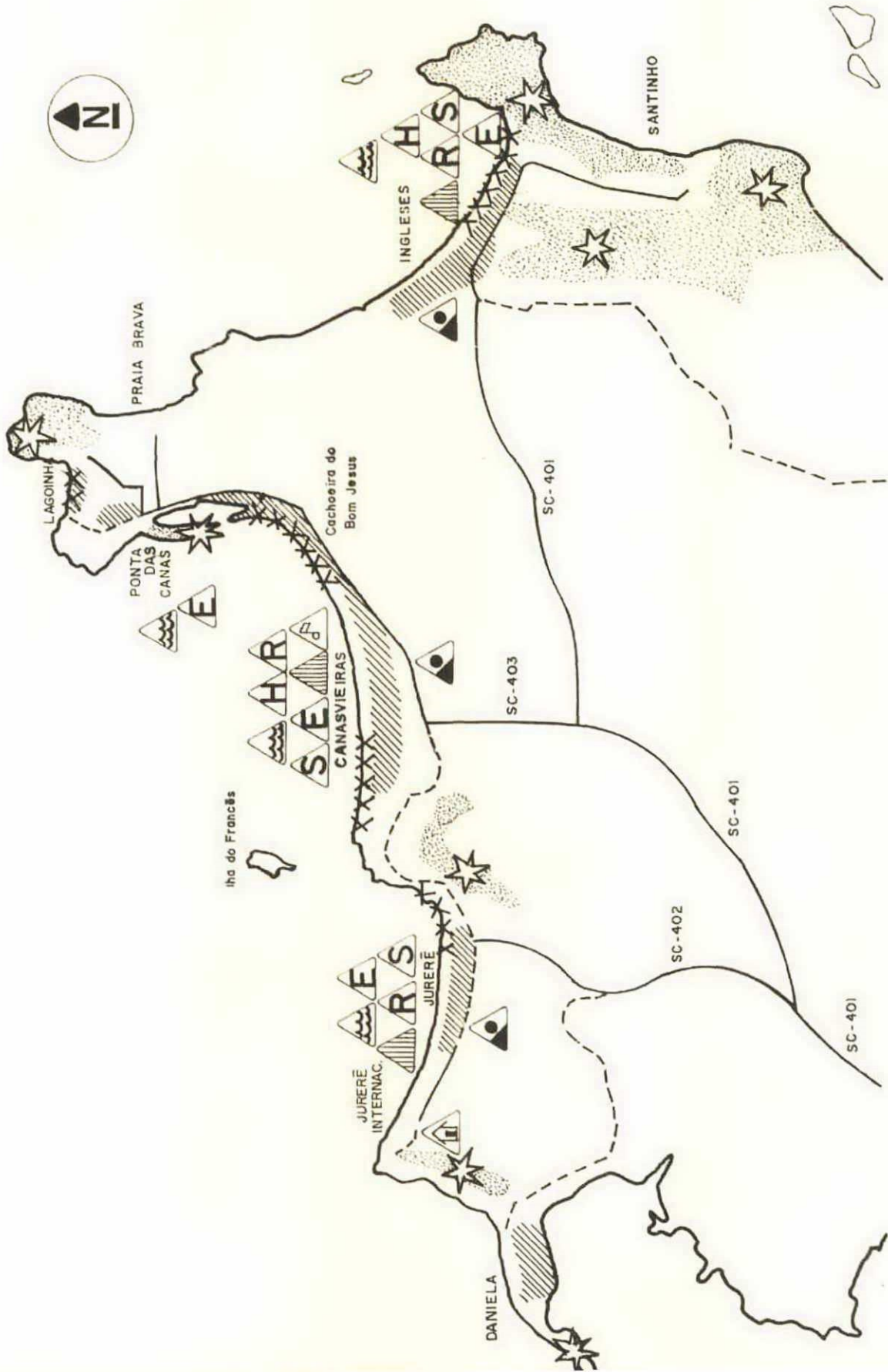


FOTO 7 - Exemplo de poluição resultante do lançamento de resíduos sólidos em córregos e rios na praia de Canasvieiras.

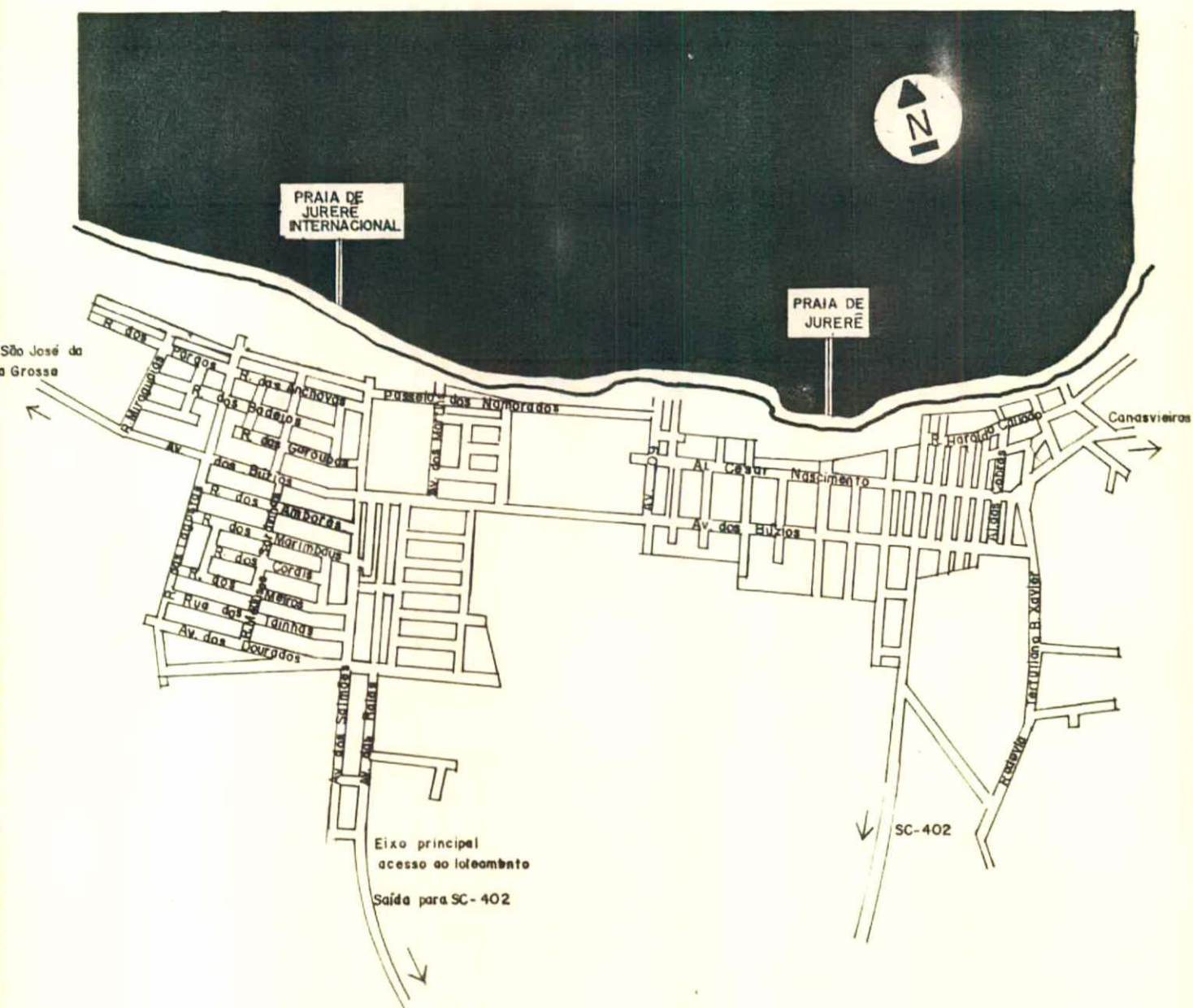
Até 1984 não havia um plano diretor específico para os balneários. A urbanização já nesta época desenvolvia-se ao longo das principais vias existentes, tendendo a formar faixas contínuas ao longo das praias, destruindo a vegetação natural e provocando problemas de acesso a praia e de circulação do trânsito.

A praia de Canasvieiras, com extensão aproximada de seis quilômetros é hoje um dos principais balneários do litoral norte,

PRINCIPAIS ATIVIDADES TURÍSTICAS	
	FALTA DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE PRAIA
XXX	Ocupação da faixa de marinha
	FALTA DE PRESERVAÇÃO (ÁREAS DE BELEZA NATURAL AMEAÇADAS)
	FALTA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE INTERESSE TURÍSTICO
	FALTA DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTES AQUÁTICOS
	FALTA DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTES NÃO AQUÁTICOS
	FALTA DE LOCAIS PARA DIVERSÕES
HOSPEDAGEM E GASTRONOMIA	
	FALTA DE ALOJAMENTO TURÍSTICO
	SERVIÇO INSUFICIENTE DE GASTRONOMIA
INFRA -ESTRUTURA URBANA DE INTERESSE TURÍSTICO	
---	FALTA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA
	FALTA DE ESTACIONAMENTO
	ÁREAS TURÍSTICAS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO INSUFICIENTES
	ÁREAS TURÍSTICAS COM SERVIÇOS DE APOIO INSUFICIENTES



ESCALA : 1 / 40.000



onde o processo de urbanização desenvolveu-se na direção leste, ocupando quase toda a extensão da praia. Funciona também, juntamente com a praia dos ingleses, como um mini-centro de serviços em relação a outras praias do norte da Ilha.

5.1.4 - O Caso de Jurerê Internacional

A praia de Jurerê⁷ encontra-se geograficamente ligada à praia de Canasvieiras. Ambas pertenciam à freguesia de Nossa Senhora de Paula de Canasvieiras, hoje distrito de Canasvieiras, da qual faz parte o loteamento de Jurerê Internacional, que deu origem a praia de Jurerê Internacional⁸ (Mapa 8).

Historicamente, a formação espacial de Jurerê segue os mesmos princípios da praia de Canasvieiras.

Durante as décadas de 1960 e 1970 não houve maiores alterações na estrutura da praia de Jurerê que apresentava uma evolução urbana bem mais lenta que a de Canasvieiras. A falta de infra-estruturas adequadas em comparação com as já existentes em Canasvieiras (ausência de água, serviço de recolhimento de lixo, comércio e acesso inter-praias no caso de Jurerê), colabora para que esta praia não seja tão valorizada quanto a primeira.

⁷Nota-se que este termo refere-se a uma praia antiga que seguiu os mesmos moldes urbanísticos e começou a ser frequentada na mesma época que Canasvieiras. Ao contrário desta porém, seu desenvolvimento urbano ocorreu de forma menos acelerada.

⁸A praia de Jurerê Internacional apesar de pertencer geograficamente a praia de Jurerê, apresenta características urbanas completamente diversas. Enquanto a primeira surgiu a partir de um projeto nos idos de 1980, destinando-se a uma clientela altamente elitizada, a segunda começou a ser frequentada nos idos de 1950, seguiu uma evolução urbana lenta e deficiente em termos de infra-estrutura e destinou-se a uma clientela menos privilegiada que a primeira.

Ao mesmo tempo, pelo fato da maioria dos compradores do loteamento⁹ pertencerem ao interior do estado, a distância e a falta de acesso não lhes estimulava a frequentar e a construir segundas residências nesta praia.

Um terceiro fator contribuiu para que o desenvolvimento urbano em Jurerê ocorresse de forma lenta em comparação com o de Canasvieiras. O loteamento que deu origem ao futuro balneário de Canasvieiras, ao contrário do promovido pela Imobiliária Jurerê, teve seus terrenos vendidos a preços extremamente acessíveis por partir de iniciativa estatal (Prefeitura Municipal de Florianópolis).

No início da década de 1980, o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) elaborou o Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis¹⁰, em que demonstrou interesse de aumentar o número de residências de veraneio, de modo a aumentar a possibilidade de casas para alugar nas praias pertencentes a ZONA 2 do eixo turístico do norte da Ilha.

As medidas infra-estruturais propostas por este plano seriam nesta área, criar estacionamento nas praias, asfaltar as estradas entre Canasvieiras e Ponta das Canas, implantar serviços de água e esgoto que satisfizessem as necessidades da região. Estas

⁹ Jurerê também teve sua origem a partir de um loteamento cujas obras foram iniciadas em 1957 e terminadas em 1961. A Imobiliária Jurerê Ltda, responsável pelo empreendimento, encarregou-se do acesso ao loteamento e da colocação da energia elétrica via motor. Era formada por políticos e membros da elite de Florianópolis que pretendiam promover o loteamento a nível nacional, inclusive contratando o arquiteto Oscar Niemeyer para projetar algumas edificações. Estas, foram inviabilizadas pelo alto custo de execução e envolviam a construção de um hotel, um restaurante, um camping e a sede da empresa.

¹⁰ Desenvolvido pelo IPUF com a finalidade de dar orientação as entidades públicas e particulares atuantes na região funcional de Florianópolis no setor turístico. Propõe a implantação de infraestrutura básica e de preservação do patrimônio natural e histórico, assim como recomendações para investimentos privados em alojamento, equipamentos, etc.

medidas objetivavam, enfim, melhorar a infra-estrutura existente, de modo a incentivar o turismo de veraneio (Mapa 8)

Nesta época, apenas a área próxima ao final da SC-402, pertencente ao loteamento da Imobiliária Jurerê, apresentava certo crescimento, com a construção de algumas casas de veraneio, um camping e uma sede associativa (ABEFSC) (Mapa 9).

A área entre esta associação e a sede de praia do Clube 12 de Agosto, próximo ao Forte São João da Ponta Grossa, era totalmente inexplorada, havendo apenas alguns ranchos de pescadores na beira da praia. Esta área pertencia a apenas três grandes proprietários (Anexo 14).

A partir de 1983, este quadro mudou completamente, com a entrega oficial da primeira etapa de um grande loteamento denominado Jurerê Internacional (Mapa 10).

O objetivo do Grupo Habitasul¹¹, empresa que executou o projeto, era o de introduzir numa área totalmente despojada de infra-estrutura um loteamento de alto padrão, propiciando a ocupação organizada do solo, com uma infra-estrutura urbanística de lazer e serviços que a transformasse, além de um centro de turismo de lazer, num novo bairro de Florianópolis. Criava-se assim, um complexo turístico com dupla finalidade (Foto 8).

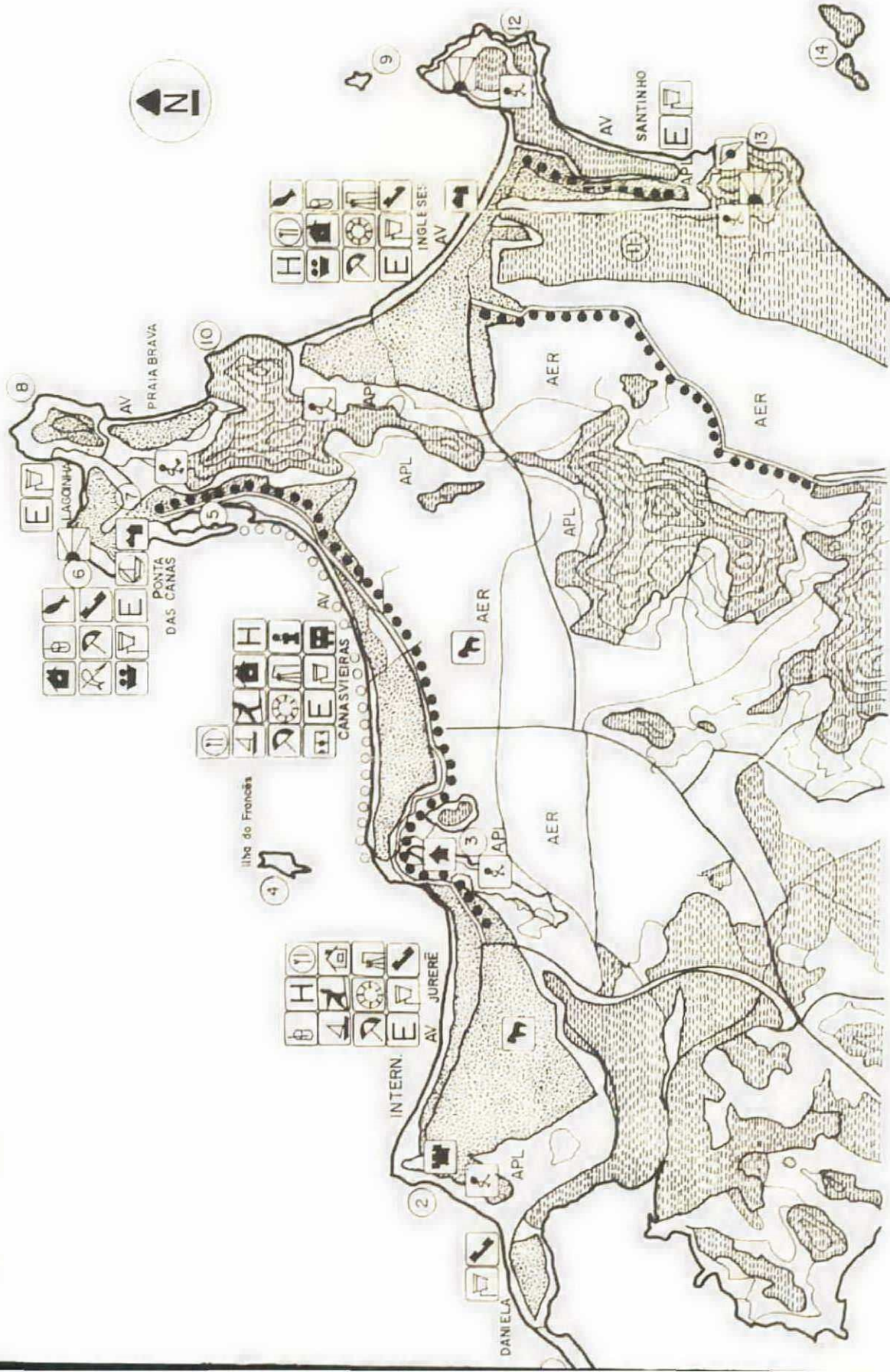
Entre os principais destaques do projeto, ainda inacabado, constam a construção de residências secundárias, de postos de praia providos de restaurantes, play-ground e bares, um hotel de nível internacional (inclusive com centro de convenções), um eixo comercial, um parque esportivo, um clube social e esportivo, um la-

¹¹O Grupo Habitasul é formado por quatorze empresas que atuam no ramo imobiliário tradicional e turístico, de crédito imobiliário, de operações bancárias e também industrial.

MAPA 09

PROGRAMA DE INTERVENÇÕES NA OFERTA TURÍSTICA

FONTE: IPUF, 1981



B INFRAESTRUTURA BÁSICA DE INTERESSE TURÍSTICO	
	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA EXISTENTE
	NOVA ESTRADA
	CALÇADA - PASSEIO
	CICLOVIA
	TERMINAL DE ÔNIBUS
	ESTACIONAMENTO ORGANIZADO
	POSTO DE INFORMAÇÃO
	INSTALAÇÕES DE LIXEIROS
	TELEFONE PÚBLICO
C INFRAESTRUTURA PARA ATIVIDADES TURÍSTICAS	
a APROVEITAR DAS PRAIAS E BELEZA NATURAL	
	SERVIÇOS DE PRAIA
	SALVA-VIDAS
	GUARDA-SOL
	EQUIPAMENTOS PARA PASSEIOS A PÉ
	MIRANTE
b CONHECER ARTE, FOLCLORE E CULTURA	
	APROVEITAMENTO TURÍSTICO DA PESCA ARTESANAL
c PRATICAR ESPORTES	
	SERVIÇOS DE ALUGUEL DE WINDSURF E VELA
	SERVIÇOS DE ALUGUEL DE SKI AQUÁTICO
	MARINHA E SERVIÇOS DE APOIO PARA VELA
	SURF
	SERVIÇOS DE ALUGUEL DE CAVALO
	CENTRO ESPORTIVO PÚBLICO
	PLATAFORMA PARA LANÇAMENTO DE ASA DELTA
	PESCA ESPORTIVA
	PESCA SUBMARINA
	REMO
	SERVIÇOS DE ALUGUEL DE PEDALINHO
	JOGOS INFANTIS
	ÁGUAS TERMAIS
D RECOMENDAÇÕES PARA HOSPEDAGEM E GASTRONOMIA	
	HOTEL
	HOTEL RESIDENCIAL DE LAZER
	CASAS DE ALUGUEL
	CAMPING
	RESTAURANTES
	bares e LANCHONETES
	PRATOS TÍPICOS

I DEFINIÇÕES BÁSICAS DO USO DO SOLO	
	ÁREAS URBANIZÁVEIS
	ÁREAS DE EXPLORAÇÃO RURAL
	ÁREAS VERDES
	ÁREAS DE PRESERVAÇÃO LIMITADA
	ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

II PROGRAMA DO PLANO TURÍSTICO	
A PRESERVAÇÃO DE ESPECIAL INTERESSE TURÍSTICO	
	ÁREAS DE PRESERVAÇÃO NATURAL DE ESPECIAL INTERESSE TURÍSTICO
	MILITARES
	RELIGIOSOS
	CIVIS
	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE INTERESSE TURÍSTICO

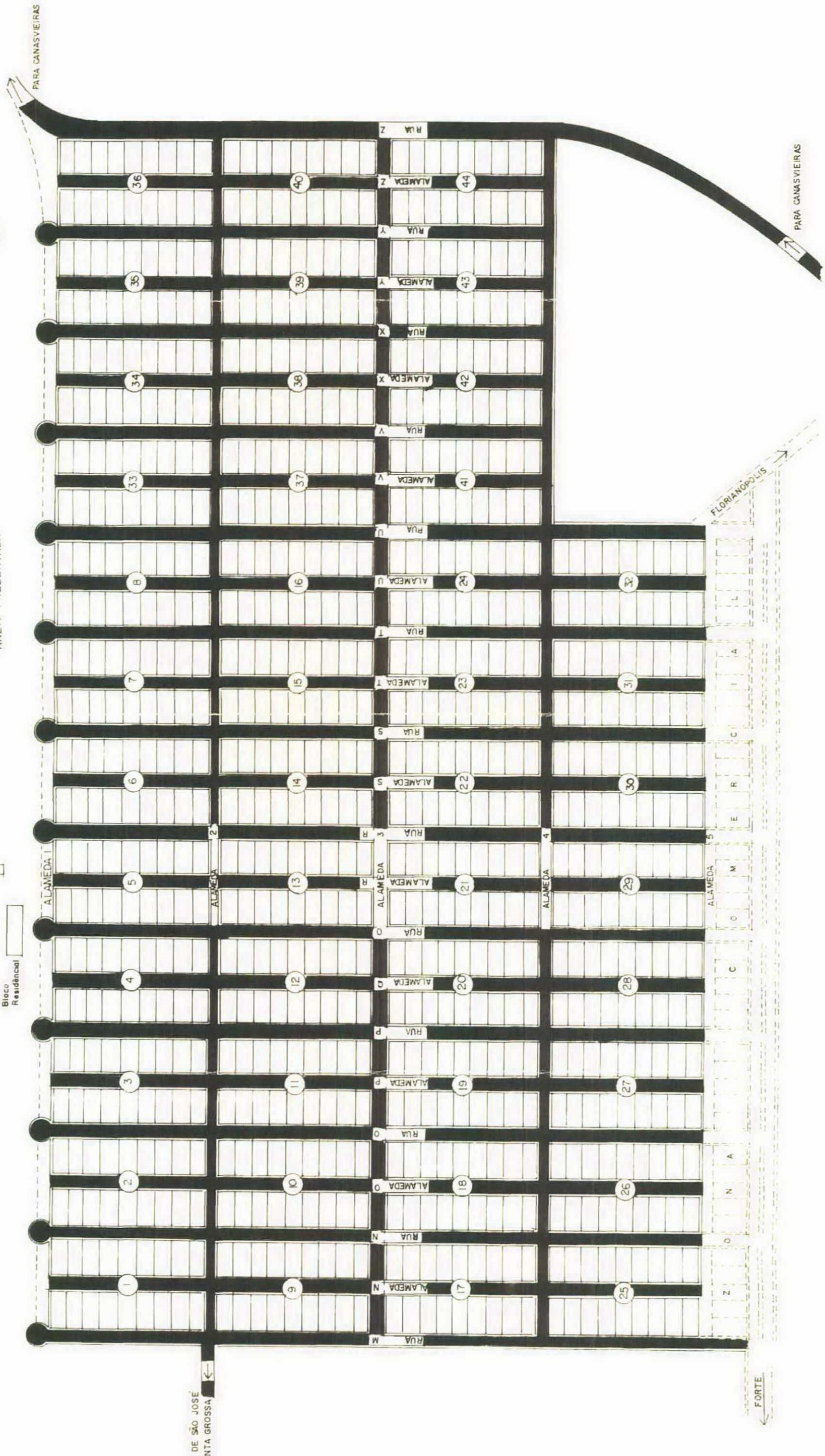
LOTEAMENTO IMOBILIÁRIA JURERÊ

ESCALA 1/20.000

Restaurante
projetado pelo
arq Oscar Niemeyer

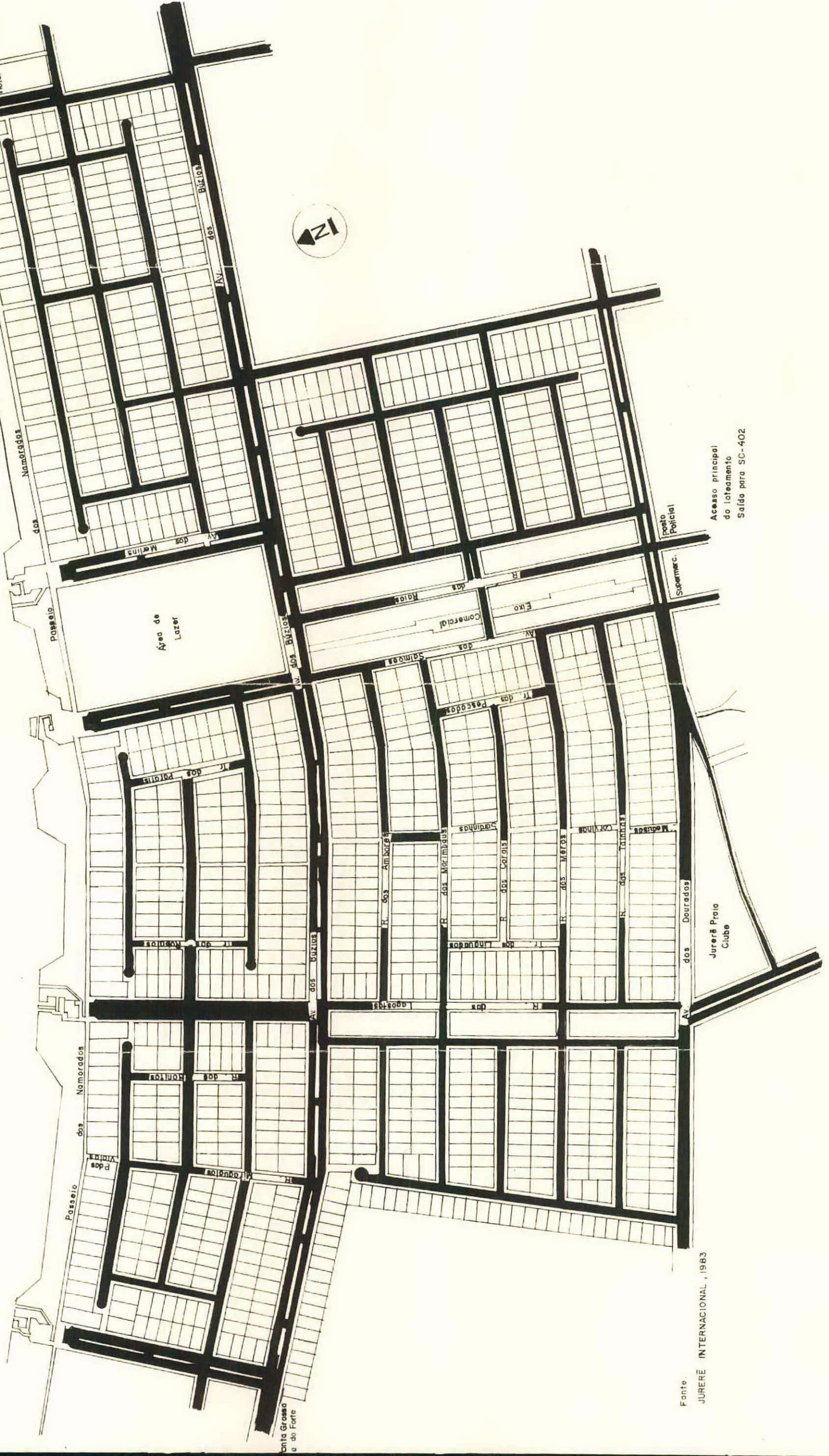
Bloco
Residencial

ÁREA PRESERVADA



MAPA II
PRIMEIRA ETAPA JURERÉ INTERNACIONAL

ESCALA 1/5 000



Fonte:
JURERÉ INTERNACIONAL, 1983

Acesso principal
do loteamento
Saída para SC-402

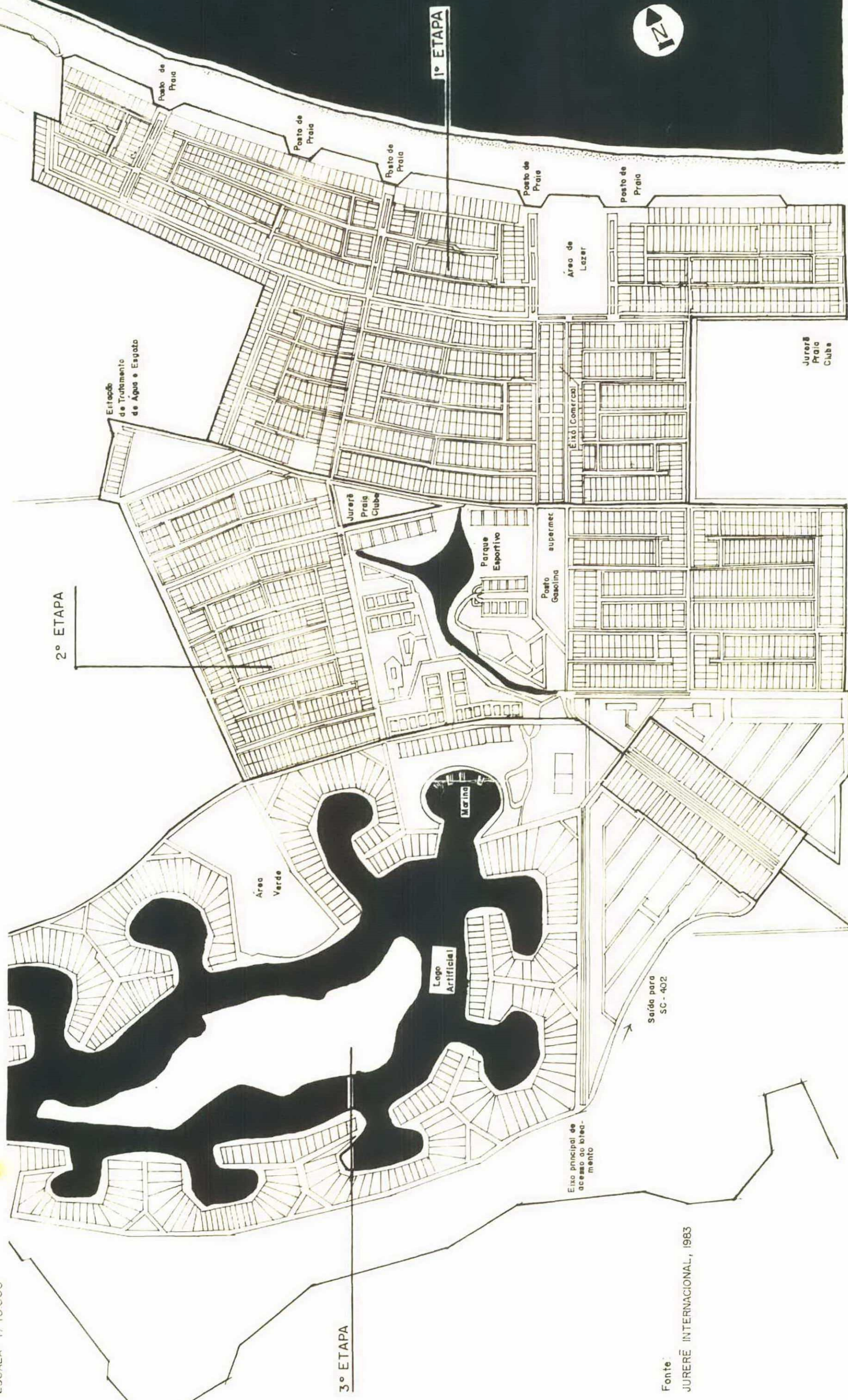


FOTO 8 - Residência unifamiliar em Jurerê Internacional

go artificial, uma marina, setores de habitação para os moradores e empregados permanentes, uma escola, uma estação rodoviária, postos de gasolina e todos os serviços públicos de caráter administrativo, assistencial e de segurança (Anexo 15) (Foto 9).

Quando concluído, o projeto abrigará uma população de trinta mil pessoas durante a temporada de verão. A população permanente oscilará entre cinco mil e sete mil habitantes. Pretende também, Jurerê Internacional, transformar-se em pólo de serviços e lazer, atendendo aos demais balneários do norte da Ilha, um tanto carentes de infra-estrutura e equipamentos de lazer (Mapa 11) (Anexo 16).

O Grupo Habitasul escolheu a praia de Jurerê para a execução do projeto devido a facilidade de acesso (situada a apenas vinte minutos do centro de Florianópolis); por ser uma praia sem



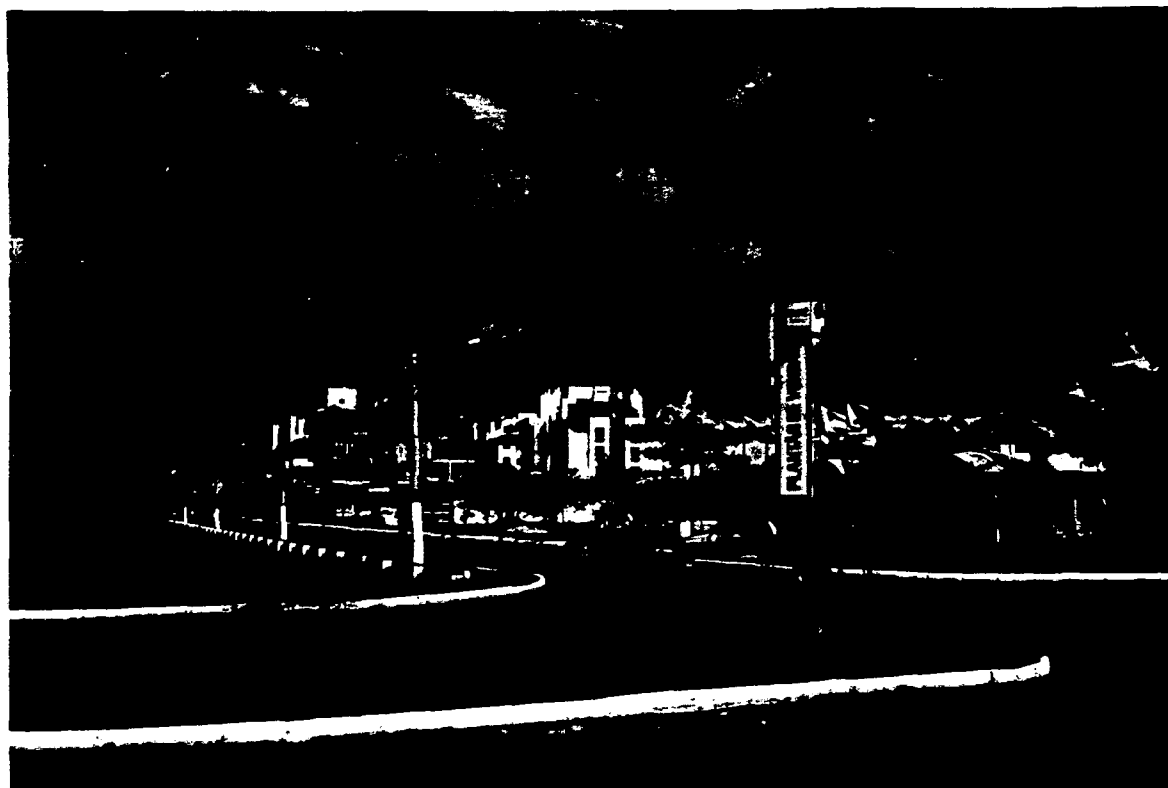


FOTO 9 - Eixo comercial do loteamento de Jurerê Internacional.

poluição e de mar calmo, propiciando o veraneio familiar; e pelas terras adquiridas pertencerem a poucos proprietários, apenas três, facilitando assim, a comercialização da área.

Para a valorização do local o Grupo Habitasul comprou no entorno imediato ao projeto, principalmente próximo ao final da SC-402, cerca de 200 lotes. Ao mesmo tempo, construiu, fora do loteamento, um hotel residência (1980) e implantou alguns serviços de apoio tais como, farmácia, mini-mercado, panificadora, etc. (Foto 10).

Além disto, nos terrenos pertencentes ao loteamento, todos os projetos arquitetônicos deverão ser aprovados pela Prefeitura de Florianópolis e também pela própria Habitasul, através de Associação dos Moradores, que já está sendo implantada com esta finalidade entre outras (Anexos 17 e 18).



FOTO 10 - Superestrutura turística implantada pelo Grupo Habitasul no entorno imediato ao loteamento.

Atualmente, somente dois terços do projeto foi implantado. Cerca de três mil lotes serão negociados no total, entre residências, chácaras e áreas comerciais.

Somente para habitação dois mil e setecentos e oitenta e oito lotes estarão disponíveis. Destes até 1989 quinhentos e sessenta e seis lotes já haviam sido vendidos e duzentos e treze já possuíam algum tipo de construção, especialmente residências de veraneio.

Nos lotes negociados e construídos, até a data de março de 1989, pertencem a florianopolitanos 43,18%, pertencem a gaúchos 38,03% e pertencem a proprietários do interior de Santa Catarina e outros estados somente 18,78%.

Proporcionalmente ~~ao número de lotes~~ negociados, os proprietários florianopolitanos preferem esperar a maior valorização de seus lotes ao invés de construírem, seja para morar permanentemente seja para veranejar.

→ Jurerê Internacional, com seus quase dois quilômetros de extensão, distingue-se dos empreendimentos que visaram o desenvolvimento turístico da Ilha de Santa Catarina, por ser o primeiro a instalar-se através de iniciativa privada única e com um projeto urbanístico altamente sofisticado.

Observa-se que nos primeiros dois anos, ou seja, de 1983 a 1985, não houve casos de aluguéis de segundas residências para terceiros. Nos últimos anos porém, assim como vem ocorrendo em outras praias da Ilha, principalmente Canasvieiras, nota-se que este fenômeno passa também a ocorrer em Jurerê Internacional.

Cabe lembrar que boa parte das construções existentes no loteamento foram elaboradas pelo próprio Grupo Habitasul com o intuito de impor uma tipologia habitacional e de serviços de alto nível, valorizando ainda mais esta área. Naturalmente a venda e o arrendamento destas construções também fazem parte de seus objetivos (Foto 11).

Consolida-se desta forma, a vinda do grande capital para o norte da Ilha de Santa Catarina, que até bem pouco tempo era somente explorado pelos proprietários de moradias, através do aluguel de suas segundas residências a terceiros, e por pequenos empresários e comerciantes oriundos, em sua maioria, da cidade de Florianópolis (Anexo 19).



FOTO 11 - Calçamento e tipologia habitacional adotada em Jurerê Internacional.

5.1.5 - Os Agentes que Participam do Processo de Urbanização nas Praias de Canasvieiras e de Jurerê Internacional

Dentro da classificação adotada anteriormente no Capítulo III, os agentes que fazem e refazem o espaço urbano nestas praias são os seguintes:

A) USUÁRIOS E/OU CLIENTES DE MORADIA¹²:

O turista recreacional¹³, veranista ou itinerante surge

¹²Considera-se usuário e/ou cliente de moradia aquele que dispõe de um imóvel temporariamente seja por meio de aluguel ou não.

¹³Nota-se que o usuário veranista florianopolitano não foi considerado "turista" nesta categoria. Participam como agentes na área estudada como proprietários de moradia, fundiários e como promotores imobiliários

nas praias de Canasvieiras e Jurerê a partir dos anos setenta, formado por estrangeiros vindos principalmente da Argentina e Uruguai e por brasileiros vindos predominantemente de Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro.

Apesar da fidelidade turística ser bastante alta, a participação destes usuários varia de acordo com a estação (alta, baixa e segunda estação¹⁴) e com as condições econômicas do país emissor. No caso do turista estrangeiro, a relação cambial também influencia o fluxo de entrada no Brasil (Anexo 13).

Observa-se em Canasvieiras e Jurerê Internacional que, embora os usuários de moradia participem mais expressivamente na modalidade de veranista, alugando segundas residências, destacam-se também como meio de hospedagem a casa dos amigos ou parentes, o hotel, o camping, mais recentemente, o motel e o albergue.

O nível de renda desses usuários é considerado relativamente alto e segundo o Plano de Desenvolvimento Turístico (IPUF, 1981), quanto maior a renda familiar, maior o percentual de hospedagem em hotéis, ocorrendo o inverso com a casa de amigos ou parentes.

O tamanho médio dos grupos também influi no tipo de hospedagem utilizada, onde as casas alugadas apresentam a relação hóspede por metro quadrado duas vezes maior que os hotéis.

Nestes últimos dez anos, embora não tenha havido grandes alterações em relação ao perfil do usuário de moradia (quanto a renda, aos objetivos de viagem, ao tempo médio de permanência e a

¹⁴A alta estação refere-se aos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. A segunda estação ao mês de julho e a baixa estação nos outros meses que sobram.

origem do mesmo) o número total de turistas¹⁵ praticamente quintuplicou na alta estação e dobrou na segunda estação.

O papel do usuário e/ou cliente de moradia, pode-se dizer, é indireto, na medida em que, embora esteja exclusivamente interessado em seu lazer, participa no processo de produção do espaço como agente indutor, movimentando principalmente o mercado imobiliário (construção de segundas residências para alugar, de hotéis, de chalés, etc.). São agentes fundamentais no processo pois a oferta turística nasce, basicamente, em função deles.

B) PROPRIETÁRIOS DE MORADIA:

Destacam-se neste grupo os proprietários, usuários ou não, de segundas residências, os proprietários de alojamento do tipo clássico tais como campings, pousadas, vilas turísticas, etc. e os proprietários de residências permanentes.

Inicialmente, os proprietários de segunda residência, constituídos hegemonicamente por florianopolitanos, eram os agentes que mais influíam no processo de urbanização de Canasvieiras. Progressivamente, a medida que Canasvieiras convertia-se em balneário turístico, amplia-se a origem e o tipo de proprietários de moradia. Estes, agora, transformam-se em pequenos capitalistas que, juntamente com os empresários da região, vêem no fornecimento de alojamentos turísticos a possibilidade de ampliar suas rendas.

Também a população de Canasvieiras e Jurerê, mais recentemente, começa a alugar suas residências permanentes com este intuito.

¹⁵ Este número abrange, além dos usuários de moradias, os proprietários de moradias que as utilizam como valor de uso.

C) PROPRIETÁRIOS FUNDIÁRIOS:

Participam do processo de produção do espaço nas praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional sob a forma de latifundiário e pequeno proprietário.

Até aproximadamente a década de 1950, a população rural-pesqueira, descendente dos açorianos, utilizava as terras comunalmente¹⁶ na Ilha de Santa Catarina. "A partir de então se acelerou o processo de apropriação de tais áreas, seja por interesses privados (comerciantes de Florianópolis), seja por interesse do Estado", onde o processo de expropriação ocorria "inclusive com escrituras registradas e lavradas em Cartório de Registro Civil" (Campos, 1989, p.150 e 179).

Já era difícil nesta época manter a condição de camponês e pescador em Canasvieiras, uma vez que tanto a lavoura quanto a pesca não correspondiam às necessidades de consumo da população.

Como não existiam alternativas de atividade econômica na própria localidade, a população local passou a parcelar e vender suas terras para futuros veranistas (Lago M., 1983).

Após principalmente a década de 1970, "os interesses especulativos começam a emergir, decorrentes de processo de urbanização e valorização da terra, bem como do interesse turístico das praias da região". Este fato contribuiu ainda mais para que a maior parte das terras de uso comum fossem transformadas em áreas de interesse ou expansão imobiliária (Campos, 1989, p.174).

O grande capitalista participa do processo como proprietário fundiário, numa etapa mais recente (pós-1980), através da implantação do loteamento de Jurerê Internacional.

¹⁶Estas também eram chamadas de terras de uso comum ou áreas de uso público comum. Ver Campos, 1980, p.158-68.

O proprietário fundiário, desta forma, frente ao processo de urbanização nestas praias, utiliza a terra:

- a) como valor de uso;
- b) como reserva de valor, bloqueando a promoção imobiliária, controlando quem e quando se pode utilizá-la;
- c) como valor de troca (mercadoria), única e exclusivamente.

No último caso, os proprietários fundiários tornam-se especuladores, assumindo uma atitude anti-capitalista, na medida em que seus ganhos derivam de atividade não produtiva.

D) PROMOTORES IMOBILIÁRIOS

Pode-se dizer que a participação dos promotores imobiliários no processo de urbanização na área estudada se faz sentir, a partir da década de 1960, quando surgem os primeiros veranistas em Canasvieiras. Constituem-se inicialmente de incorporadores¹⁷ da região que passam a lotear pequenas áreas e a construir segundas residências, a serem utilizadas por usuários florianopolitanos. Mais tarde ampliam seu papel, passando a atender também a usuários do interior e de outros estados.

Nesta época, os promotores imobiliários começam a ver em Canasvieiras a possibilidade de expandir seus mercados. O posicionamento favorável do Estado, a crise econômica brasileira e o surgimento de organismos financeiros do Estado, induzindo investimentos maciços na construção civil, contribuem para que estes ampliem ainda mais suas rendas, em função do turismo de veraneio.

¹⁷ Inserem-se dentro da categoria dos promotores imobiliários e são os agentes responsáveis pela construção de uma obra. Ver página 57 do presente trabalho.

Na década de 1970, os promotores imobiliários são mais uma vez beneficiados com a integração da Ilha de Santa Catarina ao turismo nacional e internacional. Passam também, agora, a servir ao setor hoteleiro e a construir segundas residências com o intuito de utilizá-los exclusivamente como valor de troca.

Incrementam-se assim as construções em Canasvieiras e a especulação imobiliária passa a fazer parte do processo de forma constante. Os interesses partem tanto do empresariado local quanto do de fora e levam os incorporadores imobiliários a construírem toda uma infra-estrutura hoteleira e de serviços, consolidando esta área como centro de turismo de lazer.

Ao mesmo tempo surgem as primeiras imobiliárias, formadas em sua maioria por empresas de Florianópolis. Inserem-se também no processo de comercialização dos imóveis ex-pescadores, que vêm neste tipo de atividade uma saída para seus problemas financeiros.

É somente com o surgimento de Jurerê Internacional, na década de 1980, que grandes empresas imobiliárias passam a participar como promotores imobiliários na Ilha de Santa Catarina. O Grupo Habitasul, como se viu, não só toma a iniciativa de agregar novas e grandes glebas, urbanizando-as, como também as dota de algum meio de acesso e empreende a construção de todo tipo de edificação e instalações necessárias para o pleno desenvolvimento da atividade turística de lazer (Anexo 20).

E) ESTADO

Participou desde o início do processo de urbanização seja de forma direta, como proprietário fundiário, como promotor imobiliário, como provedor de infra-estrutura, seja de forma indireta, através de financiamentos imobiliários e hoteleiros, como órgão de

finidor das diretrizes a serem adotadas pelo planejamento e, finalmente, como supervisor de programas e projetos implantados por corporações privadas.

Inicialmente, conforme visto anteriormente, o Estado apropriou-se de terras utilizadas comunalmente pela população rural-pesqueira do norte da Ilha de Santa Catarina. Em 1958 loteou terras, dando origem ao futuro balneário de Canasvieiras.

Na década de 1960, o Estado incentiva a construção de segundas residências e a aquisição de terrenos em Canasvieiras principalmente através da modernização do mercado financeiro, do incentivo ao consumo de bens duráveis e da ausência de definição dos rumos da economia do país.

A criação do BNH - Banco Nacional de Habitação, do SFH - Sistema Financeiro de Habitação e do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço visavam não só recuperar a economia brasileira, pela indução de investimentos maciços no setor de construção, como incentivar o consumo através da ideologia da aquisição da casa própria.

A inflação acelerada e a não preocupação com o planejamento a longo prazo geram insegurança nos pequenos e médios poupadores, levando-os a aplicarem seus recursos no setor imobiliário, em vez do setor industrial ou do exportador agrícola. O Estado, por outro lado, ao ceder as infra-estruturas de base, valorizava indiretamente as terras e as construções, tornando este tipo de investimento ainda mais seguro frente à crise econômica que enfrentava o país.

A partir da década de 1970 a ampliação e o aperfeiçoamento de infra-estruturas de base, principalmente em energia, no sistema viário e de transportes, bem como a criação de organismos e

dêcretos destinados a financiar obras e serviços turísticos¹⁸ contribuem ainda mais para que o processo de urbanização nesta área ocorra de forma acelerada.

Na década de 1980 o Estado amplia sua forma de participação no processo, passando a estabelecer planos que visem nortear e induzir de forma organizada a transformação de Canasvieiras em balneário turístico.

Também a partir desta época, o Estado, através de órgãos responsáveis pelo planejamento, passa a supervisionar planos, programas e projetos implantados por corporações privadas. O caso de Jurerê Internacional e do Plano Quinquenal de Turismo, proposto pela PROTUR¹⁹, podem ser citados como exemplo.

F) GRUPOS SOCIAIS EXCLUÍDOS

No caso específico da área estudada, destaca-se a população nativa do distrito de Canasvieiras²⁰, descendente de imigrantes açorianos, que até aproximadamente 1950 dedicava-se à agricultura de subsistência e à pesca.

À medida que a área se urbanizava porém, esta população foi perdendo o acesso ao mar, que representava seu principal meio de sobrevivência, passando a ocupar a parte mais interiorana do

¹⁸São estes a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), o Banco do Estado de Santa Catarina, financiando empreendimentos turísticos (BESC-TURISMO), o Fundo de Investimento Setorial (FISSET-TURISMO) e o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR).

¹⁹Órgão privado formado por empresários catarinenses que surgiu em 1990. Suas funções básicas consistem em divulgar, buscar recursos e promover eventos turísticos na Ilha de Santa Catarina.

²⁰O distrito de Canasvieiras para fins políticos abrange as praias de Jurerê, Daniela, Cachoeira, Ponta das Canas, Ingleses, Jurerê Internacional, Praia Brava e Santinho. Para fins turísticos abrange somente a praia de Canasvieiras, segundo o Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis (IPUF, 1981).

distrito

A apropriação de terras de uso comum por parte do Estado e da elite florianopolitana; o desenvolvimento da pesca industrial, que surge num outro nível de expansão capitalista; a venda de terras a turistas e a promotores imobiliários; e a falta de preocupação por parte do planejamento foram alguns dos fatores que contribuíram para o isolamento desta população, inclusive do ponto de vista físico. Desta forma, foram impedidos de participar mais ativamente do processo de urbanização numa área que, originalmente, era de seu domínio (Foto 12).



FOTO 12 - População rural-pesqueira e comércio típicos da rua Velha em Canasvieiras.

Atualmente nota-se que, além da marginalização social e urbana, estes habitantes estão culturalmente descaracterizados e economicamente desestruturados (houve alteração, passando da econo-

mia de subsistência para a dependente do dinheiro). Sua participação restringe-se, na maioria dos casos, à participação de serviços a turistas e hotéis nos meses de verão. Uma minoria, com melhores condições, aluga sua própria residência permanente para complementar seus rendimentos.

A falta de infra-estrutura que os prenda a região e a sazonalidade destes empregos os força, cada vez mais, a migrarem na esperança de encontrar condição de vida mais digna (Foto 13).



FOTO 13 - Situação da população rural-pesqueira residente na rua Velha em Canasvieiras.

5.2 - A Análise do Objeto de Estudo: Relações entre o Planejamento Turístico e o Processo de Urbanização no Litoral Norte da Ilha de Santa Catarina

A fim de verificar-se como o processo de planejamento turístico abrangente à área influencia os diferentes processos de urbanização estudados, cabe agora determinar como os aspectos teóricos ideais e/ou usuais, anteriormente descritos, se realizam na prática.

Para isto, torna-se necessário, além dos conhecimentos relativos ao processo de planejamento e de urbanização turística usuais, levantar e analisar as categorias diretamente ligadas ao estudo de caso. É somente a partir dos elementos e condicionantes referentes a ele, que se poderá obter subsídios suficientes para se efetuar uma análise do objeto abordado, estabelecendo-se, assim, conclusões relativas ao objetivo pretendido e específicas ao estudo de caso.

A análise da realidade a partir de aspectos conceituais surge, desta forma, como objetivo primordial do capítulo.

5.2.1 - O Papel dos Agentes Hegemônicos Frente ao Processo de Planejamento

Entre os agentes que participam dos processos de urbanização na área de estudo, o papel do Estado destaca-se por ser aquele que, "teoricamente", assume a função de regular e coordenar as ações entre os diferentes agentes que produzem o espaço turístico das praias de Canasvieiras e de Jurerê Internacional.

Para gerir o espaço o Estado utiliza o planejamento, estabelecendo normas, leis, planos, projetos e intervenções impondo uma série de restrições institucionais na operação de aspectos relativos ao mercado turístico da região.

A praia de Canasvieiras, como se viu, desde o início foi urbanizada em função da elite florianopolitana, que comprou e ocupou a maioria de suas terras com o intuito do veraneio. Este mesmo grupo, comprometido com o governo, pressiona o Estado a dotar a área de infra-estrutura de base tais como energia elétrica, serviços, telefonia, acessos, etc.

Mais tarde, a partir de 1970, esta mesma elite começa a ver na atividade turística a possibilidade de aumentar seus ganhos, transformando-se em promotores imobiliários. Empresários, locais ou não, aproveitam-se da vocação turística das praias do norte da Ilha de Santa Catarina, para também investirem neste setor.

São estes agentes que, por deterem o capital, acabam por dominar o poder político desta área, utilizando-se do Estado, principalmente através da condução do processo de planejamento e da alocação de subsídios infra-estruturais, legais e financeiros, para o alcance de seus interesses

Os usuários de moradias, no caso representados por turistas veranistas ou itinerantes, e o grupo social excluído, representado pela população rural-pesqueira destas praias, têm seus interesses atendidos caso estes coincidam com os dos agentes hegemônicos da produção do espaço turístico ou quando seus interesses, de uma forma ou de outra, possam trazer benefícios a eles.

Normalmente, o que ocorre na área é que as necessidades dos agentes menos privilegiados são adaptadas às dos agentes que participam do "clube fechado decisor". Em Canasvieiras, por exem-

plo, quase todos os melhoramentos em termos de transporte, acessos, infra-estruturas urbanas visavam atender aos frequentadores do balneário em vez da população local, que está cada vez mais sendo marginalizada.

Embora já se tenha citado algumas práticas que contribuem para que o Estado sirva aos interesses do capital, pode-se citar ainda outras, mais específicas ao estudo de caso, que comprovam o papel contraditório do mesmo, no decorrer do processo de urbanização. Em ordem dos acontecimentos destaca-se que:

- O Estado a partir de 1970, estimula o desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina através de incentivos fiscais e legais a nível federal e estadual. Canasvieiras começa a transformar-se em ponto de apoio fundamental às atividades de exploração do turismo de veraneio da Ilha.

- O Estado investiu em setores pouco rentáveis, financiando equipamentos urbanos básicos como luz, água, telefonia, etc. Com isto acabou por beneficiar também os proprietários fundiários, elevando o preço da terra e os promotores imobiliários, diminuindo seus gastos em relação aos investimentos de infra-estrutura.

- O Estado, a partir de 1981, através do Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis, incentiva a ampliação da atividade turística de veraneio no norte da Ilha de Santa Catarina (ZONA 2), mesmo sem a resolução dos já existentes problemas referentes à oferta turística. Assim, além de beneficiar os agentes hegemônicos do processo de urbanização nas praias estudadas, acaba por agravar a descaracterização ambiental e cultural já existente no local. O planejamento adotado demonstra suas fragilidades e comprova que as recomendações e etapas estabelecidas no final do capítulo três não foram seguidas em sua totali-

dade.

- Os aspectos relativos ao planejamento turístico vêm sendo utilizados de forma a remediar uma situação e não como elementos de prevenção. Prova disto é que quando o Estado passou a intervir na área via planejamento, o processo de urbanização já apresentava níveis avançados de desenvolvimento. O caso do loteamento de Jurerê Internacional pode ser citado como exemplo pois, no início de sua implantação (1983) o Plano Diretor dos Balneários (1985) ainda estava em estudo. Esta prática, de chegar atrasado ao processo de urbanização, embora dê mais liberdade de ação aos promotores imobiliários torna mais difícil ao Estado minimizar e corrigir as contradições do processo, em termos de custo e facilidade de operacionalização de seus planos e projetos.

- O Estado surge nas praias estudadas como instrumento legitimador das práticas e intenções dos agentes hegemônicos atuantes. Na verdade, quem induziu a ampliação da atividade turística na área foram estes agentes, que acabam por "provar" os possíveis benefícios que o Estado poderia obter ao desenvolver o turismo na região. Desta forma, conduzem o processo de planejamento de acordo com suas necessidades prementes.

- O Estado adota na área estudada padrões urbanísticos elitistas ao definir as atividades, as obras permissíveis e os serviços vedados ou sujeitos a pareceres prévios, onde nem todos os agentes sociais têm condições de atuar. Faz isto, por exemplo, ao declarar a área de especial interesse turístico (decreto nº 86.176 de 06 de julho de 1981) ou ideal para o turismo de veraneio familiar. A alteração da definição das diretrizes gerais de ocupação do solo da praia de Jurerê Internacional, que inicialmente, segundo estudos do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

(IPUF), deveria ser frequentada por camadas mais populares, também pode ser citado como exemplo.

- O Estado concede anistias, de tempos em tempos, às irregularidades urbanas existentes na área estudada. Estas referem-se tanto à cobrança de impostos quanto à legalização das edificações e loteamentos irregulares. Uma prática comum é a abertura de exceções no cumprimento de certas leis urbanísticas em troca de concessões por parte dos agentes hegemônicos. Como exemplo, cita-se a não obediência aos índices estabelecidos na consulta de viabilidade (taxa de ocupação, projeção da área construída sobre o terreno, afastamentos, etc.) resultando na execução de obras que na prática não estão de acordo com as leis urbanísticas da área. Em troca, quando a prefeitura exige, constroem ou fazem a manutenção de algum equipamento urbano de uso público (praças, canteiros, áreas de lazer, etc.) ou constroem, dentro do próprio terreno, um número de garagem superior ao estabelecido por lei, para obterem as vantagens requeridas.

- O Planejamento turístico relativo às praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional se mostra deficiente - pouco abrangente, superficial e desatualizado frente à rapidez com que ocorre o processo de urbanização - deixando que muitos pontos relativos a ele ocorram de maneira livre e anárquica - de acordo com o livre jogo de interesses particulares.

Cabe lembrar porém que, embora seja nítida a tendência do Estado beneficiar os proprietários fundiários, de moradias e os promotores imobiliários nesta área estes, nem sempre têm seus interesses atendidos de forma satisfatória.

A diversificação dos interesses entre estes mesmos agentes que acabam por pressionar o Estado em grau, forma e objetivos

diferentes é um dos fatores que leva a esta insatisfação. Nesta dinâmica disputa ganha o agente que mais influência exerce sobre o Estado.

Ao mesmo tempo, a ausência de verbas, o excesso de burocracia, a indefinição de certas funções entre as diferentes esferas estatais e a má distribuição dos recursos existentes levam a máquina administrativa a tornar-se lenta e pouco eficiente.

Observa-se, no final das contas, que o papel do Estado, de um lado, está longe de atender aos objetivos teóricos a que se propõe e, de outro, não executa totalmente os anseios dos agentes dominantes ao processo. Como prova, observa-se que tanto a população local quanto a qualidade do espaço turístico estão sendo cada vez mais descaracterizados. Também os agentes dominantes desconhecem ou desconsideram os planos e projetos existentes, elaborando suas próprias propostas independentemente da orientação do Estado.

5.2.2 - O Planejamento Frente às Políticas de Gestão

Ao analisar-se a influência do planejamento sobre a área estudada, observa-se a existência de diversos tipos de falhas que, se comparadas às considerações teóricas elaboradas no item que relaciona o planejamento e a urbanização turística (capítulo III), acabam por demonstrar o nível de distanciamento existente entre o planejamento turístico ideal, elaborado pelo Estado, e aquele desenvolvido no estudo de caso.

No que tange à necessidade do planejamento adotar uma programação integrada, interligada e interdisciplinar comprova-se que, embora exista uma hierarquia político-administrativa e um con-

senso quanto aos objetivos pretendidos por estas políticas, as estruturas administrativas existentes (EMBRATUR, SANTUR, SETUR) na prática, não estão adotando nem alcançando de forma completa a cooperação e a repartição de tarefas, na maioria de suas propostas.

Entre as políticas comuns as três esferas governamentais destacam-se principalmente a preocupação em estruturar-se as informações turísticas em planos condizentes com a realidade existente e a promoção de incentivos fiscais e financeiros para a construção de empreendimentos turísticos em áreas que tenham potencialidades para isto.

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) surge não só como resultado das políticas anteriormente descritas, como também em função da necessidade de se promover maior aproximação entre os setores público e privado da região.

Até então o Estado, pode-se dizer, limitava-se a definir normas, proibições e a fomentar o desenvolvimento turístico sem se preocupar em elaborar planos voltados a esta questão. Sua atuação, muito abrangente, tornava difícil qualquer aproximação mais estreita entre os setores público e privado de uma área específica.

A maior definição na política municipal de turismo entretanto, não foi suficiente para sensibilizar e atrair o setor privado, que desde a década de 1970, já participava ativamente do processo de urbanização em ambas as praias. Seus interesses estavam longe daqueles propostos e seguidos pelo setor público, que continuava a ser o grande responsável pelo planejamento turístico local.

A falta de atualização do Plano de Desenvolvimento Turístico (1981), a não operacionalização de grande parte de seus projetos e propostas e principalmente, a ausência de novos planos e projetos mais específicos à área, formulados com participação dos em-

presários, dos usuários e da comunidade local, fizeram com que a integração sugerida por este Plano, ficasse apenas a nível de proposta.

Ultimamente porém, o crescente desenvolvimento da atividade turística, levando ao comprometimento da balneabilidade principalmente de Canasvieiras, e a constatação de que o Estado não tem capacidade de administrar sozinho o processo de Planejamento, vem mudando a mentalidade vigente de que o Estado é o único responsável pelo planejamento turístico local. A ausência de verbas, a falta de continuidade política e o excesso de burocracia são fatores que contribuem para isto.

Convém lembrar ainda que, dentro da estrutura interna do Estado, a falta de integração pode ser comprovada tanto pelo "desconhecimento" do Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) por parte da SANTUR e da própria SETUR, quanto pela falta de interesse, por parte destes segmentos, em atualizar e aprofundar suas propostas mais importantes. A não ser que estejam representados por elementos de mesma visão partidária, torna-se muito difícil a troca de idéias entre estes órgãos.

Isto ocorre, em parte, pelo fato de que administrativa-mente também o Estado esteja mal organizado. As diferenças ideológico-partidárias entre as várias esferas governamentais impedem que muitos planos, projetos, ações políticas, a serem desenvolvidas na área, não se viabilizem pela ausência de repasses financeiros (verbas) para a sua execução.

Somando-se a isto, observa-se que tanto na esfera nacional como na Estadual, as programações referem-se apenas ao estabelecimento de metas a serem alcançadas e a orientação para a alocação dos recursos a serem repassados. Não há maiores preocupações em

conferir os resultados e práticas desenvolvidas nas esferas subordinadas.

A integração entre as três esferas governamentais torna-se ainda mais difícil na medida em que há uma tendência crescente de transferir-se aos municípios a responsabilidade da elaboração e da aplicação de legislação própria à matéria, apesar de representarem o nível governamental que menos recursos dispõe para isto.

Com relação à necessidade de adotar-se um planejamento turístico que relacione, respectivamente, as exigências dos residentes e dos turistas observa-se que, embora houvesse intenção de se atingir este objetivo nas políticas e planos turísticos propostos, pouco se fez para que esta necessidade fosse viabilizada na prática.

Primeiramente, para se tentar relacionar as necessidades dos turistas e dos residentes às intenções turísticas municipais, é preciso defini-las para que se possa estabelecer, nos planos turísticos propostas concretas, que viabilizem o alcance de metas que estejam de acordo com cada um dos segmentos envolvidos.

Pode-se dizer que o espaço turístico destas praias não foi estudado em sua totalidade. Privilegiou-se, nos planos existentes, os aspectos formais (físicos e urbanos) em detrimento dos aspectos sociais. O próprio Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) declarou que o Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) serviria como base à elaboração de um manual mais abrangente sobre o planejamento turístico. Entende-se, desta forma, que cada área por ele abordada (zoneamento) deveria ser dotada por planos específicos e especializados, que abordassem cada um dos aspectos referentes ao espaço turístico.

Em segundo lugar, embora houvesse preocupação no plano turístico adotado, de se definir as necessidades dos turistas, inclusive com a elaboração de pesquisa semestral, seu intuito principal era o de proporcionar o aumento na demanda efetiva do município gerando, assim, maiores arrecadações. Não houve sérias tentativas de se avaliar as reais necessidades da população local, atingida pelo fenômeno, uma vez que o plano entendia que o desenvolvimento turístico geraria empregos no setor de hotelaria e serviços, com salários maiores que os costumeiramente recebidos por eles em suas atividades tradicionais.

Naturalmente, a expectativa prevista de se incrementar o número de empregos gerados em função do desenvolvimento turístico na Ilha vem sendo alcançada não só através do fortalecimento do setor hoteleiro e de prestação de serviços como também, do setor da gastronomia, principalmente bares e restaurantes rústicos especializados em frutos do mar, e do ramo imobiliário, com a venda e o gerenciamento de imóveis.

Observa-se que, embora o Estado tenha efetuado estudos para determinar o perfil dos turistas na área estudada, o desinteresse pelo conhecimento das necessidades e dos impactos causados à população local, tais como desemprego na baixa temporada, descaracterização cultural, expulsão da terra e de seus meios de produção, comprovam que os benefícios à população local em função da atividade turística ocorrem como consequência natural de seu desenvolvimento e não como meta a ser atingida.

Como exemplo da dificuldade de se promover a integração, entre os objetivos pretendidos pelo Estado com as expectativas dos turistas e dos residentes frente ao encaminhamento da questão turística, cita-se a tendência por parte da iniciativa privada de

exigir cursos profissionalizantes, que nem sempre despertam o interesse e/ou estão ao alcance da população rural-pesqueira estudada. Com isto, grande parte do mão-de-obra especializada advém de outras regiões, acarretando prejuízos à comunidade local, diretamente atingida pelo desenvolvimento turístico na área.

Ao analisar-se as políticas e os planos existentes que norteiam e mais se aproximam da realidade estudada verifica-se ainda a tendência, tanto por parte do Estado e da iniciativa privada, quanto da comunidade em geral de acharem que os planos turísticos pouco contribuem para a minimização dos impactos turísticos na área. A incorreção desta idéia baseia-se no fato de que as políticas e planos existentes não estão em consonância às reais necessidades da área, apresentando falhas conceituais e operacionais, agravadas pela falta de continuidade política.

Mais recentemente entretanto, os empresários do setor, juntamente com os proprietários fundiários e de segunda residências, começam a se unir ao Estado a fim de operacionalizar algumas políticas e projetos propostos pelo Plano de Desenvolvimento Turístico (1981). Entre eles destaca-se a implantação do sistema de água e tratamento de efluentes em Canasvieiras. O abastecimento de água desta praia, por exemplo, até agora, depende do manancial aquático da praia dos Ingleses que, nos últimos verões, com o aumento da demanda turística para estas praias, não vem sendo suficiente para abastecê-las (Anexo 21) (Foto 14).

Também as grandes empresas, dotadas de capacidade própria, começam a assumir a realização de obras de infra-estrutura de base até então feitas pelo Estado. O tratamento e o abastecimento de água em Jurerê Internacional pode ser citado como exemplo (Foto 15).

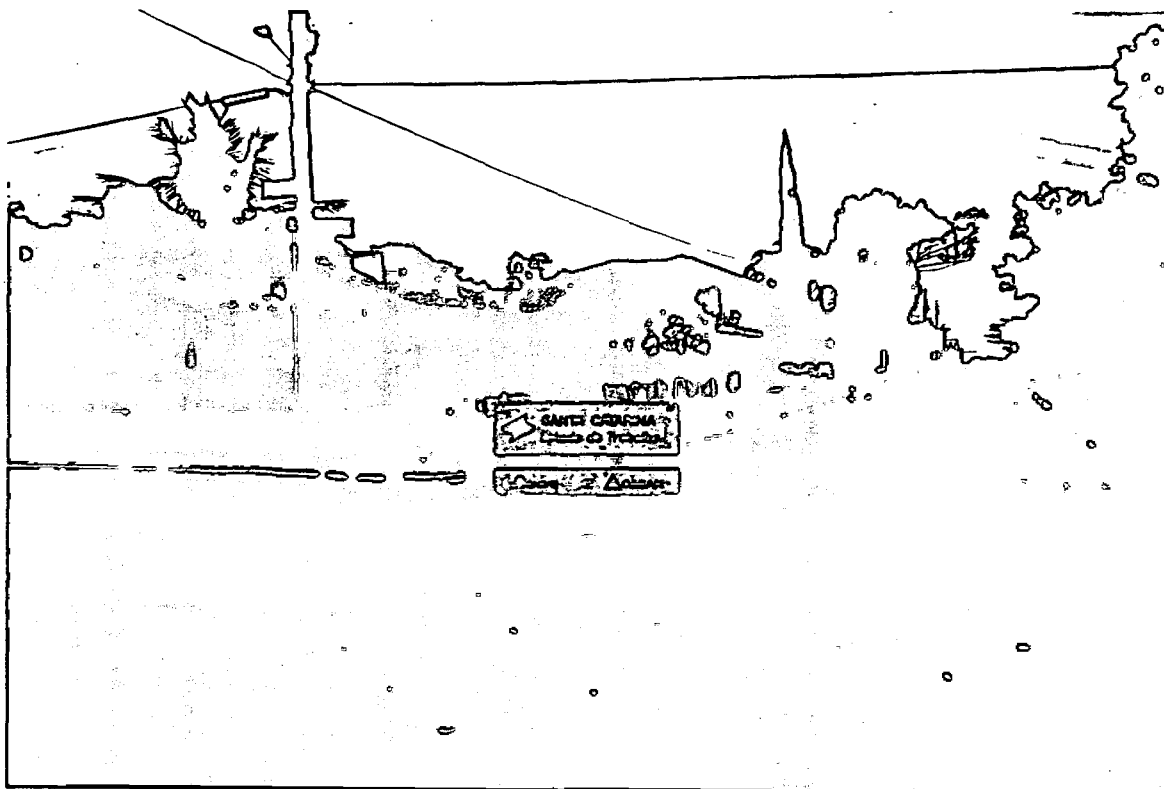


FOTO 14 -Obra para instalação de esgoto sanitário na praia de Canasvieiras.

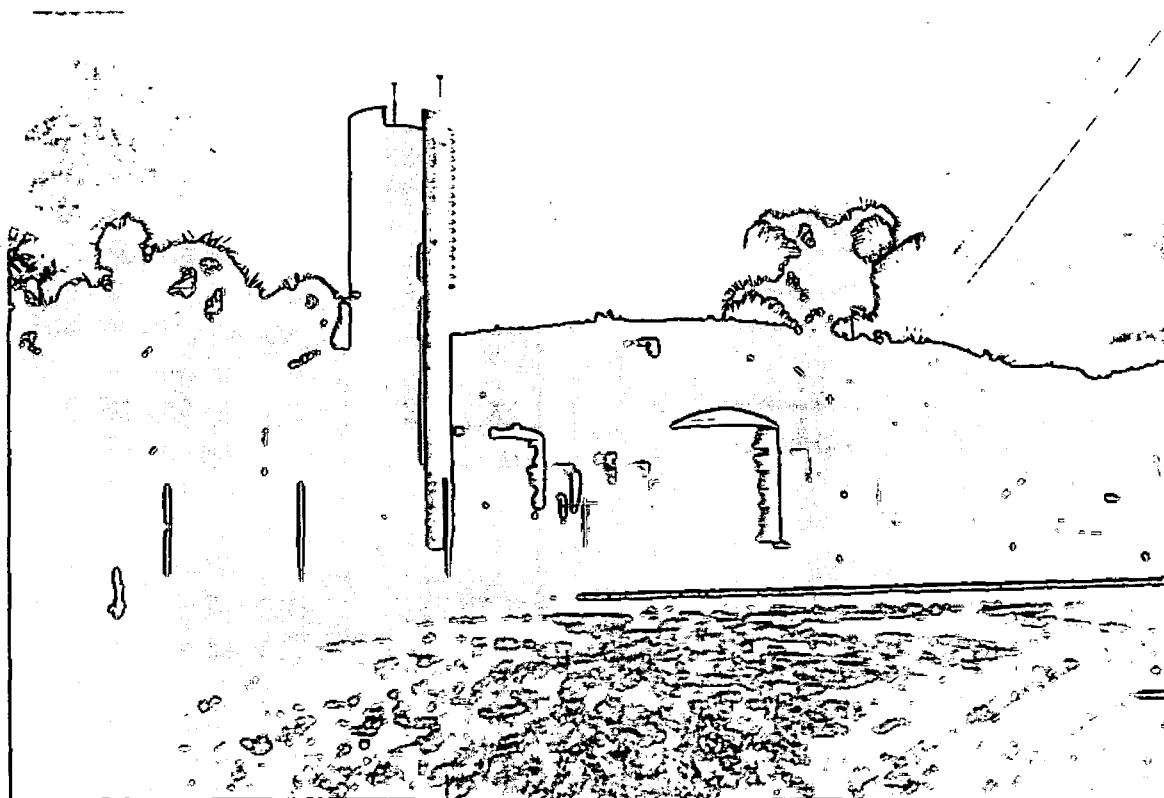


FOTO 15 - Estação de tratamento de água em Jurerê de Internacional.

Embora o setor privado seja movido por interesses econômicos, estas atitudes acabam por trazer benefícios à área. Observa-se, também, que apesar do mesmo ser o primeiro a desrespeitar as leis e normas turísticas e urbanísticas existentes, diante da possibilidade da inviabilização turística da área e consequentemente de seus empreendimentos, este setor, agora, volta-se ao Estado, exigindo soluções aos problemas por ele mesmo criado. A progressiva concertação de ações entre os setores público e privado nas estratégias de gestão do desenvolvimento urbano e turístico nas áreas em análise, parece ser o caminho para a abordagem dos problemas graves que vêm sendo apontados.

O planejamento turístico, agora solicitado pelo setor privado, torna-se, diante desta nova realidade, uma bênção indispensável ao futuro destas praias e dos empreendimentos turísticos existentes.

Cabe agora confrontar a situação existente e a política estabelecida por parte do Estado, quanto à busca do equilíbrio entre a oferta e a demanda, que se constitui num dos pressupostos básicos para o correto enfoque técnico do planejamento e para o adequado desenvolvimento turístico de uma área.

As políticas e práticas existentes demonstram que o posicionamento do Estado, apesar de teoricamente correto, na prática não vem contribuindo de forma eficaz para o ajuste da demanda proporcionalmente à oferta existente nas praias de Canasvieiras e de Jurerê Internacional. Observa-se, ainda na década de 1990, um incentivo de sua parte e também da iniciativa privada para que se amplie a demanda, através da divulgação no âmbito nacional e internacional, destas praias como pólos turísticos de lazer.

A inexistência de um quadro real sobre a situação existente impede a definição dos níveis adequados e máximos de ocupação a serem adotados nestas praias, contribuindo para que a capacidade receptiva das mesmas, tanto em termos ambientais e de recursos humanos, quanto de infra-estrutura de base e de superestrutura turística, não esteja proporcionalmente adequada à demanda existente. É somente a partir deste quadro que se poderia determinar a verdadeira necessidade de se incentivar ou não o aumento da demanda bem como, as diretrizes adequadas para a condução de futuras políticas e planos turísticos e urbanísticos locais.

Para o agravamento da situação, pode-se afirmar que quase todas as medidas propostas pelo Plano de Desenvolvimento Turístico (1981), com relação a melhoramentos da oferta turística da área, não foram operacionalizadas embora, muitas delas, exigissem poucos recursos para sua implantação.

Paralelamente, o aumento natural da demanda, em vista da consolidação destas praias como pólos turísticos de veraneio, somado às políticas adotadas por parte da EMBRATUR de incentivar a construção de equipamentos turísticos e por parte da SANTUR, SETUR e PROTUR em termos de ampliação do mercado turístico, contribuíram ainda mais para a ausência de infra-estrutura de base, que desde antes da elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) e do Plano Diretor dos Balneários (1985) já estava subdimensionada.

Em termos de oferta turística entende-se que as infra-estruturas de base, conjuntamente com os recursos naturais e sócio-culturais são os componentes que mais atenção necessitam por parte do planejamento. Comparativamente, inclusive, Canasvieiras apresenta maiores desequilíbrios em relação a Jurerê Internacional. A necessária dependência do Estado para a implantação de serviços de

infra-estrutura básica e para a coordenação do processo de planejamento aliada a sua própria dinâmica espacial, lenta porém com constantes alterações em sua morfologia urbana, contribuem para isto.

Jurerê Internacional ao contrário, por tratar-se de um empreendimento com fins lucrativos, planejado pela iniciativa privada, precisa estabelecer maiores cuidados com relação a preservação dos recursos naturais e ao dimensionamento da oferta proporcionalmente a demanda, sob o risco de ter as futuras etapas planejadas para o loteamento inviabilizadas (Foto 16).



FOTO 16 - Parte do sistema de tratamento de esgoto instalado em Jurerê Internacional.

Diante das considerações até agora descritas, que comprovam que independentemente do Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) os problemas apresentados na área continuam basicamente os mesmos, pode-se constatar que, por parte do Estado, a elaboração de

novas políticas específicas à área tornaram-se praticamente estagnadas, com intervenções isoladas e planos representando pouca credibilidade à iniciativa privada. Desta forma, planos não são elaborados por pouco melhorarem a situação existente e esta não é melhorada por não serem elaborados planos adequados à realidade vigente.

A política turística de dar continuidade ao turismo de veraneio na área estudada, teoricamente, está de acordo com suas características naturais - mar calmo e quente, ideal para o turismo familiar - porém, como salientado anteriormente, existem problemas de ordem prática, principalmente na praia de Canasvieiras, que levam a questionamentos no que se refere ao incentivo, ao aumento da demanda nestas praias e a forma como vem sendo conduzida a política urbana na área.

A falta de vontade política, a ausência de verbas, a falta de fiscalização por parte do Estado somadas à falta de cooperação, em termos de preservação ambiental e paisagística por parte da iniciativa privada igualmente, podem ser apontados como os principais responsáveis pelas falhas do planejamento turístico, principalmente no que se refere aos aspectos ambientais e sócio-culturais relativos à área.

5.2.3 - O Planejamento Quanto às Técnicas Utilizadas

Também neste item, as considerações teóricas estabelecidas no tópico. "O Planejamento e a Urbanização Turística" (capítulo III) servem de base para que se analise, a partir de um estudo teórico ideal, as contradições e falhas referentes ao planejamento turístico desenvolvido no estudo de caso.

No que se refere à evolução e aprimoramento dos planos turísticos desenvolvidos na área observa-se que enquanto o Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) representa apenas o passo inicial para que planos mais detalhados sejam elaborados a partir dele, especificando e definindo o zoneamento turístico geral abrangente a área, o Plano Diretor dos Balneários (1985) preocupa-se mais com questões técnicas construtivas e de uso do solo.

O Plano de Desenvolvimento Turístico (1981), em termos de programação de suas ações, privilegia alguns aspectos urbanísticos apenas tangenciando questões como a preservação ambiental, a instalação de equipamentos urbanos e o sistema viário, entre outros. Detalha a implantação do Parque linear de Canasvieiras, onde somente as propostas que exigiam menos recursos foram executadas.

Cabe lembrar que, afora o projeto de instalação do Parque linear de Canasvieiras nada havia sido proposto em termos de projetos específicos para o entorno imediato desta área bem como na que foi abarcado pelo projeto de Jurerê Internacional.

As políticas vigentes preocupavam-se mais em ampliar a demanda, através de propagandas de marketing, e em angariar recursos junto ao governo federal, do que em operacionalizar as propostas existentes ou executar controle e fiscalização dos resultados.

Naturalmente, com o tempo, as informações contidas no Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) apesar de válidas tornaram-se insuficientes para acompanhar o rápido crescimento verificado em Canasvieiras e Jurerê Internacional. A falta de continuidade nas prioridades políticas, que mudam de governo a governo e nem sempre integram-se a outros planos governamentais, a ausência de verbas, o não surgimento de novos planos que dessem continuidade ao processo e as sucessivas alterações comprometendo seu arcabouço

original, tornaram ainda mais difícil a operacionalização dos projetos e metas relativas à área, bem como a sua utilização como guia turístico norteador do processo.

O Plano Diretor dos Balneários (1985), por outro lado, representa importante papel normativo quanto ao uso e a ocupação do solo nas praias estudadas. Trata-se de um plano que, embora apresente os mesmos problemas do Plano de Desenvolvimento Turístico em relação à elaboração e a operacionalização de suas intenções, torna-se imprescindível para orientar os processos de urbanização existentes na área.

No que concerne às medidas teóricas que visam estabelecer critérios de uso dos recursos naturais verifica-se que, desde a elaboração destes planos, não houve grandes alterações quanto aos objetivos pretendidos e aos tipos de problemas causados pela atividade turística na área. São eles:

- desenvolver a atividade turística de forma planejada, em consonância com os planos existentes e dentro de diretrizes estabelecidas em planos turísticos específicos a serem desenvolvidos futuramente à área;
- explorar o potencial turístico, reduzindo a sazonalidade e propiciando um movimento equilibrado durante o ano todo;
- preservar o patrimônio cultural, histórico e ambiental da área, estabelecendo normas e padrões urbanísticos em termos de uso e ocupação do solo em Canasvieiras e Jurerê Internacional;
- favorecer a população local fazendo com que esta usufrua do crescimento do setor;

- promover a integração entre os diferentes setores turísticos;
- elaborar um projeto urbanístico exclusivo para a praia de Canasvieiras;
- implantar vegetação rasteira fixadora, peculiar às dunas, em toda a extensão da faixa paralela a praia.

Apesar de representarem um marco importante em termos ambientais e paisagísticos à área estas pretensões não vem sendo suficientemente completas para que se alcance um planejamento turístico ideal. A omissão do Estado e da iniciativa privada com relação ao estabelecimento e ao cumprimento dos critérios de uso dos recursos naturais e paisagísticos contribuem para isto.

Primeiramente, pode-se dizer que os critérios acima referidos foram adotados tardiamente, mais com o intuito de remediar uma situação já existente do que previni-la. Na época da adoção do Plano de Desenvolvimento Turístico (1981, p.280),

"já se verificava uma pronunciada deteriorização das dunas e da vegetação existente, causadas pela abrasão marinha, chuva, ventos, assim como as passagens dos veranistas para a praia, que vão deixando expostas as raízes dos arbustos e sua posterior destruição" (Foto 17).

Em segundo lugar, grande parte das medidas propostas pelo Plano de Desenvolvimento Turístico, principalmente em termos de infra-estrutura básica e urbanística, e de elaboração de um plano específico, e pelo Plano Diretor dos Balneários (1985), em termos de critérios de ocupação e uso do solo não foram executadas ou cumpridas.



FOTO 17 - Exemplo de construção realizada em cima de dunas e área de vegetação permanente.

Em terceiro lugar, o Estado assume um papel contraditório quando incentiva o desenvolvimento turístico sem antes resolver os problemas relativos às infra-estruturas de base e de degradação ambiental já existentes na área. Apesar de uma série de restrições urbanísticas, a liberação em até dezoito pavimentos para a construção de hotéis internacionais pode ser citado como exemplo.

Quanto a análise e avaliação das medidas técnicas existentes surgem dois tipos de problemas no que tange ao processo de planejamento turístico efetuado pelo Estado. O primeiro refere-se à ausência de levantamentos completos específicos para a área e o segundo ao próprio Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) que além

de não avaliar os elementos componentes do espaço turístico em sua totalidade, não faz uma análise crítica - com interpretação e questionamento - dos dados levantados.

No que se refere ao controle e fiscalização de resultados dos planos e projetos existentes. Observa-se que muito pouco foi feito por parte do Estado²¹ e da iniciativa privada, no sentido de avaliar os efeitos do planejamento sobre o resultado espacial até agora obtido.

Constata-se somente, através de relatórios anuais, a existência de avaliações governamentais periódicas que pretendem verificar a operacionalização ou não das políticas por eles mesmos propostas. Esta forma de controle e avaliação de resultados surge mais como propaganda governamental do que com o intuito de seguir uma política geral, que norteie o desenvolvimento turístico como um todo. Se assim o fosse, políticas prioritárias estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) seriam cumpridas, independentemente de pautas governamentais isoladas.

Além disto, o jogo de interesses, que constantemente altera planos e projetos de lei, e as restritas condições financeiras do setor público vêm a demonstrar que a existência de planos e projetos não resultam obrigatoriamente na execução de suas propostas. A operacionalização do plano, por mais elaborado que seja, acaba

²¹ Ressalta-se que existe uma subdivisão no interior do aparelho do Estado, entre as funções de planejamento e controle, entregues respectivamente ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) e a Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP) de Florianópolis. A diversidade de funções e ideologias entre estes órgãos faz com que o IPUF preocupe-se mais com questões gerais, que devam ser valorizadas a longo prazo, referentes ao meio ambiente, a urbanização e o conjunto social da cidade. A SUSP, por outro lado, por estar mais diretamente em contato com os agentes modeladores do espaço urbano (via aprovação de projetos) frequentemente sofre pressões, cedendo ao imediatismo e a força política destes grupos.

por esbarrar em fatores externos a ele o que por isto fogem de seu controle.

Ao comparar-se Canasvieiras a Jurerê Internacional, observa-se que os planos existentes vieram a ser utilizados de formas distintas, em cada um dos processos de urbanização estudadas. O Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) por exemplo, em Canasvieiras, serviu mais para legalizar, ordenar e remediar uma situação já existente, propondo soluções para os problemas relativos a equipamentos turísticos complementares, de estacionamento, etc., do que em orientar a qualidade e a quantidade de solo edificável nesta praia.

O zoneamento do Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) estabelecido para Jurerê Internacional, ao contrário, apesar de ter sido elaborado na mesma fase que o projeto do loteamento, participou de forma mais preventiva e dinâmica do processo de produção deste espaço, atuando tanto como agente modificador do projeto como também sendo modificado por ele. A preocupação de se aumentar a área edificável, os equipamentos turísticos complementares e o sistema de fluxo de automóveis ficou por conta do planejamento estabelecido pelo próprio Grupo Habitasul.

Em termos de concepção urbana, ao comparar-se Canasvieiras a Jurerê Internacional, observam-se diferenciações principalmente no planejamento urbano determinado e fiscalizado pelo Estado, na tipologia arquitetônica e urbana estabelecidas bem como na forma de valorização dos lotes e das construções existentes.

Canasvieiras demonstra que, se de um lado, a existência de instalações turísticas e a sua consolidação como um dos principais balneários da Ilha de Santa Catarina levam à valorização da área, sob o aspecto imobiliário, de outro, verifica-se uma queda na

qualidade espacial do mesmo. Entre as causas deste fenômeno surgem o aparecimento de construções de gosto duvidoso e altamente adensadas; a diminuição do tamanho dos lotes, em função de sua escassez e valorização; a ausência de um zoneamento adequado entre pedestres e veículos e finalmente, dentro da conjuntura nacional, pode-se destacar a deteriorização da classe média como um todo (Foto 18).



FOTO 18 - Apartamentos para alugar em Canasvieiras.

A tipologia arquitetônica predominante mostra, tanto em Canasvieiras quanto em Jurerê Internacional, a existência de construções baixas, com varandas e jardins. Comparativamente porém, a qualidade das construções em Canasvieiras, de um modo geral, é inferior a de Jurerê Internacional. Isto decorre principalmente, pela diferença de poder aquisitivo das camadas sociais que as frequentam, pela inexistência de grandes preocupações com a legalização

das construções, dentro das normas estabelecidas pelo Plano Diretor dos Balneários (1985), e finalmente, pela falta de fiscalização e pelas consecutivas anistias concedidas pela prefeitura de Florianópolis aos construtores e promotores imobiliários (Foto 19).



FOTO 19 - Residências unifamiliares em Canasvieiras

Jurerê Internacional, embora elitista, apresenta uma tipologia habitacional de inegável qualidade arquitetônica, onde os elementos estéticos não são projetados isoladamente mas, relacionados entre si, em conjunto. Em se tratando do uso e ocupação do solo, também Jurerê Internacional segue as determinações estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) e pelo Plano Diretor dos Balneários (1985). Ao contrário de Canasvieiras, apresenta uma certa independência do Estado, por não necessitar tanto de suas intervenções em termos de infra-estrutura de base e turística

e por apresentar seus próprios meios de orientar e fiscalizar as construções do loteamento, através de sua associação de moradores e de normas contratuais relativas ao uso dos lotes (Foto 20).



FOTO 20 - Tipologia habitacional predominante em Jurerê Internacional.

As construções com fins comerciais em Canasvieiras apresentam-se naturalmente adensadas em torno de sua principal avenida, Madre Maria Vilac, tanto por ser a rua mais movimentada em termos de fluxo de veículos, quanto por indução do Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) e do Plano Diretor dos Balneários (1985) que a indicam, e ao seu entorno imediato, como área propícia a implantação de infra-estruturas turísticas e de serviços de apoio. A intenção de locar usos compatíveis numa mesma área levou ao estabelecimento de um conflito de uso entre as construções comerciais e as residências mais antigas, localizadas nesta área (barulho, tráfego

de automóveis e caminhões de abastecimento, incompatíveis com uma área turística de veraneio) (Foto 21).



FOTO 21 - Rua Madre Maria Vilac atualmente transformada no eixo comercial de Canasvieiras.

Jurerê Internacional, por ser previamente planejado, já tem um eixo comercial e de serviços bem determinado, com uma tipologia arquitetônica diferenciada tanto em termos de gabarito, de afastamentos e de taxas de ocupação diferenciadas; quanto em termos de áreas de estacionamento, especialmente projetadas com a finalidade de servi-lo. Um sistema viário para abastecimento, adequado as necessidades específicas de sua função também faz parte de sua concepção original.

Em ambas as praias observa-se a preocupação de se instalar equipamentos urbanos característicos de cidades tais como escolas, bancos, templos religiosos, etc. o que vem a demonstrar a ten-

dência destes centros de veraneio a ultrapassarem suas funções originais, tornando-se também uma extensão urbana de Florianópolis. Enquanto que em Jurerê Internacional esta tendência faz parte de sua concepção, que desde o início procura também assumir características de bairro residencial urbano, determinando inclusive um setor exclusivo para moradores permanentes, em Canasvieiras este processo ocorre de maneira lenta e gradual (Foto 22).



FOTO 22 - Instalação de serviços característicos de centros urbanos tradicionais.

Nos dois casos o Estado colabora com esta transformação na medida em que dota e permite a construção de equipamentos institucionais de caráter público e privado, cede pessoal especializado para a execução destes serviços, define a área como zona de expansão urbana (Lei nº 1.570 de 28 de junho de 1978) e procura, via planejamento, melhorar a qualidade e estabelecer parâmetros de qua-

lificação das infra-estruturas de base e turísticas da área.

Estas práticas, somadas à necessidade natural de Florianópolis encontrar novas áreas para se expandir, acabam por atrair seus próprios moradores, que agora passam a enxergar estas praias como uma nova opção para a construção de suas residências permanentes.

Em se tratando do sistema viário verifica-se que apesar do Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) e do Plano Diretor dos Balneários (1985) terem sugerido e realizado algumas alterações em seu funcionamento, a própria gênese espacial de Canasvieiras propicia o surgimento de uma excessiva interação entre pedestres e veículos automotores e dificulta a solução de problemas relativos à ausência de estacionamento, de uma rede viária própria a pedestres e de um sistema viário hierarquizado. A existência destes planos minimiza mas não pode garantir a eliminação dos conflitos surgidos entre o modo de apropriação do espaço, as leis urbanísticas, a fiscalização por parte do Estado e os interesses diversificados dos agentes que participam do processo de urbanização.

No caso de Jurerê Internacional constata-se a existência de uma preocupação por parte do Grupo Habitasul em construir áreas de estacionamento compatíveis com a demanda prevista, em separar-se tanto quanto possível os usuários dos veículos automotores e em arborizar-se as vias e calçadas de modo a obter um sistema viário racionalizado. Também o Estado interferiu na concepção viária do loteamento, via pareceres do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), ao propor alterações em alguns pontos do traçado viário inicialmente proposto, ao determinar a existência de canteiros centrais em algumas de suas ruas e ao uniformizar a denominação e a largura das ruas a fim de compatibilizá-las com a denominação e

os parâmetros estabelecidos pelo Plano Diretor dos Balneários (1985) (Anexos 22, 23 e 24) (Foto 23).



FOTO 23 - Áreas de estacionamento em Jurerê Internacional.

Entre os elementos do planejamento estatal que contribuíram para orientar e minimizar os impactos urbanos decorrentes da implantação do loteamento na área destacam-se o código de obras, as leis de zoneamento e a limitação dos gabaritos dos edifícios residenciais e comerciais em dois pavimentos. Esta limitação, extensiva também à praia de Canasvieiras, numa fase em que a verticalização surgia como uma nova opção de ocupação, em função do preço da terra e da demanda turística existente, pode ser citada como um exemplo de utilização do planejamento em seu verdadeiro sentido: o de antepor-se aos problemas em vez de somente remediá-los.

Comparativamente pode-se dizer que, pelo fato de Jurerê Internacional ter sido previamente planejado, seus problemas urba-

nísticos e arquitetônicos estão longe de serem comparados com os existentes em Canasvieiras.

Além da qualidade espacial obtida, também o meio ambiente está menos suscetível de ser degradado e o retorno econômico, em termos de investimento, é mais imediato. Como exemplo pode-se citar que enquanto a associação comunitária de Jurerê Internacional preocupa-se com o cumprimento da legislação, da tipologia habitacional e do paisagismo determinado pelo próprio Grupo Habitasul, em Canasvieiras a preocupação básica ainda é a implantação de um sistema de água e esgoto e a resolução dos problemas de circulação e fluxo de veículos e usuários (Foto 24).



FOTO 24 - Implantação de sistema de esgoto em Canasvieiras.

A concepção urbana e arquitetônica existente e sua relação com a comunidade local mostra que embora os planos tenham destinado terras à exploração rural, esta determinação, em vez de li-

mitar-se a ser uma forma de barrar a expansão turística de Canasvieiras e preservar as atividades da comunidade rural-pesqueira, contribui ainda mais para que esta seja isolada fisicamente, deixando de usufruir diretamente dos benefícios trazidos pelo desenvolvimento da atividade turística tais como, melhorias das infraestruturas de base, de lazer, de transportes e de serviços.

No que diz respeito à administração financeira da área, constata-se que o Plano de Desenvolvimento Turístico serviu de base para orientar o setor hoteleiro, relacionando as possibilidades de incentivo financeiro e legal por parte dos diferentes níveis governamentais; levantando dados relativos ao impacto econômico do turismo no aglomerado urbano de Florianópolis (gastos, renda e empregos gerados) e finalmente, verificando a viabilidade econômica de alguns projetos específicos em termos de custo/benefício, desempenho histórico e vantagens sociais destes empreendimentos.

Apesar disto, muito resta a ser feito em termos específicos, principalmente com relação a estudos que analisem os benefícios sociais e econômicos da comunidade rural-pesqueira atingida²² (Foto 25).

Na verdade, o Estado limitou-se a compilar dados, sem interpretar de que forma o impacto do turismo no aglomerado urbano de Florianópolis poderia desenvolver os interesses por ele representado. Entre estes, destacam-se a análise do grau de aplicação das receitas geradas em função do turismo na própria localidade e do grau de evasão e de anistias fiscais e legais cedidas pelo próprio Esta-

²²Sobre este assunto ver o trabalho de Francisco Ferreira. Turismo e desenvolvimento urbano: estudo de avaliação do impacto sócio-ambiental na Ilha de Santa Catarina - estudo de caso do Jurere Internacional. UFSC, Dissertação de Mestrado em Sociologia, set. 1992.

do ao setor privado



FOTO 25 - Rancho de pescadores remanescente em Canasvieiras.

A falta de interesse em desenvolver projetos que tragam maiores benefícios sociais e econômicos às localidades atingidas pelo fenômeno, ou que venham a minimizar desajustes existentes tais como a sazonalidade turística, os efeitos inflacionários do turismo sobre o mercado imobiliário, de alimentação e vestuário e a falta de planos e projetos específicos e atualizados que orientem as ações futuras, indicam que o Estado preocupa-se mais em incentivar e justificar a produção turística à iniciativa privada do que em extrair ao máximo sua rentabilidade em favor próprio, ou de outros setores ou segmentos sociais não envolvidos diretamente com a atividade turística.

5.2.4 - A Urbanização Turística Resultante e sua Relação com a Urbanização Tradicional

Embora a urbanização em função do turismo de veraneio apresente especificidades quanto à forma espacial resultante, o processo e a estrutura a que pertencem são os mesmos vigentes na urbanização de uma cidade tradicional.

Primeiramente, como qualquer processo de urbanização, observa-se na área uma constante reorganização espacial, que abrange o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. No caso, zonas residenciais, comerciais, de lazer, de preservação permanente, etc.

Também fazem parte da urbanização turística constantes incorporações de novas áreas ao seu espaço, gradativas densificações do uso do solo, mudanças frequentes no conteúdo social e econômico do seu espaço e finalmente, a relocação diferenciada das infra-estruturas de base, que levam a renovações urbanas também diferenciadas.

A incorporação de novas áreas ao espaço turístico pode ser constatada, principalmente, pelo constante crescimento da malha urbana de Canasvieiras ao longo dos anos e pela própria implantação de um loteamento previamente planejado, como é o caso de Jurerê Internacional, que veio rapidamente transformar um espaço rural-pesqueiro em turístico de lazer.

A relocação diferenciada das infra-estruturas de base, de equipamentos turísticos e de serviços e a renovação urbana diferenciada comprovam que, como em processos de urbanização menos especializados, quanto mais elitizado for o espaço mais haverá recursos com relação ao mesmo. Isto pode ser constatado tanto ao comparar-se

Canasvieiras à Jurerê Internacional, quanto ao comparar-se a própria organização interna de Canasvieiras, onde, em relação a população rural-pesqueira, os turistas veranistas têm muito mais recursos em termos de equipamentos e serviços.

Em segundo lugar, pode-se dizer que, a partir da década de setenta, também as praias estudadas passam a seguir a lógica de ampliação da mais-valia. Desta forma, todos os elementos que compõem este espaço e a própria função espacial resultante tornam-se reflexo, ao mesmo tempo que passam a refletir esta lógica. O espaço passa a recriar constantemente as condições gerais, a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital voltado, entretanto, para o desenvolvimento da atividade turística (Foto 26).

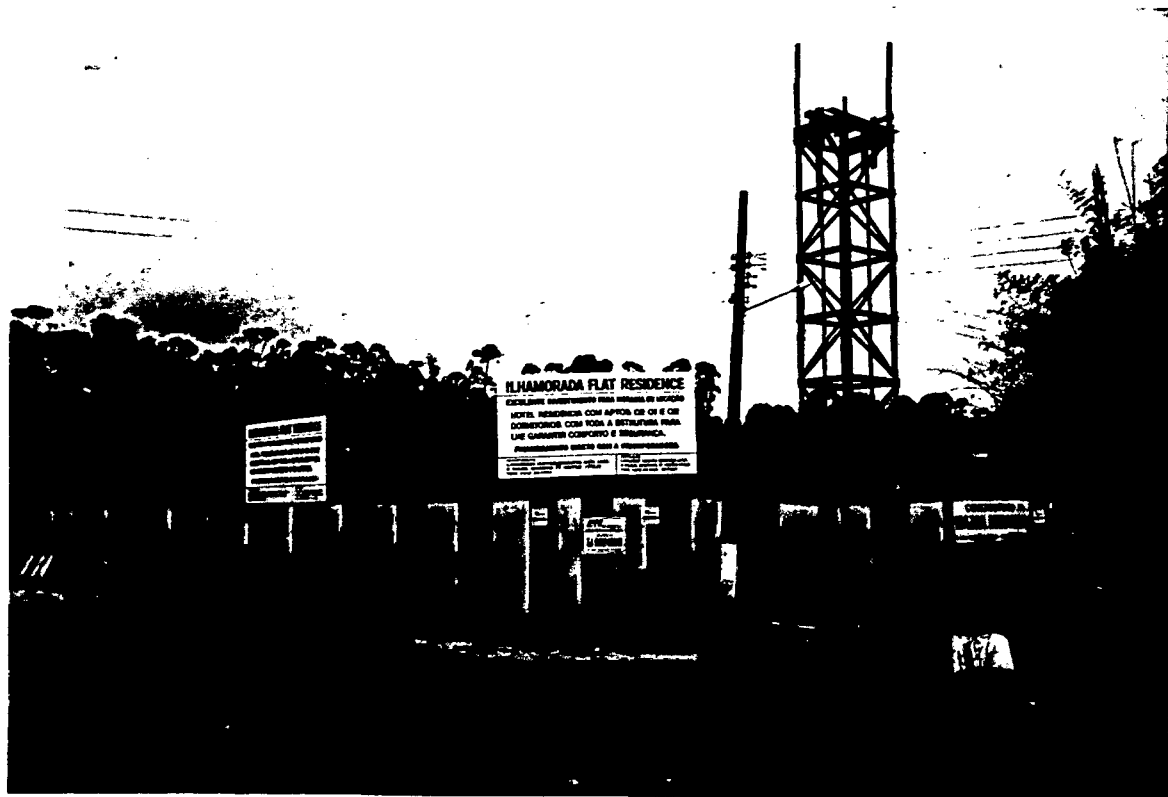


FOTO 26 - Construção de hotel residência, empreendimento comum na praia de Canasvieiras.

Em terceiro lugar, na urbanização em função do turismo também os agentes hegemônicos conduzem o processo e também o solo converte-se em mercadoria. Como exemplo, cita-se a privatização²³ nas praias estudadas e a implantação de grandes loteamentos, como é o caso de Jurerê Internacional.

Do ponto de vista econômico, os espaços turísticos, de uma forma ou de outra, acabam sendo produzidos com a finalidade de ampliar a mais-valia. Tanto o solo quanto os equipamentos, os serviços, o lazer e a própria imagem de uma praia, acabam por tornar-se mercadorias.

No caso destas praias, é principalmente a partir do momento em que residências secundárias e loteamentos passam a surgir como valor-de-troca, que se observa uma alteração na forma de produção do espaço até então desenvolvido. Este passa agora a participar ativamente no ciclo do capital, encontrando semelhanças com outras formas de urbanização (Foto 27).

Até então o espaço surgia como valor-de-uso, pela necessidade básica do turista veranista alojar-se, seja em residências secundárias, campings ou em qualquer outro tipo de equipamento hoteleiro (Foto 28).

Surge o especulador que, juntamente com o promotor imobiliário, passa a incentivar a construção de hotéis, residências secundárias e a implantação de novos loteamentos, agitando o mercado imobiliário e provocando a valorização do solo.

O processo amplia-se e, via marketing, os aspectos formais do espaço turístico são anunciados como mercadorias turísticas

²³Sobre o assunto invasão/privatização ver dissertação de Cláudia Ribeiro, **Sobre as sobreposições das demarcações territoriais**, Florianópolis, Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.



FOTO 27 - Transformação de uso de residência unifamiliar para multifamiliar em Canasvieiras.

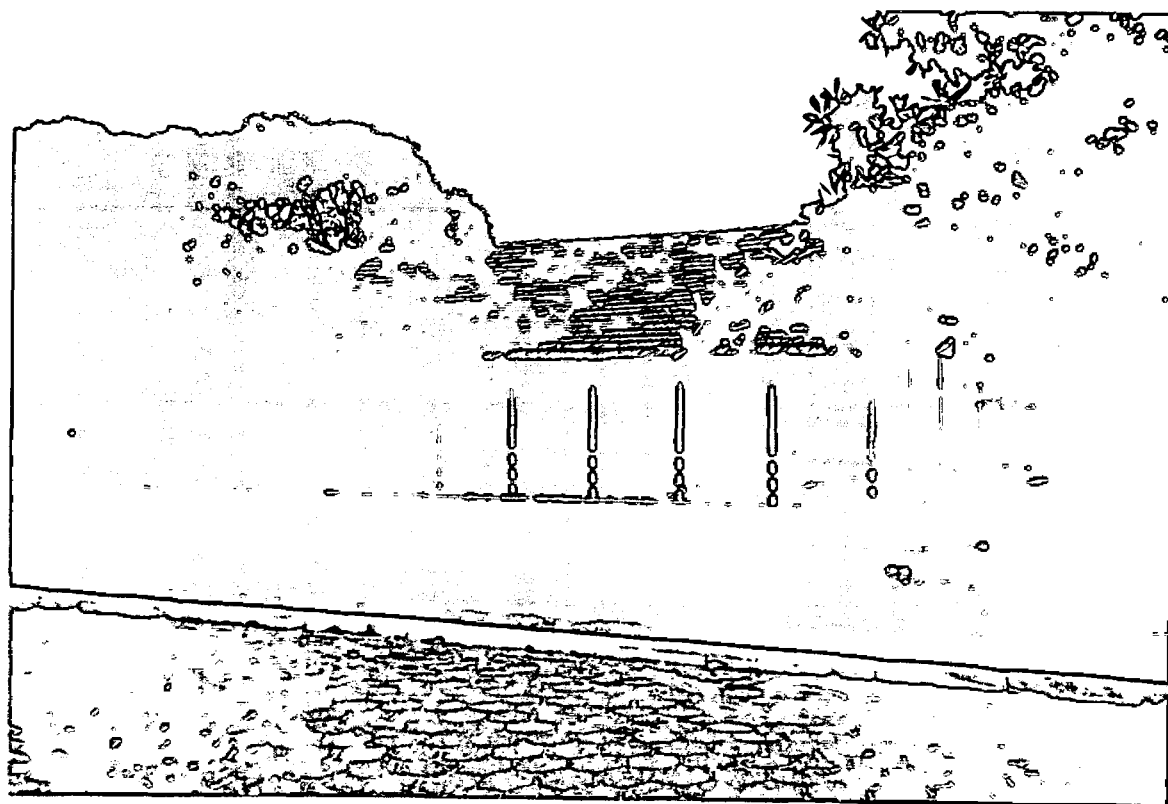


FOTO 28 - Residência secundária em Canasvieiras.

e também seus elementos naturais, artificiais e humanos. Cria-se assim um processo de produção e reprodução do espaço, onde usuários buscam os serviços e alojamentos já existentes e novos espaços surgem em função de novas demandas. Em outras palavras, a ativação da demanda faz expandir a oferta, que o especializa, e cada vez mais atrai novos usuários, ampliando crecentemente o processo.

Como resultado, tanto na urbanização turística quanto nas outras formas de urbanização encontramos as mesmas incoerências. O papel contraditório do Estado, a forma com que agem os agentes hegemônicos e as ineficiências do planejamento, independentemente da função espacial a que se destinam, acabam por tornarem-se comuns, dentro de suas especificidades, a cada uma delas.

5.2.5 - Especificidades da Urbanização Turística de Veraneio

Embora se saiba que cada diferente forma de urbanização turística baseia-se em categorias de oferta e demanda próprias, cabe agora ressaltar as especificidades pertencentes a cada uma das praias estudadas.

Entre as características básicas que evidenciam a área dentro da modalidade de veraneio destaca-se, nas diferentes formas de alojamento existentes, o predomínio de residências secundárias e hotéis residenciais, voltados ao turismo familiar, que surgem principalmente em função de incentivos²⁴ à hotelaria por parte do Esta-

²⁴Entre estes incentivos destaca-se a Lei nº 3.014/88 que abrange edificações destinadas a hotéis classificados de 3 a 5 estrelas, nas categorias de hotéis, hotéis de lazer e hotéis residência. Para estas categorias altera principalmente o índice máximo de aproveitamento, o gabarito máximo de 4 pavimento se o ático que de 1/3 do pavimento tipo passa a ter 4/5 de área construída permitida.

do.

Estas construções, devido à sazonalidade normal ao turismo de veraneio, ficam ociosas a maior parte do ano, apresentando características comuns, embora com padrões técnicos diferenciados em ambas as praias estudadas.

Nestas praias as construções têm sua concepção arquitetônica voltada para o repouso e o lazer, integrando-se à natureza através do uso constante de varandas e amplos jardins. Situam-se preferencialmente junto a orla marítima, o que as leva constantemente a prejudicarem o acesso dos banhistas ao mar. Constata-se, além disto, que o ponto de partida para a construção do espaço consiste em loteamentos que necessitam de grandes extensões de terra para se desenvolverem (Foto 29).



FOTO 29 - Residências unifamiliares na orla marítima de Jurerê Internacional.

A necessidade de se obter um espaço com recursos ambientais e culturais preservados e um zoneamento em que pedestres e automóveis não conflituem entre si, são outros problemas típicos ao turismo de veraneio, que por serem pertinentes à área, comprovam sua especialização dentro desta modalidade.

Entre as especificidades que diferenciam as praias estudadas de outras que também pertencem à modalidade de veraneio, resalta-se em primeiro lugar o fato da área localizar-se a pouca distância de uma cidade administrativa que necessita expandir seus mercados. A colonização açoriana, por outro lado, faz com que a área ainda hoje apresente traços culturais do passado, que conflituam muitas vezes com o recente desenvolvimento turístico também apresentado na área.

A proximidade de Florianópolis e o fato de ser um antigo núcleo rural-pesqueiro fazem com que as urbanizações das praias estudadas sofram transformações e acumulações de funções. Paulatinamente, observa-se em Canasvieiras o surgimento de outros equipamentos e serviços não ligados diretamente a sua função turística original (bancos, escolas, centros comerciais e de serviços, imobiliárias, etc.). Jurerê Internacional, como surgiu numa etapa mais recente, onde a necessidade de Florianópolis expandir-se já se fazia mais urgente, foi idealizado também com a finalidade de transformar-se em uma extensão urbana da cidade.

Com isto, as urbanizações turísticas destas praias aglomeram novas funções, aproximando-se ainda mais da urbanização residencial característica das cidades, dentro das mesmas bases e contradições. Os problemas relativos a formulação e operacionalização do planejamento turístico mais uma vez inserem-se a uma lógica geral, não sendo específicos à urbanização turística, apesar das es-

pecificidades.

5.2.6 - Diferenças entre Canasvieiras e Jurerê Internacional

No que se refere a Canasvieiras, a necessária e excessiva participação do Estado - agente que planeja, gerencia, fiscaliza e subsidia seu espaço - somado ao fato deste ser um espaço em constante alteração, pelas características intrínsecas de uma urbanização turística tradicional, levam esta praia, em termos de resultado espacial, a refletir as dificuldades de organização e controle encontradas no decorrer do processo de planejamento turístico adotado pelo Estado.

Jurerê Internacional, em contrapartida, apresenta melhores resultados formais que Canasvieiras principalmente por surgir a partir de uma urbanização planejada, concebida e gerenciada quase que exclusivamente pela iniciativa privada.

Este projeto constituído por um único loteamento a ser executado em três etapas distintas, transforma rapidamente a paisagem, apresentando em termos urbanísticos e arquitetônicos alto padrão de qualidade, com todo o tipo de infra e superestruturas turísticas necessárias ao desenvolvimento das atividades a que se propõe. Ao ser concebido dentro de técnicas e normas adequadas, acaba por atenuar prejuízos ambientais e paisagísticos e também os encargos infra-estruturais e urbanísticos do Estado, que pela já existência de problemas em Canasvieiras e em outras praias da região que não têm planos turísticos específicos, encontra excessivas responsabilidades a cumprir.

De nada adianta ao Estado um loteamento tecnicamente bem planejado se, além de legalizar terras, subsidiar equipamentos turísticos e hoteleiros e conceder anistias, tivesse ainda que arcar com a maioria dos custos de sua implantação.

Ao ser planejado com dupla finalidade, Jurerê Internacional minimiza o eventual abandono da área fora de temporada e com isto, a sazonalidade dos empregos.

A tendência de tornar-se extensão urbana de Florianópolis, atualmente também observada em Canasvieiras, traz outras vantagens à população rural-pesqueira, que, como consequência espontânea, têm seus lotes ainda mais valorizados e passam a usufruir dos serviços urbanos, agora ampliados e oferecidos ao longo de todo o ano.

Cabe lembrar que enquanto em Canasvieiras, este acúmulo de funções tende a sobrecarregar ainda mais os problemas urbanos já existentes à área, em Jurerê Internacional, já se incluiu esta possibilidade em sua concepção urbana original, não se prejudicando com isto, o futuro equilíbrio entre a oferta e a demanda do loteamento.

Por tratar-se de um projeto urbanístico inteiramente aprovado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis e pela existência de uma associação comunitária própria, comparativamente, em termos de controle de arrecadação de impostos e de fiscalização construtiva, também Jurerê Internacional apresenta vantagens à Canasvieiras. Sabe-se assim, que em 1993 o Grupo Habitasul arrecadou cerca de 11.244 dólares americanos (câmbio comercial) em Imposto predial e territorial (IPTU), fora o imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS) e o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISQN), e que todos os edifícios construídos dentro do lo-

teamento estão dentro das normas técnicas exigidas também pela associação comunitária.

Em Canasvieiras, pela inexistência de planos que precedem o processo de urbanização, pela participação de agentes com menos recursos (pequenos empresários e proprietários de moradias) e pela deficiente fiscalização por parte do Estado, constata-se, na maioria dos casos, uma ausência de preocupação com a aprovação e legalização de segundas residências na Prefeitura Municipal de Florianópolis. Esta prática torna mais difícil o controle da arrecadação dos impostos, do uso e da ocupação do solo e a implantação de projetos específicos, que visem o melhoramento das condições ambientais e urbanas desta praia.

Quanto a preservação ambiental, embora haja controvérsias sobre a legalidade da implantação do projeto de Jurerê Internacional, pode-se dizer que atualmente o próprio Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) admite que os loteamentos implantados prejudicam menos o meio ambiente do que a urbanização tradicional, que obedece menos ainda a legislação estabelecida. Para este órgão são preferíveis os estragos causados pelo Jurerê Internacional, por exemplo do que por pequenos construtores em suas construções clandestinas. Estas, juntas, provocam danos ambientais, paisagístico e urbanístico mais difíceis de serem revertidos pelo Estado.

Quanto a forma com que ocorreu a valorização destas praias e sua influência sobre o padrão de renda dos usuários e proprietários de moradia, observa-se que o Grupo Habitasul, ao especializar-se em empreendimentos turísticos, adaptou-se à conjuntura econômica brasileira, encontrando uma nova forma de ampliar seus mercados. O norte da Ilha de Santa Catarina apresentava as condi-

ções ideais de investimentos²⁵, com terras com poucos proprietários, pouco valorizadas e ideais para o desenvolvimento do turismo de veraneio.

Ao criar um loteamento do porte de Jurerê Internacional o Grupo ganha não só com a exploração turística da região, através de hotéis e serviços, como com a venda de lotes, de edifícios comerciais e residenciais, que visam atender tanto o turista veranista, quanto os moradores permanentes, que utilizam a área como bairro residencial de Florianópolis.

Para ampliar a mais-valia, o Grupo valorizou artificialmente o entorno imediato ao loteamento comprando duzentos lotes, construindo e implantando serviços na antiga praia de Jurerê. Pretendeu assim estabelecer via agentes imobiliários, um novo preço da terra, que atingisse um mercado composto pelas camadas mais abastadas da população.

Esta prática acabou por elitizar uma área que antes, dentro dos planos do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, deveria servir a uma camada mais popular, constituindo-se também por campings e associações comunitárias. A valorização e a qualificação do espaço turístico neste caso resultou de um grupo privado que, por ter condições econômicas e influência sobre o Estado, optou por um espaço elitista com características espaciais tecnicamente adequadas e bem organizadas. A preservação ambiental, cabe ressaltar, foi utilizada como forma de valorização do espaço.

A valorização do solo em Canasvieiras, ao contrário, ocorreu de forma lenta e gradual. Ao desenvolver-se, baseando-se

²⁵Sobre estas condições rever o item que trata da urbanização brasileira e do surgimento da especulação no Brasil inseridos no capítulo III da presente dissertação.

numa urbanização menos organizada, gerida por muitos, estruturou-se fundamentalmente não tanto na qualidade espacial existente, mas na escassez da terra.

Comparativamente, pode-se dizer que enquanto Canasvieiras já apresenta índices de desgaste ambiental, paisagístico e de saturação urbana bastante altos, em Jurerê Internacional estes índices, devido ao equilíbrio entre a oferta e a demanda, não são suficientemente altos a ponto de trazer maiores comprometimentos ao equilíbrio ambiental e urbanístico da praia.

5.2.7 - Os Resultados do Processo em Termos Ambientais e Sociais

Embora se torne imprescindível a preservação ambiental e paisagística de uma área, para o correto desenvolvimento da atividade turística, observa-se, nas praias estudadas, que a força atrativa do turismo vem sendo prejudicada, não só sob o ponto de vista ambiental, como do cultural e social.

Atualmente, as áreas de preservação ambiental propostas pelo Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) e pelo Plano de Diretor dos Balneários estão sendo paulatinamente devastadas, citando-se como exemplo o morro da Igreja de Canasvieiras, circundado pela estrada velha, que cada vez mais apresenta sua vegetação prejudicada. Independentemente do processo de planejamento, outros fatores, tais como, as construções clandestinas, as empresas que retiram os depósitos de argila para construções e ainda as frequentes queimadas realizadas pela população rural-pesqueira contribuem para agravar a situação ambiental existente na área.

Com os processos de urbanização foram aterrados muitos dos rios e córregos que drenavam a região. Também as praias passam

a apresentar significativos índices de poluição, principalmente devido ao lançamento de resíduos sólidos ao mar, tanto por parte dos veranistas e proprietários de hotéis, como pelos próprios veleiros que circulam pela região.

A ausência de áreas de estacionamento e de caminhos de pedestres que dêem acesso ao mar, muitas vezes levam os usuários a invadirem restingas e dunas com a finalidade de utilizá-las para os mais diversos propósitos. A falta de consciência com relação à preservação ambiental também os leva a deixarem nas praias dejetos que deveriam ser colocados em cestas de lixo.

A situação existente nos mostra que embora o objetivo pretendido pelo planejamento turístico seja o de preservar os recursos ambientais e os aspectos sociais, ligados a população rural-pesqueira da região, a falta de planos específicos os leva a serem constantemente explorados pelo capital.

Assim, o resultado formal apresentado por estes elementos acabam por refletir a forma ineficiente e contraditória assumida pelo Estado, pelo planejamento por ele estabelecido e por todos os outros agentes que participam do processo de urbanização turística na área.

5.3 - Fatores Exógenos ao Planejamento Turístico que Influenciaram o Processo de Urbanização

Embora os agentes hegemônicos e o planejamento turístico e urbano específicos à área sejam as principais formas de influência sobre o processo de urbanização desenvolvido em Canasvieiras e Jurerê Internacional, convém lembrar da existência de condições

exógenas - ligadas a políticas nacionais, estaduais e municipais de governo e a condições históricas e econômicas gerais - que acabam por influenciar indiretamente este processo. Destacam-se entre elas:

- a partir de 1960, Florianópolis começa a alterar sua estrutura urbana em função da nova política governamental implantada por Juscelino Kubitschek, que generalizava o uso de automóveis, incentivava a implantação de indústria de bens de consumo no país e acabava por influenciar na migração cidade-campo.

- A partir de 1964, o aumento crescente da taxa de inflação e a política nacional de desenvolvimento sem definição, geravam insegurança aos investidores, que viram nas segundas residências e no desenvolvimento turístico uma nova e segura saída de aplicação de capitais, tanto para grandes investidores quanto para os pequenos. A nível estadual também o turismo surge como nova opção econômica, representando assim uma saída para a crise econômica que se espalha pelo país.

- A crise habitacional que assolou o país neste período levou o governo a criar benefícios aos pequenos investidores, via SFH/BNH, que acabaram por facilitar a construção de segundas residências.

- A disseminação dos órgãos estatais e a construção da BR- 101 provocaram um aumento populacional em Florianópolis, que trouxe como consequências nova alteração da estrutura urbana da cidade e mudanças na mentalidade quanto ao uso e a ocupação do espaço da Ilha de Santa Catarina.

- "O aprofundamento da expansão do complexo governamental nas décadas de 70 e 80, que repercutiu sobre a estrutura de transportes e serviços levou a um aumento constante da urbanização e

consequente diminuição da população rural" (Campos, 1989, p.172). Como exemplo a via de contorno norte, que facilitou o acesso a bairros e praias fez surgir novos loteamentos em face da demanda que também aumentou. Este surto no crescimento urbano favoreceu a expansão do setor imobiliário e especulativo.

- O crescimento natural da cidade influenciou o processo de produção do espaço nas praias, na medida em que estas ampliam sua função original de bairro turístico para transformar-se em um novo bairro de Florianópolis (a cidade não tem por onde se expandir).

- O subsídio estatal de habitação via BNH, também acabou por levar a classe média a investir em empreendimentos imobiliários de modo a preservar suas economias.

- O dimensionamento das bases para a estruturação do setor turístico brasileiro na década de 1960 trouxe os primeiros resultados expressivos a nível de fluxos e receitas na década de 1980. "A partir de 1984, o setor figurava entre as principais fontes geradoras de renda no país e em vários Estados da federação" (Machado, 1989, p.135).

- Os incentivos promovidos pela SUDESUC e pelo BESC, na década de 1970 geraram as condições básicas para a organização da atividade turística na Ilha de Santa Catarina.

Para finalizar, convém destacar que as questões até agora tratadas, apesar de representarem sucessivos cortes e fragmentações no tempo e no espaço, servem para destacar o véu com que a ideologia dominante oculta causas, efeitos e relações, tarefa imprescindível para o entendimento do processo de planejamento desenvolvido na área.

VI - CONCLUSÃO

Ao analisar-se o processo de urbanização nas praias de Canasvieiras e de Jurerê Internacional chega-se à conclusão de que em ambas, a urbanização turística fundamenta-se sobre os mesmos princípios econômicos, apresentando as mesmas contradições, dentro de suas especificidades, que outras formas de urbanização conhecidas.

Em outras palavras, pode-se dizer que independentemente de sua função e das especificidades relativas a cada uma das praias, as urbanizações resultantes acabam tornando-se a base e o meio para a reprodução do capital, seja através dos fenômenos dos loteamentos e da promoção imobiliária, seja através da venda de serviços e mercadorias necessárias ao desenvolvimento da atividade turística,

Ao observar-se o resultado formal do processo, constata-se a existência de problemas comuns a qualquer tipo de urbanização acelerada com o agravante de que a existência de problemas ambientais e paisagísticos, nestes casos, tendem a comprometer, além da qualidade de vida da população, o futuro desenvolvimento da atividade turística da área, principal fator de sustentação do processo.

Como características específicas às praias estudadas surge o fato de que ambas situam-se próximas a um centro, que por estar situado entre o mar e a montanha, apresenta problemas de expansão territorial, necessitando de novas áreas para se desenvolver. A proximidade física com Florianópolis faz com que estes "novos" espaços urbanos, surgidos em função do turismo de lazer na modalidade de veraneio, tendam a funcionar também como extensão urbana de Florianópolis. A existência de planos turísticos e urbanos genéricos, englobando todo o aglomerado urbano de Florianópolis, decorre do fato de Canasvieiras e Jurerê Internacional estarem politicamente subordinadas a esta cidade.

Ao examinar-se de forma comparativa as duas praias estudadas, observa-se que as diferenciações espaciais existentes justificam-se tanto pela influência de seus agentes hegemônicos, que determinam a gênese, o andamento e o resultado do processo de urbanização, quanto pela forma com que o Estado atua em cada uma delas, seja concebendo, operacionalizando ou gerenciando o processo de planejamento, seja subsidiando infra-estruturas de base e/ou superestruturas turísticas. Os diferentes papéis assumidos pelo Estado e sua maior ou menor participação frente aos respectivos processos depende da força político-econômica de cada agente hegemônico e da forma com que estes se relacionam frente ao mesmo.

No que tange ao planejamento constata-se, no presente estudo, a existência de ambigüidades entre o discurso e a prática decorrentes, basicamente, de conflitos ligados a questões internas e externas relativas ao Estado e a forma com que este conduz o processo de intervenção na área.

Estes conflitos, derivados tanto de falhas técnicas, administrativas e operacionais, quanto por questões inerentes ao sis-

tema, acabam por impedir a total concretização do objetivo básico do planejamento, que é o de conduzir e regular o espaço, corrigindo suas imperfeições e contradições independentemente do processo de urbanização estar ligado ou não a funções turísticas.

Em outras palavras, pode-se dizer que, embora utópico o alcance de um planejamento ideal - onde teoria e prática estejam perfeitamente integradas - sua busca e utilização não devem ser esquecidas, se não para resolver, ao menos para minimizar os impactos negativos oriundos de qualquer processo de urbanização existente, seja ele acelerado ou não.

Esta constatação só vem reforçar a importante necessidade de se tentar adotar um processo de planejamento tecnicamente adequado, que cumpra todas as seis fases do processo, que tenha seus planos voltados às reais características e especificidades de uma região em mutação, onde o setor público e privado estejam corretamente integrados, principalmente nas questões relativas a operacionalização e a fiscalização das idéias nele contidas.

O planejamento, mesmo que longe de atingir seus objetivos ideais, acaba contudo, por atenuar as contradições da urbanização capitalista, promovendo melhor uso e ocupação do solo, dos recursos ambientais e, no caso da urbanização turística, minimiza ainda os impactos decorrentes da crescente atividade turística desenvolvida na área, especialmente sobre o ritmo e a intensidade do desequilíbrio dos recursos ambientais.

Ao analisar-se as praias estudadas observa-se, além da ocorrência de limitações pertencentes ao planejamento como um todo, a existência de limitações específicas ao estudo de caso que somadas as primeiras, inerentes a qualquer função urbana, colaboram ainda mais para que o planejamento turístico não atue eficientemen-

te sobre os resultados do processo de urbanização estudado.

Em primeiro lugar, pode-se dizer que mesmo antes da existência de qualquer tipo de plano referente ao desenvolvimento turístico e urbano local existiam políticas de turismo a nível nacional e estadual, que incentivavam e subsidiavam o desenvolvimento turístico em regiões com potencialidades para isto. Estes incentivos legais e fiscais acabaram induzindo a urbanização turística na Ilha de Santa Catarina, antes mesmo de se efetuar uma análise das reais condições da área em termos de equilíbrio entre a oferta e a demanda e de possíveis impactos que poderiam surgir a partir do desenvolvimento desta nova atividade na região.

Desta forma, as políticas de desenvolvimento turístico precedem o planejamento turístico local. O planejamento, por outro lado, chega tardiamente ao processo de urbanização, deixando, logo de início, de cumprir a básica função de anteceder-se ao processo de urbanização, ao invés de tentar corrigir erros e situações surgidos após a sua existência.

É preciso destacar ainda que, na época da elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) e do Plano Diretor dos Balneários (1985), já havia empreendimentos turísticos nos balneários porém, durante o processo de aprovação destes planos, com receio de que novos planos normatizadores surgissem, aumentou-se o ritmo de instalação de empreendimentos que, por pertencerem a grupos empresariais, preferiram não se arriscar, com projetos que normalmente requerem cuidados especiais na sua aprovação.

Em segundo lugar, o planejamento turístico abrangente às praias estudadas não chegou a elaborar planos de desenvolvimento turísticos específicos ao turismo de lazer na modalidade de verão. O Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) preocupou-se mais

em levantar dados, identificando problemas de ordem geral, do que em estabelecer detalhes sobre a forma de execução e fiscalização das propostas por ele formuladas, tarefa, na época, delegada a Secretaria Municipal de Turismo (SETUR), que nunca se estruturou adequadamente para o seu desempenho. Assim, acaba por fazer um apanhado global da situação sem estabelecer críticas aprofundadas sobre qualquer das zonas turísticas por ele estudadas.

Em terceiro lugar, pode-se dizer que ao longo dos anos pouco se fez para que o planejamento turístico praticado pelo Estado evoluísse e acompanhasse o dinamismo e as necessidades inerentes ao processo de urbanização que se desenvolvia na área estudada. Esta prática contribuiu ainda mais para que houvesse um distanciamento entre o setor público e o privado, evitando-se assim que o Estado se utilizasse dos agentes detentores do poder econômico, a fim de operacionalizar suas propostas.

Esta falta de dinamismo levou ainda a uma ausência de avaliação sobre os resultados atualmente existentes, que acabou por desviar tanto o questionamento do verdadeiro papel do planejamento turístico na área, quanto dos aspectos formais relativos aos processos de urbanização resultantes. Como exemplo, cita-se o Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) que se tornou desatualizado, ineficiente e desconhecido não só à iniciativa privada como também às secretarias estadual e municipal de turismo (SANTUR e SETUR).

Desta forma, constata-se que embora houvesse um avanço na condução do planejamento turístico da área desde que se iniciou a instalação do processo de planejamento turístico - representando a fase de maior consistência quanto ao controle do desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina - pouco se fez para o aprofundamento desta questão, desde a sua implantação. A ausência do ge-

renciamento por parte da estrutura municipal prevista no Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) - SETUR - fez com que este ônus recaísse sobre o próprio órgão de planejamento geral (IPUF), que em 1989 enfrentou até campanhas de extinção, em função de sua suposta ineficiência.

Em quarto lugar, a forma com que foi inicialmente conduzido o processo de planejamento, sem atrair e prender a atenção da iniciativa privada, juntamente com a tendência inerente ao sistema do Estado gerir e subsidiar sozinho processos de planejamento e de urbanização, ajudou a corroborar a mentalidade de que o Estado é o único responsável pela solução dos problemas gerados pela crescente atividade turística observada na área.

Dentro deste pensamento, a ele caberia, além da gerência de todas as despesas e responsabilidades sobre o bom andamento do processo de urbanização turística, todos os outros problemas relativos ao espaço turístico. Os outros agentes que participam do processo esquecem-se de que são os maiores causadores das contradições e dos problemas encontrados, exigindo que o Estado solucione sozinho os problemas por eles mesmos criados.

Felizmente esta mentalidade vem sendo mudada, não diretamente por iniciativa do Estado, mas também pela própria iniciativa privada que, cada vez mais, toma consciência de que se não participar mais ativamente do processo, seus investimentos correm o risco de tornarem-se inviabilizados. A falta de infra-estrutura de base e a degradação ambiental tornará impossível o desenvolvimento adequado de qualquer atividade turística a ser desenvolvida futuramente na área.

Pouco a pouco o setor imobiliário e hoteleiro tomam consciência de que quanto mais preservados os recursos ambientais e

paisagísticos, mais valorizados serão os seus investimentos.

Em quinto lugar observa-se que as dificuldades relativas à operacionalização e ao cumprimento dos objetivos propostos pelo planejamento turístico justificam-se não só pela existência de falhas técnicas e operacionais, como também, pela constante crise financeira por que passa o Estado.

Esta mesma crise colabora, ainda mais, para que o Estado "esqueça-se" de sua função de mediador entre os diferentes agentes produtores do espaço, desvinculando-se, cada vez mais, da responsabilidade de atuar a favor dos grupos sociais excluídos bem como dos aspectos ambiental e cultural que, principalmente na praia de Canasvieiras, já se encontram em níveis comprometedores.

Assim, ao deixar de lado as questões daqueles que não podem se defender e também as questões referentes à crise urbana, o Estado indiretamente acaba por fortalecer e delegar ainda mais poderes aos grupos sociais hegemônicos que, de uma forma ou de outra, tornam a pressionar o Estado, por terem acesso de forma direta e indireta ao grupo de políticos que determinam as diretrizes a serem adotadas pelo planejamento, utilizando e conduzindo o processo de planejamento a favor de seus próprios interesses.

Desta forma conclui-se que, nas duas praias estudadas o planejamento turístico adotado pelo Estado reflete todas as contradições e deficiências do sistema, estando muito mais ligado à normatização, a legitimação e a encontrar soluções paliativas aos problemas decorrentes da urbanização capitalista, do que em conduzir e orientar o processo de urbanização turística, antecipando-se e atuando de forma preventiva a eles.

Em outras palavras, pode-se dizer que o resultado e o modo como os processos de urbanização turística são conduzidos depen-

dem muito mais da forma com que participam e influenciam os agentes hegemônicos, seus interesses e pretensões, do que do papel desempenhado pelo planejamento turístico desenvolvido pelo Estado. São estes mesmos interesses que acabam por definir as diferentes formas de urbanização turística resultantes, suas falhas e contradições.

Isto pode ser observado ao verificar-se que não fosse o fato de Jurerê Internacional ter sido um loteamento totalmente planejado e conduzido pela iniciativa privada, seu processo de urbanização tenderia a seguir os mesmos moldes de Canasvieiras, assim como o planejamento turístico adotado pelo Estado teria se comportado de forma idêntica em ambas as praias.

Ao contrário de Canasvieiras, que teve sua gênese e desenvolvimento urbano processados de forma lenta e espontânea, com a participação de muitos investidores, Jurerê Internacional foi concebido por uma empresa especializada em empreendimentos turísticos que, desde o início, o tratou como um produto a ser vendido e por isto, dentro dos moldes da produção industrial.

Na medida em que os planos turístico e urbano estabelecidos pelo Estado estavam em vias de elaboração e que o próprio grupo responsável pelo empreendimento possuía capital suficiente para a execução das principais obras infra-estruturais, sem depender da participação direta do Estado, resta a ele agora também gerenciar, definir, operacionalizar e fiscalizar todo o processo de produção deste loteamento turístico, de modo a garantir o sucesso do empreendimento.

Desta forma, a iniciativa privada passa a estabelecer um planejamento turístico próprio, onde o Estado tende a funcionar como gerente geral do processo, principalmente no que se refere às questões ambientais e de uso e de ocupação do solo.

A iniciativa privada cabe ainda produzir um espaço turístico bem resolvido, que leve a máxima valorização do preço da terra e de qualquer empreendimento que se faça sobre ela. Este espaço deve ser de tal forma planejado que minimize ao máximo os custos da produção e ainda, valorize e preserve o nome da empresa, para a credibilidade de futuros empreendimentos turísticos que esta venha a realizar.

É somente assim, tratando o espaço turístico como um produto industrial e utilizando o planejamento turístico próprio, como uma forma de se controlar a qualidade do espaço a ser criado, que o Grupo Habitasul vislumbra a possibilidade de ampliar de forma rápida e garantida o seu capital.

Como consequências desta forma de urbanização nota-se que o planejamento privado, embora ofereça vantagens técnicas e operacionais em relação ao estabelecido pelo Estado, tende a servir a pequenas porções da população, dando infra e super-estruturas turísticas a seus usuários, sem preocupar-se com a comunidade vizinha, com o entorno imediato e com problemas ambientais, a menos que estes venham a comprometer o bom andamento do empreendimento.

No que tange a Canasvieiras, o processo de produção do espaço torna-se muito mais complexo e difícil de ser solucionado, tanto por ser um espaço basicamente dominado por um conjunto de pequenos investidores, quanto por ser um espaço que depende mais intimamente da participação do Estado e do planejamento por ele estabelecido.

Como consequência desta forma de urbanização, observa-se que nem todos os que participam deste processo podem ser chamados de especuladores. Em segundo lugar, conclui-se que quem mais interfere no processo, manipulando e burlando o Estado e o planejamento

por ele estabelecido, não é o turista, que está mais preocupado em desfrutar suas férias, e sim os proprietários fundiários e de moradias e principalmente os promotores e incorporadores imobiliários. São estes os primeiros a desrespeitarem a escassa legislação existente, construindo mal, sem a orientação técnica adequada. Para estes agentes o Estado surge como parceiro somente na hora da solução dos problemas por eles criados, seu papel de orientador, indicador e/ou regulador dos interesses comuns normalmente, no decorrer do processo de desenvolvimento turístico, é convenientemente "esquecido".

Com relação ao planejamento turístico elaborado pelo Estado, conclui-se que sua fragilidade explica-se primeiramente, pelo fato de que planejar um espaço turístico é muito mais do que apenas elaborar planos indicativos e normativos. Em segundo lugar, pelo fato de haver diversos agentes com interesses diferentes atuando neste processo, torna-se difícil o estabelecimento de um consenso entre eles. A falta de entendimento os leva a fazer constantes intervenções no planejamento e nos planos existentes, modificando-os e/ou descaracterizando-os, até que não mais sejam reconhecidos como elementos norteadores do processo. A presença consciente do Estado ao longo do processo e, principalmente, na emergência destes conflitos passa a ser fundamental para a condução e/ou retomada dos objetivos propostos pelo planejamento turístico da área.

As conclusões acima descritas, se somadas a crise financeira do Estado e a falta de integração entre este e a iniciativa privada, vêm a explicar porque o planejamento turístico estabelecido pelo Estado na praia de Canasvieiras não encontra subsídios para se concretizar, ao contrário do estabelecido pela iniciativa privada na praia de Jurerê Internacional.

Em ambas as praias, entretanto, observa-se uma mudança de mentalidade no que se refere a participação de iniciativa privada sobre o processo de planejamento e principalmente, sobre a forma de se operacionalizar as diretrizes genéricas estabelecidas pelo planejamento vigente. Pode-se dizer que a iniciativa privada tende a reconhecer que o Estado não é o único responsável, nem tem capacidade para resolver sozinho os problemas referentes ao planejamento turístico e urbano bem como outros, relativos as questões espaciais. Ao mesmo tempo, passa a perceber que se não se unir ao Estado, para dinamizar e operacionalizar o processo de planejamento da área, pouco será feito em termos de melhoria da qualidade urbana e ambiental deste espaço.

Uma vez que o planejamento estabelecido pelo Estado não vem resolvendo satisfatoriamente as questões referentes ao processo de urbanização, também a comunidade começa a se mobilizar a fim de minimizar as contradições do sistema. Como exemplo, cita-se a implantação do sistema de água e saneamento na praia de Canasvieiras onde os moradores, proprietários de moradias, etc, corporificam-se, sem identificação partidária, para que juntamente com o Estado possa ser viabilizada a implantação desta obra.

Conclui-se que, apesar do planejamento até agora estabelecido na área ter surgido tardiamente e pouco ter feito para nortear e modificar os vícios do processo no decorrer de sua materialização, tende atualmente a tornar-se mais eficaz, na medida em que se articula ao capital, que tem meios e sabe muito bem como alcançar seus objetivos, para solucionar questões que possam inviabilizar o desenvolvimento do turismo na região.

Destarte, mesmo que mais uma vez visem o alcance de seus interesses, os agentes hegemônicos, em troca de favores, tendem a

colaborar no alcance de certas funções até então delegadas ao Estado, colaborando de forma mais direta e simbiótica na operacionalização do planejamento turístico da área. Cabe ao Estado e à comunidade interessada aproveitar esta necessidade do capital, de salvar os recursos ambientais e paisagísticos da região, para tentar manipulá-lo, levando-o e agir também em favor do alcance de objetivos ligados aos aspectos sociais e culturais da região, extremamente importantes, apesar de não terem sido objeto deste estudo.

PARTICIPAÇÃO DO TURISMO NAS EXPORTAÇÕES DA AMÉRICA EM 1980

PAÍS	DÓLARES (MILHÕES)	INGRESSO PDR TURISMO (1)	TOTAL DAS EXPORTAÇÕES (2)	PARTICIPAÇÃO DO TURISMO (1)/(2)
AMÉRICA DO NORTE				
ESTADOS UNIDOS		10 100	216 666	4.7
CANADÁ		22 64	64 252	3.5
MÉXICO		1670	15 308	10.9
CARIBE				
BAHAMAS		650	225	291.5
BARBADOS		252	219	115.0
JAMAICA		24.2	942	26.0
AMÉRICA CENTRAL				
COSTA RICA		87	1 002	8.7
SÃO SALVADOR		7	964	0.7
GUATEMALA		184	1 623	11.3
HONDURAS		27	835	3.2
NICARAGUÁ*		18	567	3.2
PANAMÁ		184	349	53.0
AMÉRICA DO SUL				
ARGENTINA		344	8000	4.3
BRASIL		14 65	20 131	7.2
BOLÍVIA		40	1 033	4.0
COLOMBIA		357	4 036	9.0
CHILE		166	4 82	3.4
EQUADOR		91	2 497	3.6
PARAGUAI		91	3 10	29.5
PERU		334	39 04	3.5
URUGUAI		298	1 159	28.0
VENEZUELA		246	18 444	1.3
informação correspondente a 1979				

FONTE: OMT. Monografia sobre o turismo nas Américas, 1982;

Turismo vai liderar exportações

João Dória Jr.
Público da Empresa

EM 1987, 350 milhões de viagens internacionais serão contabilizadas segundo a OMT — Organização Mundial do Turismo — movimentaando divisas da ordem de aproximadamente 145 bilhões de dólares. Ao final deste ano, o Brasil deverá ter cerca de 1,8% do total do movimento mundial da indústria turística. Nos próximos US\$ 1,7 bilhão previstos para 87 significam ainda um não pequeno deste rico filão, mas já colocam o Brasil como segunda Nação na América Latina — excluindo o Caribe — em volume de recursos gerados através do turismo. O México mantém a liderança latino-americana, tirando com eficiência a vantagem de ter fronteira com os Estados Unidos, país que exporta milhares de visitantes, todos os dias, para as praias e regiões históricas mexicanas.

Na Europa, a Espanha é a grande estrela, com a estimativa de 48 milhões de turistas que espera receber até o final deste ano. O Brasil jamais alcançará esta posição, simplesmente por que não está num continente do Primeiro Mundo, cercado de países ricos por todos os lados. Nossa realidade é outra. Temos uma economia debilitada que limita o crescimento do mercado doméstico com a mesma consistência com que na razão oposta, ele cresce, por exemplo, no Japão ou na Itália.

Não é só a Europa e o Caribe que tem no turismo uma grande fonte de divisas. Países da Ásia Oriental e do Pacífico também. Seus governantes descobriram a extraordinária força desta indústria na geração de empregos, impostos e, inclusive, projeção política. Cingapura, Hong Kong, Japão, Filipinas e até a China Comunista vêm realizando e facilitando importantes investimentos governamentais na construção e modernização de hotéis, aeroportos, rodovias, ferrovias, sistemas de tráfego urbano, telecomunicações, centros de convenções e treinamento de mão-de-obra. Com isto, tem encorajado a iniciativa privada, especialmente a de capital multinacional, a promover investimentos no turismo. Nenhum país, parte do mundo fora dos EUA constrói tantos hotéis como a região do Pacífico. Consequência: milhões de novos trabalhadores incorporados e, igualmente, a atividade produtiva. O intercâmbio promovido através do turismo, tem levado a Ásia Oriental e ao Pacífico a novas oportunidades de negócios, inclusive para setores atrelados ao próprio turismo.

Enquanto países em desenvolvimento — terceiro mundial — como o Brasil — descobrem as vantagens econômicas e os benefícios sociais provenientes do turismo, algumas autoridades governamentais brasileiras ainda confundem turismo com recreação e atividade de lazer. Ainda não se percebe a importância do turismo como oportunidade de desenvolvimento econômico e social.

que estão conseguindo vencer a miséria e o desemprego com a ajuda do turismo, o Brasil terá seus caminhos abertos para se tornar uma verdadeira força econômica turística.

Apenas seis das quase 25 grandes cadeias de hotéis internacionais mantêm empreendimentos no Brasil. O México que já tem a logomarca de 12 redes internacionais, prepara-se para receber o símbolo da Nikko, a eficiente cadeia japonesa de hotéis, vinculada à Japan Air Lines. Além disso, o México ganhará nos próximos dois anos 7.500 novos apartamentos de hotéis de médio e alto luxo. Mais de 70% dos recursos para este fantástico crescimento de oferta hoteleira, é proveniente da conversão da dívida externa mexicana em investimentos. Graças a esta expansão, o setor de construção civil do México está mais ativo do que nunca, tendo gerado milhares de novos empregos e movimentado a economia nacional.

Enquanto o México — e países sul-americanos — prosperam no campo econômico e social através da conversão da dívida em investimentos e de incentivos à entrada de capital externo, o Brasil mantém-se na contra-mão da história, retardando o anúncio das regras do jogo da conversão e inibindo a presença das multinacionais e a geração de novos empregos.

O governo brasileiro ainda investe pouco no turismo. Deveríamos ter mais linhas de financiamento para construção de hotéis, ampliar nossos aeroportos, manter estradas turísticas em condições adequadas, treinar mão-de-obra, investir em promoção, agilizar os serviços consulares para vistos aos que se destinam ao país, melhorar o atendimento nos aeroportos, rodovias e serviços de táxi.

Em cinco anos, o saldo da receita brasileira com turismo internacional pode crescer 300%. Não será uma mágica, mas resultado da postura que o governo pode adotar para permitir ao Brasil saltar dos 1 bilhão e 527 milhões de dólares de faturamento turístico em 86, para o dobro até 1991 e, sobretudo, ampliar o saldo líquido da sua balança comercial. A instituição do câmbio livre, por exemplo, permitirá ao país contabilizar os 85% do movimento de dólares de viajantes que hoje fazem a alegria dos cambistas da paridade.

O turismo é um negócio de 300 bilhões de dólares, se englobados nestes, os valores movimentados pela indústria do entretenimento. Vendendo serviços, gerando milhares de novos empregos e captando impostos, o turismo poderá a partir de 1991, liderar as exportações brasileiras, com mais de US\$ 3,2 bilhões de receitas em um único ano. Nosso desempenho dependerá não apenas — das medidas que o governo, como um todo, vier a adotar e do trabalho eficiente e corajoso que a iniciativa privada poderá realizar em benefício do turismo do país.

PARTICIPAÇÃO DO TURISMO NAS IMPORTAÇÕES DA AMÉRICA EM 1980					
PAÍS	BALANÇA TURÍSTICA			IMPORTA- ÇÕES (4)	TAXA DE COBER- TURA (3)/(4)
	INGRESSO (1)	SAÍDA (2)	SALDO (3)		
AMÉRICA DO NORTE					
ESTADOS UNIDOS	10 100	10 339	299	255 657	
CANADÁ	2 284	3 122	838	58 545	
MÉXICO	1 670	1 011	659	18 572	3.5
CARIBE					
BAHAMAS	650	71	579	814	71.1
BARBADOS	252	19	233	537	43.4
JAMAICA	242	12	230	1 170	19.7
AMÉRICA CENTRAL					
COSTA RICA	67	62	25	1 376	1.8
SÃO SALVADOR	7	80	73	956	
GUATEMALA	184	164	20	1 522	1.3
HONDURAS	27	94	67	914	
NICARAGUA	18	48	30	360	
PANAMÁ	184	52	132	12 77	10.3
AMÉRICA DO SUL					
ARGENTINA	344	420	76	10 000	
BRASIL	1 465	604	861	22 960	3.7
BOLÍVIA	40	52	12	830	
COLOMBIA	357	250	107	5 413	2.0
CHILE	166	195	29	5 142	
EQUADOR	91	149	58	2 355	
PARAGUAI	91	35	56	650	8.6
PERU	334	80	254	3 154	8.1
URUGUAI	298	203	95	1 650	5.7
VENEZUELA	246	1 879	1 633	11 888	

informação correspondente a 1979

FONTE: OMT, Monografia sobre o turismo nas Américas, 1982; DIB, Congresso Econômico Social na América Latina - Informe 1980-81

CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO NO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA: ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO POR REGIÕES (1980)	
REGIÕES	ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DE SERVIÇOS SOBRE A DÍVIDA EXTERNA (%)
ÁFRICA	42.4
AMÉRICA (exceto E.U.A. e CANADÁ)	33.8
ÁSIA ORIENTAL E PACÍFICO	67.1
ÁSIA MERIDIONAL	72.5
EUROPA MERIDIONAL	311.3
ORIENTE MÉDIO	

FONTE: OMT, Estudos Econômicos do Turismo Mundial

NEXO 4

STOS, SERVIÇOS DE ATUAÇÃO E BENEFÍCIOS DO TURISMO

URISTAS GASTAM EM:

1. ACOMODAÇÕES
2. REFEIÇÕES
3. BEBIDAS
4. TRANSPORTE INTERNO
5. EXCURSÕES
6. PRESENTES E SOUVENIRS

7. DIVERSÕES
8. FOTOGRAFIA
9. REMÉDIOS, COSMÉTICOS E UTENSÍLIOS DE USO PESSOAL
10. ROUPAS, ETC
11. DIVERSOS

INDÚSTRIA DO TURISMO

DENADOS E SALÁRIOS

ORJETAS

POSTOS DA FOLHA DE PAGAMENTO

MISSÕES

ÚSICA E DIVERSÕES

ESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

SERVIÇOS LOCAIS E PROFISSIONAIS

COMPRAS DE COMIDAS, BEBIDAS, ETC

COMPRAS DE MATERIAIS E SUPRIMENTOS

PROPAGANDA, PROMOÇÃO E PUBLICIDADE

REPAROS E MANUTENÇÃO

ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA

TRANSPORTE

LICENÇAS

PRÊMIOS DE SEGURO

ALUGUEL DE PROPRIEDADES E EQUIPAMENTOS MÓVEIS E ACESSÓRIOS

PAGAMENTOS E JUROS DE EMPRÉSTIMOS

IMPOSTO DE RENDA E OUTROS

REPOSIÇÃO DE ATIVOS

RETORNO PARA OS INVESTIDORES

CABAM POR BENEFICIAREM-SE:

CONTADORES

HOMENS DE PROPAGANDA E DE RELAÇÕES PÚBLICAS

LOJAS ESPECIALIZADAS

ARQUITETOS

ARTISTAS E ARTESÃO

ADVOGADOS

AGÊNCIAS DE AUTOMÓVEIS

PADEIROS

BANCOS

ACESSÓRIOS DE PRAIA

ACOUQUEIROS

CARPINTEIROS

CAIXAS

OBRAS DE CARIDADE

QUÍMICOS

COMERCIANTES

LOJAS DE ROUPAS

CLUBES

CONFECCIONISTAS

EMPREITEIROS

COZINHEIROS

ORGANIZAÇÕES CULTURAIS

INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS

DENTISTAS

MÉDICOS

TINTURARIAS

ELETREGISTAS

ENGENHEIROS

FAZENDEIROS

PESCADORES

IMOBILIÁRIAS

FRETISTAS

MECÂNICOS

JARDINEIROS

LOJAS DE PRESENTES

GOVERNO

EDUCADORES

PROFISSIONAIS DA SAÚDE

TRANSPORTE RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO

MERCEARIAS

FINANCEIRAS

LOJAS E FABRICANTES DE MÓVEIS

IMPORTADORES

COMPANHIAS DE SEGURO

PROPRIETÁRIOS

LAVANDERIAS

FABRICANTES

ADMINISTRADORES

CINEMAS, TEATROS

RÁDIOS, JORNAIS, ETC

BOATÊS

RÉPRESENTANTES DE EQUIPAMENTOS

PINTORES

POSTOS DE GASOLINA

PORTEIROS

IMPRESSORES

EDITORES

AGENTES FINANCEIROS

LOCAIS DE FERIAS

RESTAURANTES

EMPREGADAS DOMÉSTICAS

ACIONISTAS

ACONTECIMENTOS ESPORTIVOS

TRANSPORTES

AGÊNCIAS DE VIAGEM

TAXISTAS

SINDICATOS

ESTABELECIMENTOS ATACADISTAS

INCORPORADORES IMOBILIÁRIOS

Economia em Debate

A indústria do turismo no Brasil

MIGUEL COLASUONNO

Especial para o "Folha"

O turismo é, sem dúvida, um dos setores que mais se beneficiou do crescimento da economia mundial e da forma pela qual ele se processou — com a vantagem de ter continuado sua expansão, mesmo durante o período recessivo.

Ao lado do aumento de renda, o mundo contemporâneo passou a ter maior quantidade de tempo livre. Até a década de 30, os trabalhadores dispunham de tempo estritamente necessário à recuperação física. Nos anos 40 e 50, passaram a sobrar 64 horas semanais para o lazer, contra 48 dedicadas ao trabalho e mais 56 (8 horas diárias) ao repouso ou ao sono. Nas décadas de 60 e 70, mantidas as 56 horas semanais para o repouso, as de trabalho caíram para 40, com as restantes 72 horas para o lazer. O tempo semanal para o lazer continuou aumentando nos anos 80, onde já está em 77 horas. As previsões são de, até o final do século, passarmos a ter 30 horas semanais de trabalho, restando 83 horas para o lazer. Além disso, ampliaram-se os dias de férias remuneradas e, graças ao aumento de velocidade e capacidade média dos transportes em geral e do aéreo em particular, gasta-se menos tempo para percorrer iguais distâncias.

Mesmo a partir da crise mundial de energia, exceto o próprio ano de 1974, o turismo registra taxas de crescimento anual em torno de 5%, saltando de 175 milhões de pessoas em 1971 para 300 milhões em 1982, com as receitas mundiais elevando-se a 111 bilhões de dólares em 1982, contra 23,6 bilhões em 1975. Isto significou, no período, um aumento da participação do turismo nas receitas mundiais de exportação de 4,4% em 1975 para 6% em 1982, ocupando hoje o terceiro lugar.

No contexto apresentado, parece bastante privilegiada a posição brasileira como destino dos fluxos internacionais de turismo. Estatísticas do Organismo Mundial do Turismo, do Conselho da OMT, mostram que no período 1975-1981, inclusive, a entrada de turistas no Brasil superou em 10% a entrada

aproximadamente seis vezes, enquanto nas Américas o crescimento foi de aproximadamente 60% e, em termos mundiais, de cerca de 82%.

Com relação ao aporte de divisas via turismo, a situação brasileira é também bastante diferenciada e promissora. Somente no período 1975/1981, segundo os dados da OMT, as receitas do País com turismo cresceram 220%, enquanto nas Américas o crescimento foi de 136% e em termos mundiais de 175%.

Este bom desempenho prossegue. Segundo dados da Embratur, 1983 deverá fechar com um crescimento do fluxo turístico de 22% em relação a 1982 (em números absolutos, 1,4 milhão de turistas visitaram o Brasil no ano passado). Isto em divisas significa um acréscimo de 28%, ou seja, dois bilhões de dólares em 1983 sobre 1,6 bilhão de dólares em 1982.

Com esses valores, o turismo ocupa hoje o quarto lugar na pauta de exportações do Brasil. Não obstante, tal posição ainda não constitui um razoável aproveitamento do potencial do setor no País, representando, isto sim, uma etapa na evolução do posicionamento do turismo como gerador de divisas. Em 1980, as receitas em dólares obtidas com turismo superavam a marca de 30% do total de exportações da Espanha, da Austrália e da Grécia. Dentro da curva ascendente do setor, no Brasil, porém, a partir de 1986 o turismo deverá liderar a nossa pauta de exportações, com uma arrecadação prevista de quatro bilhões de dólares.

Para chegar à liderança da pauta de exportações do Brasil, contaremos com uma participação maior no bolo dos principais países emissores mundiais de turismo (sem esquecermos do Cone Sul, da América, nosso principal mercado), onde, apesar de ser relativamente pequena, embora crescente, uma recente pesquisa da OMT indica o Rio de Janeiro como a quinta cidade preferida pelos turistas internacionais, atrás apenas de Nova York, Paris, Londres e Roma.

MIGUEL COLASUONNO é professor de São Paulo, doutor em Economia, especialista em turismo e de

RECEITA GERADA EM FUNÇÃO DO TURISMO EM SANTA CATARINA DE 1988 A 1992

1988

CZ\$ 12.745.957.702,03

US\$ 168.820.631,81

1989

NCZ\$ 377.621.163,47

US\$ 377.621.163,47 (+ 123,68)

1990

NCZ\$ 4.961.370.483,72

US\$ 284.319.225,43 (- 49,14)

1991

CR\$ 45.723.645.406,50

US\$ 219.825.218,30 (- 22,68)

1992

CR\$ 350.373.787.759,00

US\$ 281.928.794,99 (+ 28,29)

Em defesa do litoral

A ocupação do litoral como área de lazer vem mostrando, com intensidade crescente, seu caráter predatório e desordenado nas regiões próximas aos grandes centros urbanos brasileiros. Termina virtualmente destruído o próprio ambiente que gera o potencial turístico, sendo necessários mecanismos específicos para que se exerça um controle do processo pela administração pública.

Por várias razões, a situação adquire contornos críticos. O loteamento e o adensamento descontrolado rompem o equilíbrio ecológico. As faixas de proteção dos cursos d'água e da praia, indispensáveis à sua preservação, são ocupadas indiscriminadamente. Na inexistência de infra-estrutura de saneamento, o subsolo, os rios e o mar são poluídos. Morros e outras áreas de frágil constituição geológica são parcelados e edificados, gerando problemas de erosão e descaracterizando a paisagem. Praias são privatizadas ao arrepio da lei, por projetos que exibem como atrativo adicional ao negócio a possibilidade do seu uso exclusivo. O desmatamento, a exploração desmedida dos portos de areia e a extração de pedras dos rios, para uso na construção civil, completam um quadro desolador do ponto de vista ambiental, que os municípios locais, receosos de queda da arrecadação fiscal e condescendentes com a orgia imobiliária, não ousam deter.

Por outro lado, as camadas de baixa renda, que não podem pagar os preços exorbitantes do mercado, e sem contar com outras alternativas de lazer, promovem passeios coletivos em ônibus de aluguel a praias próximas. Esta prática origina outro tipo de depreda-

ção do ambiente, posto que, assim procuradas, não encontram nenhuma infra-estrutura pública para atendê-los, como sanitários, locais de estacionamento, restaurantes populares, lixeiras etc. Medidas legais, como as recentemente determinadas pela prefeitura da Praia Grande, proibindo o acesso dos "ônibus-farofeiros" às suas praias, podem aliviar o problema local. Este, entretanto, é apenas reproduzido mais adiante; ademais, desconsidera o problema da falta de lazer para os setores populares, dando ainda maior visibilidade ao caráter excludente da sociedade brasileira.

Frente ao quadro configurado, que se torna mais evidente neste período do ano em que milhares de pessoas buscam o litoral, é necessário que o governo do Estado, através da Secretaria do Meio Ambiente e de organismos como a Sudalpa — Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista —, encaminhe ações no sentido de planejar e equipar o litoral. É urgente, pois, a formulação do que seria um Plano Diretor para as praias paulistas, estabelecendo, entre outros pontos, as áreas onde o parcelamento é vedado ou restrito a condições especiais, as densidades admissíveis, os gabaritos para as construções e zoneamento para uso do solo. É fundamental, também, criar zonas bem equipadas e capazes de comportar um fluxo massivo dos turistas que, não dispondo de casas ou apartamentos na praia, visitam-na nos fins-de-semana.

Os recursos naturais e paisagem são irreconstituíveis depois de destruídos. Cabe ao governo zelar por esta riqueza antes que ela se esgote ao sabor de interesses particulares e mesquinhos.

PROTUR

Uma Fundação privada ajudando o turismo de Florianópolis.



Vista Noturna de Florianópolis

A principal vocação da cidade de Florianópolis é sem dúvida o Turismo.

Um turismo que é bem recebido por toda sua comunidade, alegre e que procura tornar o mais agradável possível a estada dos turistas que vêm conhecer e desfrutar das belezas de uma ilha, conhecida como a Ilha da Magia.

Uma ilha que oferece aos visitantes mais de 60 praias, folclore e artesanato marcantes de origem açoriana e uma infraestrutura de bons serviços.

Preocupados com a

preservação e melhoria de toda essa beleza e situação ímpar para todos os turistas que anualmente se dirigem a Florianópolis, um grupo de empresários da cidade resolveu criar uma fundação que permitisse tornar o negócio do turismo uma ação profissional e competente, trazendo frutos tanto para o visitante como para a comunidade que o recebe.

Em julho deste ano foi oficialmente criada a PROTUR, com a participação de mais de 100 empresas da região, que representam juntas mais de 80% do PIB municipal.

A partir deste fato, a PROTUR iniciou uma série de campanhas de conscientização perante o florianopolitano, incentivando-o a zelar por sua cidade, sua casa, seu negócio e, principalmente, motivá-lo a receber bem o turista brasileiro e internacional. Temos a certeza que neste primeiro Verão em que a PROTUR já está atuando, o turista receberá uma cidade com muito mais atrações, informações e poderá usufruir de um veraneio mais agradável e seguro.

A PROTUR e Florianópolis os recebem de braços abertos. ■

Conscientização turística

J.J. Silva Júnior

Jornalista

Alguém já comparou, certa vez, a Ilha de Santa Catarina a Capri, argumentando até que a capital catarinense teria muito mais condições naturais de se transformar num grande pólo turístico.

A vocação turística de Florianópolis, aliás, ninguém nega - é visível em todos os sentidos. O que se questiona é se Florianópolis realmente despertou para essa vocação. E a resposta, infelizmente, é negativa.

Apesar dos esforços oficiais e de alguns empresários, isolados, o turismo continua sendo encarado como um acidente ou - o que é pior - numa bela oportunidade de depenar os que aqui chegam.

Somente nos últimos tempos, por exemplo, é que as autoridades do turismo passaram a programar alterna-

Falta de estrutura para o turismo é o que falta para ser real a comparação entre a Ilha de Santa Catarina e Capri

tivas para o turista na baixa temporada, descobrindo (aleluia!) que Santa Catarina e a região de Florianópolis não têm praias. Bem ao lado da capital, estão duas das melhores estâncias hidrominerais do Brasil.

Mas, mesmo na temporada de verão, o turista que chega a Florianópolis passa a contar apenas com a praia, e por isso, tem de rezar para que o tempo colabore.

É desagradável reconhecer, mas a capital nascida para o turismo não tem estrutura.

Além da falta de promoção

nos hotéis (cadê promoções com shows artísticos? - exceção do Rod Stewart), o visitante encontra um comércio com preços variando conforme a cara (e sotaque) do freguês e uma noite fraca, com os bares, restaurantes e boates (as exceções são poucas) explorando o que podem, procurando faturar, em três meses, o que não conseguiriam em um ano.

Pelos cálculos da Santur, empresa oficial de turismo, cerca de um milhão e meio de turistas vieram a Florianópolis na última temporada, e só argentinos, cerca de 300 mil, o

que representou a entrada de cerca de 660 milhões de dólares.

Essa vocação turística e esse inegável potencial econômico não podem continuar sendo tratados dessa forma e não adianta apenas os organismos oficiais gastarem rios de dinheiro para buscar (e tentar segurar) o visitante. Antes de mais nada, é preciso que haja uma conscientização dos empresários - desde o dono da loja ao dono de bar, restaurante ou boate - quanto ao valor do turista. Como pessoa, antes de tudo, como nosso hóspede e - porque não dizer - fonte de renda.

E nesse quadro é igualmente necessária a conscientização e talvez melhor orientação da população. Não raro o turista é visto como um intruso, um indesejado, desmentindo nossa tradicional afabilidade e a própria vocação florianopolitana para o turismo.

MOVIMENTO DE TURISTAS x RECEITA GERADA

ANO	MOVIMENTO DE TURISTAS EM SANTA CATARINA	RECEITA GERADA (US\$)
1988	953.929	168.820.631,81
1989	1.427.484 (+49,64%)	377.621.163,41 (+123,68%)
1990	931.455 (-34,75%)	284.319.225,43 (-49,14%)
1991	1.102.398 (+18,35%)	219.825.218,30 (-22,68%)
1992	1.339.297 (+21,49%)	281.928.794,99 (+28,25%)

FONTE : SANTUR - Estudo da demanda turística - SANTA CATARINA 1992

Turismo permanente

Com o final da temporada de veraneio, as atenções agora devem ser voltadas para uma análise profunda do atual movimento turístico na Ilha. Logo à primeira vista, surge a necessidade de uma ampla reavaliação para que Florianópolis venha a ser dotada no futuro de equipamentos permanentes de turismo que garantam a sua utilização durante todo o ano.

Apesar de a Capital catarinense contar com um boa infra-estrutura hoteleira que, nesta temporada, não chegou inclusive a ser plenamente utilizada, é preciso que se explore seu potencial ao máximo. Para isto, no entanto, torna-se obrigatório que se criem atrativos ao turista nos 365 dias do ano, sem que se dependa única e exclusivamente dos atrativos das inúmeras praias aqui existentes e das boas condições climáticas da temporada.

O moderno turismo hoje não pode depender de fatores climáticos, impossíveis até agora de serem controlados pelo homem. O veranista pode e deve ter opções de escolha. Mas isto só será possível com uma adequação que merece o estudo de todos os que estão interessados no sucesso da Ilha da Magia.

PRINCIPAIS PÓLOS EMISSORES ESTRANGEIROS

PAÍS	ANO	1988	1989	1990	1991	1992
ARGENTINA		75,26%	92,26 %	69,05%	83,12 %	89,05 %
URUGUAI		8,25 %	2,01%	12,89%	5,34%	4,74 %
PARAGUAI		8.25%	3.72%	7,88%	4,06%	2,92 %
ESTADOS UNIDOS		1,69%	0,57 %	1,58 %	2,56 %	0,36 %
CHILE		0,85%		2,15 %	0,43%	1,46 %

PRINCIPAIS PÓLOS EMISSORES NACIONAIS

ESTADO	ANO	1988	1989	1990	1991	1992
RIO GRANDE DO SUL		25,43%	20,84%	24,02%	23,40%	23,95 %
SANTA CATARINA		23,13 %	23,38%	17,40	17,26%	18,51 %
PARANÁ		21,20%	21,31%	22,44%	24,97%	22,17 %
SÃO PAULO		17,23%	21,11 %	20,39%	19,87%	24,33 %
RIO DE JANEIRO		2,80%	4,86%	4,31 %	5,39%	4,03 %

Verão atrai turistas e deixa lucros para SC

Com relação aos turistas brasileiros, Pereira Oliveira também está pessimista. "Hoje é mais barato sair do país que viajar aqui dentro", assegura, mostrando que uma passagem ida e volta para Manaus está custando C\$ 283,188, enquanto que para Miami não ultrapassa C\$ 259 mil. Uma viagem de 13 dias para Salvador, Marcelo, Fortaleza e Recife (as passagens) não custa menos de C\$ 345 mil.

MAIS CONSUMO
"Mas esta situação já melhorou", rebate o empresário Walter Koerich, presidente do Clube das Diretores Lojistas de Florianópolis, que acredita as mudanças de mentalidade dos habitantes em relação aos turistas e também está entusiasmado com as boas perspectivas que se apresentam para este verão. "O ano que está ano será melhor que o último temporada, considerada péssima. Os municípios ainda desenvolverão setores de alimentos e vestuário. De qualquer forma, o presidente do CIDL está convicto de que o comércio local tem plenas condições de atender, e bem, a demanda de um milhão de visitantes. "Não existe motivo para que uma loja vá a falência. Até o atendimento fica ruim", garante.

"As possibilidades, caso o dólar continue subindo, é de que muitos estrangeiros voltem a visitar o estado. Com a saída cada vez mais disparada das cotizações, países seje: semelhantes ao de 1986, o mais alto dos últimos três anos. Depois disso só diminuiu", analisa o presidente da Santur. "O número de estrangeiros só depende de uma situação benéfica para eles e ruim para nós", conclui.

POUCAS RESERVAS
"Apesar de já começarem a aparecer os automóveis com placas de outros países, o presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABA), Antônio Pereira Oliveira, acha que, neste campo, as coisas estão muito paradas. "Ainda não tenho parâmetros muito positivos, pois não se sabe se os brasileiros terão dinheiro para gastar com turismo. Não está havendo reservas nas agências de viagens e acho que a situação vai piorar ainda mais", afirma.

Para garantir a presença de toda esta gente, não só no verão, mas, em todo o ano, é fundamental uma maior conscientização por parte da população. Quem vai com a família ao país pode acabar com a falta de espaço. Numa família, por exemplo, há espaço para dois adultos e duas crianças. Mas, se a família for maior, não há espaço para mais. É preciso refletir a respeito da quantidade de turistas que vão ao Brasil. Deve-se explicar a turismo e não o turista, isto por parte, principalmente, dos donos de casas para alugar, dos proprietários de restaurantes e hotéis e de...

NÚMERO DE TURISTAS POR TEMPORADA	
1986 - 623.183	Nacionais: 486.259
1987 - 611.002	Nacionais: 496.439
1988 - 953.929	Nacionais: 889.921
PERMANÊNCIA MÉDIA	
1986	12,58 dias
1987	11,01 dias
1988	11,81 dias
RECEITA GERADA (US\$)	
1986	149.204.289,74
1987	278.333.255,21
1988	168.820.631,81

Fonte: SANTUR

LOTEAMENTO PRAIA DE JURERÊ IHISTÓRICO DOS TÍTULOS DE PROPRIEDADE DO IMÓVEL

A Companhia Comercial de Imóveis é legítima senhora e possuidora do terreno matriculado em 9 de julho de 1979, no 2º Ofício do Registro de Imóveis, sob nº 6.786, adquirido em 30 de maio de 1979, por escritura lavrada no 4º Ofício, no livro 135, fls. 182.

O referido imóvel foi adquirido em várias oportunidades:

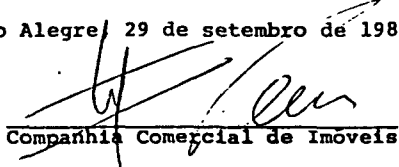
A) por compra de Arataca S/A. - Negócios Imobiliários, conforme escritura pública datada de 30-5-79, lavrada no livro 135, fls. 182, do 4º Ofício de Notas, registrada no livro 2, matriculado sob nº 6.708 - R.2 em 9-7-79. Tendo Arataca S/A. - Negócios Imobiliários, adquirido por compra da Firma S/A. - Construtora Independência, conforme escritura pública datada de 16-5-79, lavrada no livro 136, fls. 24v/27 do 4º Ofício de Notas, registrada no livro 2, matrícula 6.708 - R.1 em 21-6-79. Tendo a Firma S/A. - Construtora Independência, adquirido por compra da Imobiliária Jurerê Ltda., conforme escritura lavrada nas notas da Tabela do 4º Ofício no livro 92, fls. 134 a 137, registrada no livro 3/I, fls. 229/230, sob nº 10.501 em 7-5-75. Tendo a Imobiliária Jurerê Ltda., adquirido em duas oportunidades: a) por permuta com Francisco Arcanjo Grillo e sua mulher, conforme escritura lavrada em 24-4-59 pelo 2º Ofício de Notas, registrada no livro 3/E-2, fls. 18, sob nº 6.126 em 23-5-59. b) Por permuta com Aderbal Ramos da Silva, conforme escritura pública lavrada em 4-3-59 pelo 2º Ofício de Notas, registrada no livro 3/E-2, fls. 19, sob nº 6.127 em 26-5-59. B) Por compra de Arataca S/A. - Negócios Imobiliários, conforme escritura pública de 30-5-79, lavrada no livro 135, fls. 182 do 4º Ofício, registrada no livro 2, matriculado sob nº 6.709 - R.2 em 09-7-79. Tendo Arataca S/A.-Negócios Imobiliários, conforme escritura pública de 16-5-79 lavrada no livro 136, fls.24v/27 do 4º Ofício de Notas, registrada no livro 2, matrícula 6.709 - R.1 em 21-6-79, atualmente matriculado sob nº 6.786 em 9-7-79, tendo S/A - Construtora Independência, adquirido por compra da Imobiliária Jurerê Ltda., adquirido conforme escritura pública lavrada nas Notas no livro 92, fls. 134 a 137, registrada no livro 3/I, fls. 229/230 - sob nº 10.501 em 07-5-75, Tendo a Imobiliária Jurerê Ltda., adquirido por: a) Por permuta com Francisco Arcanjo Grillo e sua mulher, conforme escritura pública lavrada em 24-4-59, pelo 2º Ofício de Notas,

registrada no livro 3/E-2, fls. 18, sob nº 6.126 em 23-5-59. b) Por permuta com Aderbal Ramos da Silva, conforme escritura lavrada em 4-3-59 pelo 2º Ofício de Notas, registrada no livro 3/E-2, fls. 19, sob nº 6.127 em 26-5-59. C) Por compra da Imobiliária Jurerê Ltda., conforme escritura pública datada de 30-5-79) lavrada no livro 135, fls. 182 do 4º Ofício, registrada no livro 2, matrícula 6.782-R.lem 9-7-79, atualmente matriculada sob nº 6.786 em 9-7-79. Tendo a Imobiliária Jurerê Ltda., adquirido por: a) Por permuta com Francisco Arcanjo Grillo e sua mulher, conforme escritura lavrada em 24-5-59, pelo 2º Ofício de Notas, registrada no livro 3/E-2, fls. 18, sob nº 6.126 em 23-5-59. b) Por permuta com Aderbal Ramos da Silva, e sua mulher, conforme escritura lavrada em 4-5-59, registrada no livro 3/E-2, fls. 19, sob nº 6.127 em 26-5-59. D) Por compra da Loteadora da Ilha Ltda., conforme escritura pública datada de 30-5-79, no livro 135, fls. 182, do 4º Ofício de Notas, registrada no livro 2, matrícula nº 6.785 - R.1 em 9-7-79. Tendo a Loteadora da Ilha Ltda., adquirido por alteração contratual de Julio de Souza Teixeira, conforme escritura lavrada em 25-6-75 pelo 4º Ofício de Notas, livro 87, fls. 128 a 130v, registrada no livro 3/I, fls. 209, sob nº 10.848 em 7-7-75. Tendo Julio Teixeira, adquirido por compra da Imobiliária Jurerê Ltda., conforme escritura pública de 8-3-73, livro 58, fls. 153 v. a 155v. pelo 4º Ofício, registrada no livro 3/F, fls. 149, sob nº 7.083 em 13-3-73. Tendo a Imobiliária Jurerê Ltda., adquirido por: a) por permuta com Francisco Arcanjo Grillo e sua mulher, conforme escritura lavrada em 24-4-59 pelo 2º Ofício de Notas, registrada no livro 3/E-2, fls. 18, sob nº 6.126 em 23-5-59; b) por permuta com Aderbal Ramos da Silva, e sua mulher, conforme escritura lavrada em 4-3-59 lavrada pelo 2º Ofício de Notas, registrada no livro 3/E-2, fls. 19, sob nº 6.127 em 26-5-59. E) Por compra da Loteadora da Ilha Ltda., conforme escritura pública datada de 30-5-79, lavrada no livro 135, fls. 182, do 4º Ofício de Notas, registrada no livro 2, matrícula nº 6.784 - R.1 em 9-7-79, atualmente matriculado sob número 6.786 em 9-7-79. Tendo a Loteadora da Ilha Ltda., adquirido por compra de Annito Zeno Petry e Julio de Souza Teixeira, conforme escritura pública de Alteração contratual, conforme escritura lavrada no livro 135, fls. 179 do 4º Ofício de Notas, registrada no livro 2, matriculada sob nº 5.903 - R.3 em 30-5-79. Tendo Annito Zeno Petry, adquirido por compra de Olavio Antonio Nunes e sua mulher, conforme escritura pública datada de 12-3-79, lavrada no livro 116, fls. 277/8 do 3º Ofício de Notas, registrada no livro 2 matrícula 5.903-R.2 em 20-3-79. Tendo Olavio Antonio Nunes, por usucapião, conforme Mandado de Transcrição nº 618/75 datado de 01-9-77, extraído dos Autos nº 618/75, registrado no livro 2, matrícula 5.903 - R.1 em 27-12-78.

F) Por compra da Imobiliária Jurerê Ltda., conforme escritura pública datada de 30-5-79, lavrada no livro 135, fls. 182 do 4º Ofício registrada no livro 2, matrícula 6.783 - R.1 em 9-7-79, atualmente matriculada sob nº 6.786 em 9-7-79. Tendo a Imobiliária Jurerê Ltda., em duas oportunidades: a) por permuta com Francisco Arcanjo Grillo e sua mulher, conforme escritura lavrada em 24-4-59 pelo 2º Ofício, registrada no livro 3/E-2, fls. 18, sob nº 6.126 em 23-5-59. b) por permuta com Aderbal Ramos da Silva, e sua mulher, conforme escritura lavrada em 4-3-59, pelo 2º Ofício de Notas, registrada no livro 3/E-2, fls. 19, sob nº 6.127 em 26-5-79, atualmente matriculado sob nºs 5.164 - R.1 em 16-8-78 os registros da letra a e b.

Por petição de 25 de setembro de 1981, a Companhia Comercial de Imóveis desmembrou do terreno todo, matriculado sob nº 6.786, parte do terreno o qual tomou a matrícula de nº ...

Porto Alegre, 29 de setembro de 1981.


Companhia Comercial de Imóveis

1. Valorização do equipamento urbano e de lazer.

Jurerê Internacional irá bastante além daquilo que costumeiramente caracteriza os loteamentos de praia realizados em nosso litoral. Esses loteamentos, com muita frequência, nada mais são que um simplório parcelamento do solo, dotados de infra-estrutura mínima exigida pelos códigos municipais.

No caso de Jurerê Internacional, dotou-se o empreendimento de um variado elenco de equipamentos urbanos e de lazer.

- Serão instalados cinco postos de praia providos de restaurantes, play-grounds, equipamentos de ginástica, piscinas de água salgada para as crianças pequenas, torres de salva-vidas, sanitários públicos.

- Está projetado um hotel de nível internacional, apto a oferecer todos os serviços peculiares a esse tipo de estabelecimento, tais como: centro de convenções, clube noturno, salão de beleza, barbearia, sauna, ginástica, fisioterapia, piscinas, quadras desportivas, equipamentos de praia, além de bares e restaurantes. Esse hotel será o marco físico e simbólico do alto padrão do empreendimento, inclusive dando à praia outras finalidades de atração, como congressos, simpósios e convenções.

- Um eixo comercial deverá aglutinar os equipamentos urbanos e de lazer utilizados nos períodos em que não se está na praia. O ponto de destaque desse eixo, que se inicia no hotel e cruza o projeto, será um calçadão, onde serão instalados bares, restaurantes, lojas e estabelecimentos de diversão e serviços. Pretende-se ali criar o que se denomina "escala gregária", estimulando uma atmosfera de descontração e convivência para o encontro e recreação dos veranistas.

- Um parque esportivo, equipado com canchas e instalações suplementares, satisfará a necessidade de exercício que se acentua nos períodos de férias.

- Um clube social e esportivo, do tipo "Sociedade dos Amigos da Praia", com sede social, piscinas e canchas de esportes.

- Também está projetado um lago artificial com canais navegáveis, para onde farão frente os terrenos a serem adquiridos pelos apreciadores do iatismo e dos esportes náuticos em geral. O lago terá profundidade suficiente para a navegação de barcos de médio porte, e sua orla será provida de ancoradouros.

- Na extremidade sudoeste da área, no ponto em que o lago se encontra com o oceano, projetou-se uma marina, dotada de toda a infra-estrutura necessária em termos de instalações e equipamentos de apoio às embarcações e seus usuários, tais como: piers de atracação temporária e permanente, posto de abastecimento de combustível, estacionamento coberto e descoberto para barcos e automóveis, rampa e guindaste para retirada de embarcações da água ("travel lift"), oficina mecânica e estaleiro, lojas para artigos náuticos, vestiários, hotel, bar e restaurante, minimercado, etc.

Características do loteamento.**1. Planilha de áreas.**

Área total: 5.017.000,00 m² (100%).
Área comunitária: 2.257.660,00 m² (45%).
Área privativa (lotes): 2.759.350,00 m² (55%).
Área verde: 568.850,00 m² (> 10%).

2. Lotes.**a) Nº de lotes:**

lotes para habitação: 2.788
lotes tipo chácara: 66
lotes para centro comercial: 86
lotes especiais: 18
total: 2.958

b) tamanho dos lotes:

≥ 450 m²: 2.292
≥ 630 m²: 2
≥ 700 m²: 193
≥ 800 m²: 340
≥ 1000 m²: 131
total: 2.958

3. Terraplenagem: ≅ 1.500.000 m³.**4. Pavimentação: ≅ 420.000 m².**

Compreendendo:
17.560,00 ml de avenidas.
29.920,00 ml de ruas.
5.470,00 ml de passagens.
105.900,00 ml de meio-fio.

5. Canais de concreto: ≅ 2.850,00 ml./Canal em terra: 2.500 m.**6. Sistema de Tratamento de Esgoto com Lagoa de Estabilização e Estação Compacta.**

- 9.000 ml de rede coletora de esgoto cloacal.
- emissário de esgoto: 2.800 ml.

7. Paisagismo.

Arborização: ≅ 15.000 árvores.
Leiva: ≅ 100.000 m².

8. Luminárias públicas: 14.000.

- Rede de iluminação pública: 52.950,00 ml.



**PROCESSO DE APROVAÇÃO DE PROJETOS PARA CONSTRUÇÃO
E REFORMAS NO LOTEAMENTO JURERÊ INTERNACIONAL**

**NORMAS TÉCNICAS PARA CONSTRUÇÃO NA 1ª, 2ª e 3ª
ETAPAS DO LOTEAMENTO JURERÊ INTERNACIONAL**

1 - TAXA DE OCUPAÇÃO:

1 PAVTO - 45%

2 PAVTOS - 36%

2 - ALTURA MÁXIMA:

2 PAVTOS

3 - AFASTAMENTO:

A - FRONTAIS:

Lotes de frente para o mar = 6,00 metros do
alinhamento;

Demais lotes = 4,00 metros do
alinhamento;

B - LATERAIS:

3,00 metros de uma das divisas ou 1,50 me -
tros em ambas as laterais.

Lotes extremantes com passagem de pedestre ,
deverão obedecer recuo de 3,00 metros da mesma.

C - FUNDOS:

Conforme Plano Diretor da PMF deverá ser ob -
servado recuo de 1,50 metros.

D - EDICULAS:

Com 1 pavimento:



Avenida das Raízes, 633 - Jurerê Internacional - Florianópolis - SC
Fones 68 0378 - 68 0685 - 68 0068 - Cep 88.064 - Cx. Postal 1390 - Telex 482.683



FLORIANOPOLIS - BRASIL

- Permitido encostar nos fundos;
- Profundidade máxima 6,00 metros;
- Afastamento de 4,50 metros da Edificação principal;
- Recuos laterais conforme item B.

Com 2 pavimentos:

- Recuo de 1,50 metros nos fundos;
- Recuos laterais conforme item B;
- Afastamento da edificação principal 4,5 metros.

4 - EXECUÇÃO DE PASSEIO:

A execução dos passeios deverá obedecer rigorosamente o projeto de urbanização do loteamento, conforme cópia anexa.

5 - USO:

O uso dos lotes é UNIFAMILIAR exclusivo, com exceção dos lotes 01A, 01B, 01C, 01D e 01E, da quadra 05 e área do clube e lotes das quadras 09A e 09B.

6 - MURO:

Não levantar muro de espécie alguma na parte frontal do terreno e os muros laterais não ultrapassarão os limites do recuo obrigatório de jardim.

7 - RESERVATÓRIO DE ÁGUA:

O reservatório de água deverá ter capacidade mínima de 1.500 litros.

8 - INSTALAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO:

Estes serviços são realizados pela Habitasul Empreendimentos Imobiliários Ltda., conforme normas abaixo:

A - A ligação de água e esgoto somente será efetuada após aprovação dos projetos arquitetônico e hidro-sanitário pela HEI. Esta ligação é de caráter provisório.

B - Num prazo máximo de 30 dias após a ligação provisória de água, será efetuada uma vistoria para verificação das instalações de esgoto: Fossa e Vala de infiltração



Avenida das Ratas, 633 - Jurere Internacional - Florianópolis - SC
Fones 66 0378 - 66 0686 - 66 0068 - Cep 88.064 - Cx. Postal 1390 - Telex 482.883



FLORIANOPOLIS - BRASIL

nas quadras 07, 08, 10 e fossa ligada ao sistema de coleta de esgoto nas quadras 03, 04, 05 e 09.

Antes do reaterro das instalações de esgoto (provisórias e definitivas) deverá ser feita comunicação à fiscalização que fará verificação do cumprimento das normas.

O hidrômetro deverá ficar instalado junto a divisa do terreno.

As ligações definitivas de água e esgoto somente serão efetuadas após solicitação do proprietário e desde que o projeto aprovado e as normas de construção tenham sido integralmente obedecidos.

9 - PREFEITURA:

Lembramos que devem ser observados além destas exigências o CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES E O PLANO DIRETOR DE 25/01/85 Lei nº 2193 e 2419 da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

10- ENTREGA DE PROJETOS:

Deverão ser entregues 02 jogos do projeto arquitetônico e 02 do projeto hidro-sanitário, devidamente assinados pelo proprietário e responsável técnico. Os mesmos deverão ser encaminhados para o seguinte endereço:

HABITASUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

AV. DAS RAIAS , 633 - CEP: 88.054 - FLORIANÓPOLIS/SC

TELEFONES - 66-0378 e 66-0685

11- VISTORIA:

Será realizada semanalmente fiscalização para verificação do cumprimento das normas.

O não cumprimento implicará na paralisação da obra e corte do fornecimento de água.

As despesas decorrentes do desligamento e religação serão cobrados do proprietário.



Avenida das Ratas, 633 - Jurerê Internacional - Florianópolis - SC
Fones 66 0378 - 66 0685 - 66 0068 - Cep 88.054 - Cr. Postal 1390 - Telex 482.683



NORMAS A SEREM CUMPRIDAS DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA

- 1- Os materiais de obra devem ficar dentro dos limites do terreno, somente será permitida a utilização dos terrenos contíguos à obra com a autorização do respectivo proprietário.
- 2- Durante a execução das obras o passeio deverá ser mantido com no mínimo 2 metros de largura livres.
- 3- A faixa de grama de 1 metro no passeio e as árvores existentes no meio fio devem ser preservadas.
- 4- Utilizar sacos plásticos para colocação do lixo domiciliar possibilitando a coleta pública.

De Acordo,

PROPRIETÁRIO



Avenida das Ratas, 633 - Jurerê Internacional - Florianópolis - SC
Fones 66 0378 - 66 0685 - 66 0068 - Cep 88.064 - Cs. Postal 1390 - Telex 482.683

ANEXO 18

ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS NO "JURERÊ INTERNACIONAL"
ESTATUTOS SOCIAISCAPÍTULO I
Da Associação e Seus Fins

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO DOS PRTOPIETÁRIOS DO "Jurerê Internacional" fundada nesta data, em Florianópolis - SC, onde tem sua sede, terá por finalidade:

- o desenvolvimento de atividades de interesse comum dos proprietários, inclusive atividades culturais, recreativas e sociais;
- fiscalização da observância, pelos proprietários, das normas legais e contratuais relativas ao uso dos lotes e construção sobre os mesmos, na hipótese de a empresa loteadora transferir-lhe tal incumbência;
- a administração, contratação e execução de serviços de interesse comunitário, tais como:
 - a) vigilância e segurança;
 - b) limpeza de lotes e residências;
 - c) jardinagem;
 - d) manutenção e consertos em residências;
 - e) complementação de serviços públicos, principalmente os referentes à infra-estrutura urbana;
 - f) a representação e defesa dos proprietários de imóveis do "Jurerê Internacional" perante os órgãos Públicos, concessionárias de Serviços Públicos, entidades voltadas aos interesses comunitários e a empresa loteadora;
 - g) outras atividades de interesse geral dos proprietários.

Parágrafo primeiro - Os serviços prestados pela Associação, terão seus custos rateados proporcionalmente entre os associados, quando os mesmos forem de interesse comunitário e cobrados diretamente do associado interessado, quando individual.

Parágrafo segundo - A Associação poderá contratar serviços ou empresas especializadas, para a execução dos serviços a que se propõem.

Art. 2º - A ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS do "Jurerê Internacional" é uma associação civil, sem fins econômicos e de duração indeterminada, com patrimônio e personalidade distintos de seus sócios.

Art. 3º - Para a realização dos seus objetivos a ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS do "Jurerê Internacional", desenvolverá suas atividades em cooperação as autoridades públicas, visando sempre melhoramentos e benfeitorias no conjunto residencial, e o bem estar de seus associados.

CAPÍTULO II
Dos Associados

Art. 4º - Serão admitidos como ASSOCIADOS os proprietários ou promitantes compradores de lotes do Loteamento "Jurerê Internacional" que, sem distinção de raça, credo, religião ou político, sexo ou profissão, desejem colaborar para que a associação atinja suas finalidades.

Parágrafo único - Poderão ser admitidos, na qualidade de associados honorários, os não sócios que, por relevantes serviços prestados à Associação merecerem esta distinção, sem que, contudo, adquiram direito de voto ou de serem votados.

Art. 5º - São sócios fundadores os proprietários de lotes que participarem da fundação e os que se inscreverem até a legalização da associação.

Art. 6º - São sócios proprietários os demais proprietários de lotes.

Parágrafo único - A condição de associado proprietário será formalizada através de carta proposta dos interessados a ser aceita pela Diretoria, uma vez celebrados pelos proponentes os respectivos contratos de promessa de compra e venda ou definitivos de compra e venda.

Art. 7º - Perdem a qualidade de sócios da Associação, sendo eliminados do seu quadro social, os sócios que: a) deixem de ser proprietários de lotes; b) intencionalmente prejudiquem a Associação; c) desrespeitem os Estatutos ou órgãos de Administração.

CAPÍTULO III Dos Direitos e Deveres dos Sócios

Art. 8º - São deveres dos sócios:

- a) cumprir e fazer cumprir, rigorosamente, as disposições expressas em convenção, estatutos, regulamento interno, e demais atos da Administração;
- b) auxiliar eficazmente para a realização de todos os objetivos da Associação;
- c) manter o devido decoro, respeito e educação em quaisquer de suas dependências;
- d) pagar pontualmente os custos dos serviços prestados pela Associação.

Art. 9º - São direitos dos sócios:

- a) participar das sessões da Assembleia Geral, votar e ser votado para os cargos eletivos da Associação;
- b) propor e solicitar à Diretoria as providências que julgarem necessárias e proveitosas à Associação, fazendo-o sempre por escrito;
- c) requerer informações sobre assuntos que lhes digam respeito;
- d) recorrer dos atos da Diretoria para a Assembleia Geral, quando julgarem prejudicados seus direitos;
- e) participar com seus dependentes de todas as realizações da Associação.

CAPÍTULO IV Dos órgãos da Administração A - ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 10 - A Assembleia Geral é soberana em suas resoluções que não contrariem as leis vigentes ou estes estatutos, e será constituída pelos sócios fundadores e proprietários.

Art. 11 - Haverá anualmente uma Assembleia Geral, reunida, por convocação da Diretoria, até o dia 30 de janeiro, com competência para votar os cargos eletivos da Diretoria.

Parágrafo primeiro - Todas as sessões da Assembleia Geral serão convocadas, com antecedência mínima de cinco (5) dias, por edital na imprensa ou carta particular, contendo a ordem do dia.

Parágrafo segundo - A Assembleia Geral se instala validamente, em primeira convocação, com a presença de qualquer número de associados cujos votos, somados, perfaçam no mínimo 2/3 do total de votos em que se divide o poder deliberativo, e em segunda convocação, meia hora após, com qualquer quorum.

Art. 12 - Nas deliberações da Assembleia Geral, cada associado, fundador ou proprietário, terá direito a um voto por cada lote de que seja titular, promitente comprador ou cessionário no loteamento, desprezadas no cômputo as frações inferiores àquela grandeza.

Art. 13 - As sessões da Assembleia Geral serão presididas por um sócio, indicado por voto dos associados presentes.

Art. 14 - A Assembleia Geral reunir-se-á, extraordinariamente sempre que convocada pela Diretoria ou por requerimento de qualquer número de associados cujos votos, somados, perfaçam no mínimo 2/3 dos votos em que se divide o poder deliberativo.

Art. 15 - A Assembleia Geral poderá a qualquer tempo, destituir os membros da Diretoria

Art. 16 - No silêncio destes estatutos, as deliberações da Assembléia Geral serão tomadas por maioria simples de votos presentes computados, sempre, os votos de conformidade com o disposto no artigo 12 supra.

B - DIRETORIA

Art. 17 - A Diretoria é composta dos seguintes membros:

- a) Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro;
- b) Diretores de Departamentos.

Art. 18 - A duração do mandato da Diretoria será de um (1) ano, sendo o Presidente e o Vice-Presidente eleitos pela Assembléia Geral.

Parágrafo único - Os demais membros da Diretoria serão de confiança do Presidente.

Art. 19 - A Associação é representada em juízo e fora dele por seu Presidente e no impedimento deste pelo Vice-Presidente.

Art. 20 - Todos os cargos da Diretoria serão exercidos gratuitamente.

Art. 21 - Compete à Diretoria:

- a) reunir-se ordinariamente no mínimo uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente, com no mínimo cinco (5) de seus membros;
- b) auscultar as necessidades dos moradores;
- c) receber e estudar as sugestões dos sócios;
- d) zelar pelos interesses da Associação, prestando obediência aos Estatutos e fazendo com que sejam cumpridos;
- e) suspender, multar ou eliminar do quadro social os sócios infringentes dos Estatutos;
- f) propor à Assembléia Geral reformas dos Estatutos;
- g) contratar empregados para os serviços da Associação, fixando-lhes os salários;
- h) designar comissões para os encargos que se apresentarem, bem como criar os departamentos necessários ao cumprimento das finalidades da Associação.

Art. 22 - Compete ao Presidente convocar e presidir sessões da Diretoria, exercendo o direito de voto em caso de empate; assinar com o Tesoureiro os cheques e documentos financeiros; convocar Assembléias Gerais; constituir advogado; apresentar no fim do mandato relatório de sua gestão; autorizar pagamentos.

Art. 23 - Compete ao Vice-Presidente auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções, substituindo-o no seu impedimento.

Art. 24 - Ao 1º Secretário compete redigir as atas e correspondências da Associação, ter sob sua guarda o expediente da secretaria e substituir o Vice-Presidente no seu impedimento.

Art. 25 - Compete ao 2º Secretário auxiliar o 1º Secretário no que lhe for solicitado, substituindo-o no seu impedimento.

Art. 26 - Compete ao 1º Tesoureiro ter sob sua responsabilidade os fundos da Associação, assinando juntamente com o Presidente todos os documentos de responsabilidade financeira; efetuar os pagamentos autorizados pelo Presidente; apresentar mensalmente balancete de receitas e despesas e anualmente um balanço de movimento da tesouraria; arrecadar a renda e fornecer os respectivos recibos.

Art. 27 - Compete ao 2º Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos, auxiliando-o nos serviços de tesouraria.

C - CONSELHO FISCAL

Art. 28 - O Conselho Fiscal é órgão autônomo, composto de três membros efetivos e três suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de um (1) ano, podendo haver reconduções.

Art. 29 - Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre os negócios e interesses da Associação e, principalmente, atender as consultas da Diretoria, observando sempre medidas tendentes a melhorias da Associação e do loteamento; examinar os livros e documentos da Associação em qualquer época realizar sindicâncias e auditorias; estudar e emitir pareceres sobre os balanços e balancetes.

CAPÍTULO V
Das Eleições

Art. 30 - As chapas serão compostas previamente, com o nome dos candidatos e respectivos cargos de Diretoria e serão registrados até quinze minutos antes das eleições, recebendo seu número de registro, pelo qual serão votadas.

Art. 31 - Toda e qualquer dúvida será dirimida pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI
Do Patrimônio

Art. 32 - O patrimônio é constituído por todos os bens e direitos que a Associação venha a possuir, tanto imóveis como os móveis, depósitos bancários, créditos ou contribuições do Poder Público.

Art. 33 - Nenhum bem pertencente à Associação poderá ser alienado ou gravado de quaisquer ônus sem expressa autorização do Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO VII
Da Dissolução

Art. 34 - A Associação não poderá ser dissolvida ou incorporada a outra entidade, senão em Assembleia Geral Extraordinária, por deliberação majoritária de, no mínimo, 2/3 dos votos em que se divide o poder deliberativo.

Art. 35 - Em caso de dissolução, após pagas as dívidas da Associação, o restante do patrimônio será doado a uma entidade assistencial ou de caridade a ser indicada pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII
Da Comissão de Edificações

Art. 36 - A Comissão de Edificações, composta de três (3) membros, um dos quais terá que ser engenheiro ou arquiteto, examinará, sempre em conjunto com um representante da Empresa Loteadora, todos os projetos de edificações, propostos por proprietários de lotes no Jurerê Internacional, sócios ou não da Associação.

Parágrafo primeiro - A Comissão de Edificação aprovará ou não os projetos apresentados, sempre visando a parte técnica, estética e harmônica, de acordo com as normas emanadas tanto do Poder Municipal como da Empresa Loteadora.

Parágrafo segundo - A Empresa Loteadora, que é sócia fundadora desta Associação, apoiará as decisões desta Comissão de Edificações, utilizando as suas prerrogativas legais e contratuais, para fazer prevalecer os vetos homologatórios.

Parágrafo terceiro - Das decisões da Comissão de Edificações cabe ao proprietário inconformado recurso, dentro do prazo de dez (10) dias da notificação, ao Presidente da Associação que terá

quinze (15) dias para pronunciar-se a respeito.

CAPÍTULO IX
Disposições Gerais

Art. 37 - Os sócios não respondem, nem solidária nem subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela Associação.

Art. 38 - Os membros da Diretoria só poderão apresentar pedido coletivo de dmissão após convocarem a Assembléia Geral Extraordinária para que proceda a eleição da nova Diretoria, que completará o mandato da demissionária.

Art. 39 - Em qualquer caso será admitido voto por procuração, desde que outorgada a um sócio fundador ou proprietário.

Art. 40 - Os presentes estatutos só poderão ser modificados em Assembléia Geral com a presença de um número de associados titulares de, no mínimo, 2/3 do total de votos em que se divide o poder deliberativo.

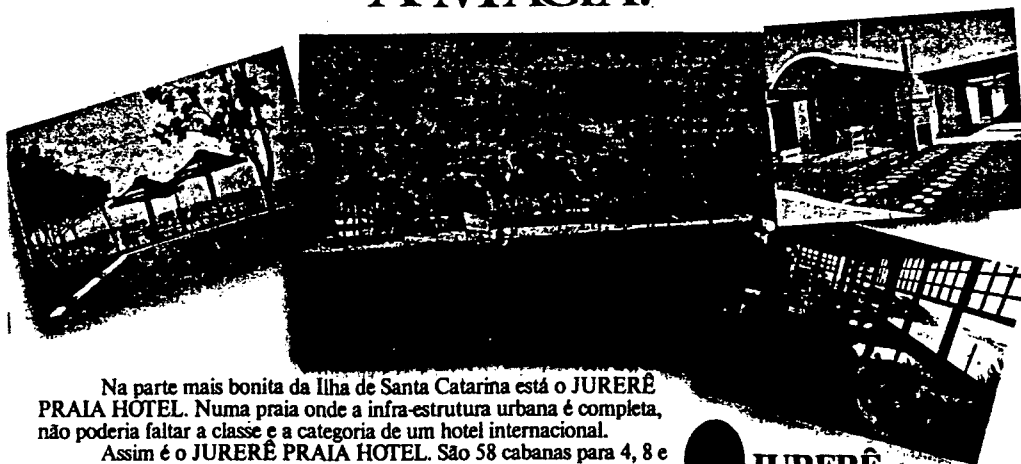
Art. 41 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral.

Art. 42 - Estes Estatutos entrarão em vigor após seu registro no Cartório de Registro Especial e publicação no Diário Oficial do Estado.

Florianópolis,

[illegible]

A MAGIA:



Assim é o JURERÊ PRAIA HOTEL. São 58 cabanas para 4, 8 e 9 pessoas equipadas com uma suíte, além de toda a estrutura de um grande hotel. Conta com quadras de tênis, vôlei, piscina, salão de jogos, campo de futebol, quiosque, bar, lancheria, restaurante internacional, boutique e todos equipamentos náuticos para usufruir das belezas do mar de Jurerê Internacional. O que você está esperando? Vem pra Jurerê. Vem para o JURERÊ PRAIA HOTEL.

JURERÊ
PRAIA HOTEL
FLORIANÓPOLIS - BRASIL

★★★★

Alameda 01, s/nº - Praia de Jurerê
Fones: (0482) 66-0644, 66-0108 e 66-0459
Telex: (482) 683

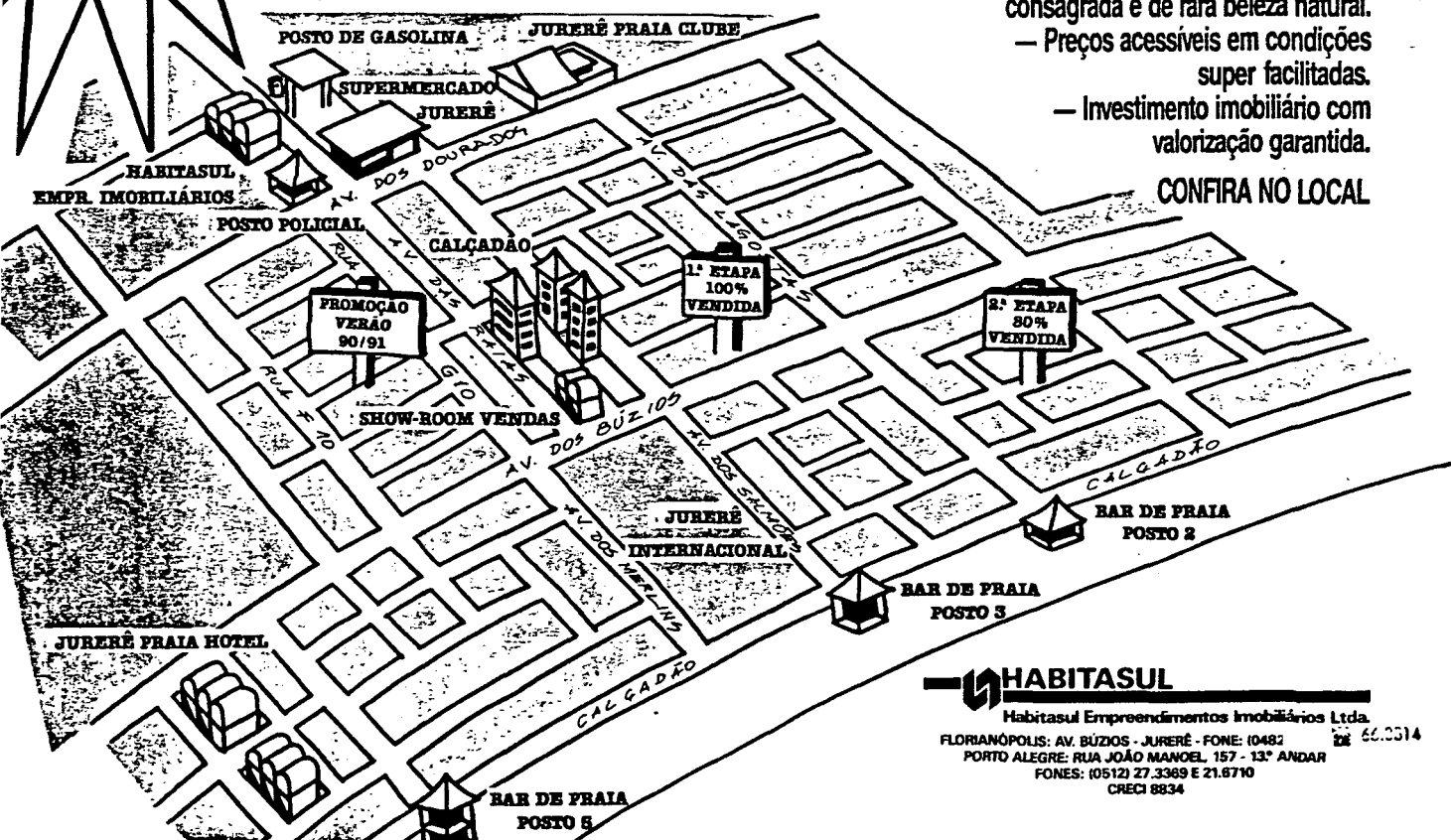
À VISTA
DESCONTOS DE ATÉ
30%



Com 6% de entrada e o saldo em 30 prestações você adquire terrenos na melhor e mais completa infraestrutura do litoral brasileiro em empreendimentos de lazer.

- Localização privilegiada, em região turística consagrada e de rara beleza natural.
- Preços acessíveis em condições super facilitadas.
- Investimento imobiliário com valorização garantida.

CONFIRA NO LOCAL



HABITASUL
Habitasul Empreendimentos Imobiliários Ltda.
FLORIANÓPOLIS: AV. BÚZIOS - JURERÉ - FONE: (0482) 26 66.0014
PORTO ALEGRE: RUA JOÃO MANOEL, 157 - 13º ANDAR
FONES: (0512) 27.3389 E 21.6710
CRECI 8834



Preocupação maior é com o número crescente de visitantes e moradores fixos.

Associação quer instalar logo esgoto em Canasvieiras

A Sociedade Pró-Desenvolvimento de Canasvieiras está convocando a comunidade do balneário a participar da lista de contribuintes para implantação do sistema de esgotos pela Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento). Conforme o acordo firmado com a Casan, a entidade se compromete a arrecadar duas mil assinaturas de moradores que corresponde a 25%, ou 75 mil OTN (NCz\$ 462,75), de um projeto orçado em 300 mil OTN (NCz\$ 1.851,00). Segundo o presidente da Sociedade, Otávio Schuler Sobrinho, a lista já conta com 1.100 moradores que estão contribuindo com 35 OTN cada (NCz\$ 215,95), divididos em três parcelas iguais que podem ser pagas juntamente com a fatura de água da Casan.

No entender de Schuler, a prioridade de Canasvieiras é o sistema de esgotos, em função do crescimento da população

fixa do balneário e da poluição da praia, causada pelos dejetos jogados diretamente ao mar. O projeto conta com recursos da Prefeitura, que contribui com 75 mil OTN (25%); conseguidos junto ao governo, através do Projeto CURA, que já destinou o valor a fundo perdido. O restante (60%), será alocado junto à CEF (Caixa Econômica Federal) através de um empréstimo que será feito pela própria Casan que, após concluir as obras, repassará o valor à comunidade em parcelas ainda não definidas. O terreno, com área de 50 hectares, foi cedido pelo Governo do estado.

No final de semana, um caminhão com sistema de som percorreu as ruas do balneário convocando a população para a assembleia geral, no próximo sábado, dia 4, para analisar todos os pontos do projeto e convencer os moradores a participarem do empreendimento.

Para: SUPP

De: IPUP

Assunto: Parecer nº

Loteamento Jurerê - Substituição de Projeto Preliminar

Interessado: Companhia Comercial de Imóvel

Processo nº 214 0220/82

Data: Florianópolis, 16 de dezembro de 1982

Senhor Secretário,

Tendo em vista que a substituição do Projeto Preliminar requerida pelo interessado altera sensivelmente as etapas ainda não implantadas e introduz algumas modificações de menor vulto na etapa 1, ora em implantação, entendemos que se deva adequar toda a proposta às diretrizes do Plano Diretor dos Balneários, já consolidados a nível deste Instituto, e que, serviu como modelo básico para a aprovação inicial deste empreendimento.

Assim sendo, deverão ser observados os seguintes aspectos:

I - Quanto ao Sistema Viário:

- a) - Traçado viário proposto, em alguns casos não pode ser aceito visto prejudicar a concepção global do zoneamento bem como o sistema de tráfego previsto para a área, a saber:
 - a.1 - As vias coletoras de acesso à praia devem ter duas pistas com canteiro central, considerando-se o acesso central e a via C₃ (42) como binários (Vide prancha 002);
 - a.2.- Algumas vias coletoras e locais devem prolongar-se até os limites da área em questão, de forma a permitir a ocupação e integração das áreas circunvizinhas;
 - a.3 - Nenhuma quadra poderá ter comprimento superior a 250.00 (duzentos e cinquenta) metros, razão pela qual propõe-se em alguns casos sua subdivisão (Vide prancha 002);
 - a.4 - Deve ser prevista uma via C₂ para acesso a um novo posto de praia na extremidade norte do loteamento (Vide prancha 002).

b) - As seções transversais propostas necessitam de retificações' no seu dimensionamento, tais como:

b.1 - Nenhuma pista de rolamento (incluídos os estacionamentos), poderá ter largura inferior a 7.00 (sete) metros (Vide prancha 008);

b.2 - Os passeios das vias exclusivas de pedestres não poderão ter largura inferior a 2.00 (dois) metros, devendo ser de 4.00 (quatro) metros na via P3;

b.3 - Os estacionamentos oblíquos a 6.00 (seis) metros deverão ter dimensão transversal mínima de 4,50 (quatro e meio) metros, razão pela qual nas vias A4, A5 e A6 foi solicitada sua substituição por estacionamento paralelo com vistas a aumentar o passeio para pedestres;

b.4 - As áreas verdes marginais aos canais deverão ter largura mínima de 2.00 (dois) metros, (Vide prancha 008);

b.5 - Nas vias coletoras ou locais com duas pistas (A3, C4, L4), estas serão de 8.00 (oito) metros de largura cada uma, de modo a permitir um estacionamento paralelo e o canteiro central, quando existente, será de 3.00 (três) metros, (Vide prancha 008);

b.6-- Na via coletora C1, a pista única deverá ter largura de 12,00 (doze) metros de modo a garantir estacionamento paralelo nos dois lados;

b.7 - Nas demais vias coletoras de pista única, (C3, C5), esta deverá ser de 8.00 (oito) metros de modo a permitir pelo menos estacionamento numa lateral, (Vide prancha 008);

b.8 - Na artéria A, deverá ser previsto estacionamento oblíquo à 60º para facilitar a utilização da ZSE, (Vide prancha 008);

b.9 - As árvores desenhadas nas seções transversais deverão ser locadas conforme as medidas indicadas;

b.10 - Na via J-3 as árvores devem ser eliminadas devido à pequena largura do passeio;

b.11 - No limite leste ao loteamento foi criada a seção L-5, correspondendo à metade da seção necessária, (Vide prancha 008);

- b.12 - Na extremidade das vias locais junto aos canais de drenagem, deverão ser previstas pontes (passarelas) para travessia de pedestres;
 - b.13 - A área mínima destinada a pedestres mais verde deverá ser de 3.00 (três) metros, tolerando-se 2,50 (dois e meio) metros nas vias C2, C3 e A1, por necessidade de estacionamento, (Vide prancha 008).
- c) - Em entendimentos anteriores com os autores do projeto foi visto que as ruas locais seriam de traçado sinuoso com áreas verdes/lazer nas margens, coisa que vem sendo inclusive publicamente divulgada, mas que até agora não foi submetida à aprovação e nem executada na etapa de implantação. Em vista disso, solicitamos sejam as plantas baixas das vias locais submetidas à análise do Instituto.

II - Quanto ao Zoneamento:

- a) - Com a alteração da forma do lago, as áreas do entorno que deveriam ser destinadas a áreas verdes foram intercaladas por zonas residenciais (ZR-1) resultando no mau aproveitamento daquelas áreas verdes, razão pela qual sugere-se sua concentração na extremidade sudoeste da quadra, conforme indicado na prancha 006;
- b) - Os lotes lindeiros às vias coletoras que demandam ao mar devem ser zoneados como ZR-2, conforme indicado na prancha 006;
- c) - Os lotes lindeiros às vias limitantes da ZCS devem também ser zoneados como ZSC, conforme a indicação da prancha 006;
- d) - Na extremidade norte do loteamento deve ser prevista uma zona ZR-2 e o respectivo Posto de Praia;
- e) - A área marginal à praia, correspondente à faixa de marinha deve ser zoneada como Área Verde;
- f) - A faixa de praia junto à "marina" deverá ter largura igual ou superior a 15.00 (quinze) metros.

III - Quanto aos Gabaritos:

Permanece o gabarito máximo de 2 (dois) pavimentos à exceção de hotéis na ZSC, destinada à Hotel Internacional, os quais poderão ter 4 (quatro) pavimentos.

IV - Quanto a Planilha de Áreas:

Devem ser discriminadas as áreas do sistema viário.

V - Quanto à Drenagem Geral:

- a) - Nenhum canal de drenagem deverá escoar para a praia;
- b) - Solicitamos apresentação de planta genérica da drenagem com a indicação dos escoamentos.

A aprovação preliminar pela Prefeitura fica condicionada' ainda à aprovação prévia do CAFLAN, FATMA e IRUP, em atendimento ao expresse nas leis federais 6.766/77 e 4.771/65, lei estadual 6063/82 e Decreto Estadual nº 14.250/81.

Sendo estas as considerações cabíveis, remetemos a vossa apreciação.

Atenciosamente,

Gilson Luiz Leal de Meireles
Diretor Presidente

Renee Gonçalves
Diretor de Operações

Para: SUSP

De: IPUF

Assunto: Parecer nº

Construção de atracadouro na Praia de Jurerê

Interessado: Companhia Comercial de Imóveis

Processo nº 173 0851/82

Data: Florianópolis, 12 de abril de 1983

Senhor Secretário,

Tendo analisado o presente projeto consideramos os seguintes aspectos:

- a) - a implantação do pier desde a faixa de marinha interfere física e visualmente na paisagem, em detrimento da livre circulação de banhistas;
- b) - a livre circulação estaria prejudicada especialmente com a subida da maré;
- c) - a implantação do pier junto à faixa de marinha, e, portanto, nos domínios do hotel, restringe seu uso a uma parcela reduzida de pessoas, quando se pretende seja de uso geral da população.

Isto posto, entendemos que o pier deva obedecer a locação proposta em planta, não podendo ocupar mais de 1/3 (um terço) da largura da praia. Sua implantação deve ser similar à do pier implantado pelo Clube Veleiros da Ilha, localizado na mesma praia.

Sendo estas as considerações cabíveis, remetemos a vossa apreciação.

Atenciosamente,

Gilson Luiz Leal de Meireles
Diretor Presidente

Renee Gonçalves
Diretor de Operações

Para: SUSP

De: IPUF

Assunto: Parecer nº

Projeto de interseção do Acesso a Jurerê e SC-402

Interessado: Companhia Comercial de Imóveis

Processo nº 173 0075/83

Data: Florianópolis, 09 de fevereiro de 1983

Senhor Secretário,

Não há da parte deste órgão restrições à implantação do ' Acesso na forma apresentada, no entanto, por se tratar de interseção entre rodovia municipal e rodovia estadual, deve o projeto ser submetido à apreciação do Departamento de Estradas de Rodagem do ' Estado - DER/SC.

Limitados ao exposto, rematemos a vossa apreciação.

Atenciosamente,

Gilson Luiz Leal de Maires
Diretor Presidente

Renee Gonçalves
Diretor de Operações

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

- ACERENZA, Miguel. Administración del turismo: conceptualización y organización. 3.ed. México: Trillas, 1988. v.1.
- Administración del turismo: planificación y dirección. México: Trillas, 1985.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Referências bibliográficas. Rio de Janeiro: 1989. NB66.
- Apresentação de relatórios técnico-científicos: procedimento. Rio de Janeiro: 1989.
- BASTOS, Lilia da Rocha et al. Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses e dissertações. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BELLIDO, Javier Garcia, TAMARIT, Luiz Gonzales. Para comprender la ciudad: claves sobre los procesos de producción del espacio. Madrid: Nuestra Cultura, 1979.
- BOITEUX, Lucas. Notas para a história catharinense. Florianópolis: Moderna, 1911.
- BRASIL. Plano regional de turismo. Brasília: MINTER/SUDESUL, 1970. v.1.
- Política nacional de turismo: documento preliminar. Rio de Janeiro: EMBRATUR, ago. 1977.

- Áreas especiais e locais de interesse turístico. Rio de Janeiro: EMBRATUR/Diretoria de planejamento, ago. 1982.
- Legislação brasileira de turismo (tur-lex). Rio de Janeiro: 1984, v.1 e 2.
- BRASIL/MINTER. I Plano nacional de desenvolvimento. Brasília: Diário oficial, 12/12/1971.
- II Plano nacional de desenvolvimento. Brasília, 1975. Versão preliminar.
- III Plano nacional de desenvolvimento: projeto. Brasília: 1979.
- I Plano nacional de desenvolvimento da Nova República. Brasília: 1985.
- BRUM, Argemiro J. O desenvolvimento econômico brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BURKY, J.Ch. Méthodes de recherches touristiques; et leur application aux pays et régions en voie de developpement. Revista da AIEST, Genevé: Gurten, v.12, 1972.
- CABRAL, Oswaldo. Os açorianos. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1956.
- História de Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 1987.
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. Cidades brasileiras: seu controle ou o caos. São Paulo: Nobel, 1989.
- CAMPOS, Nazareno José de. Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.
- CARDOSO, Elizabeth Dezouzart. O capital imobiliário e a expansão da malha urbana do Rio de Janeiro: Copacabana e Grajaú. Rio de

- Janeiro: UFRJ, 1986. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986.
- CARNEIRO, Glauco. Florianópolis: Roteiro da Ilha encantada. Florianópolis: Museu de Arte de São Paulo, 1987. (Coleção Bandeirantes).
- OCARVALHO, Horácio Martins de. Introdução à teoria do planejamento. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- OCASTELLI, Geraldo. Turismo atividade marcante do século XX. Caxias do Sul: Eduni-Sul, 1986.
- OCASTELLO, Lineu. Towards a theoretical background to planning for tourism. Edimburgo: Universidade de Edimburgo, 1974. Dissertação (Mestrado em Desenho Urbano e Regional) - Universidade de Edimburgo, 1974.
- CASTELLS, Manuel. Crisis urbana y cambio social. Madrid: Siglo Veintiuno, 1985. p.297-322.
- CASTRO, Claudio de Moura. Estrutura e apresentação de publicações científicas. São Paulo: Mc Graaw-Hill do Brasil, 1976.
- CHEPTULIN, Alexandre. A dialética materialista: categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-ômega, 1982.
- CLARK, David. Introdução a geografia urbana. São Paulo: Difel, 1985.
- COELHO, Maria do Socorro Alves. A segunda habitação: reflexões sobre a expansão da metrópole do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. Rio de Janeiro: Ática, 1987a.
- O espaço urbano. Rio de Janeiro: Ática, 1987.

- DIAS, Wilmar. Florianópolis: ensaio de geografia urbana. Florianópolis: DEGC, [19].
- ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- FELLINE, Sartor. Turismo uma atividade municipal. Porto Alegre: EST, 1980.
- FORTI, Reginaldo. Marxismo e urbanismo capitalista. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- FOLIN, Marino. La ciudad del capital y outros escritos. México: Gustavo Gilli, 1977.
- FUSTER, Luis Fernandes. Teoria e técnica del turismo. 2.ed. Madrid: Nacional, 1971. v. III.
- GALVAN, Cesare G. Atividades turísticas produtivas ou improdutivas? Florianópolis: UFSC, 1990. Comunicação oral apresentada na XI Semana da Geografia.
- GIL, A. Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1988.
- HABITASUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS. Entrega oficial da primeira etapa do empreendimento. Florianópolis, 1983. Folheto de propaganda.
- Processo de aprovação de projetos para construção e reformas no loteamento. Florianópolis: 1989. xerografia.
- Relação dos consumidores de água e seus endereços. Florianópolis: 1989. xerografia.
- Relação alfabética dos proprietários. Florianópolis: 1989. xerografia.
- HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HAUSER, Philip M., SCHNORE, Leo F. Estudos de urbanização. São Paulo: Pioneira, 1979.

HEWLETT, Sylvia Ann. Dilemas do desenvolvimento: o Brasil do século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 21.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. Plano de desenvolvimento turístico do aglomerado urbano de Florianópolis. Florianópolis, 1981. v.I e II xerografia.

----- Perfil sócio-econômico do município de Florianópolis. Florianópolis: 1986. xerografia.

----- Revisão do plano diretor do distrito sede de Florianópolis: diagnóstico. Florianópolis, 1986. xerografia.

----- Plano diretor dos balneários e do interior da Ilha de Santa Catarina: diagnóstico. Florianópolis, 1984. xerografia.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1926.

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LACASA, Manuel. Indices y parametros urbanísticos en las zonificaciones turísticas. In: Tecnologias de las infraestructuras turísticas. Barcelona: Tecintur, 1974.

LAFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LAGO, Mara C. de Souza. Memória de uma comunidade que se transforma: de localidade agrícola - pesqueira a balneário. Florianópolis: UFSC, 1983. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1983.

LAGO, Paulo F. Gente da terra catarinense: desenvolvimento e educação ambiental. Florianópolis: 1988.

- LEFEBVRE, Henri. O pensamento marxista e a cidade. Póvoa de Varzim: Ulisséia, 1972.
- La revolucion urbana. 2.ed. Madrid: Alianza Editorial, 1976.
- LIBERAL, Pablo Gonzalez. Metodologia de la planificacion turística. In: Tecnologia de las infraestructuras turísticas. Barcelona: Tecintur, 1974.
- LOJIKNE, Jean. O estado capitalista e a questão urbana. Tradução por Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LOW-BEER, Jaqueline. Renda da terra - algumas noções básicas. Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, n. 8, p.31-41, jan./abr. 1983.
- LUCKESI, Cipriano et al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- MACHADO, Ewerton V. Turismo "uma avaliação da realidade sergipana": abordagens geográficas/exploratórias como subsídios do planejamento. Florianópolis: UFSC, 1985. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1985.
- "Paisagens & Fétiches": abordagens acerca do processo de seu crescimento urbano recente. Florianópolis: UFSC, 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.
- MARTIGNAGO, Décio. Análise institucional das experiências de planejamento governamental em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1981. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1981.
- MARTINS, Joel, CELANI, Maria Antonieta. Subsídio para redação de tese de mestrado e doutoramento. 2.ed. São Paulo: Cortez & Mo-

rais, 1978.

MARX, Karl. O capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, v.1: A mercadoria.

MILLORD, Frank, FISCHER, David W. El impacto economico local de la instalaciones y medios de recreacion al aire libre. In: Suelo y ocio: conceptos y metodos en el ambito de la recreacion al aire libre. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1983. p.593-618.

MORAES, Antônio Carlos e COSTA, Wanderley M.C. Geografia crítica: a valorização do espaço. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. Revista Espaço & Debates, São Paulo, n. 6, p.37-54, jun./set. 1982.

PAIVA, E., GRAEFF, E. e RIBEIRO, D. Florianópolis: plano diretor. Florianópolis: Imprensa Oficial (RS), 1952.

PAULI, Evaldo. A fundação de Florianópolis. Florianópolis: EDEME/UDESC, 1973.

PEARCE, Douglas. Tourism today: a geographical analyses. New York: Longmann, 1987.

PELUSO JR., Victor Antônio. O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, n. 3, p.7-42, 1981.

PEREIRA, Nereu do Vale. Desenvolvimento e modernização. Florianópolis: Lunardelli/UDESC, 1974.

PIAZZA, Walter Fernando. A colonização de Santa Catarina. Florianópolis: BRDES, 1982.

PIQUET, Rosélia Perisse da Silva. Os marcos da intervenção do Estado no urbano. In: O desenvolvimento urbano em questão. Rio de Janeiro: PUBLIPUR/UFRJ, 1986. p.37-62.

- ROBINSON, H. A geography of tourism. Estover: Macdonald & Evans, 1976.
- RODRIGUES, Arlete Moyses. Moradia nas cidades brasileiras. São Paulo: Contexto, 1988.
- ROCH, Fernando e GUERRA, Felipe. Especulacion del suelo? Madrid: Nuestra Cultura, 1979.
- SALOMON, Dêlcio V. Como fazer uma monografia: elementos de metodologia de trabalho científico. 5.ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.
- SANTA CATARINA. Plano de Metas do governador Celso Ramos (1961-1965). Florianópolis, 1969.
- Programa de governo do estado de Santa Catarina: governador Ivo Silveira (1966-1970). Florianópolis, 1969.
- Ação catarinense de desenvolvimento: governador Colombo Machado Salles (1971-1974). Florianópolis, 1978.
- Plano de ação do Governador Jorge Konder Bornhausen (1979-1983). Florianópolis, 1979.
- Plano de ação do Governador Esperidião Amin (1984-1987). Florianópolis, 1984.
- Plano de governo do Governador Pedro Ivo Campos (1987-1991). Florianópolis, 1986.
- SANTOS, Milton. Espaço & método. São Paulo: Nobel, 1985.
- O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.
- SARTOR, Lourdes F. Turismo: viabilidade e alternativas. Porto Alegre: Est, 1983.
- SCHMIDT, Benício V., FARRET, Ricardo L. A questão urbana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. (Coleção Brasil Os Anos do Autoritarismo).

- SEABRA, Odete Carvalho de Lima. A muralha que cerca o mar. São Paulo: USP, 1979. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, 1979.
- SESSA, Alberto. Turismo e política de desenvolvimento. Porto Alegre: UNIONTUR, 1983.
- SILVA, Renato. Marketing "mercado turístico". Revista Hotelnews, Rio de Janeiro, n. 139, 1983. p.34-37.
- SINGER, Paul. Economia política da urbanização. 11.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SOSTISSO, Ivo. Planejamento turístico na região de Florianópolis. Florianópolis: UFSC, 1990. Trabalho inscrito para apresentação na XI Semana da Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.
- SCROFFERNECKER, Cleusa. Proposição de uma tipologia turística e de um modelo de avaliação qualitativa ao espaço turístico. Porto Alegre: UFRGS, 1983. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.
- TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capital financeiro: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- TOPALOV, Christian. La urbanizacion capitalista: elementos para a sua análise. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- VÁRZEA, Virgílio. Santa Catarina - a Ilha. Florianópolis: Lunardelli, 1985.
- YOUNG, George. Tourism blessing or blight? Harmondeworth: Penguin Books, 1973.
- YUJNOVSKY, Oscar. La estructura interna de la ciudad: el caso latinoamericano. Buenos Aires: SIAP, 1971.